

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política



Tese

**A construção discursiva do povo no lulismo e no bolsonarismo nas
campanhas eleitorais de 2018 e 2022: a constituição de um paradigma de
povo**

Luís Eduardo Sandim Benites

Pelotas, 2025

Luís Eduardo Sandim Benites

A construção discursiva do povo no lulismo e no bolsonarismo nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022: a constituição de um paradigma de povo

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Daniel de Mendonça
Linha de Pesquisa: Teoria Política e Teoria Social Contemporâneas

Pelotas, 2025

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

B467c Benites, Luis Eduardo Sandim

A construção discursiva do povo no lulismo e no bolsonarismo nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022 [recurso eletrônico] : a constituição de paradigma de povo / Luis Eduardo Sandim Benites ; Daniel de Mendonça, orientador. — Pelotas, 2025.
272 f.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2025.

1. Lulismo. 2. Política brasileira. 3. Bolsonarismo. 4. Identidade. 5. Populismo. I. Mendonça, Daniel de, orient. II. Título.

CDD 320

Luís Eduardo Sandim Benites

A construção discursiva do povo no lulismo e no bolsonarismo nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022: a constituição de um paradigma de povo

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: data

Banca examinadora:

Prof. Dr. Daniel de Mendonça (Orientador)

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Bianca Linhares

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo César Neves Barboza

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Felipe Corral de Freitas

Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília

A construção de uma identidade popular não é a expressão de uma essência já dada, mas o resultado de uma articulação política contingente.

Ernesto Laclau

Dedico

À minha esposa, Maristela R. Benites, pelo amor, paciência e companheirismo inabaláveis, que foram o alicerce em cada etapa desta caminhada.

Às minhas filhas, Luísa e Laura Benites, por serem minha maior inspiração e por encherem minha vida de alegria e propósito.

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao Professor Doutor Daniel de Mendonça, meu orientador, pelo apoio, orientação e dedicação ao longo de todo o processo de elaboração desta tese. Sua paciência e *expertise* foram fundamentais para a concretização deste trabalho.

Aos meus colegas, que compartilharam momentos de aprendizado, desafios e conquistas, e aos meus professores, cujos ensinamentos foram essenciais para minha formação acadêmica e profissional.

Minha gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para que esta jornada fosse possível.

RESUMO

BENITES, Luís Eduardo Sandim. **A construção discursiva do povo no lulismo e no bolsonarismo nas campanhas eleitorais de 2018 e 2022**: a constituição de um paradigma de povo. Orientador: Daniel de Mendonça. 2025. 280 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2025.

Esta tese analisa as dinâmicas políticas contemporâneas no Brasil por meio dos movimentos políticos conhecidos como lulismo e bolsonarismo, destacados pela mobilização em torno da categoria de "povo." Ambos os fenômenos, liderados por Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro, apresentam características distintas, mas compartilham uma profunda conexão com as aspirações populares. O estudo foca nas eleições presidenciais de 2018 e 2022, períodos-chave para a consolidação desses movimentos, com o objetivo de compreender como seus discursos foram construídos e mobilizados. A análise baseia-se na teoria do populismo desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, buscando examinar a interação entre liderança carismática, retórica populista e a construção de identidade política. O lulismo caracteriza-se pela identificação com os grupos de baixa renda e pela promoção de políticas inclusivas, consolidando-se como força política durante o segundo mandato de Lula. Já o bolsonarismo emergiu em 2018 como uma resposta às insatisfações sociais, políticas e econômicas, utilizando uma retórica de oposição ao sistema político tradicional. Este estudo apresenta uma análise teórica e empírica das especificidades de cada movimento, contribuindo para a compreensão das recentes transformações no cenário político brasileiro e das implicações da mobilização discursiva em nome do "povo."

Palavras-chave: lulismo; bolsonarismo; populismo; política brasileira; identidade.

ABSTRACT

BENITES, Luís Eduardo Sandim. **The discursive construction of the people in lulism and bolsonarism in the 2018 and 2022 electoral campaigns:** the constitution of a paradigm of the people. Advisor: Daniel de Mendonça. 2025. 280 f. Thesis (Doctorate in Political Science) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2025.

This thesis analyzes contemporary political dynamics in Brazil through the political movements known as lulism and bolsonarism, which stand out for their mobilization around the category of "people." Both phenomena, led by Luiz Inácio Lula da Silva and Jair Bolsonaro, exhibit distinct characteristics but share a profound connection with popular aspirations. The study focuses on the 2018 and 2022 presidential elections, key periods for the consolidation of these movements, aiming to understand how their discourses were constructed and mobilized. The analysis is grounded in the populism theory developed by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, aiming to examine the interaction between charismatic leadership, populist rhetoric, and the construction of political identity. Lulism is characterized by its identification with lower-income groups and the promotion of inclusive policies, with its consolidation as a political force during Lula's second presidential term. Bolsonarism, on the other hand, emerged in 2018 as a response to social, political, and economic dissatisfaction, utilizing rhetoric that opposes the traditional political system. This study presents a theoretical and empirical analysis of the specificities of each movement, contributing to the understanding of recent transformations in the Brazilian political landscape and the implications of discursive mobilization in the name of the "people".

Keywords: lulism; bolsonarism; populism; brazilian politics; identity.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Referencial teórico.....	20
2.1 A teoria do discurso e alguns diálogos teóricos.....	20
2.2 O populismo.....	34
2.3 Diálogos (pós-)estruturalistas: populismo, linguagem e discurso.....	42
2.4 Considerações parciais.....	48
3. Lulismo: ascensão e crise.....	50
3.1 Lula, o líder carismático.....	50
3.2 O surgimento do lulismo.....	52
3.3 A Construção do lulismo como identidade política.....	56
3.4 O lulismo no período dos governos Dilma.....	61
3.5 Demandas não articuladas e a construção do antagonismo político.....	71
3.6 Desdobramentos posteriores ao <i>impeachment</i> de Dilma Rouseff.....	78
4. A ascensão do bolsonarismo.....	85
4.1 Perfil e trajetória política de Jair Bolsonaro.....	85
4.2 Contexto político brasileiro pré-Bolsonaro.....	88
4.3 Fatores de emergência do bolsonarismo.....	92
4.4 Os fundamentos do bolsonarismo.....	95
4.5 Jair Bolsonaro: fatores de fixação do nome.....	98
4.6 Comunicação e mídias sociais na construção do bolsonarismo.....	100
4.7 Ideologia e discurso de Bolsonaro.....	104
4.8 Dinâmicas do governo Bolsonaro.....	112
4.9 Resistências e controvérsias.....	119
5. A construção do povo nas eleições 2018: uma análise discursiva do lulismo e do bolsonarismo.....	126
5.1 O discurso do "povo" no lulismo.....	127
5.1.1 A perseguição e a inocência.....	132

5.1.2	Corrupção e significante antagônico no lulismo	139
5.1.3	Haddad como herdeiro do lulismo	147
5.1.4	A articulação de equivalências e a construção da hegemonia	152
5.2	O discurso do “povo” no bolsonarismo	158
5.2.1	Oposição a elites políticas, midiáticas e intelectuais	165
5.2.2	Moralidade, nacionalismo e conservadorismo.....	170
5.2.3	Uso do medo e da segurança pública como significantes.....	173
5.3	Comparações entre os discursos lulista e bolsonarista.....	175
5.4	Semelhanças e diferenças na construção do “povo”	178
5.5	Significantes flutuantes no contexto político de 2018	183
5.6	Considerações parciais	186
6.	A construção do “povo” nas eleições de 2022: uma análise discursiva do lulismo e do bolsonarismo.....	191
6.1	As temáticas do discurso lulista em 2022.....	193
6.2	A construção do "povo" no discurso lulista em 2022	202
6.3	Oposição ao "outro": as elites e a luta de classes na formação do povo .	209
6.4	Narrativas de continuidade e ruptura no lulismo	215
6.5	As temáticas do discurso bolsonarista em 2022.....	217
6.6	Segurança, liberdade e democracia: significantes flutuantes.....	228
6.7	A construção do “povo” no discurso bolsonarista	234
6.8	Antagonismo: construindo o “outro” na narrativa bolsonarista.....	237
6.9	Considerações parciais	243
7.	Considerações finais	250
	Referências	261

1. Introdução

Esta tese propõe uma análise teórica e empírica acerca da formação do conceito de povo nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022, com base na perspectiva discursiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. O trabalho apresenta, de forma sistemática, os procedimentos adotados na construção desta investigação acadêmica, buscando responder à seguinte questão central: de que maneira os discursos associados ao lulismo e ao bolsonarismo articularam o "povo" nesses dois eventos eleitorais? Além disso, examinam-se as estratégias discursivas empregadas por esses projetos políticos para significar o "povo" e definir seus respectivos "inimigos".

Ao formular o problema de pesquisa, parte-se do pressuposto de que tanto o lulismo quanto o bolsonarismo não se configuram exclusivamente como fenômenos eleitorais, mas também como expressões discursivas capazes de mobilizar afetos, identidades e antagonismos. Nesse sentido, considera-se que a análise dos discursos desses movimentos proporciona uma oportunidade privilegiada para compreender suas propostas políticas e os mecanismos pelos quais constroem sentidos, promovem identificações e delimitam o significado do conceito de povo.

Esta análise baseia-se na compreensão de que a política constitui essencialmente uma arena discursiva, na qual identidades coletivas são construídas por meio de articulações e antagonismos. Nesse contexto, ao adotar a teoria do discurso como referencial teórico (Laclau, 2013), busca-se examinar como diferentes demandas sociais são articuladas em torno de significantes que, simultaneamente, promovem a união e estabelecem fronteiras entre "nós" e "outros". O significante povo, central nos estudos sobre populismo desenvolvidos por Laclau e Mouffe, desempenha um papel fundamental nesta pesquisa, dado que é por meio dele que se articulam projetos políticos concorrentes e se estruturam os antagonismos característicos do campo político brasileiro contemporâneo.

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa — qual seja, analisar a construção discursiva do "povo" em dois momentos históricos marcantes: as eleições presidenciais de 2018 e 2022 —, os seguintes objetivos específicos foram definidos: i) realizar um mapeamento da produção acadêmica sobre o

lulismo e o bolsonarismo, a fim de identificar os principais aportes teóricos e empíricos sobre esses movimentos e suas dinâmicas discursivas; ii) aprofundar o conhecimento sobre a teoria do discurso e o fenômeno do populismo, com base nas obras de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, estabelecendo os fundamentos conceituais que orientam a análise; iii) examinar a conjuntura política brasileira no período de 2018 a 2022, analisando os fatores que contribuem para a compreensão das dinâmicas discursivas do lulismo e do bolsonarismo nesse contexto; iv) processar e analisar o material empírico relacionado às campanhas eleitorais de 2018 e 2022, incluindo discursos, materiais de campanha e interações públicas, de modo a identificar os elementos centrais na construção das narrativas políticas; v) comparar e contrastar as abordagens discursivas do lulismo e do bolsonarismo em relação à concepção de “povo”, destacando as semelhanças e diferenças nas estratégias empregadas por cada movimento político durante os eventos eleitorais de 2018 e 2022.

Essa estrutura busca oferecer uma análise fundamentada, permitindo que o estudo avance no entendimento das formas pelas quais as noções de “povo” e “inimigo” são mobilizadas em contextos políticos marcados por antagonismos e disputas hegemônicas.

Com base nas teorias do discurso e do populismo de Laclau e Mouffe (2015) e Laclau (2013), é possível argumentar que o lulismo e o bolsonarismo adotam estratégias discursivas distintas para construir e articular o conceito de povo nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022, refletindo diferentes concepções de política e sociedade. A hipótese central deste estudo é de que o lulismo pode ser caracterizado como um tipo de populismo democrático, que adota uma abordagem inclusiva e pluralista do “povo”, traduzida na articulação de demandas sociais diversas, reunindo grupos heterogêneos por meio de um discurso centrado na promoção da justiça social, da igualdade e da integração de setores historicamente marginalizados.

Por outro lado, o bolsonarismo é interpretado como um tipo de populismo antidemocrático e excludente, que adota uma abordagem mais restritiva e polarizadora na definição de “povo”, privilegiando uma visão homogênea e seletiva da sociedade, destacando um “povo” específico, frequentemente associado a valores culturais conservadores, identidades religiosas e posições

ideológicas alinhadas ao patriotismo assertivo e ao antipetismo. A narrativa bolsonarista articula o "povo" em oposição a "inimigos" claramente definidos, como a esquerda, os movimentos sociais, as elites políticas tradicionais e, em alguns casos, setores minoritários que não se alinham à sua visão de mundo. Esse antagonismo pode ser estruturado em torno de questões morais, culturais e identitárias, resultando em uma lógica de exclusão e polarização que acirra divisões no espaço público e redefine os contornos do campo político.

Essas diferenças nas estratégias discursivas refletem projetos políticos concorrentes que não apenas disputam o poder, mas também a capacidade de definir o significado de conceitos centrais, como o de "povo". Enquanto o lulismo se posiciona como um projeto que busca a ampliação e a inclusão de múltiplas identidades e demandas dentro de uma mesma narrativa, o bolsonarismo se constrói por meio de uma narrativa que reforça fronteiras rígidas entre "nós" e "eles", privilegiando identidades específicas em detrimento de outras. Essa dicotomia entre inclusão e exclusão, pluralismo e homogeneidade, constitui o núcleo da disputa discursiva que caracteriza as eleições de 2018 e 2022 no Brasil.

Esta pesquisa busca examinar em detalhes como essas estratégias discursivas se manifestaram, identificando quem é considerado o "povo" em cada caso e como esses movimentos políticos definem seus respectivos "inimigos" como parte de sua construção de sentidos em torno do conceito de "povo" nas eleições mencionadas.

Com base nos objetivos específicos delineados, a abordagem metodológica que guia esta tese será descrita a seguir. Para atingir o objetivo de mapear a produção acadêmica sobre o lulismo e o bolsonarismo, realiza-se uma busca em trabalhos publicados que abordam ambos os movimentos. Essa busca abrange artigos, livros, teses e dissertações publicados em bases de dados acadêmicas como PubMed, Scopus, Web of Science e Google Scholar. Utilizam-se termos-chave relacionados aos temas em questão para garantir uma seleção abrangente do material. Após a seleção, cada obra passa por uma leitura crítica e análise detalhada. Os principais elementos informativos são fichados e catalogados para referência posterior, garantindo uma compreensão aprofundada do objeto de pesquisa.

Em relação ao aprofundamento do conhecimento sobre a teoria do discurso e o fenômeno do populismo, realiza-se uma revisão da bibliografia relacionada à teoria do discurso e ao fenômeno do Populismo, com foco especial nas obras de Laclau e Mouffe. Entre as obras-chave que estudo estão *Hegemonia e Estratégia Socialista* (Laclau; Mouffe, 2015), *A Razão Populista* (Laclau, 2013), *Contingência, Hegemonia e Universalidade* (Butler; Laclau; Žižek, 2000) e *Por um Populismo de Esquerda* (Mouffe, 2020). Durante a leitura crítica dessas obras, elaboram-se fichamentos nos quais se destacam os conceitos-chave e as ideias centrais sobre a formação do conceito de “povo” e a disputa hegemônica.

Para a análise da conjuntura política brasileira entre 2018 e 2022, realiza-se uma investigação nos registros documentais e na literatura que aborda a situação política brasileira no período de 2018 a 2022. Essa etapa contextualiza o surgimento e a evolução do lulismo e do bolsonarismo. Seleccionam-se obras relevantes, como *Os Sentidos do Lulismo* (Singer, 2012), *O Colapso da Democracia no Brasil: da Constituição ao Golpe de 2016* (Miguel, 2019), *O Pêndulo da Democracia* (Avritzer, 2019) e *Governo Bolsonaro: Retrocesso democrático e degradação política* (Avritzer; Kerche; Marona, 2021). Todas essas obras são lidas e fichadas para extrair informações sobre o contexto político em discussão.

Ao longo dos capítulos, esta pesquisa desenvolve uma análise que transcende a descrição de eventos históricos, buscando compreender, de forma crítica, como os discursos políticos moldam percepções sociais e influenciam a construção de identidades políticas. A escolha de focar as eleições presidenciais de 2018 e 2022 justifica-se pela relevância desses momentos como marcos históricos e como expressões significativas de uma disputa política altamente polarizada, em que os discursos associados ao lulismo e ao bolsonarismo emergem como principais forças antagônicas.

Para a análise do conteúdo empírico das campanhas eleitorais de 2018 e 2022, utiliza-se a técnica de análise de conteúdo, dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa. O material empírico compreende discursos de candidatos, debates, peças publicitárias de campanha, entrevistas, análises midiáticas e pesquisas de opinião. A coleta concentrou-se em dados não

numéricos, como manifestações discursivas e textuais diretamente relacionadas aos temas de investigação.

A organização, categorização e análise desses dados foram realizadas por meio do *software* NVivo, ferramenta que possibilita a identificação de padrões discursivos, articulações e antagonismos vinculados à construção do conceito de "povo". A metodologia adotada segue etapas sistemáticas de análise qualitativa, fundamentadas nos referenciais teóricos de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com o objetivo de produzir uma compreensão aprofundada das dinâmicas discursivas que caracterizam o lulismo e o bolsonarismo.

Parte significativa do material foi obtida por meio de extensa pesquisa no *site* Poder360, especialmente no que diz respeito ao horário eleitoral gratuito. Foram realizadas transcrições de vídeos de campanhas, entrevistas, debates, sabatinas e materiais disponíveis no YouTube. Esse processo exigiu um trabalho minucioso e prolongado de coleta, organização e classificação, demandando vários meses de dedicação. As transcrições contaram com a colaboração do grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel, e foram posteriormente catalogadas e analisadas por meio da criação de clusters temáticos e categorias discursivas no NVivo.

A integração entre o material empírico, a literatura especializada e os marcos teóricos da análise política e discursiva constitui um dos pilares da pesquisa. Essa abordagem metodológica robusta permite articular as práticas políticas observadas nas campanhas presidenciais à construção discursiva da ideia de "povo" no cenário político brasileiro contemporâneo.

No capítulo 2, apresenta-se a base teórica que sustenta esta pesquisa, com uma discussão detalhada sobre a teoria do discurso, suas lógicas de articulação, os antagonismos constitutivos e os significantes que estruturam os campos políticos. São abordados conceitos fundamentais, como linguagem, intertextualidade e interdiscursividade, que constituem ferramentas analíticas essenciais para compreender as dinâmicas dos discursos políticos e a disputa pela hegemonia discursiva. Essa fundamentação teórica busca fornecer os subsídios necessários para a análise das estratégias discursivas que caracterizam o lulismo e o bolsonarismo.

Além disso, a teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe é apresentada como um referencial que se distancia das interpretações

tradicionais da política, ao priorizar a linguagem como elemento central na construção de identidades sociais e na configuração de antagonismos. Essa abordagem oferece uma perspectiva para o estudo do campo político, permitindo a análise das articulações discursivas como processos de construção de sentidos e consolidação de projetos políticos. O capítulo estabelece, assim, as bases teóricas que serão mobilizadas ao longo do trabalho, servindo como fundamentação para as análises desenvolvidas nos capítulos subsequentes.

Neste capítulo, serão discutidos os conceitos de significantes vazios e flutuantes, essenciais para compreender como determinadas ideias se tornam centrais em discursos populistas. Além disso, será apresentada a lógica da equivalência, mecanismo fundamental na agregação de demandas distintas em torno de uma identidade coletiva comum. A discussão também abrange a forma como os antagonismos não apenas delineiam fronteiras discursivas, mas também dão sentido à própria identidade política, ao definir quem são os “inimigos” e os “aliados”. Esse enquadramento teórico será essencial para as análises empíricas nos capítulos seguintes, onde buscarei evidenciar como essas dinâmicas se manifestam nos discursos do lulismo e do bolsonarismo durante as eleições estudadas.

No capítulo 3, a análise concentra-se no surgimento e na ascensão e crise do lulismo como movimento político, caracterizado não apenas por uma liderança carismática, mas pela consolidação de uma identidade política que incorporou diversas demandas sociais sob os princípios da justiça social e da inclusão. O discurso do lulismo é examinado quanto à construção do conceito de “povo” como categoria central e à formulação de antagonismos direcionados às elites econômicas e políticas, posicionando-se como uma força transformadora no cenário político brasileiro.

Nesse capítulo, também é abordado o contexto político que propiciou o surgimento do lulismo, destacando as demandas sociais emergentes que encontraram no Partido dos Trabalhadores (PT) uma voz ativa. Ao tratar do lulismo como um fenômeno populista, será possível compreender como esse movimento construiu uma identidade coletiva através da polarização e da delimitação de fronteiras discursivas, bem como as estratégias utilizadas para sustentar essa identidade ao longo do tempo. Essa discussão prepara o terreno para a análise crítica dos discursos que compuseram as campanhas eleitorais

de 2018 e 2022, nos quais o lulismo enfrentou novos e desafiadores antagonismos.

Ainda no capítulo 3, apresenta-se de um período de grande turbulência política: a crise que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff e seus desdobramentos. É analisado como essa crise reconfigurou o campo político, intensificando a polarização e abrindo espaço para novas lideranças e projetos políticos. Esse período foi fundamental para a compreensão da ascensão do bolsonarismo, que se consolidaria nos anos seguintes.

Os desdobramentos políticos do *impeachment* foram igualmente significativos. A destituição de Dilma Rousseff marcou o fim de um ciclo de governos do PT e a ascensão de uma nova agenda política liderada por Michel Temer, que implementou uma série de medidas econômicas e reformas para atrair a confiança do mercado e retomar o crescimento econômico. Contudo, essas medidas também geraram descontentamento social e protestos, aprofundando a divisão política e social no país. Esse período de turbulência política e econômica foi determinante para a reconfiguração do campo político brasileiro. A intensificação da polarização e o descrédito nas instituições abriram espaço para novas lideranças e projetos políticos que, até então, estavam à margem do sistema. Compreende-se que a ascensão do bolsonarismo, nesse contexto, foi fruto de um processo de desgaste político profundo, que redefiniu o jogo político brasileiro e deixou marcas profundas na sociedade como pode ser percebido no capítulo.

O capítulo 4 dedica-se ao estudo do bolsonarismo, um fenômeno político que emergiu com uma retórica antissistêmica e mobilizou um discurso de forte apelo conservador. Examina-se como Jair Bolsonaro construiu seu “povo” a partir de significantes como segurança, família e ordem, antagonizando não apenas o PT e seus aliados, mas também instituições e movimentos que defendem pautas progressistas. Essa ascensão foi marcada por um discurso polarizador, que definiu claramente seus inimigos e seus aliados.

Nos Capítulos 5 e 6, passa-se a analisar o objeto empírico da. Por meio de uma análise dos discursos proferidos pelo lulismo e pelo bolsonarismo durante as eleições de 2018 e 2022, procura-se identificar as estratégias discursivas utilizadas por ambos para significar o “povo”.

Encerrando a tese, apresentam-se nas considerações finais as principais conclusões desta pesquisa. Nesta seção, que responde às perguntas de pesquisa, são sintetizados os principais achados e discutidas as implicações teóricas e práticas do estudo. Também se apontam os limites da investigação e sugestões de possíveis caminhos para estudos futuros.

Espera-se que esta tese possa contribuir para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno político brasileiro contemporâneo e do papel central que os discursos desempenham na construção de identidades políticas e na configuração dos antagonismos sociais. Convido você, leitor, a seguir comigo nesta reflexão e a dialogar com as ideias aqui apresentadas, em busca de uma compreensão crítica do nosso tempo.

2. Referencial teórico

Esta parte capitular dedica-se exclusivamente a discorrer sobre a fundamentação teórica de pontos que se julgam principais e diretamente relacionados à investigação. Inicia-se pela teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015) e, em seguida, apresenta-se e discute-se o conceito de populismo, com base principalmente na teoria do populismo de Laclau (2013). No último tópico, dialoga-se com o discurso, populismo e linguagem. Ao final do capítulo, realizam-se algumas considerações.

2.1 A teoria do discurso e alguns diálogos teóricos

A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe é uma abordagem teórica que surgiu nas décadas de 1980 e 1990, especialmente no contexto do pós-estruturalismo e da virada linguística na filosofia e nas ciências sociais. Suas bases filosóficas são influenciadas pelo pensamento de Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan, entre outros. Ernesto Laclau, um teórico político argentino, e Chantal Mouffe, uma filósofa política belga, colaboraram em várias obras, sendo *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical* (Laclau; Mouffe, 2015) a mais conhecida.

Nessa obra seminal, Laclau e Mouffe desenvolvem uma crítica às concepções tradicionais de política e ideologia. A teoria do discurso de Laclau e Mouffe argumenta que a política é fundamentalmente discursiva, ou seja, as identidades políticas, as demandas e as relações de poder são construídas por meio do discurso. Eles introduzem conceitos-chave, como hegemonia, antagonismo, diferenciação e equivalência, para explicar como os significados políticos são produzidos e contestados na esfera pública.

A noção de hegemonia é central para a teoria, referindo-se à dominação política de uma classe ou grupo social sobre outros, através da construção de consenso em torno de uma determinada visão de mundo. O antagonismo, por sua vez, refere-se às divisões sociais e políticas que não podem ser reconciliadas, gerando conflitos e lutas por poder. Os autores enfatizam a importância da diferenciação e equivalência na construção de coalizões

políticas, destacando como diferentes demandas podem ser unificadas sob uma bandeira comum.

A concepção de discurso desenvolvida por Mendonça e Rodrigues (2008) ultrapassa a dimensão verbal, abrangendo também ações, práticas e gestos. Nessa perspectiva ampliada, discurso refere-se não apenas ao que é dito ou escrito, mas à interação contínua entre linguagem, comportamento e prática social. Essa compreensão destaca que a linguagem é também uma forma de ação, não se limitando à comunicação verbal, mas incluindo gestos, expressões, tom de voz e demais elementos não verbais, todos fundamentais na construção de significados e na interação social.

O reconhecimento da inter-relação entre linguagem e prática permite compreender o discurso como processo que integra o que se diz e o que se faz, como exemplifica a avaliação de promessas políticas tanto por palavras quanto por ações. Assim, Mendonça e Rodrigues (2008) propõem uma visão integrada da comunicação, na qual linguagem, ação e significado são inseparáveis.

Isso nos permite uma compreensão dos processos de comunicação e das complexidades envolvidas na construção e interpretação do discurso em diversos contextos sociais e culturais. O discurso, para além de sua dimensão retórica, também implica o deslocamento de termos literais para um sentido figurado, como observado por Laclau (2013). Nesse processo, os sentidos dos termos se transformam ao longo da construção discursiva, refletindo a complexidade e a fluidez da linguagem em ação. Ao considerarmos o discurso uma categoria, é importante examiná-lo em termos de sua retórica, de seus recursos linguísticos e sua estrutura.

Conforme destacado por Burity (2008, p. 37), o discurso pode ser percebido como uma manifestação verbal, um pronunciamento que emerge de uma pessoa específica, muitas vezes ancorada em sua posição social, como a de um político ou líder comunitário. No entanto, ampliando essa compreensão, podemos considerar o discurso uma expressão individual e uma construção social complexa, influenciada por uma variedade de fatores contextuais, históricos e culturais.

Diversos autores destacam o papel do discurso nas dinâmicas de poder e sociabilidade. Foucault (2014) o concebe como instrumento de dominação e controle social, enquanto Habermas (2012) enfatiza seu potencial para promover

entendimento mútuo e legitimação democrática. Assim, o discurso pode tanto perpetuar relações de poder quanto funcionar como espaço de debate, manipulação e negociação de diferentes interesses.

A aproximação do discurso com a linguística e o estruturalismo se destaca na ideia sobre a categoria teórica. A relação entre discurso e linguística, especialmente sob a influência do estruturalismo, oferece uma perspectiva rica para a compreensão da construção e funcionamento do discurso. O estruturalismo, fundamentado nos trabalhos de Ferdinand de Saussure, representa um marco significativo nessa interseção. Saussure (2008), com sua distinção entre significante e significado, estabeleceu os alicerces para uma análise estrutural da linguagem.

Claude Lévi-Strauss, por sua vez, expandiu os princípios estruturalistas de Saussure para além do campo da linguística, aplicando-os à antropologia. Ele viu nas estruturas sociais e culturais padrões semelhantes aos encontrados na linguagem, buscando compreender as relações subjacentes e as regularidades estruturais que moldam as sociedades humanas. Lévi-Strauss (2008), inspirado pelo linguista Roman Jakobson, da New School de Nova York, destacou a importância da análise estrutural na compreensão das práticas culturais e sociais. Na esteira desses desenvolvimentos teóricos, tanto a Antropologia Estruturalista quanto a Linguística Estrutural adotaram a distinção entre significante e significado como uma ferramenta de análise, permitindo uma compreensão das relações entre os elementos do discurso e como esses elementos contribuem para a construção de significado. No estruturalismo de Lévi-Strauss, o significante é percebido como uma manifestação superficial da linguagem e como uma expressão de uma estrutura subjacente mais ampla.

Ele atribui ao significante a percepção de estrutura, enfatizando sua função na organização e articulação das relações dentro de um sistema cultural ou social. Por outro lado, o significado é visto como a percepção de sentido, refletindo as interpretações e significados atribuídos aos elementos linguísticos e culturais dentro de um determinado contexto. Assim, a aproximação do discurso com a linguística e o estruturalismo enriquece o entendimento sobre a

natureza do discurso e permite explorar as relações entre linguagem, cultura e sociedade.

O discurso constitui, transforma e legitima identidades, valores e realidades sociais, influenciando diretamente nossa percepção do mundo. Por isso, analisar o discurso é fundamental para compreender as dinâmicas que estruturam a política e a sociedade. O discurso descreve e constrói a realidade, influenciando ativamente a forma como percebemos e interpretamos o mundo ao nosso redor. Nessa perspectiva, a análise do discurso busca compreender as dinâmicas subjacentes que moldam e são moldadas pelo discurso. No entanto, é importante compreender que, no âmbito do discurso, há um jogo incessante de diferenças, que, embora busquem uma ordem, nunca conseguem alcançar uma fixação definitiva. Essa instabilidade é intrínseca ao processo discursivo e reflete uma visão fundamentada no pensamento de Jacques Lacan, especialmente em sua teoria do espelho.

A dinâmica das diferenças expressa uma busca por ordem que permanece sempre incompleta, à semelhança do que Lacan (2005) propõe em sua teoria do espelho. Os significados circulam de forma contínua, de modo que as identidades são constantemente moldadas e reformuladas conforme as relações de poder e os contextos sociais. Tal ordenação, contudo, é sempre precária, sujeita a mudanças e contestações. Essa instabilidade inerente ao processo discursivo faz com que as identidades sociais nunca estejam plenamente fixadas, assumindo um caráter transitório e, por vezes, ilusório, como a própria imagem refletida. A perspectiva lacaniana convida a questionar certezas tradicionais sobre identidade e estabilidade, destacando a fragmentação e a contingência da experiência humana.

Em síntese, a articulação entre o discurso e a teoria do espelho revela a complexidade e a ambiguidade das construções identitárias. Nesse contexto, o discurso funciona como um sistema relacional que molda e delimita subjetividades, enquanto a imagem especular evidencia a insatisfação permanente do sujeito. Reconhecer essa dinâmica implica desafiar concepções clássicas sobre identidade e ordem, admitindo a precariedade inerente ao processo de significação. Como assinala Laclau (2005), a busca por uma fixação

plena dos sentidos mostra-se uma impossibilidade constitutiva, sem, no entanto, comprometer a coerência do próprio discurso.

Pelo contrário, a intenção discursiva é a de superar as diferenças e tornar-se hegemônica, proporcionando uma certa ordem e estabilidade ao contexto social. Nesse sentido, a hegemonia é entendida como uma diferença particular que, em determinado contexto, passa a representar uma totalidade que a excede. Laclau (2013, p. 145) oferece uma perspectiva sobre a construção da ordem discursiva, destacando que esta surge da articulação de sentidos que constituem uma totalidade estruturada, que ele denomina de discurso. Essa totalidade estruturada é formada por momentos e elementos, em que os momentos representam diferentes posições articuladas dentro do discurso, enquanto os elementos são as diferenças que não se articulam discursivamente. Essa abordagem de Laclau leva a compreender que o discurso não é apenas uma mera coleção de palavras ou significados isolados, mas sim uma construção articulada que busca estabelecer uma ordem e uma coerência interna. A articulação dos diferentes momentos e elementos dentro do discurso permite a emergência de uma totalidade que confere sentido e significado às interações sociais.

A hegemonia é alcançada quando uma determinada articulação de sentidos se torna dominante e passa a representar uma totalidade que transcende as diferenças individuais. Isso implica na capacidade de um discurso em estabelecer uma ordem social que seja amplamente aceita e legitimada. A hegemonia, longe de um estado permanente, está sujeita a constantes desafios e transformações, uma vez que novas articulações de sentido e identidades emergem continuamente no campo social.

Laclau e Mouffe referem-se ao surgimento do conceito, como projetam:

O conceito de hegemonia não surgiu para definir um novo tipo de relação em sua identidade específica, mas para preencher um hiato que se havia aberto na cadeia da necessidade histórica. "Hegemonia" fará alusão a uma totalidade ausente e aos diversos intentos de recomposição e rearticulação que, superando essa ausência originária, permitiriam dar um sentido às lutas e dotar as forças históricas de uma positividade plena. Os contextos de aparição do conceito serão os contextos de uma falha (em sentido geológico), de uma fissura que era necessário preencher, de uma contingência que era necessário

superar. A hegemonia não será o desdobramento majestoso de uma identidade, mas a resposta a uma crise (Laclau; Mouffe, 2015, p. 31).

Verifica-se que a hegemonia não surge como conceito definido, mas como resposta a lacunas e crises históricas, buscando dar sentido às lutas políticas. A ideia de “arqueologia do silêncio” sugere que a hegemonia emerge do não dito e requer análise profunda para ser compreendida.

Na ciência política, a hegemonia refere-se à liderança de um grupo social sobre outros em diferentes esferas, especialmente nos momentos de crise ou ruptura da ordem estabelecida. Seu entendimento exige análise histórica e contextual. Segundo Laclau (2010), a fixação de sentidos em um discurso ocorre por meio dos chamados “pontos nodais”, que articulam diferentes elementos e consolidam significados socialmente compartilhados. Esses significados emergem por meio do processo discursivo, em que os sujeitos interagem e negociam seus entendimentos sobre o mundo. O autor define o ponto nodal como um elemento que fixa sentidos privilegiados dentro de uma cadeia de significação, funcionando como eixo de organização e estabilização temporária dos significados sociais. Esses pontos são contingentes, contestados e podem ser compartilhados ou disputados por diferentes grupos, o que os torna dinâmicos e sujeitos a reinterpretações conforme o contexto. Assim, a fixação de sentidos em torno dos pontos nodais é central para a legitimidade dos discursos hegemônicos, mas essa hegemonia permanece sempre instável, pois resulta da pluralidade e da disputa contínua de interesses e identidades presentes na sociedade.

A articulação de demandas também é importante na teoria do discurso. Inicialmente, as demandas emergem de distintos grupos sociais, classes ou identidades, refletindo uma diversidade de interesses ainda dispersos, as chamadas “demandas flutuantes”. Essas demandas permanecem fragmentadas enquanto não se articulam sob uma identidade política comum. O processo de unificação ocorre quando essas demandas são organizadas em torno de uma causa compartilhada, momento em que se tornam “demandas hegemônicas”. Essa demanda hegemônica funciona como um ponto nodal: um eixo em torno do qual múltiplas identidades e interesses se articulam, formando uma identidade coletiva. Ainda assim, mesmo após a unificação, subsistem divisões internas — os chamados “antagonismos internos” ou “diferenças internas” — que

expressam a pluralidade de perspectivas e objetivos existente dentro de qualquer movimento ou grupo social.

Dentro desta perspectiva não uníssona, dentro do movimento feminista, pode haver diferenças de opinião sobre questões como o feminismo radical *versus* o feminismo liberal, ou debates sobre estratégias e prioridades políticas. Da mesma forma, dentro do movimento LGBTQQICAAPF2K+, pode haver divergências em relação a questões como casamento igualitário, identidade de gênero, ou a abordagem em relação a políticas públicas. Esses antagonismos internos destacam a complexidade e a pluralidade de vozes nos movimentos sociais, já que diferentes grupos e identidades convivem e, muitas vezes, divergem em questões de princípios ou estratégias. Líderes populistas buscam articular essas diferenças sob uma identidade política comum, mas tais divergências representam desafios contínuos para a coesão e a eficácia desses movimentos, demandando diálogo e inclusão permanentes.

É significativo destacar a importância da compreensão da sociedade como um complexo de demandas que surgem de diversos segmentos. Dentro desse quadro teórico, as demandas sociais não são simplesmente expressões diretas de necessidades objetivas, mas sim construções discursivas que são articuladas e mobilizadas em torno de identidades políticas e projetos hegemônicos.

A articulação de sentidos é um processo dinâmico no qual significantes e demandas sociais são mobilizados e disputados no campo discursivo, especialmente nas lutas políticas por hegemonia. Conforme Laclau (2005, p. 163), identidades populares só se formam por meio de práticas articulatórias, que conectam demandas dispersas em torno de projetos políticos específicos. Assim, a construção do discurso político depende da articulação dessas demandas em narrativas capazes de conferir coerência e potencial de mobilização social.

É importante ressaltar, ainda, que esse processo de articulação discursiva não é inevitável ou determinístico, mas sim contingente e dependente das condições políticas e sociais em determinado momento. O sucesso ou fracasso na formação de identidades populares por meio da articulação de demandas está

intimamente ligado às estruturas de poder e às dinâmicas políticas que permeiam a sociedade em questão.

Aqui, as categorias mencionadas se enquadram na formação discursiva, um conjunto articulado de discursos que, enquanto visam à hegemonia, são atravessados por particularidades que desafiam a coesão e a uniformidade. A definição de Mendonça e Rodrigues (2008) destaca que uma formação discursiva é constituída por discursos entrelaçados hegemonicamente por uma particularidade específica. Esta particularidade, longe de ser necessariamente o discurso mais abrangente, articulado, representativo ou mesmo combativo, exerce uma influência dominante sobre o conjunto, moldando sua direção e estrutura.

Nesse sentido, a compreensão da dinâmica discursiva se enriquece ao considerar as demandas articuladas em cadeias de equivalência e aquelas que desafiam essa lógica, introduzindo elementos de heterogeneidade que permeiam e moldam a formação discursiva como um todo. A construção do discurso não ocorre de maneira unívoca, e sim através de um processo dinâmico de negociação e articulação entre diferentes vozes e demandas, tanto aquelas que convergem quanto aquelas que divergem em relação à hegemonia. Em Mendonça e Rodrigues (2008), destaca-se a importância da dinâmica dos sentidos na constituição das formações discursivas.

A formação discursiva relevante é aquela capaz de incorporar e responder de modo dinâmico às múltiplas demandas sociais e desafios contextuais, sendo adaptativa às mudanças do ambiente discursivo (Mendonça; Rodrigues, 2008). Nesse sentido, a formação discursiva que se destaca não é necessariamente aquela que é mais rica em termos de complexidade ou representatividade, mas sim aquela que melhor responde aos desafios, crises ou ameaças percebidas no momento. Ela atua como uma superfície de inscrição na qual diferentes demandas podem encontrar expressão e articulação, oferecendo assim uma resposta dinâmica e adaptativa às condições em constante mudança do ambiente discursivo.

Assim, o caráter discursivo de um objeto não está ligado à sua realidade material, mas sim à sua inserção em um sistema de significações e relações construídas socialmente. Laclau (2010) vai além, ao afirmar que é o discurso que constitui a posição do sujeito como agente social, e não o contrário. Isso significa

que a identidade e a posição de um sujeito dentro da sociedade são moldadas e mediadas pelo discurso. Em outras palavras, é através do discurso que os sujeitos se tornam conscientes de si mesmos e de suas relações com os outros membros da sociedade. As identidades, longe de serem estáticas, resultam de práticas discursivas contingentes que buscam uma totalidade social sempre provisória e sujeita a antagonismos (Laclau, 2010).

Essa análise destaca que a instabilidade ou conflito que emerge entre os diversos campos da fronteira antagônica, os quais se dividem em facções opostas, está enraizada na ameaça à formação de uma identidade política (Mendonça, 2015). Assim, o antagonismo surge como uma via para a construção de identidades políticas, à medida que a fronteira estabelece uma dicotomia entre "nós" e "eles", uma dinâmica política que se assemelha à noção de amigos e inimigos, conforme delineado por Carl Schmitt (1990) em uma de suas definições mais reconhecidas e debatidas.

Neste contexto, é pertinente fazer menção à observação de Laclau, que, ao comparar com o "*dictum*" lacaniano (Laclau, 2005, p. 111), ressalta a complexidade das relações políticas, indicando que estas não podem ser reduzidas a uma única fórmula ou conceito. Como o autor explicita, "O mesmo ocorre com o antagonismo no momento estrito do corte - o momento antagônico enquanto tal - escapa à apreensão conceitual" (Laclau, 2005, p. 111).

Esta reflexão de Laclau aponta para a natureza multifacetada do antagonismo político, que transcende as categorias conceituais tradicionais. Portanto, ao considerar as contribuições teóricas de Mendonça, Schmitt e Laclau, percebe-se que a análise da hegemonia, do antagonismo e da formação de identidades políticas exige uma abordagem que vá além de formulações simplistas. É necessário reconhecer a complexidade desses fenômenos e a dinâmica em constante mudança das relações políticas, que desafiam conceituações rígidas e demandam uma compreensão mais abrangente e flexível.

O surgimento de fronteiras antagônicas está intrinsecamente ligado a um processo de ruptura que resulta da não representatividade social das identidades políticas, as quais não são essencialistas, ou seja, não são previamente definidas. Esse processo é fundamentalmente caracterizado pela ausência de uma totalidade, onde a própria experiência da falta proporciona o surgimento do

antagonismo, resultante do não atendimento das demandas sociais e da incompletude da comunidade. Ao analisar esse fenômeno, Laclau (2005, p. 115) destaca a presença de uma "plenitude ausente" na comunidade, um sentimento de incompletude que permeia as relações sociais. Esta noção sugere que, por mais que se busque estabelecer uma ordem harmoniosa e satisfatória, sempre haverá algo não satisfeito, algo que falta para alcançar a completa realização das aspirações individuais e coletivas.

Esse sentimento de falta é inerente à natureza humana, e sua constante presença gera um processo contínuo de ressentimento e busca pela completude. Nesse contexto, a plenitude ausente referida por Laclau pode ser entendida como uma condição ontológica da sociedade, na qual as identidades políticas não são fixas ou pré-determinadas, mas são construídas em relação a essa falta subjacente. A ausência de uma totalidade perfeita cria um espaço para a emergência do antagonismo, onde diferentes grupos e indivíduos competem pela articulação de suas demandas e interesses, em uma busca incessante por reconhecimento e realização. Além disso, outras categorias conceituais podem ser aplicadas para ampliar a compreensão desse fenômeno. Por exemplo, a noção de "vazio" na teoria lacaniana é relevante na compreensão, indicando a falta que subjaz à experiência humana e que impulsiona os processos de identificação e luta política.

Da mesma forma, o conceito de "falta estrutural" na teoria psicanalítica pode fornecer elementos sobre a dinâmica do ressentimento e da busca pela completude na esfera social e política. Podemos considerar que a plenitude ausente, como apresentada por Laclau, representa uma chave para compreender a formação de fronteiras antagônicas e a emergência do antagonismo político, destacando a importância da falta e da incompletude na construção das identidades políticas e na dinâmica das relações sociais. No que se refere, a falta fundamental revela a construção discursiva do conceito de "povo", que busca um referencial, um amparo de significado que represente o social e que possa proporcionar uma ordem ou estrutura que estabilize as relações sociais.

É importante destacar que a diferença entre a teoria do discurso de alcance pós-estruturalista e o estruturalismo reside no fato de que esta última parte de concepções essencialistas. Nesse contexto, as identidades políticas

não estão acabadas ou prontas, mas em constante processo de construção, sendo o antagonismo uma condição fundamental para a elaboração de significados entre elas e o que se pretende ser oposto.

A compreensão desses fenômenos sociais se dá por meio de uma lógica de articulação de diferenças. Não é possível transitar de um lado para o outro da fronteira e continuar sendo o "nós", assim como não é possível migrar para o outro lado sem deixar de ser o "eles" (Mendonça; Rodrigues, 2008, p. 45). Essa dinâmica ressalta a natureza fluida e relacional das identidades políticas, que se constroem e se reconfiguram através de processos de antagonismo e diferenciação. Correlacionando com outras teorias, podemos explorar conceitos como o "nomos" proposto por Giorgio Agamben, que se refere à ordenação do espaço político e social por meio de categorias de inclusão e exclusão.

O conceito de "*nomos*" proposto por Giorgio Agamben (2004) é mais detalhadamente abordado em sua obra "O Estado de Exceção". Nesse sentido, a busca pelo "povo" como referencial pode ser entendida como uma tentativa de estabelecer um novo *nomos*, uma nova ordem que dê sentido e coesão à sociedade. Além disso, a teoria da hegemonia de Gramsci oferece uma perspectiva complementar, ao destacar a importância da luta pelo consenso e pela direção cultural na construção da ordem social. Foi elaborada principalmente em sua obra-prima "Cadernos do Cárcere".

Os conceitos relacionados à hegemonia são discutidos ao longo dos Cadernos, mas especificamente o termo "hegemonia" é mencionado em vários lugares, particularmente no "Caderno 22", onde Gramsci (2001) analisa as formas de dominação e a necessidade de conquistar a direção cultural como meio de alcançar o poder político. Ao considerar essas abordagens, podemos compreender melhor como as identidades políticas se formam e se transformam em um campo de constante disputa e negociação, onde o antagonismo desempenha um papel central na construção de significados e na organização das relações sociais.

A análise dessas dinâmicas nos permite entender a complexidade das interações políticas e a importância de uma abordagem que leve em conta a multiplicidade de vozes e perspectivas presentes na arena política. Conforme destacado por Mendonça (2010), o antagonismo pode ser compreendido como "uma experiência de negatividade". Essa afirmação revela-se fundamental na

medida em que não há identidades políticas previamente estabelecidas, mas sim uma constante dinâmica de confronto e contestação entre diferentes grupos e discursos.

Na lógica antagônica, as identidades sociais são sempre fluidas e provisórias, sendo continuamente desafiadas por outras identidades, o que impede sua fixação plena. O antagonismo, entendido como limite constitutivo do social, expressa a impossibilidade de uma objetividade total e impede a estagnação dos sentidos e das estruturas sociais. Ao contrário de representar apenas um obstáculo ou mera divisão, o antagonismo funciona como força dinâmica e criativa, promovendo a reinvenção e a reconfiguração contínua dos significados e das identidades políticas. Como enfatiza Mendonça (2010), o antagonismo não é simples oposição entre grupos, mas sim condição fundamental para a emergência de novas narrativas, para o questionamento das formas estabelecidas de poder e para a transformação permanente do campo discursivo e social.

Ampliando a compreensão, pode-se recorrer aos teóricos que abordam temas relacionados ao antagonismo e à formação discursiva. Judith Butler (2018), em seus estudos sobre performatividade de gênero, argumenta que as identidades são construídas através de práticas repetidas e rituais sociais, mas também são contestadas e subvertidas por meio de atos de resistência e desobediência. Por sua vez, em Michel Foucault (2014), em suas análises sobre poder e resistência, destaca a maneira como as relações de poder se manifestam e são contestadas através de práticas discursivas e dispositivos de saber-poder. Ele sugere que o antagonismo não se limita apenas a confrontos diretos entre identidades políticas, mas também permeia as relações de poder em níveis mais sutis e difusos.

Em *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical* (2015), Laclau argumenta que o antagonismo surge quando diferentes identidades políticas entram em conflito, desafiando as narrativas dominantes e as pretensões de totalidade. No entanto, em sua obra *Novas reflexões sobre a revolução de nosso tempo* (2007) Laclau reconhece que a formação discursiva não se limita ao corte antagônico externo ao sistema de representação discursivo. Ele passa a considerar também as articulações e os rearranjos internos dentro dessas estruturas discursivas como elementos constitutivos da

formação de significados e identidades políticas (Mendonça, 2003, p. 136). Assim, em vez de conceber o antagonismo como algo externo e disruptivo, ele passa a reconhecer sua presença também no interior das estruturas discursivas, onde diferentes significados e identidades são articulados e contestados.

Na análise de discurso, a compreensão da lógica antagônica também demanda a investigação das regularidades de sentido nos sistemas de representação discursiva. Isso ocorre através das articulações do "*corpus* discursivo", onde diferentes discursos disputam sentidos de representação de identidades. Essa dinâmica revela as relações de poder em jogo, as quais podem ser avaliadas antagonicamente pela observação das relações políticas. É a partir dessas relações que as identidades políticas se formam. Uma nova categoria teórica, o "deslocamento", surge como uma adição significativa nessa heurística. Aqui, o antagonismo é considerado como parte integrante de um sistema de significação, mas de uma forma mais complexa do que anteriormente abordada. O "outro" é um oponente na disputa simbólica e representa a própria possibilidade de simbolização.

O deslocamento, por sua vez, é o momento em que a estrutura de significação é desafiada, quando algo novo não pode mais ser processado dentro dos limites dessa estrutura. É importante ressaltar que o deslocamento não está contido no próprio antagonismo; ele é externo à lógica antagônica (Mendonça, 2010). Isso significa que o deslocamento representa um desafio ainda maior para as estruturas de significação estabelecidas, uma vez que elas são confrontadas com algo que não podem assimilar de imediato. Essa compreensão mais complexa do antagonismo e do deslocamento enriquece nossa análise da formação de identidades políticas e das dinâmicas discursivas. Ela nos convida a considerar não apenas as oposições diretas entre discursos, mas também os momentos em que esses discursos são confrontados com algo que não podem assimilar, abrindo espaço para novas possibilidades de significação e transformação.

A representação do "povo" e o papel do antagonismo, no contexto da construção do conceito de "povo", o antagonismo desempenha um papel crucial. A noção de "povo" muitas vezes emerge a partir da identificação de um grupo social em oposição a outro, delineando fronteiras simbólicas e políticas entre "nós" e "eles". Essa dinâmica de oposição é frequentemente explorada por

discursos populistas, que mobilizam o antagonismo para construir uma narrativa de luta entre o "povo" e suas supostas ameaças ou inimigos. No âmbito das relações antagônicas ainda desenvolve e desdobram-se dinâmicas complexas que não apenas refletem, mas também moldam o campo político. Essas dinâmicas são resultado de práticas articulatórias que buscam consolidar identidades e significados em meio à pluralidade de vozes e interesses presentes na esfera pública.

O antagonismo pode ser compreendido, à luz de Žižek (2008), como expressão da "falta no Outro". Nessa perspectiva, a ordem simbólica que estrutura nossas identidades e percepções está sempre marcada por uma ausência constitutiva, uma lacuna que se manifesta em inconsistências e contradições do sistema de significados que organizam o social. Ideologias políticas, religiosas e culturais, ao fornecerem narrativas e sistemas aparentemente coerentes, buscam preencher ou ocultar essa falta fundamental, criando uma ilusão de completude e estabilidade. Entretanto, Žižek adverte que tal preenchimento é impossível: toda tentativa de suturar essa ausência por meio de crenças totalizantes tende a gerar dogmatismos e novas formas de opressão. Por isso, o autor propõe que a emancipação política e subjetiva depende justamente do reconhecimento dessa falta constitutiva. Aceitar a impossibilidade de uma ordem plenamente harmoniosa abre espaço para abordagens mais criativas, plurais e críticas frente à realidade, permitindo lidar com os impasses e antagonismos de forma produtiva, em vez de buscar soluções ilusórias para conflitos sociais e identitários.

A estruturação do espaço político é um processo complexo permeado por diversas lógicas e dinâmicas. Segundo Laclau (2010), esse processo pode ser compreendido através das lógicas de equivalência e diferença, que operam de maneiras distintas, porém complementares, na configuração do campo político. Enquanto a lógica da equivalência busca simplificar esse espaço, a lógica da diferença atua no sentido oposto, expandindo e complexificando-o. A lógica da equivalência, conforme delineada por Laclau, trabalha na simplificação do espaço político. Isso significa que ela busca estabelecer relações de equivalência entre diferentes elementos, agrupando-os em categorias simplificadas e homogêneas. Nesse processo, a diversidade de demandas e interesses é reduzida a uma única identidade política, facilitando a mobilização

em torno de objetivos comuns. Por exemplo, em movimentos populistas, a lógica da equivalência pode ser observada na forma como diferentes demandas e insatisfações são unificadas sob uma única bandeira, simplificando a complexidade do espaço político.

Por outro lado, a lógica da diferença atua de maneira contrária, promovendo a expansão e complexificação do espaço político. Em vez de simplificar as relações políticas, essa lógica reconhece e valoriza a diversidade de identidades, demandas e discursos presentes na sociedade. Ao invés de buscar uma unidade homogênea, a lógica da diferença permite a coexistência e o diálogo entre múltiplas vozes e perspectivas políticas. Isso torna o espaço político mais rico e plural, permitindo a emergência de novas formas de engajamento e articulação política. É importante ressaltar que essas lógicas não são mutuamente exclusivas, mas sim complementares. Em diferentes contextos e momentos históricos, tanto a lógica da equivalência quanto a da diferença podem ser mobilizadas de forma estratégica para alcançar objetivos políticos específicos.

Assim, enquanto movimentos populistas tendem a utilizar a lógica da equivalência para unificar diversas demandas sob uma identidade coletiva, movimentos sociais mais fragmentados se valem da lógica da diferença para expressar sua pluralidade de pautas e identidades. Laclau (2010), em *A Razão Populista*, destaca ainda o papel das fronteiras antagônicas, que delimitam campos políticos opostos de forma dinâmica e porosa. Essas fronteiras configuram o espaço político como um terreno de permanente disputa e negociação de sentidos, envolvendo diferentes grupos e interesses em questões de classe, gênero, raça ou nacionalidade. No contexto da teoria do discurso, o populismo é visto como um estilo político e uma lógica de construção de identidades coletivas que articula demandas sociais dispersas em torno de uma oposição central entre “o povo” e “as elites”. Essa dinâmica será aprofundada a seguir.

2.2 O populismo

De acordo com Ferreira (2001), os termos "populismo" e "populista" não faziam parte do vocabulário político brasileiro em sua origem, sendo

incorporados e ressignificados ao longo do tempo, especialmente durante o governo Vargas. Na década de 1940, o populismo era compreendido como uma estratégia política associada à liderança carismática de Vargas, intensificada pela atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) na mobilização e construção do apoio popular, como evidenciado no movimento "Queremismo". Esse cenário provocou forte reação das elites liberais contrárias ao Estado Novo.

Para explicar a adesão popular ao "Getulismo", a oposição liberal recorreu à ideia de que o governo Vargas estaria utilizando técnicas de propaganda política de massa, semelhantes às empregadas pelo regime nazista na Alemanha. Essa interpretação buscava justificar o apoio popular ao governo autoritário do Estado Novo como resultado da manipulação da população, especialmente daqueles menos educados e críticos.

É interessante notar que, mesmo adversários declarados de Vargas, como Carlos Lacerda, não utilizavam o termo "populista" em seus ataques ao governo, pois a carga pejorativa associada ao conceito ainda não existia naquele momento. O sentido negativo só se consolidou posteriormente, acompanhando transformações na percepção e na análise do fenômeno político do populismo no Brasil.

Laclau (2013) rejeita uma definição estreita e unívoca do populismo, argumentando que sua natureza é contingente e relacional, moldada por contextos históricos, sociais e políticos específicos. Para ele, o populismo não é apenas uma estratégia de liderança, mas uma lógica discursiva e uma forma de construção de identidades políticas. Certamente, o estudo do populismo, conforme Laclau desenvolve em *A Razão Populista*, oferece uma abordagem inovadora para compreender esse fenômeno na política contemporânea. O autor propõe analisar o populismo não por definições rígidas, mas como uma lógica política contingente, marcada pela articulação de demandas sociais e identidades em contextos históricos e sociais específicos.

Laclau (2013 p. 29) questiona fundamentalmente a lógica de formação das identidades coletivas:

O ponto de partida é uma insatisfação básica com as perspectivas sociológicas que, ou consideravam o grupo como a unidade básica da análise social, ou tentavam transcender essa unidade através de paradigmas holísticos funcionalistas ou estruturalistas. As lógicas que pressupõem esses tipos de funcionamento social são, do nosso ponto de vista, demasiadas simples e uniformes para capturar a variedade

de movimentos envolvidos na construção de identidades. É desnecessário dizer que o individualismo metodológico em qualquer uma de suas variantes — incluindo a escolha racional — também não fornece qualquer alternativa ao tipo de paradigma que estamos tentando questionar.

Este trecho introduz a abordagem crítica de Laclau em relação às teorias sociológicas existentes sobre identidade coletiva. Ele argumenta que tanto as perspectivas que enfatizam o grupo como unidade básica de análise quanto aquelas que buscam uma visão holística do funcionamento social são inadequadas para entender a complexidade da construção das identidades. Laclau também critica o individualismo metodológico, argumentando que não oferece uma alternativa viável para compreender a formação das identidades coletivas.

Na construção da sua concepção de populismo, Laclau tem explorado o processo de formação das identidades coletivas, destacando dois aspectos principais. Primeiro, ele descreve a abordagem de dividir a unidade do grupo em unidades menores chamadas demandas, e enfatiza que a unidade do grupo é resultado da articulação dessas demandas. No entanto, essa articulação não cria uma totalidade unificada estável, mas sim uma relação complexa entre as demandas e a ordem estabelecida, onde as demandas estão simultaneamente dentro e fora dessa ordem. Essa dinâmica contraditória implica diferentes formas de articulação entre a lógica da diferença e a lógica da equivalência. O seu destaque para importância da nomeação na constituição da unidade de uma formação social, visto que a impossibilidade de definir essa unidade em um objeto conceitualmente apreensível ressalta a centralidade da nomeação.

Além disso, ele argumenta que a necessidade de um elemento que una os elementos heterogêneos em uma formação social, o que não é fornecido por abordagens funcionalistas ou estruturalistas, e destaca a importância do afeto na constituição social, uma ideia que remonta a Freud, que entendia o vínculo social como sendo libidinal.

A noção de populismo, segundo Bobbio (1997), pode ser entendida como uma ideologia, um credo ou um elemento central da soberania popular, sendo frequentemente abordada de maneira lírica e emotiva no meio acadêmico. O autor destaca que, historicamente, o populismo assume uma natureza mais literária do que política ou filosófica, com manifestações culturais e poéticas que

evidenciam valores populares supostos ou reais. A categoria do “povo”, central ao conceito de populismo, abrange diferentes grupos sociais — camponeses, trabalhadores urbanos e rurais, ou mesmo segmentos à margem do sistema — não se limitando a uma classe ou profissão específica. Como sintetizou Eva Perón, “descamisado é aquele que se sente como povo”, ressaltando a dimensão identitária e emocional que transcende barreiras econômicas e profissionais. Assim, o populismo se apresenta como um fenômeno complexo, cuja identidade coletiva é construída por fatores históricos, culturais e afetivos, e não apenas por critérios políticos ou sociais restritos.

O populismo, segundo Laclau, não deve ser reduzido a uma simples estratégia de liderança, mas compreendido como uma lógica discursiva que constrói identidades políticas em meio a crises de representação e legitimidade nas democracias contemporâneas. No entanto, ele adverte para a ambiguidade e contradições inerentes ao populismo, que podem abrir espaço para formas autoritárias de governo. Conforme explicitado por Laclau:

O populismo é o equivalente político da constituição do povo como um sujeito democrático. Sua ambiguidade reside no fato de que, embora seu discurso invoque uma comunidade homogênea e unificada, sua prática é sempre heterogênea e parcial, marcada por tensões internas e contradições (Laclau, 2013, p. 37).

Isso mostra a complexidade do fenômeno populista, destacando sua natureza multifacetada e dinâmica, que desafia as fronteiras tradicionais entre esquerda e direita na política.

Assim, o conceito de populismo envolve um conjunto de características inter-relacionadas que ampliam sua compreensão enquanto fenômeno político. Para além da relação direta entre o líder e as massas, o populismo destaca-se por sua ambiguidade constitutiva e flexibilidade estratégica, permitindo-lhe articular demandas heterogêneas sob uma bandeira comum e adaptar-se a diferentes contextos históricos e sociais. Essa capacidade de mobilizar grupos sociais diversos, frequentemente portadores de interesses contraditórios, revela-se central para o êxito político do movimento.

O discurso populista costuma recorrer a uma retórica simplificada e fortemente carregada de apelos emocionais, o que contribui para a construção de vínculos identitários e afetivos entre o líder e a coletividade, reforçando sua

legitimidade como representante singular do “povo”. Não menos relevante é a tendência do populismo à polarização, materializada na oposição dicotômica entre “nós” (o povo) e “eles” (as elites, adversários ou inimigos), estratégia que reforça a coesão interna do movimento e legitima sua liderança.

Cumprir destacar o papel central da mídia e das redes sociais na difusão e legitimação do discurso populista, ampliando seu alcance e capacidade de mobilização. Nessa perspectiva, conforme analisado por Laclau, o populismo apresenta-se como um fenômeno eminentemente relacional, caracterizado pela ambiguidade, pela polarização, pelo uso da retórica afetiva e pela articulação de demandas sociais múltiplas.

Ademais, autores como Cas Mudde ressaltam a dimensão ideológica do fenômeno populista, destacando sua tendência a construir uma divisão dualista e simplificada da realidade política. Segundo Mudde (2017), o populismo estrutura-se na oposição entre “o povo puro” e “a elite corrupta”, apresentando-se como expressão autêntica da vontade popular em confronto com uma elite percebida como distante e ilegítima. Essa narrativa dualista não apenas simplifica a complexidade social e política, mas também legitima o discurso populista ao apelar para valores e emoções compartilhados, articulando demandas em torno de uma identidade coletiva.

Na obra *Populism: A Very Short Introduction* (Mudde; Kaltwasser, 2017), os autores examinam os desafios e controvérsias do populismo contemporâneo, evidenciando seus potenciais efeitos sobre a democracia, a governança e os direitos humanos. Argumentam que o populismo, ao reivindicar a soberania popular em oposição às instituições tradicionais, pode tanto expressar insatisfações legítimas quanto acirrar a polarização social e fragilizar mecanismos democráticos. Ao analisar experiências da América Latina, Europa e Estados Unidos, os autores mostram como o populismo emerge frequentemente em contextos de crise econômica, política ou cultural, adaptando-se a distintas realidades e influenciando de forma decisiva a dinâmica política global.

No que tange às modalidades populistas, de acordo com Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo de esquerda tende a enfatizar as demandas das classes trabalhadoras, buscando a redistribuição de recursos e a promoção de políticas sociais inclusivas. Ele se baseia na retórica de confronto entre o “povo”

(representado como as classes trabalhadoras ou marginalizadas) e uma "elite" (que muitas vezes é identificada como a classe dominante ou os detentores do poder econômico) (Mudde; Kaltwasser, 2017).

Já em Mouffe (2020), por sua vez, argumenta-se que o populismo de esquerda pode ser entendido como uma tentativa de mobilizar as massas em torno de uma agenda de justiça social e igualdade, desafiando as estruturas de poder existentes em nome dos interesses do povo. O populismo, independentemente de sua orientação política, normalmente representa um movimento de oposição às elites estabelecidas e que propõe políticas em favor das pessoas comuns. O populismo de esquerda, em contraste com sua contraparte de direita, abraça os valores da justiça social, combatendo a desigualdade de renda, defendendo os direitos dos trabalhadores e promovendo políticas inclusivas. Procura abordar as causas estruturais das disparidades econômicas, enfatizando a redistribuição de recursos e a provisão de programas de bem-estar social.

O populismo de esquerda apresenta uma alternativa progressista à ordem neoliberal predominante, com foco na justiça econômica, na proteção dos direitos dos trabalhadores e na promoção de políticas inclusivas. Ao desafiar o *status quo*, oferece soluções potenciais para os desafios sociais e econômicos que enfrentamos hoje. No entanto, é essencial reconhecer as complexidades da implementação de tais políticas e navegar pelas armadilhas ideológicas. Um movimento populista de esquerda bem desenhado, apoiado por políticas sólidas e uma liderança forte, tem o potencial de criar uma sociedade mais justa, fomentando a coesão social e a solidariedade. Ainda o populismo de esquerda defende um sistema econômico mais justo que desafie a supremacia do poder corporativo, fomentando assim o empreendedorismo e a criação de riqueza para todos. Ao promover a tributação progressiva, regulamentar os mercados financeiros e implementar proteções trabalhistas, busca reduzir a desigualdade e aumentar a mobilidade social.

Uma redistribuição da riqueza e uma política econômica inclusiva garantiriam que a maioria se beneficiasse do crescimento econômico, criando assim uma sociedade mais estável e próspera. Além dos pontos mencionados, é importante destacar que o populismo de esquerda também pode enfatizar a importância da participação democrática e do engajamento cívico. Isso envolve

não apenas a implementação de políticas inclusivas, mas também a promoção de processos decisórios transparentes e acessíveis à população.

O populismo de direita, conforme caracterizado por Mudde e Kaltwasser (2017), fundamenta-se, em geral, em uma plataforma nacionalista, conservadora e anti-imigração. Tal vertente populista valoriza a soberania nacional, a preservação da identidade cultural e a segurança interna como eixos centrais, ao mesmo tempo em que constrói a figura do "outro" — imigrantes, minorias étnicas ou grupos percebidos como *outsiders*¹ — como ameaça à integridade do "povo" e da nação. Muitas vezes, está associado a líderes autoritários que minam as instituições democráticas em nome da vontade do "povo". Isso pode incluir a erosão da separação de poderes, a restrição da liberdade de imprensa e a manipulação de processos eleitorais para perpetuar o poder.

Apesar de sua retórica *antiestablishment*, muitos líderes populistas de direita adotam políticas econômicas neoliberais que favorecem grandes corporações e elites econômicas em detrimento da classe trabalhadora. Isso pode incluir cortes de impostos para os ricos, desregulamentação financeira e enfraquecimento dos sindicatos. O populismo de direita muitas vezes capitaliza o medo e a insegurança econômica e cultural entre os eleitores, promovendo uma narrativa de "nós contra eles" e oferecendo soluções simplistas e autoritárias para problemas complexos. Muitos líderes populistas de direita recorrem à desinformação e à propaganda para manipular a opinião pública e consolidar seu poder. Isso pode incluir a disseminação de teorias da conspiração, a demonização da imprensa independente e o uso de redes sociais para disseminar mensagens polarizadoras e divisivas.

Mouffe (2020) também reconhece a existência do populismo de direita, que se caracteriza por mobilizar o povo em torno de uma identidade nacionalista e excludente, muitas vezes culminando em políticas que promovem a exclusão e a marginalização de certos grupos sociais.

O populismo de centro, segundo Mudde e Kaltwasser, pode ser menos ideológico e mais pragmático em sua abordagem. Ele busca atrair eleitores de

¹ *Outsiders*, no contexto político, são indivíduos ou grupos percebidos como externos ao núcleo social ou nacional dominante. Podem incluir imigrantes, minorias étnicas, opositores políticos ou qualquer segmento considerado alheio aos valores, identidades ou interesses do "povo" idealizado pelo discurso populista.

diferentes espectros políticos, muitas vezes adotando políticas de compromisso e conciliação para manter ou conquistar o poder (Mudde; Kaltwasser, 2017). Embora talvez menos abordado explicitamente em Mouffe (2020), o populismo de centro pode ser entendido como uma tentativa de conciliar demandas divergentes dentro da sociedade, sem necessariamente desafiar as estruturas de poder existentes de maneira radical.

Essas definições mostram a multiplicidade de manifestações do populismo, que assume contornos distintos conforme as dinâmicas políticas, culturais e históricas de cada sociedade. Autores como Mudde, Kaltwasser, Laclau e Mouffe oferecem instrumentos analíticos relevantes para compreender as implicações e características dessas distintas formas de populismo, já abordadas anteriormente. Nesse debate, Francisco Panizza (2005), em *Populism and the Mirror of Democracy*, apresenta o populismo como um estilo político centrado na mobilização das massas contra as elites, geralmente sob a liderança de uma figura carismática que se coloca como a legítima representante do “povo verdadeiro”.

Entre as características apontadas por Panizza, destacam-se o dualismo social (a ênfase na divisão entre “povo” e “elites”) e o papel do líder carismático, capaz de canalizar as demandas populares e desafiar o establishment. O autor também ressalta o antipluralismo, marcado pela rejeição à diversidade institucional e pela centralização do poder, e a mobilização de massas por meio de discursos emocionais, muitas vezes à margem dos procedimentos democráticos convencionais. Segundo Panizza, o populismo tende a prosperar em contextos de elevada desigualdade social, crises institucionais e descrédito das estruturas democráticas, podendo tanto articular demandas legítimas quanto representar ameaça aos fundamentos democráticos, ao enfraquecer direitos individuais e instituições representativas.

A construção discursiva do populismo, como descrita por Laclau e Mouffe, enfatiza a centralidade do discurso na formação de identidades políticas e na mobilização de apoio popular. Isso se torna especialmente relevante ao analisar a ascensão de líderes populistas em diferentes contextos ao redor do mundo. No contexto do populismo, Laclau e Mouffe afirmam que os líderes populistas constroem um “nós” coletivo ao mobilizar diferentes demandas e identidades em torno de uma narrativa unificadora. Isso é feito através do uso de símbolos,

metáforas e slogans que ressoam com as aspirações e frustrações do público-alvo. Por exemplo, um líder populista de direita pode usar retórica anti-imigração e nacionalista para construir uma narrativa que retrata os imigrantes como uma ameaça à identidade nacional e à segurança do "povo".

Laclau (2013) compreende o populismo como um fenômeno que emerge em momentos de crise, caracterizados pela incapacidade das instituições tradicionais em responder às demandas sociais. Nesses contextos, líderes populistas mobilizam estratégias discursivas que articulam diferentes reivindicações em uma cadeia de equivalência, promovendo a construção de uma identidade coletiva sob o signo do "povo". A unificação dessas demandas ocorre em torno de pontos nodais, elementos simbólicos que funcionam como eixos de agregação, adaptando-se aos contextos históricos e culturais (por exemplo, temas ligados à identidade nacional, justiça social ou segurança).

No âmbito da teoria laclauiana, destaca-se a distinção entre demandas democráticas, que permanecem isoladas, e demandas populares, que se conectam em equivalência e compõem um projeto político mais amplo. Essa articulação é fundamental para o funcionamento do populismo, pois permite a transformação de reivindicações segmentadas em uma identidade coletiva capaz de desafiar a ordem estabelecida.

No próximo tópico, serão apresentadas as noções de Laclau e Mouffe sobre a construção discursiva do populismo, destacando como suas formulações diferem das definições mais convencionais do fenômeno.

2.3 Diálogos (pós-)estruturalistas: populismo, linguagem e discurso

Os conceitos estruturantes da teoria semiótica, especialmente conforme elaborados por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral* (2008), constituem um marco no estudo dos signos, significados e significantes. A distinção entre significante e significado, central na obra de Saussure, permite compreender a linguagem como um sistema em que os sentidos são produzidos e interpretados de modo relacional. Esses fundamentos são essenciais para a análise dos processos de ressignificação que perpassam os estudos do

populismo em Laclau e Mouffe, pois evidenciam como os termos e categorias adquirem novos sentidos no campo discursivo.

A aproximação entre discurso, linguística e estruturalismo reforça esse entendimento. O estruturalismo de Lévi-Strauss atribui ao significante outra percepção, isto é, a de estrutura, enquanto atribui ao significado a percepção de sentido. A associação do termo "discurso" a um campo disciplinar das ciências humanas deve-se aos trabalhos de Saussure, no campo da linguística (Saussure, 2008). Através desse conhecimento acumulado, foi possível desenvolver o conceito de discurso, proporcionando uma unidade de significação que transpassa o mero corpo de palavras de uma frase. Ao criar categorias como significado (o conteúdo do objeto) e significante (aquilo que o representa), e atribuir autonomia ao significante por meio do uso de recursos teóricos, a teoria desenvolve a noção de discurso.

Nesse contexto, o discurso é concebido como um sistema relacional em que objetos e significados se articulam segundo regras específicas. O significante, entendido como unidade de significação, adquire sentido apenas em relação aos demais elementos do sistema. Assim, o discurso ultrapassa a noção de simples encadeamento de palavras e se apresenta como uma estrutura capaz de produzir e organizar significados.

No contexto dos estudos do populismo em Laclau e Mouffe, a linguística e seus conceitos desempenham um papel significativo na análise da formação discursiva e nos processos de ressignificação dos termos. A ressignificação é um processo central nas estratégias discursivas dos líderes populistas, que buscam redefinir conceitos e categorias políticas de acordo com suas próprias agendas e interesses. Podemos, em concreto, constatar o fenômeno que pode ser observado na maneira como os líderes populistas mobilizam e manipulam os discursos em torno de termos como "povo", "elite" e "corrupção". Por meio de uma linguagem simplificada e emotiva, esses líderes constroem narrativas binárias que polarizam a sociedade entre "eles" e "nós", em que o "povo" é representado como virtuoso e autêntico, enquanto a "elite" é retratada como corrupta e distante das necessidades do povo. Essa estratégia discursiva opera

através da ressignificação desses termos, atribuindo-lhes novos significados e conotações que se alinham com a agenda populista.

Por exemplo, o termo "povo" deixa de representar uma diversidade de interesses e identidades para se tornar um conceito unificado e homogêneo, em oposição à "elite", que é caracterizada como uma entidade monolítica e opressora. Da mesma forma, a "corrupção" pode ser associada exclusivamente àqueles que estão no poder, enquanto os líderes populistas se apresentam como os verdadeiros representantes do povo, incorruptíveis e comprometidos com o bem-estar da nação. Verifica-se que a linguística fornece as ferramentas conceituais necessárias para desvendar essas estratégias discursivas e analisar como os significados são produzidos e contestados no contexto político.

Para Saussure (2008), o signo é a unidade fundamental da linguagem e é composto por dois elementos que estão sempre interligados: o significante, que diz respeito ao aspecto material do signo, como o som da palavra, a imagem ou a escrita, e o significado, que corresponde à ideia, conceito ou representação mental associada ao significante. Usando o exemplo da palavra "cachorro", o som ou a escrita da palavra representam o significante, enquanto o conceito do animal é o significado. Um ponto na teoria de Saussure é a arbitrariedade dessa relação, ou seja, não existe uma conexão natural entre o significante e o significado, pois essa associação é estabelecida por convenção social. A bilateralidade do signo também é fundamental, já que o significado e o significante não podem ser dissociados, uma vez que dependem um do outro para formar o signo linguístico.

Além desses aspectos, Saussure ressalta a importância da linearidade na linguagem. Os signos se organizam em sequência, formando frases e textos cuja ordem é fundamental para que o significado seja compreendido. Outro conceito importante é a diferença entre *langue* e *parole*: a *langue* refere-se ao sistema coletivo e abstrato da língua, enquanto a *parole* diz respeito ao uso individual e concreto desse sistema nas situações de fala. Para o autor, a linguagem é um fenômeno social e histórico, constituído e modificado continuamente pela coletividade e pelas transformações culturais da sociedade. Dessa forma, a

linguagem não é estática, mas se adapta ao longo do tempo conforme o uso dos falantes.

As transformações na linguagem estão ligadas a mudanças sociais, culturais e históricas, de modo que compreender a linguagem exige levar em conta o contexto em que está inserida. Saussure (2008) também enfatiza que os signos adquirem significado a partir de suas relações dentro do sistema linguístico. Esse princípio, chamado de diferença, determina que o sentido de um signo decorre de sua distinção em relação aos demais elementos do sistema. Assim, na língua portuguesa, o significado da palavra “cão” é estabelecido por sua diferença em relação à palavra “gato”, já que cada uma remete a conceitos distintos dentro do mesmo sistema linguístico.

Peirce (2005) concebe o signo como um processo triádico formado por representamen, objeto e interpretante. O representamen corresponde à parte perceptível, o objeto é aquilo que o signo evoca e o interpretante é o efeito cognitivo que se forma na mente do intérprete. A partir dessa base, o autor propõe três grandes categorias de signos. O ícone mantém semelhança com seu objeto, como ocorre em uma fotografia. O índice apresenta conexão causal ou física, a exemplo de uma pegada que indica a passagem de um animal. Já o símbolo estabelece relação puramente convencional, como acontece com as palavras de uma língua.

O processo pelo qual os signos produzem significados é denominado semiose. Ele é dinâmico e contínuo, pois cada interpretação pode gerar novos signos em cadeia, configurando o que Peirce chama de semiose ilimitada. Dessa forma, o sentido de qualquer signo se define apenas em relação a outros signos dentro de um sistema mais amplo. Esses princípios ajudam a esclarecer fenômenos concretos. Na política, bandeiras, slogans e cores funcionam como símbolos que moldam identidades nacionais e influenciam a opinião pública. Na publicidade e no design, associações visuais e verbais orientam escolhas de consumo ao ativar interpretações desejadas.

Quando articulamos a semiótica de Peirce à teoria do discurso de Laclau, torna-se possível examinar como significados políticos são construídos socialmente. Para Laclau, os sentidos não são fixos; articulam-se em práticas discursivas que constituem identidades e antagonismos. Assim, os conceitos de signo, significante e significado oferecem um instrumental útil para analisar as

estratégias discursivas de atores políticos na formação de hegemonias e na agregação de demandas populares.

A análise semiótica é valiosa para compreender como líderes populistas constroem suas imagens e mensagens políticas. Por meio de signos — como símbolos nacionais, slogans simplificados e uma retórica carregada de emoção — esses atores articulam demandas heterogêneas e formam uma identidade coletiva. Na perspectiva de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a linguagem não apenas expressa percepções, mas também as modela. Os significados, portanto, não são inerentes aos objetos; resultam de práticas discursivas que ganham forma nas relações sociais e políticas.

Nesse processo, discursos sobre gênero, classe ou etnia participam da definição de identidades individuais e grupais, enquanto, no âmbito político, a linguagem serve para articular ideologias, mobilizar apoio e legitimar ações. Líderes populistas tendem a empregar metáforas e estereótipos que tocam aspirações e temores do público, construindo uma narrativa que opõe um “povo autêntico” a uma elite ou a grupos considerados ameaçadores. Tal retórica reforça a coesão interna e legitima a centralização do poder na figura do líder que se apresenta como guardião dos interesses do “verdadeiro povo”.

Laclau e Mouffe apresentam uma compreensão do populismo como lógica política que estrutura identidades por meio de antagonismos sociais. Nessa ótica, líderes populistas utilizam símbolos nacionais, slogans diretos e apelos emocionais para articular reivindicações diversas em torno de uma identidade coletiva chamada “povo”, posicionada contra uma elite ou grupo ameaçador. A linguagem ocupa, então, lugar central: longe de simplesmente espelhar a realidade, ela a modela de maneira contingente, produzindo sentidos que só existem em relação a outros discursos e práticas sociais.

A intertextualidade, conforme desenvolvida por Mikhail Bakhtin (2010), aprofunda essa dinâmica. Todo enunciado dialoga com textos e discursos anteriores, incorporando referências que ampliam ou subvertem significados. Quando um líder populista evoca eventos históricos, mitos nacionais ou expressões populares, ele produz ligações com memórias coletivas que reforçam a dicotomia “nós” e “eles”. Essas conexões geram um mosaico

simbólico que mobiliza emoções, legitima demandas e sustenta a imagem de guardião dos interesses do povo.

Além da intertextualidade, a interdiscursividade ilumina a forma como diferentes registros (político, midiático, cultural ou acadêmico) interagem no espaço público. Discursos circulam, sobrepõem-se e competem, e desse entrelaçamento emergem novas configurações de sentido. No populismo, discursos econômicos podem combinar-se a narrativas morais e a referências religiosas, compondo uma trama que justifica posições políticas e cria comunidades simbólicas de pertencimento. Assim, a teoria do discurso de Laclau e Mouffe, lida em conjunto com os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, ajuda a explicar por que certas palavras, imagens ou gestos se tornam capazes de galvanizar multidões e remodelar fronteiras identitárias dentro das sociedades contemporâneas.

A interdiscursividade, entendida como a interação entre diferentes formações discursivas, é fundamental para a teoria do discurso de Laclau e Mouffe, que descreve a política como um campo permanente de disputa simbólica. Para esses autores, significados políticos são contingentes e resultam de articulações históricas que buscam estabelecer hegemonias. Nessa perspectiva, a interdiscursividade torna-se o mecanismo pelo qual discursos distintos se conectam, competem e, por vezes, se combinam na formação de novas narrativas.

Tais dinâmicas ficam evidentes em práticas como campanhas eleitorais, debates legislativos e mobilizações sociais, onde atores políticos utilizam recursos de discursos alheios para ampliar alianças e legitimar suas posições. A narrativa populista oferece um exemplo claro: líderes reúnem demandas e ressentimentos diversos em torno da contraposição entre um povo unificado e uma elite percebida como corrupta ou distante, apropriando-se de elementos discursivos heterogêneos para reforçar essa clivagem.

Relacionar interdiscursividade à teoria de Laclau e Mouffe revela, portanto, que a luta política é inseparável da disputa por interpretação e que a

força de qualquer projeto hegemônico reside na capacidade de articular, no plano discursivo, significados provenientes de múltiplas tradições e campos sociais.

2.4 Considerações parciais

Após uma análise da intersecção entre a teoria do discurso e o fenômeno populista, é possível tecer algumas considerações que destacam a complexidade e a relevância dessa abordagem para a compreensão do populismo contemporâneo. A análise teórica sobre a interseção ainda proporcionou uma compreensão mais profunda das estratégias discursivas utilizadas pelos líderes populistas na construção da noção de "povo" e na criação de uma identidade coletiva. Ao investigar as dinâmicas de poder subjacentes aos discursos populistas e destacar as relações de antagonismo entre o "povo" e seus "opressores", pudemos entender melhor a natureza complexa e multifacetada do populismo como uma estratégia política.

Ao contextualizar o populismo de forma abrangente e evitar rotular qualquer discurso específico, conseguimos analisar a lógica subjacente à formação das relações políticas e dos significados atribuídos, oferecendo uma perspectiva mais ampla sobre o fenômeno. Além disso, discutimos o impacto dos discursos populistas na esfera política e social, incluindo suas implicações para a democracia e a coesão social.

Operando dentro do arcabouço teórico de Laclau, nossa análise se concentra na elaboração e articulação dos discursos populistas, permitindo uma compreensão mais profunda do processo discursivo durante períodos-chave, como as eleições no Brasil. Ao decodificar os discursos e entender como funcionam como instrumentos de mobilização política e construção de identidades coletivas, conseguimos lançar luz sobre as dinâmicas políticas e discursivas que moldaram o cenário político brasileiro.

A noção de hegemonia é central na teoria e a tese ora apresentada, referindo-se à dominação política de uma classe ou grupo social sobre outros, através da construção de consenso em torno de uma visão de mundo específica. O antagonismo, por sua vez, aponta para as divisões sociais e políticas que geram conflitos e lutas por poder. Identidades políticas são construídas por meio de práticas discursivas que articulam demandas sociais em torno de demandas

políticas específicas. A diferenciação e equivalência são destacadas na formação de coalizões políticas, unificando diferentes demandas sob uma bandeira comum.

Por outro lado, a lógica da diferença pode estar presente na diversidade de vozes e perspectivas políticas que não se encaixam necessariamente na narrativa simplificada do "povo". Isso pode incluir grupos minoritários, movimentos sociais e dissidentes políticos que desafiam a homogeneização do discurso populista e destacam a complexidade e diversidade da sociedade. Portanto, ao analisar a formação do "povo" como discurso nos contextos do lulismo e bolsonarismo, é importante considerar como as lógicas de equivalência e diferença são mobilizadas estrategicamente para construir e contestar essa identidade política simplificada. Isso permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas e discursivas que moldam a percepção e mobilização do "povo" nessas campanhas eleitorais.

O capítulo examinou o populismo em suas dimensões discursiva, identitária e nas estratégias políticas concretas. Esse exame fornece fundamentos sólidos para compreender como a ideia de "povo" foi articulada no lulismo e no bolsonarismo nas eleições de 2018 e 2022. O próximo capítulo tratará do processo de emergência e consolidação desses dois movimentos.

3. Lulismo: ascensão e crise

O lulismo configura-se como um marco na trajetória política brasileira, delineado sobretudo nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Este capítulo investiga os fundamentos socioeconômicos e institucionais que propiciaram o surgimento e a consolidação dessa experiência, estendendo a análise às administrações Dilma Rousseff (2011-2016) e ao processo de gradual desarticulação que antecedeu a ascensão do bolsonarismo. A interpretação mobiliza categorias da teoria do discurso e da literatura sobre populismo, dialogando com as contribuições de André Singer, Laura Carvalho e outros intérpretes da política brasileira contemporânea, a fim de esclarecer as condições de possibilidade, os mecanismos de manutenção e os limites históricos do lulismo.

3.1 Lula, o líder carismático

Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Lula, emergiu como uma figura proeminente no cenário político brasileiro, transitando de sua origem como líder sindical para se tornar uma das principais vozes da esquerda política no Brasil. Sua jornada, desde os primeiros dias como um ex-metalúrgico até a fundação e liderança do PT e sua eventual ascensão à Presidência da República, é um exemplo fascinante de mobilidade social e engajamento político em um contexto de ditadura militar e lutas por direitos sociais. Neste trabalho, será abordada a construção da liderança sindical de Lula e sua transição para a arena política, com base em biografias autorizadas e documentadas. Conforme consta, Lula nasceu em uma família de trabalhadores pobres na região Nordeste do Brasil e migrou para São Paulo em busca de melhores oportunidades de trabalho (Paraná, 2016).

Sua experiência como metalúrgico na região industrial do ABC paulista o colocou em contato direto com as condições precárias de trabalho e a organização sindical. As biografias *Lula: A História do Brasil que Ele Conhece*, de Denise Paraná (2016), e *Lula: O Filho do Brasil*, de Denise Assis (2009), oferecem detalhes sobre tal jornada. Desde as bases sindicais até se tornar no auge das lutas sindicais e da repressão política da ditadura militar, Lula foi um

dos principais articuladores na criação do PT em 1980, além de ter sido presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada por intensas lutas sindicais e pela persistência da repressão política, especialmente durante os anos finais da ditadura militar. Esses eventos tumultuados forneceram o contexto para a emergência de movimentos sociais, como a criação do PT, no qual Luiz Inácio Lula da Silva desempenhou papel central. Nesse período, o Brasil enfrentou uma série de greves e mobilizações sindicais em várias indústrias, incluindo o setor metalúrgico, bancário e de transporte.

Um episódio significativo foi a Greve dos Metalúrgicos do ABC em 1979, anterior aos anos 1980, liderada por Luiz Inácio Lula da Silva, que marcou o início de intensas atividades sindicais na região industrial de São Paulo. Segundo Antunes (2010), as greves foram motivadas por demandas por melhores condições de trabalho, aumento salarial e oposição às políticas econômicas do regime militar. Apesar do processo de abertura política que começou na segunda metade da década de 1970, a repressão política persistiu nos anos 1980, especialmente contra líderes sindicais e ativistas de esquerda.

A atuação e militância política de Lula, enraizada na defesa dos direitos dos trabalhadores e na luta contra a desigualdade social, moldou os princípios fundamentais do partido. Com o crescimento do PT como uma força política significativa, Lula gradualmente se destacou como uma liderança nacional num processo orgânico. As campanhas presidenciais em 1989, 1994 e 1998, embora sem sucesso, ajudaram a solidificar a imagem de defensor dos interesses populares. A trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva é, portanto, um testemunho da capacidade de mobilização e liderança em meio a um contexto complexo. Sua transição do sindicalismo para a política partidária mostra suas próprias e a necessidade de representação e defesa dos interesses dos trabalhadores e das camadas mais desfavorecidas da sociedade brasileira, como sedimentado ao longo desta construção.

Podemos afirmar que isso não se constitui num fenômeno recente. André Singer (2012), em *Os Sentidos do lulismo: Reforma Gradual e Pacto Conservador*, apresenta uma análise interessante sobre a origem do fenômeno populista do lulismo no Brasil. De acordo com o autor, o surgimento do lulismo

está intimamente relacionado com uma série de fatores históricos, econômicos e sociais que se desenvolveram ao longo de décadas. Além das desigualdades sociais e econômicas, existem outros aspectos fundamentais que contribuíram para a consolidação do fenômeno do lulismo no Brasil, como no período dos governos do PT, liderados por Lula, coincidiu com um significativo aumento da classe média brasileira. Políticas de inclusão social, como o Bolsa Família e programas de crédito facilitado, contribuíram para que milhões de brasileiros ascendessem à classe média, alterando o cenário político e social do país, como será mais bem abordado na próxima seção.

3.2 O surgimento do lulismo

Começamos por destacar os fatores que propiciaram o surgimento do lulismo e como ele se configurou, em consonância com a perspectiva de governos que se basearam na implementação de reformas graduais, ancoradas em um pacto de preservação de um *status quo* viável. Segundo a perspicaz visão de Singer (2012), o lulismo se manifesta sob o signo da contradição, conjugando conservação e transformação, reprodução e superação, decepção e esperança, em um movimento dialético intrincado. É a natureza ambígua desse fenômeno que desafia sua interpretação.

O fenômeno, surgido com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva, consolidou-se como uma forma de populismo de esquerda, caracterizado por uma retórica inclusiva que buscava representar os interesses das camadas mais desfavorecidas da sociedade. A base discursiva centrava-se na noção de identidade coletiva, mobilizando o discurso da luta de classes e promovendo a polarização política em termos de "nós" (o povo, os trabalhadores) *versus* "eles" (as elites, os poderosos).

O lulismo é, portanto, caracterizado pela combinação de políticas sociais voltadas à redução da desigualdade e da pobreza, com uma gestão econômica mais alinhada aos interesses do mercado e do capitalismo. O governo Lula implementou programas sociais, visando a melhorar as condições de vida das camadas mais pobres da população, ao mesmo tempo que manteve políticas econômicas que buscavam a estabilidade macroeconômica e o crescimento (Singer, 2012).

A consolidação desse fenômeno iniciou-se em 2006, como indica Singer (2012), o qual sustenta que esse contexto foi decisivo para solidificar o projeto político liderado por Luiz Inácio Lula da Silva, que logrou constituir uma base eleitoral coesa, sobretudo entre trabalhadores e estratos socialmente mais vulneráveis. Isso se deve a uma mudança no espectro eleitoral, decorrente da significação identitária da população brasileira mais empobrecida sob a liderança de Lula. Conforme destacou Singer: “Isso quer dizer que, embora o processo de mudança tenha começado em 2002, a eleição decisiva do ponto de vista das classes, na qual o subproletariado adere em bloco a Lula e a classe média ao PSDB, é a de 2006” (Singer, 2012, p. 14).

Após uma acirrada disputa na eleição presidencial brasileira de 2002, em que Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, enfrentou nomes como José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB), o país testemunhou a vitória de Lula no segundo turno, com uma expressiva margem de 61% dos votos válidos. Essa eleição foi marcada por uma polarização entre Lula e Serra, com o primeiro emergindo como vitorioso. Entretanto, o cenário econômico pós-eleitoral foi caracterizado por turbulências, principalmente no mercado cambial. O Real enfrentou uma significativa desvalorização em relação ao Dólar, com a taxa de câmbio atingindo patamares próximos a R\$ 4,00 por \$1,00 no final de 2002 e início de 2003. Essa volatilidade refletia as incertezas dos investidores quanto às políticas econômicas que seriam adotadas pelo novo governo.

Para acalmar os mercados e promover a confiança dos investidores, o presidente eleito Lula nomeou Antônio Palocci como Ministro da Fazenda em novembro de 2002. Palocci, um médico e político experiente, adotou uma postura pró-mercado e anunciou uma equipe econômica composta por nomes reconhecidos no meio financeiro. Essa escolha foi fundamental para tranquilizar os agentes econômicos, resultando em uma estabilização do Dólar. Conforme destacado por Malan (2018a), a taxa de câmbio encerrou o período com uma queda, chegando a R\$ 3,54 por \$1,00. Esse movimento demonstra como a nomeação de Palocci e a formação de uma equipe econômica competente contribuíram para restaurar a confiança no mercado e estabilizar a economia brasileira após um período de incertezas pós-eleitorais.

O processo de consolidação do lulismo, portanto, esteve intrinsecamente

ligado à ascensão da popularidade do carismático líder, Lula, e à criação de uma retórica política envolvente. No período dos governos Lula, houve uma transformação na política brasileira. As políticas de inclusão social, a expansão do emprego e o combate à pobreza desempenharam papéis de destaque na construção da identidade do lulismo como um movimento político inclusivo e orientado para as necessidades das camadas mais vulneráveis da população, como já mencionado (Carvalho, 2018c).

A política econômica do governo Lula foi caracterizada por um crescimento econômico consistente e uma redistribuição de renda que beneficiou milhões de brasileiros, sendo considerado um "milagrinho", uma alusão à expansão econômica ocorrida no início da década de 1970. Essa abordagem permitiu a consolidação do lulismo como um movimento de apoio popular e desafiou as narrativas tradicionais sobre a viabilidade das políticas sociais no Brasil.

Apontados como um novo pacto entre elites e as classes populares, os governos de Lula adotaram uma abordagem gradual para a implementação de políticas de redistribuição de renda e combate à pobreza. Em vez de buscar transformações abruptas na estrutura econômica e social do país, o governo optou por políticas que pudessem ser implementadas de maneira sustentável ao longo do tempo, minimizando resistências e choques com setores econômicos e sociais mais conservadores. Notadamente sustentado por amplas coalizões políticas, que incluíam setores empresariais, sindicatos e movimentos sociais, através de um malabarismo que buscava equilibrar demandas sociais e econômicas. O pacto permitiu que seus governos promovessem políticas de inclusão sem gerar reações mais fortes das classes mais privilegiadas.

Portanto, para uma compreensão desse fenômeno, é essencial considerar uma variedade de perspectivas. Ao examinar o lulismo sob múltiplas lentes, a intenção é reconhecer sua importância na história política do Brasil e sua influência contínua na paisagem política do país.

Durante os anos dos governos Lula, o Brasil se beneficiou de um contexto internacional favorável, com o *boom* das *commodities* e um crescimento econômico global. Isso permitiu ao país implementar políticas de desenvolvimento e inclusão social sem enfrentar pressões econômicas externas significativas. A capacidade de Luiz Inácio Lula da Silva, como líder carismático

e habilidoso negociador político, de dialogar com diferentes setores da sociedade, sua origem humilde e sua retórica popular o tornaram uma figura aceita e admirada.

O lulismo também se beneficiou do desgaste das elites políticas tradicionais, que enfrentavam um crescente descrédito da população devido à corrupção e ao distanciamento das demandas sociais. Lula soube capitalizar esse sentimento de insatisfação popular, apresentando-se como um líder comprometido com a honestidade e a defesa dos interesses dos mais necessitados.

Durante os dois primeiros mandatos presidenciais de Lula (2003 a 2010), o lulismo se consolidou como um fenômeno político-populista. Apesar disso, em reação a essa hegemonia, as forças de oposição empreenderam esforços para miná-la, recorrendo a ataques relacionados a supostos escândalos de corrupção, um aspecto que se pode denominar de "nuvens de fumaça", com o intuito de desacreditar o lulismo e suas implicações políticas, visando à sua desintegração.

Esse período político foi marcado por derrotas anteriores, que moldaram a identidade política do país. Movimentos sociais e parte da classe média apoiaram Lula, especialmente após políticas de inclusão social bem-sucedidas, mas posteriormente, com o surgimento do escândalo de corrupção conhecido como Lava Jato², houve um movimento de adesão a um discurso *antiestablishment*.

A interdição política de Lula, que o impediu de disputar a eleição de 2018, deixou um vácuo no campo político que antes era dominado pelo lulismo. Isso criou um cenário em que, apesar da ausência física de Lula, a influência do lulismo continuou a se fazer sentir, agora personificada na figura de Fernando Haddad. Essa transição para um "lulismo sem Lula" foi evidente, demonstrando a resiliência e a força do movimento político construído em torno do então ex-presidente, como será visto adiante.

Além disso, como aponta Souza (2017, p. 201), "o sucesso de Lula advinha justamente de sua capacidade única de representar, pela primeira vez

² A Operação Lava Jato foi uma investigação conduzida pela Polícia Federal do Brasil, iniciada em março de 2014. O objetivo principal era apurar casos de corrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros envolvendo empresas estatais, empreiteiras e políticos de alto escalão.

na história brasileira, a ralé como sujeito político digno". No próximo tópico, será apresentada a estruturação dessa identidade.

3.3 A Construção do lulismo como identidade política

A construção de uma identidade política se estabelece através do modo pelo qual os posicionamentos políticos se constituem. Essa constituição é moldada pelos grupos sociais e seus interesses com os quais os cidadãos se identificam. O lulismo define comportamentos, ações e estratégias, princípios, mentalidade e valores.

Neste contexto, buscam-se os resultados eleitorais e a conexão da formação discursiva do lulismo em um conjunto de articulações, significantes e pontos nodais (Laclau; Mouffe, 2015) no espectro mais amplo das interpretações sobre o Brasil e suas relações com a democracia e o modelo de capitalismo vigente (Singer, 2012).

Na coletânea *Cinco Mil Dias: o Brasil na Era do Lulismo*, organizada por Gilberto Maringoni e Juliano Medeiros, publicada em 2017, diversos autores discutem o fenômeno político denominado lulismo (Maringoni; Medeiros, 2017). Esse termo refere-se ao período em que o Luiz Inácio Lula da Silva esteve no poder e à maneira como sua liderança política influenciou a dinâmica social e eleitoral do Brasil.

Singer (2012) observa que, em 2006, houve uma adesão maciça do subproletariado (camadas mais pobres da população) a Lula, enquanto a classe média tendeu a apoiar o PSDB. Essa mudança nas preferências eleitorais reflete um fenômeno social mais amplo. Diante da hegemonia política conquistada por Lula nos primeiros governos do século XXI, no polo oposto estava o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que, em momentos anteriores, ocupou o poder em aliança com o Partido da Frente Liberal (PFL), posteriormente transformado em Democratas. Conforme mencionado por Singer (2012), esses partidos, que representavam um espectro de centro-direita, alternaram-se no poder. Assim, as questões econômicas das gestões do lulismo resultaram em 2006 na assimilação do eleitorado mais vulnerável do subproletariado por Lula e pelo PT. Esse eleitorado, em sua grande maioria, estava concentrado na região nordeste e tradicionalmente era reduto do antigo PFL, que acabou perdendo

espaço. Por outro lado, a classe média, em cuja maioria se identificava com o PT, migrou para o PSDB³.

Para os críticos à esquerda, o lulismo representava uma forma de cooptação das massas, desviando-as de uma verdadeira transformação social. Por outro lado, as críticas ao lulismo e ao PT vieram por parte da direita, representada por setores conservadores e partidos de centro-direita. Essas críticas se concentraram nas políticas econômicas intervencionistas do governo Lula, acusando-o de promover um estado inchado e ineficiente. Além disso, questões relacionadas à corrupção e ao clientelismo foram exploradas pela direita para deslegitimar o governo e minar sua base de apoio popular. Tanto as críticas à esquerda quanto à direita visavam abrir fraturas no campo político, deslocando a ordem política naquele contexto. Enquanto a esquerda buscava resgatar uma suposta pureza ideológica perdida, a direita almejava viabilizar o retorno ao poder dos partidos de centro-direita, desgastando a imagem do PT e de Lula.

Singer (2012) também argumenta que o discurso de Lula em defesa da estabilidade econômica e social tirou a plataforma tradicional da direita, que historicamente mobilizava os mais pobres, deixando-a apenas com o recurso às denúncias de corrupção, um tema mais limitado à classe média. O reposicionamento político-ideológico se deveu à defesa da estabilidade econômica e social narrativa tradicional da direita, sempre baseada numa agenda neoliberal e na defesa de interesses das elites.

Antes da ascensão do lulismo, a direita muitas vezes conseguiu mobilizar os mais pobres por meio de discursos antiesquerda e promessas de estabilidade

³ Uma situação semelhante ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, entre o Getulismo e a União Democrática Nacional (UDN), deixando marcas na conjuntura política brasileira. O lulismo, marcado pela ascensão e hegemonia política de Luiz Inácio Lula da Silva e do PT nos primeiros anos do século XXI, foi caracterizado por uma forte identificação com as classes populares e uma agenda política centrada na inclusão social e redistribuição de renda. Esse movimento político conseguiu angariar apoio significativo entre o eleitorado mais vulnerável, especialmente na região nordeste do país, tradicionalmente associado ao antigo PFL, posteriormente transformado em Democratas (DEM). Enquanto isso, a classe média, historicamente identificada com o PT, migrou para o PSDB, representante do espectro político de centro-direita. Essa dinâmica de mudança de eleitorado entre o PT e o PSDB reflete um fenômeno semelhante ao observado durante o período do Getulismo e a oposição representada pela UDN nas décadas de cinquenta e sessenta. O getulismo, liderado por Getúlio Vargas, foi caracterizado por políticas populistas que buscavam conciliar interesses das classes trabalhadoras com setores da elite industrial. Essa coalizão política, que se baseava em uma aliança entre trabalhadores urbanos e setores da burguesia industrial, consolidou o apoio ao governo de Vargas durante grande parte do período.

econômica. No entanto, o discurso de Lula em defesa da estabilidade e a implementação de políticas sociais eficazes minaram essa plataforma da direita, deixando-a com menos recursos para atrair tal eleitorado. Embora as denúncias de corrupção possam ter apelo junto à classe média, elas podem não ser tão eficazes para mobilizar os mais pobres, que podem ver outras questões, como o acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas, como mais urgentes.

A perspectiva adotada nesta questão não se refere ao populismo como um paradigma de uma simples liderança carismática manipuladora de classes, que visa impedir a superação da dominação do proletariado. Pelo contrário, o que discutimos é a visão do populismo como um fenômeno político no qual o líder se constitui como um significante vazio. Parte-se do entendimento de que a sociedade constitui um mosaico heterogêneo, no qual coexistem múltiplas demandas e identidades políticas. Tais identidades são mutáveis e contingentes, não se cristalizam em significados estáveis (Laclau, 2013).

No papel de unificação das demandas e de dar-lhes um sentido, as lideranças são importantes. Elas buscam fixar um "nome" que represente uma ideia ou causa e se torne um ponto de convergência para as diferentes demandas da sociedade. Sendo vazio, esse "nome" acaba por incorporar signos como "povo", "nação", "justiça", "liberdade", "democracia" e outros. Assim, a fixação desse "nome" pode consolidar uma hegemonia e unificar a heterogeneidade social, representando uma luta. A liderança não se constitui por si só; ela encontra na heterogeneidade o espaço que é anterior e prévio à sua fixação.

As ações dos governos de Lula no atendimento das populações mais carentes abriram um espaço na sociedade brasileira para a construção do afeto. A fixação da liderança é construída por meio da articulação de uma imagem ou representação que incide sobre os afetos e emoções do público. Quando o líder consegue mobilizar os afetos de seus seguidores, conectando-se emocionalmente com eles, acaba por gerar uma identificação. A importância dos afetos nas abordagens na teoria de Laclau (2013) se estabelece na maneira como a política é entendida, como um campo de lutas simbólicas. Assim, os afetos desempenham um papel central na formação das identidades, na construção do "nome" político e na fixação da liderança. A mobilização emocional

é um elemento-chave na construção das narrativas políticas e na mobilização popular.

Outro aspecto do lulismo foi enfatizado por Miguel (2019) e Singer (2012): um certo papel de buscar um equilíbrio, muito difícil, entre os interesses preestabelecidos e as necessidades dos mais vulneráveis, o que pode ser considerado um tipo de reformismo fraco. Isso visa compatibilizar e avançar no combate às profundas desigualdades da sociedade brasileira. Alguns podem considerá-lo uma forma de postergação da solução dos conflitos, como expresso da seguinte maneira: “O lulismo, que se forma então, seria uma maneira de postergar a resolução dos conflitos sociais e enquanto isso, assegurar algumas melhorias para os mais pobres sem ameaçar os privilegiados” (Miguel, 2019, p. 71).

Esse fenômeno político, como enfatizado por Miguel (2019) e Singer (2012), traz à tona uma busca por equilíbrio entre interesses estabelecidos e as necessidades dos mais vulneráveis. Este equilíbrio, descrito por Miguel como um tipo de "reformismo fraco", é uma tentativa de conciliar o avanço na redução das profundas desigualdades sociais com a manutenção de certos privilégios. Essa expressão denota uma abordagem gradualista na implementação de mudanças sociais e econômicas, que pode ser interpretada como uma estratégia de postergação na resolução dos conflitos, estratégia que, segundo Miguel (2019), permite assegurar algumas melhorias para os mais pobres sem ameaçar os interesses dos privilegiados.

O "reformismo fraco" pode ser visto como uma tentativa de lidar com a complexidade dos interesses em jogo na sociedade brasileira. Ao buscar um equilíbrio delicado entre demandas antagônicas, como a redução da pobreza e a manutenção de estruturas de poder estabelecidas, o lulismo procura evitar confrontos diretos que poderiam levar a um impasse político. Nesse sentido, o "reformismo fraco" não se traduz necessariamente em inação ou estagnação, mas sim em uma estratégia pragmática de avançar gradualmente na melhoria das condições sociais, sem comprometer a estabilidade política e econômica do país. Ao adotar uma abordagem gradualista, o lulismo busca construir consensos e coalizões que viabilizem reformas sem gerar resistências insuperáveis por parte dos setores privilegiados da sociedade.

Essa concepção do lulismo derivou de um aprendizado histórico. Para alcançar o poder, houve a necessidade de conciliar um partido de esquerda com uma sociedade conservadora, que era avessa a mudanças abruptas. A figura de liderança de Lula preencheu um espaço tradicionalmente vago na cultura política brasileira, representando o papel do conciliador. No entanto, essa conciliação não permitiu avanços significativos em relação à atuação do próprio Estado.

Luiz Inácio Lula da Silva ocupou um espaço político que historicamente carecia de representação, servindo como um mediador entre diferentes interesses e grupos sociais. No entanto, essa conciliação teve suas limitações. As contradições do lulismo no governo refletem a natureza fluida e contestada do populismo, conforme discutido por Laclau, onde a liderança precisa constantemente articular e reafirmar sua legitimidade diante de uma sociedade heterogênea e em constante mudança.

Portanto, o lulismo não é apenas um fenômeno político, mas também uma construção identitária que se estabeleceu no Brasil. Nesse contexto, as políticas implementadas pelo governo de Lula serviram como pontos nodais dessa articulação discursiva.

A temporalidade do lulismo, destacada em 2006, marca uma virada significativa nas articulações políticas do país. A liderança de Lula, enquanto um significante vazio, consolidou-se como um ponto de unificação para demandas sociais diversas. A visão de Laclau sobre a política como um campo de lutas simbólicas ganha destaque, e a mobilização emocional torna-se uma ferramenta-chave na construção das narrativas políticas e na formação das identidades.

Assim, a era Lula não é apenas um capítulo da história política do Brasil, mas um período que redefine a dinâmica política e social do país. Ao fim dos dois primeiros governos de Lula, ficou encaminhada à candidatura e, posteriormente, à Presidência da República de Dilma Rousseff, período que será analisado a seguir com os desdobramentos e embates do cenário político brasileiro contemporâneo, tomando como pressuposto sua importância à ascensão do bolsonarismo.

3.4 O lulismo no período dos governos Dilma

Nesta seção, examinaremos os governos Dilma Rousseff à luz do lulismo, fenômeno político previamente delineado e inserido na trajetória ascendente do projeto petista. A candidatura de Dilma à sucessão de Luiz Inácio Lula da Silva assentou-se na promessa de continuidade do itinerário programático e do discurso hegemônico que moldaram os mandatos anteriores, dos quais ela participou diretamente.

A indicação de Dilma Rousseff como candidata à sucessão presidencial pelo PT em dezembro de 2009 marcou um momento de grande entusiasmo e expectativa na política brasileira. Segundo Malan (2018b), a Ministra da Casa Civil foi anunciada como a escolha do partido para dar continuidade ao legado do governo Lula. No entanto, por trás dessa decisão, houve uma série de bastidores e articulações políticas que estruturaram o processo de escolha da candidatura.

A escolha de Dilma como sucessora de Lula foi resultado de uma combinação de fatores, incluindo sua lealdade ao partido e sua capacidade de articular alianças políticas, sendo que vários fatores contribuíram para que isso acontecesse. O primeiro fator, amplamente divulgado na mídia, foi sua relação com o Presidente Lula, que desfrutava de grande popularidade devido às bem-sucedidas políticas sociais. A atuação da Ministra da Casa Civil e sua experiência em gestão foram vistas como naturais para a continuidade do projeto político delineado pelo PT, servindo, portanto, de alicerce para a continuidade do lulismo, visto que o escândalo do chamado "Mensalão" afastou outras possibilidades de sucessão, como aponta Miguel (2019).

A força política de Lula foi importante para garantir a aceitação e o apoio de diferentes setores do partido e da sociedade à candidatura de Dilma. A ampla base de apoio e a capacidade de negociação foram fundamentais para unificar o PT em torno da candidatura de Dilma e para garantir a continuidade do projeto político iniciado por seu governo.

A Ministra Dilma apresentava um perfil técnico e gerencial que agradava ao PT naquele momento. A atuação no segundo governo Lula foi caracterizada por visíveis demonstrações de eficiência e habilidade na coordenação de governo. Além disso, sua qualificação como economista foi vista como capaz de

enfrentar os desafios econômicos do Brasil. A escolha gerou comentários favoráveis na mídia da época, com elogios à sua capacidade técnica e ao seu desempenho no governo, o que poderia servir como aval para a continuidade do lulismo.

No entanto, também surgiram críticas e dúvidas quanto à capacidade política e à experiência em campanhas eleitorais, uma vez que seria a primeira vez que concorria a um cargo eletivo em uma eleição majoritária. A oposição já manifestava ceticismo quanto à capacidade de Dilma Rousseff para lidar com desafios econômicos, como o controle da inflação e a promoção do crescimento. Sua personalidade e estilo de liderança também foram alvo de críticas, suscitando questionamentos sobre sua aptidão para reproduzir o carisma e a habilidade de articulação política característicos de Lula. A ascensão caracterizou um período que se estendeu de 2011 a 2016, como veremos a seguir.

Ao analisar o discurso de campanha de 2010, é possível identificar pontos de convergência com o lulismo, como a ênfase nas políticas sociais voltadas para a redução da desigualdade, destacando o Bolsa Família, o programa Minha Casa, Minha Vida e o aumento do salário-mínimo. Esse destaque reflete a estratégia discursiva do lulismo de buscar o apoio das camadas mais pobres da população brasileira. Havia uma aparente orientação para uma comunicação mais direta com o eleitorado popular, afastando-se de discursos excessivamente técnicos e elitistas. A abordagem mais próxima do governo ao seu "povo" já se constituía como característica marcante do lulismo, inclusive em eleições anteriores.

O Brasil estava passando por um período de crescimento econômico geralmente favorável. Assim, Dilma assumiu o compromisso de manter a estabilidade econômica e promover o crescimento do país durante a campanha. Na época, também havia uma ênfase na importância de continuar buscando políticas públicas que garantissem o desenvolvimento econômico. A opção do lulismo de fortalecer o mercado interno, mencionada por Singer (2012) e Carvalho (2018b), também se refletia no discurso de Dilma. A continuidade estava associada à melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora e dos mais necessitados.

Dilma Rousseff foi presidente do Brasil por um mandato completo (2011–2014) e parte de um segundo mandato (2015–2016), antes de sofrer *impeachment* em 2016. Em seu governo, manteve-se, então, a agenda de combate à fome e à miséria absoluta, uma proposta que já havia sido implementada nos governos de Lula, seguindo a abordagem solidária e humanitária que caracterizou as propostas de gestão do país. No âmbito da cultura política, houve uma preocupação em desenvolver ações ministeriais mais inclusivas, buscando maior participação popular e diálogo com movimentos sociais. Essas ações, no entanto, trouxeram críticas de setores mais conservadores. Tradicionalmente, a sociedade brasileira sempre enfrentou dificuldades em relação às questões de políticas afirmativas. No entanto, no período, os atritos se tornaram mais frequentes, também por razões econômicas.

No primeiro mandato de Dilma (2011–2014), ainda impulsionado por um certo crescimento econômico, foi possível vislumbrar a possibilidade de um "Brasil Forte". As potencialidades econômicas das matérias-primas, no contexto dos mercados das chamadas *commodities*, contribuíram para esse discurso. Nacionalmente, o cenário era favorável e internacionalmente o Brasil ganhava maior projeção, refletindo uma narrativa otimista já estabelecida nas gestões de Lula, marcada por autoconfiança e influência global. Apesar das semelhanças no discurso, os governos de Dilma Rousseff enfrentaram desafios diferentes, como a crise econômica que começou a se manifestar de forma mais evidente a partir de 2013.

Em 2013, o país começou a experimentar os efeitos da crise, resultantes de uma confluência de fatores, entre os quais se destaca a política fiscal expansionista adotada durante o período de enfrentamento da recessão — cuja continuidade foi criticada por Laura Carvalho (2018b). Soma-se a isso o aumento dos gastos públicos e a redução de tributos, medidas associadas à chamada “agenda FIESP”, que pressionaram significativamente as contas públicas. A desaceleração da economia, devido ao enfraquecimento da demanda externa, levou a uma deterioração das contas externas, com a balança comercial apresentando déficits e fuga de capitais.

As demandas do primeiro governo enfrentaram dificuldades de atendimento, dando início a um período de grandes turbulências na política brasileira. A oposição tentou formar um bloco, mas encontrou dificuldades em

provocar fissuras no discurso hegemônico de poder. No entanto, uma série de fatores se somou, incluindo o crescimento da direita, alimentado pelo descontentamento resultante dos problemas estruturais da sociedade brasileira.

A ideia de mudar a matriz econômica herdada das fases iniciais do lulismo foi uma constante desde o primeiro governo de Dilma. No entanto, em seu segundo governo, diante da crise global, os reflexos foram de maiores proporções, levando a gestão a adotar medidas mais ortodoxas no campo da economia, como corte de gastos e desvalorização da moeda frente ao Dólar, buscando implementar um ativismo na indústria nacional.

Como mencionado, os indicativos naquele período de governo vivenciados não foram favoráveis no campo econômico, incluindo uma recessão, aumento das taxas inflacionárias, déficits fiscais e uma crescente dívida pública. Tudo isso exigiu maior intervenção estatal e gastos públicos para atender às demandas, o que gerou um clima de desconforto entre economistas e empresários. Enquanto havia entrada de recursos pelas exportações e outras ações combinadas, o setor empresarial não estava tão preocupado; no entanto, quando esses fluxos diminuíram, o desequilíbrio se tornou mais evidente, acompanhado de outros fatores econômicos.

A questão econômica acabou alimentando outro foco de turbulência, desta vez na esfera política. A crescente polarização já detectada nas eleições de 2014 que encaminharam o segundo mandato de Dilma Rousseff foi possível de ser vislumbrada com a contestação do resultado iniciada pelo PSDB (das Agências, 2014). Teorias conspiratórias sobre o resultado foram levantadas, mas não progrediram, embora tenham deixado sequelas na confiança no sistema democrático, sem qualquer elemento material que apontasse para a possibilidade de fraude no sistema de votação eletrônico adotado no Brasil.

A política econômica do segundo governo de Dilma adotou uma postura firme em relação a medidas de austeridade e corte nos gastos públicos, o que gerou uma onda de descontentamento em sua base.

No âmbito da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), a política, como os autores preconizam, é uma luta pela construção de uma hegemonia. A abordagem enfatiza a fixação de significados, identidades políticas e articulação de demandas para essa finalidade. A partir disso, a crise econômica desestabilizou a narrativa hegemônica anteriormente construída pelo PT, que

envolvia políticas de inclusão e crescimento econômico. A crise possibilitou uma reconfiguração de significados e identidades políticas, abrindo portas para a construção de uma nova hegemonia e fortalecendo a atuação de atores que até então estavam ofuscados.

A crise política, centrada na dificuldade de compatibilização de interesses díspares, em um conjunto de alianças para sustentar a governabilidade, tornou-se extremamente complexa. O sistema multipartidário, o presidencialismo de coalizão e uma base de governo diversificada composta por diversos partidos com agendas e interesses diferentes complicaram a composição de conflitos e manutenção de alianças (Santos, 2017), drenando as possibilidades de eficácia do governo e de suas propostas. Além disso, os escândalos de corrupção se tornaram mais frequentes (Santos, 2017), o que, somado a esses problemas, afetou a confiança no governo.

A instabilidade política se exacerbou em alguns momentos, com o governo paralisado devido aos conflitos entre o executivo e o legislativo na aprovação de medidas destinadas ao enfrentamento da crise econômica. Esses conflitos resultaram em aumento da desconfiança popular nas instituições brasileiras e nos partidos políticos, criando uma percepção momentânea equivocada sobre os instrumentos da democracia representativa. Isso ampliou o conflito para além das instituições, criando um clima de desconfiança em relação aos interesses pessoais e minando a política tradicional, abrindo espaço para supostos *outsiders*. Alguns desses elementos foram bem discutidos por Leonardo Avritzer, como preleciona:

Diversos elementos da crise descritos anteriormente incidiram sobre a capacidade da presidenta de governar, entre os quais vale a pena destacar: o colapso da aliança congressual de sustentação do governo que aponta para elementos de instabilidade no próprio presidencialismo de coalizão; a forte mobilização da opinião pública contra a presidenta que é decorrência da quebra da hegemonia do PT sobre o campo participativo; o forte impacto da Operação Lava Jato sobre o PT e sobre a base do governo associado a uma total incapacidade do governo de estabelecer de forma equilibrada os termos da autonomia da Polícia Federal (Avritzer, 2016, p. 110).

Na sequência, abalaram o cenário político brasileiro em 2016 os escândalos da Petrobras⁴, envolvendo desvios de dinheiro público, minando a classe política e contribuindo para a crescente insatisfação popular, resultado do processo econômico que apresentava uma taxa de inflação em alta, desemprego crescente e queda do Produto Interno Bruto (PIB). As soluções de corte de gastos e aumento de impostos eram impopulares e encontravam resistência no Congresso e na sociedade. A população inflamada começou a realizar protestos públicos, compostos por integrantes tanto da direita quanto da esquerda no espectro político.

Com a crise instalada e sem outra solução à vista, surgiu um pedido de *impeachment* motivado por crime de responsabilidade fiscal, relacionado às denominadas "pedaladas fiscais" e à assinatura de decretos de crédito sem a devida autorização do Congresso Nacional.

O processo de *impeachment* é político, e as razões sempre serão políticas. Em agosto de 2016, o Brasil testemunhou o afastamento de Dilma, seguido de sua cassação. Esse processo gerou dúvidas sobre sua legitimidade e as possibilidades de enquadrá-lo no sistema presidencialista. Alguns consideraram a forma de afastamento como um golpe parlamentar, como expressou Santos (2017):

Com atraso de quase uma década, o Brasil se aproxima do padrão reacionário do mundo moderno, antecedido por recente inovação do capitalismo: um golpe de Estado com origem e sustentação parlamentares. A inclusão de participantes fora do circuito parlamentar oficial não invalida a tese de que o comando de todo o processo permanece em mãos de parlamentares profissionais, com ou sem mandato eleitoral na ocasião (Santos, 2017, p. 132).

O conjunto de eventos mencionados, somado às articulações parlamentares de cunho conspiratório, evidencia as dificuldades enfrentadas por Dilma Rousseff e seu governo, ao mesmo tempo em que revela a fragmentação do sistema político brasileiro. Esse contexto favoreceu o surgimento de uma retórica agressiva, marcada por uma lógica de inimigos irreconciliáveis, em detrimento de um antagonismo democrático entre adversários — condição que,

⁴ Petrobras é uma empresa estatal brasileira de petróleo e gás natural, fundada em 1953. É uma das maiores empresas do setor de energia do mundo, com operações em diversos países. Para mais informações, consulte o site oficial da Petrobras: www.petrobras.com.br.

conforme observa Mouffe (2020), poderia ser acomodada dentro de uma conjuntura populista pluralista.

Quanto à questão do "golpe", houve muitas discussões. Defensores, como o jurista Miguel Reale Júnior, sustentaram que havia base legal na Constituição brasileira, apresentando o impeachment como uma solução para a crise política e econômica do Brasil. Seu discurso articulou-se com a oposição e outros setores descontentes com a gestão. Eles argumentaram que Dilma havia perdido a legitimidade e a confiança da população, associando essa perda aos problemas econômicos e aos escândalos de corrupção. Alegavam que a insatisfação popular lhes dava legitimidade para solicitar o *impeachment*. Basearam-se em mobilizações populares convocadas por setores ultraliberais e de direita, contrários às políticas afirmativas, ao Bolsa Família e a questões de gênero, sexualidade e raça.

Os críticos afirmaram não haver fundamentos e provas sólidas do cometimento de crime de responsabilidade, considerando o processo encaminhado de forma política. Além disso, o Congresso Nacional estava altamente polarizado naquela época e sob pressão de diversos setores da sociedade, ligados à proteção de interesses políticos e econômicos, como apontou Luis Felipe Miguel:

Foi nestas circunstâncias que se produziu o golpe. Sua forma específica se deve às peculiaridades da conjuntura, às características de seus protagonistas, aos equívocos do momento. Mas suas raízes estão nas fragilidades do arranjo democrático brasileiro, sua vulnerabilidade aos vetos das classes dominantes. O PT buscou o caminho de maior prudência, para introduzir transformações sociais modestas, e chegou a este resultado (Miguel, 2019, p. 176).

A maioria dos constitucionalistas e juristas atribui a esta prática do sistema presidencialista de destituição de poder uma finalidade eminentemente política. A questão é se uma presidenta legitimamente eleita pelo voto popular poderia ser destituída por simples decisão de uma maioria ocasional do Congresso e sob os fundamentos de uma insatisfação popular não claramente determinada, por supostas razões de ordem econômica que afetavam a população, mas sem identificar quais setores deste conjunto múltiplo e eclético estavam insatisfeitos. A democracia e a transição de poder regem-se por princípios essencialmente determinados por limites estabelecidos na Constituição. Quando esses limites

não são claramente violados, não há condições para impor a perda de legitimidade no poder.

A relevância do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff assinalou um período caracterizado por intensa polarização política e social na nação. Iniciado em dezembro de 2015 e culminando na destituição da então presidenta em agosto de 2016, esse episódio suscita uma reflexão sobre as dinâmicas sociais brasileiras que propiciaram, conforme a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos (2017) em *A Democracia Impedida: O Brasil no século XXI*, o que foi percebido como um golpe. A narrativa do golpe foi defendida tanto pela ex-presidenta Dilma quanto pela militância de diversos grupos, incluindo o PT, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Frente Brasil Popular (uma coalizão de movimentos sociais, sindicatos e organizações de esquerda), a União Nacional de Estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A oposição construiu uma base argumentativa para a abertura do processo de *impeachment*, destacando, entre outros pontos, as "pedaladas fiscais", termo cunhado para descrever manobras contábeis irregulares destinadas a contornar a Lei de Responsabilidade Fiscal vigente na época. Essas pedaladas, consideradas atrasos nos repasses de recursos a bancos públicos para pagamento de programas sociais, foram interpretadas como tentativas de criar uma falsa impressão de equilíbrio nas contas públicas. Além disso, a autorização de despesas adicionais pela Presidência sem a devida aprovação do Congresso Nacional, realizada por meio de decretos suplementares, foi vista como uma violação da Lei Orçamentária Anual (LOA), uma vez que aumentaria as despesas sem a necessária aprovação legislativa.

Esse cenário ocorreu em meio a uma recessão econômica que se consolidou durante o segundo mandato de Dilma. A desaceleração dos preços das *commodities* nos mercados internacionais, incluindo soja, minério de ferro, petróleo e açúcar, afetou as receitas que contribuíram para um *superávit* decorrente das exportações, especialmente antes do *impeachment*. Essa situação econômica alimentou as demandas de diversos grupos sociais, enquanto o déficit fiscal resultante da queda na arrecadação dificultava a implementação dos programas sociais em curso. O governo enfrentou um

recorde de déficit desde o início da série histórica, o que fortaleceu os argumentos da oposição em busca de encerrar a hegemonia do PT.

Laura Carvalho, em *Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico* (Carvalho, 2018b), descreve como o governo Dilma enfrentou o desafio de sustentar as políticas de expansão social e econômica que haviam caracterizado a era Lula em meio à crise fiscal e ao fim do ciclo de *commodities*. Segundo Carvalho (2018b), as políticas de incentivo ao consumo interno e de investimento estatal foram inicialmente bem-sucedidas, mas se tornaram insustentáveis conforme o cenário global se deteriorava e as pressões inflacionárias aumentavam. Em resposta, o governo adotou uma política de austeridade em 2015, com cortes de gastos públicos que comprometeram programas sociais e intensificaram as críticas vindas tanto da oposição quanto de setores progressistas. Carvalho (2018b) argumenta que essa mudança abrupta contribuiu para o aumento da polarização, ao distanciar o governo de parte da sua base de apoio e aprofundar a desconfiança de diferentes setores.

André Singer (2018), em *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*, acrescenta uma dimensão política essencial para compreender o processo de polarização que afetou o econômico, ao examinar a crise do lulismo durante o governo Dilma. Segundo Singer (2018), o lulismo foi um fenômeno que articulou a inclusão social das classes mais baixas com uma postura conciliadora frente aos interesses econômicos das elites. No entanto, o autor observa que, com Dilma, essa aliança começou a se romper, pois sua administração tentou implementar medidas que iam além do pacto lulista, como a reforma de setores estratégicos da economia, incluindo o setor elétrico e a indústria de petróleo (Singer, 2018).

Essa postura gerou resistência do empresariado e da classe média, que passaram a criticar de forma veemente a política econômica de Dilma. Para Singer (2018), o descontentamento dessas classes contribuiu para a escalada da polarização, fortalecendo a oposição e abrindo espaço para a formação de um discurso antigoverno que se consolidou durante as manifestações de 2013 e na crise subsequente. Conforme o autor, o rompimento da base lulista foi um dos fatores que intensificaram a polarização, criando um campo de antagonismos que separou de forma nítida os apoiadores e críticos do governo.

Uma convergência entre as interpretações de Carvalho e Singer é a compreensão de que as políticas de ajuste adotadas pelo governo Dilma tiveram um impacto profundo na base de apoio da presidente, fomentando o descontentamento em diversos setores. Ambos concordam que as medidas econômicas contribuíram para a erosão de uma base que antes sustentava o governo, e que essa fragmentação da base social teve efeitos decisivos na intensificação da polarização. Além disso, os dois autores destacam como a crise fiscal e a desaceleração econômica reduziram a capacidade do governo de sustentar programas de expansão social, alienando parte significativa dos grupos que haviam sido beneficiados durante os anos de crescimento econômico.

No entanto, as divergências aparecem no foco e na ênfase de cada análise. Carvalho (2018b) se concentra nas implicações econômicas e sociais das políticas de austeridade, destacando como essas medidas afetaram as camadas populares e comprometeram a confiança no governo. Para ela, a austeridade foi o catalisador de uma polarização que gerou descontentamento em setores da sociedade que anteriormente apoiavam o governo. Em contraste, Singer (2018) aborda mais diretamente a dimensão política desse processo, interpretando a crise econômica como um ponto de ruptura na aliança entre o governo e os setores empresariais, além de focar a crise de identidade do lulismo frente a uma agenda menos conciliadora. Segundo Singer (2018), a falta de conciliação econômica que marcou o governo Dilma foi determinante para a polarização, pois transformou o lulismo em um movimento mais vulnerável e suscetível a ataques da oposição.

Durante o segundo mandato de Dilma, a dívida pública aumentou, impulsionada por políticas fiscais expansionistas criticadas por Laura de Carvalho (2018b) e Luiz Carlos Bresser-Pereira (2016). A manutenção e elevação de subsídios a setores específicos e o aumento dos gastos públicos contribuíram para esse endividamento. Como resultado, houve uma fuga de investidores, agravando a situação econômica. A inflação começou a preocupar, afetando o consumo da população. Na tentativa de conter esse aumento, o governo recorreu a instrumentos de controle de preços e subsídios, mas o desemprego aumentou consideravelmente.

A recessão econômica e a deterioração do ambiente de negócios levaram muitas empresas a reduzirem suas operações e a demitirem trabalhadores, contribuindo para a elevação das taxas de desemprego, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2016. Esses fatores combinados criaram um cenário de instabilidade econômica, política e social, alimentando a insatisfação popular e as denúncias de irregularidades fiscais, culminando no movimento que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff, como será analisado a seguir.

3.5 Demandas não articuladas e a construção do antagonismo político

A partir da base de mobilização, podemos inferir ações de agrupamento de demandas não atendidas, sob a ótica da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015). Essas demandas encontraram expressão na articulação de divergências, gestadas desde o primeiro mandato de Dilma. Durante os anos de governo de 2011 a 2014 e de 2015 a 2016, observaram-se mobilizações voltadas para o desgaste político do grupo até então hegemônico. O lulismo foi impulsionado pelos programas sociais, enquanto o discurso de combate à corrupção, conhecido como "lavajatismo", teve impacto no governo de Dilma.

Inflamadas por questões econômicas, a oposição procurou criar fissuras, com grupos aliados envolvidos em casos de corrupção também sendo alvo. Movimentos de rua de uma nova direita começaram a ser articulados, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua, canalizando frustrações de segmentos da população. Entre esses setores, figuravam membros de uma nova classe média que emergiu durante o governo de Lula 2, beneficiada pelo crescimento econômico do chamado *boom* das commodities até 2010.

Essa nova classe média começou a cobrar a fatura durante a recessão subsequente. A crise afetou setores empresariais com aumentos de impostos para cobrir os gastos públicos. A intervenção estatal e os subsídios que favoreciam parte do empresariado repercutiram negativamente em outros setores. Partidos de direita e movimentos conservadores da sociedade ganharam destaque nas críticas à administração, com o PSDB liderando as investidas, atacando a competência administrativa e alegando corrupção, associando-as ao PT. Isso gerou um estímulo ao sentimento "anti-PT", servindo

como catalisador para romper com a hegemonia estabelecida. A confusão resultante envolveu setores da mídia conservadora, estudantes e representantes da sociedade civil, com uma reação inicialmente lenta, mas que ganhou força ao longo do tempo, alimentando o processo em uma escalada de crescimento.

Neste panorama complexo, que se desdobrou em uma luta política visando dismantelar o "inimigo", o lulismo e o petismo, diversos setores se alinharam em um discurso oposto. Observa-se que, embora o PSDB estivesse em posição de destaque, não conseguiu liderar sozinho as forças em ascensão. Parece que o embrião da proposta de desarticulação já estava presente desde o primeiro governo de Lula, mas não obteve êxito em aglutinar uma oposição, devido a fatores como a concertação de classes executada por Lula e os arranjos de interesses viabilizados pelos anos de crescimento econômico, que impediram uma resistência oposicionista inicialmente desfocada. Com a chegada da crise econômica, porém, houve uma mudança. O que faltava para derrubar o governo era uma base jurídica para possibilitar uma espécie de voto de desconfiança.

Esse cenário pode ser interpretado à luz das teorias de Ernesto Laclau, que enxerga o populismo e a polarização como forças mobilizadoras capazes de expor conflitos latentes e reorganizar o espaço político em torno de demandas específicas (Laclau, 2005). Na perspectiva do autor, a polarização, ao invés de simplesmente dividir, também atua como um catalisador que permite a emergência de novos sujeitos políticos e identidades coletivas, evidenciando tensões e antagonismos subjacentes na sociedade. Assim, o período dos governos Dilma pode ser visto como um momento em que o antagonismo político se acirrou, catalisando movimentos sociais e criando dinâmicas de pertencimento e oposição na política brasileira.

Em uma leitura a partir do conceito de agonismo de Chantal Mouffe, que reconhece o conflito político como inevitável e valoriza a existência de posições antagônicas na arena pública (Mouffe, 1996), no caso brasileiro, a polarização dos governos Dilma exemplifica como a democracia brasileira se tornou palco de uma disputa agonística intensa. Nesse contexto, partidos, movimentos sociais e figuras públicas se posicionaram de maneira antagônica, gerando uma divisão entre os que apoiavam o governo e os que o criticavam.

Autores brasileiros também refletem sobre esse período de acirramento político e social. Marcos Nobre (2013), em *Imobilismo em Movimento: da*

Abertura Democrática ao Governo Dilma, argumenta que a crise política do período pode ser vista como um reflexo de um “imobilismo em movimento”, no qual as forças políticas e sociais se tornaram mais engessadas, dificultando o diálogo e a construção de consensos. Segundo Nobre (2013), a dinâmica da polarização fortaleceu barreiras comunicativas e exacerbou a tendência de isolamento entre diferentes grupos políticos, dificultando a superação de impasses democráticos e o funcionamento pleno da esfera pública.

Jessé Souza (2015), em *A tolice da Inteligência Brasileira: ou como o País se Deixa Manipular pela Elite*, destaca a dimensão social dessa polarização, argumentando que a classe média brasileira, por meio de uma visão elitista e preconceituosa, se distanciou das camadas populares e adotou uma postura antagonista em relação às políticas de inclusão social promovidas pelo governo Dilma. Para o autor, a polarização se intensificou devido a esse descompasso entre as expectativas de diferentes estratos sociais, mostrando uma divisão na estrutura social que reflete a desigualdade histórica do país.

Essas interpretações destacam como a polarização no Brasil, especialmente durante os governos Dilma, se desenvolveu como um fenômeno complexo e multifacetado, com raízes tanto políticas quanto sociais. A perspectiva de Laclau e Mouffe fornece uma interpretação teórica que valoriza a expressão dos conflitos como uma forma de revitalizar a política, enquanto os autores brasileiros apontam para as particularidades do contexto brasileiro, onde desigualdades sociais e um sistema político em crise intensificam o antagonismo entre diferentes setores.

Os grupos favoráveis e contrários ao *impeachment* organizaram manifestações em todo o país. As manifestações a favor do *impeachment* reuniram milhões de pessoas, predominantemente vestidas de verde e amarelo, representando setores mais conservadores. Enquanto isso, as manifestações contrárias, lideradas por movimentos sociais e partidos de esquerda, destacaram a defesa da democracia e repudiaram o que consideravam um golpe legislativo, questionando a base jurídica do processo. As cores escolhidas pelos manifestantes favoráveis, verde e amarelo, podem ser interpretadas como uma tentativa de construir uma identidade nacionalista e patriótica, buscando significados mais amplos.

As manifestações *pró-impeachment* visavam criar uma narrativa de ampla adesão popular, enquanto as contra o *impeachment* enfatizavam o repúdio ao que consideravam ilegalidade do processo. Ambos os lados utilizavam discursos políticos específicos para mobilizar seus apoiadores, seja enfatizando a necessidade de combater a corrupção ou defendendo os direitos sociais e a ordem democrática. Essa dinâmica revelou um claro antagonismo entre os grupos, destacando a polarização na sociedade brasileira.

Além das bases teóricas, é possível inferir sobre a questão da hegemonia e da ruptura, à luz da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), que aborda a dinâmica da luta política na construção e desconstrução de hegemonias. No contexto do *impeachment* de Dilma, observa-se uma narrativa que sugere uma ruptura com a hegemonia do PT, alimentada por diversos setores sociais e políticos conservadores. Elementos como conflito e antagonismo são importantes na desconstrução política.

As identidades políticas e mobilizações, como a ascensão da nova classe média (classe C) durante os anos de crescimento econômico, que posteriormente se viu afetada pela recessão, atuaram como catalisadores para a articulação de forças políticas opositoras ao governo, resultando em contestação política e desgaste na governança. A legitimidade do governo de Dilma foi desafiada, levando à busca por uma base jurídica que fundamentasse o *impeachment*, tornando-se um elemento-chave para questionar a legitimidade de seu mandato.

Sob a perspectiva da Teoria Democrática, é importante investigar a dinâmica da competição política e a participação cidadã como elementos essenciais para a vitalidade de um sistema político-democrático. Estudiosos como Robert Dahl, em suas obras *Polyarchy: Participation and Opposition* (1971) e *Democracy and Its Critics* (1989), exploram conceitos fundamentais relacionados à democracia, participação e pluralismo, contribuindo para a compreensão do funcionamento dos regimes democráticos.

Da mesma forma, Adam Przeworski, em *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America* (1991) e *Sustainable Democracy* (1995), é reconhecido por suas análises sobre transições para a democracia e estabilidade democrática ao observar casos semelhantes em outras democracias. Esses estudiosos apontam para a

complexidade do processo de impeachment e suas implicações na estabilidade democrática.

No contexto brasileiro, essa dualidade de perspectivas se traduz em uma busca incessante por hegemonia política, em que são importantes as raízes históricas e culturais do país. Assim como Norberto Bobbio discute a relação entre Estado, governo e sociedade, abordando como as dinâmicas políticas podem influenciar e ser influenciadas pela polarização na esfera pública em *Estado, Governo, Sociedade: para uma Teoria Geral da Política* (Bobbio, 1987), escritos de autores nacionais, como Wanderley Guilherme dos Santos em *A democracia impedida – O Brasil no Século XXI* (2017), *Cidadania e Justiça: a Política Social na Ordem Brasileira* (1979) e *Razões da Desordem* (1990), exploram as dinâmicas sociais e políticas que moldam a ordem brasileira, lançando luz sobre as demandas sociais subjacentes a esse processo. Ressaltam a interconexão entre a polarização política e as estruturas de poder preexistentes, analisando fatores que contribuem para a desordem política. Essa análise é interessante para entender as tensões subjacentes ao processo de impeachment.

A abordagem de Raymundo Faoro (2001), em *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*, que apresenta, entre outros aspectos, a formação do patronato político, oferece uma perspectiva das estruturas de poder no país, tornando-se relevante para entender as tensões políticas durante eventos como o *impeachment*. Por sua vez, também destaca a influência de elementos patrimonialistas no cenário político brasileiro, contribuindo para a compreensão da intensidade das tensões durante o *impeachment*. No cenário do *impeachment*, todas essas questões conhecidas no Brasil das elites em seus temores e as transmutações de poder que produzem conduziram a ações reações que demarcaram o território da polarização que foi se estabelecendo.

Nesse contexto, é fundamental considerar a importância do acesso equitativo à informação. É necessário aprimorar a forma como as informações são disseminadas e discutidas para promover uma participação cidadã mais robusta e uma competição política mais transparente e inclusiva. Além disso, ao considerar a temática de gênero, torna-se imprescindível examinar a maneira como essa questão foi tratada durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, tanto no que diz respeito a ela quanto às mulheres que ocupam cargos

políticos no Brasil de forma mais ampla. Expressões pejorativas e discriminatórias direcionadas a Dilma e outras mulheres políticas contribuíram para a intensificação da polarização no cenário político, mostrando os persistentes desafios relacionados à representatividade e ao tratamento equitativo de gênero na esfera política nacional.

Esse contexto denota a existência de uma cultura política permeada por violência de gênero, como destacado por Magalhães (2019, p. 56), que ressalta que "a violência política contra mulheres é uma realidade que compromete a efetiva participação feminina na política, reforçando desigualdades históricas". Assim, seguimos na análise do contexto que levou ao processo de *impeachment*, incluindo a dimensão econômica, de forma a compreender as diversas facetas que moldaram esse evento político.

Almeida (2019) pode questionar se o *impeachment*, embora realizado de acordo com procedimentos legais, refletiu adequadamente a vontade popular e os princípios democráticos, especialmente considerando a ausência de provas diretas de crimes cometidos pela presidente. A crise de confiança nas instituições políticas brasileiras pode ter sido exacerbada pelo *impeachment*, contribuindo para a percepção de instabilidade política e fragilidade institucional, afetando a confiança dos cidadãos no sistema democrático.

André Singer (2018), professor de Ciência Política da USP e ex-porta-voz do governo Lula, apresentou uma visão mais alinhada à defesa das políticas econômicas adotadas pelo governo Dilma, um dos principais pontos de crítica que embasaram a defesa de seu impedimento. Ele argumentou que as medidas de estímulo fiscal e investimento em infraestrutura eram necessárias para enfrentar a desaceleração econômica e manter o emprego, especialmente em um contexto de crise financeira global. Singer enfatizou a importância de políticas de inclusão social e defendeu a continuidade dessas políticas como parte de um projeto de redução das desigualdades. No entanto, é importante notar que as citações específicas sobre as políticas econômicas do governo Dilma podem não ser encontradas em um único lugar, mas sim dispersas em suas análises e comentários ao longo de diversas obras, artigos e entrevistas do referido.

As divergências no campo da esquerda em relação à economia durante o governo Dilma Rousseff foram um reflexo das diferentes visões sobre como enfrentar os desafios econômicos e sociais do país. Essas divergências, junto

com outros fatores políticos e sociais, contribuíram para o contexto que levou ao processo de impeachment de Dilma, que foi impulsionado não apenas por questões econômicas, mas também por questões políticas e de governança.

Todavia, o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff não pode ser compreendido de maneira isolada, carecendo de uma contextualização histórica adequada. Uma abordagem sobre o tema requer uma reflexão sobre o legado histórico do Brasil, desde o período da ditadura militar (1964-1985) até o processo de redemocratização, durante o qual o país passou por transformações sociais e econômicas. O surgimento e a ascensão do PT representaram uma ruptura no cenário político tradicional, sendo que as eleições de Lula (2002) e Dilma (2010) marcaram uma mudança de paradigma. Como discutido, Lula obteve sucesso em suas duas gestões graças à política econômica implementada. No entanto, em 2008, uma grave crise no capitalismo financeiro internacional teve repercussões no Brasil. Problemas de gestão na empresa estatal Petrobras afetaram a imagem do governo federal, sua popularidade e deram munção à oposição, resultando em um clima tenso.

No que diz respeito à institucionalidade, é imperativo mencionar o modelo de Presidencialismo de coalizão e o sistema multipartidário, que desempenharam um papel crucial na estruturação do processo de impeachment. A formação de alianças entre partidos políticos diversos, toda parte da chamada "base aliada", desempenhou papel fundamental. O PMDB, como o maior partido da coalizão, ocupava mais espaços na esplanada dos Ministérios, o que resultava em disputas de poder constantes.

O *impeachment* de Dilma Rousseff pode ser considerado o ápice de uma crise mais ampla, que envolve questões políticas imediatas e questões estruturais no sistema político brasileiro. A falta de mecanismos eficazes de responsabilização, a fragilidade das coalizões partidárias e a corrupção sistêmica foram elementos cruciais na formação da opinião pública. A utilização das redes sociais, a disseminação de informações e o posicionamento dos grandes meios de comunicação contribuíram para uma opinião pública polarizada, muitas vezes desprovida de uma análise aprofundada do contexto.

O país mergulhou em um processo de alienação no qual um golpe se consolidou, apesar de ser negado por seus articuladores de base conservadora. Como bem observado por Luís Felipe Miguel (2019b, p. 17): "Como todos os

golpes, mesmo os militares, o golpe de 2016 recusa seu nome. É chamado de *impeachment*, aceitando que a mera observância do ritual previsto na lei significa que ela foi cumprida quando a seu conteúdo substantivo”.

Diversas justificativas foram apresentadas para legitimar a destituição de Dilma, estimuladas pelo clima histérico do momento e pelo temor de rupturas abruptas. Nesse contexto, surgiram posicionamentos, como o de Miguel, cuja manifestação foi a seguinte:

Mais significativa foi a descrição dada no calor dos acontecimentos pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, para quem o Brasil viveria uma “pausa democrática” para um freio de arrumação para ideias, valores e processos da sociedade brasileira (Miguel, 2019b, p. 18).

O autor segue analisando a declaração, sobre o sentido da “pausa democrática”, interessante posicionamento:

É recorrente o namoro das classes dominantes brasileiras com a ideia de “pausar” a democracia para resolver determinados problemas, depois simplesmente apertando a tecla play para retomá-la – já devidamente esvaziada de atores sociais, de lideranças e de pautas políticas que eram consideradas inconvenientes (Miguel, 2019b, p. 18).

A pausa democrática de 1964, que durou 21 anos, de 1964 a 1985, destaca-se pela capacidade surpreendente do Brasil em superar tal período de “pausa”. A cada retomada, a reconstrução dos pilares da democracia tornava-se mais complexa. O cenário resultante levou à perda do controle sobre seus efeitos na diversidade social, entendida como a multiplicidade de discursos emergentes de grupos e indivíduos com interesses e experiências distintas. Essa fluidez, de difícil controle e orientação unidirecional, é construída em processos de luta simbólica, nos quais diferentes grupos tentam articular suas reivindicações para obter reconhecimento e influência na esfera pública. A incapacidade do grupo que se tornou hegemonicamente dominante foi vista nos eventos que se seguiram ao *impeachment*.

3.6 Desdobramentos posteriores ao *impeachment* de Dilma Rouseff

Na esperança de superar a polarização política, o PMDB buscou articular novas alianças para conferir estabilidade. O governo Temer, que sucedeu o governo Dilma, influenciou e refletiu a fragmentação política, resultando no surgimento de novas coalizões e na reconfiguração do sistema partidário. Nesse novo contexto, o PT foi alvo de críticas, sendo responsabilizado pela crise econômica e política, alimentando um sentimento popular anti-PT. No entanto, ao tentar atribuir explicitamente ou implicitamente culpa ao PT, ocorreu uma maior fragmentação, minando a capacidade de governabilidade e diálogo, intensificando a polarização e causando instabilidade.

O *impeachment* e suas consequências podem ser analisados à luz da teoria do discurso de Laclau e Mouffe (2015), como um exemplo de como a polarização política e a desconfiança nas instituições podem alimentar o populismo, afetando várias instituições dentro do sistema político brasileiro, como o governo, o legislativo e o judiciário. O questionamento da legitimidade das elites políticas estabelecidas pode minar a confiança nas instituições democráticas, gerando um cenário de instabilidade política e social.

Nancy Fraser (1997), em *Justice Interruptus: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition*, oferece uma análise perspicaz das noções de justiça e democracia, investigando como as disparidades sociais e políticas podem alimentar a desconfiança nas instituições democráticas, um aspecto importante para compreender os desdobramentos do processo de *impeachment* no Brasil.

A contextualização dos eventos políticos é fundamental para compreender a dinâmica que se consolidou em meio à diversidade social do período. Nesse cenário, o PMDB empenhou-se em expandir sua base de sustentação no Congresso Nacional, articulando negociações com partidos até então alheios à coalizão governista. Levitsky e Ziblatt (2018) analisam de forma objetiva a polarização política e a fragmentação partidária no Brasil, destacando os desafios na construção de maiorias parlamentares coesas e governos estáveis em um sistema partidário fragmentado.

A fragmentação do sistema partidário, caracterizada por um grande número de partidos com base de apoio regional, pode tornar difícil a construção de maiorias parlamentares coesas e a formação de governos estáveis (Levitsky; Ziblatt, 2018, p. 50).

O governo Temer enfrentou desafios significativos em termos de legitimidade, uma vez que seu início ocorreu por meio de um processo de *impeachment* polarizador. As alianças buscavam, em parte, mitigar essa falta de legitimidade, garantindo apoio no Congresso e uma base política mais ampla. A formação dessas novas alianças teve impactos na opinião pública. Enquanto alguns setores viam as coalizões como necessárias para a estabilidade, outros as percebiam como acordos políticos questionáveis, especialmente considerando o contexto de crise política que culminou no *impeachment*.

Por outro lado, as ações voltadas para recompor o quadro das finanças do país eram objeto de severas dúvidas. As reformas trabalhistas e previdenciária esboçadas sofreram com diversos protestos em várias capitais do país. Em 2017, o cenário político brasileiro tornou-se cada vez mais turbulento: executivos de grandes empreiteiras firmaram acordos de colaboração premiada para mitigar responsabilidades penais, enquanto ministros, senadores e deputados eram alvo de investigações. O caso JBS ganhou centralidade ao vincular o então presidente Michel Temer e o senador Aécio Neves, ex-candidato à Presidência da República, a supostos esquemas de corrupção. Ademais, Temer converteu-se no primeiro chefe do Executivo denunciado ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo crime de corrupção passiva.

Não obstante os escândalos de corrupção, Michel Temer preservou maioria na Câmara dos Deputados, que rejeitou a denúncia oferecida pelo Procurador-Geral da República e impediu seu prosseguimento. Neste caldeirão de dificuldades, a impopularidade de Temer bateu recordes, com apenas 3% de conceito bom sobre o Presidente, segundo pesquisa CNI/IBOPE, sendo a reprovação de 77% em setembro de 2017 (Amorim, 2017). Com esse clima, o quadro político entrou em convulsão, abrindo portas para experiências que atingiram seu apogeu nas eleições de 2018.

Após o *impeachment*, vários movimentos sociais, como o MST e a CUT, intensificaram suas mobilizações em protesto contra as políticas adotadas pelo novo governo e em defesa dos direitos sociais. No entanto, o enfraquecimento dos movimentos sociais associados à extrema-direita limitou sua eficácia, devido a fatores como contradições internas, escândalos de corrupção e falta de apoio popular. Os movimentos sociais que protestaram após o *impeachment* de Dilma Rousseff defenderam vigorosamente os direitos sociais e se opuseram às

políticas do governo de Michel Temer, percebidas como ameaças aos direitos trabalhistas, ao meio ambiente e às políticas sociais. Enquanto isso, o desgaste dos movimentos de extrema-direita revelou suas limitações na articulação de uma base sólida de apoio e na condução de uma agenda política coerente.

A condução processual do então juiz federal Sérgio Moro, titular da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba e responsável por diversos feitos da Operação Lava Jato — entre eles o caso do suposto apartamento triplex no Guarujá (SP) — culminou, em 2017, na condenação de Luiz Inácio Lula da Silva a nove anos e seis meses de reclusão. A repercussão desta condenação teve um impacto político na imagem do PT, impondo um processo de estigmatização, o chamado “antipetismo”.

A imprensa tradicional converteu-se em alvo preferencial da desconfiança estimulada por discursos populistas, sobretudo quando identificada com o establishment político ou acusada de disseminar desinformação. Esse ambiente favorece a migração do público para canais reputados como mais comprometidos com “interesses populares”. A credibilidade do sistema eleitoral também se torna vulnerável: suspeitas de manipulação pelas elites políticas tendem a erodir a confiança nos resultados das urnas e, por extensão, no próprio regime democrático.

No terreno econômico, os desafios posteriores ao impeachment — como assinala Przeworski (2010) — exigiam uma recuperação mínima da atividade produtiva; sem ela, governo e Estado de Direito corriam o risco de perder a base material indispensável à sua legitimidade. Em *Democracia e os Limites do Autogoverno*, Przeworski (2010) explora a natureza e os desafios da democracia moderna, analisando as restrições ao autogoverno dentro desse contexto. O autor investiga como as crises econômicas podem minar a legitimidade dos governos e desencadear instabilidade política, especialmente em países com sistemas políticos fragmentados.

Nesse sentido, o cenário político conturbado que se seguiu ao *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 teve impactos significativos nas eleições de 2018 no Brasil. Algumas análises e considerações sobre esse período incluem o período posterior ao *impeachment*, visto que muitos eleitores demonstraram insatisfação com os partidos e lideranças envolvidas em escândalos, buscando alternativas fora dos círculos políticos tradicionais.

Durante esse período, houve uma reconfiguração significativa no cenário político, com diferentes partidos adotando estratégias diversas para se adaptar às novas circunstâncias. Alguns buscaram alinhar-se à nova formação hegemônica, estabelecendo alianças com o governo de Michel Temer e se beneficiando das políticas e recursos disponíveis. Isso incluiu partidos que compunham a base aliada do governo, colaborando com suas agendas políticas em troca de poder e recursos.

Essas estratégias variaram ao longo do tempo e conforme as circunstâncias políticas evoluíram. O processo que se estabeleceu oferece uma visão das dinâmicas políticas que ocorreram no Brasil após o *impeachment* de Dilma Rousseff, destacando a reconfiguração dos partidos políticos e suas estratégias para se adaptarem ao novo cenário político.

O governo interino de Michel Temer deparou-se com desafios significativos legados pela administração anterior, incluindo a urgência de reequilibrar as contas públicas e restaurar a confiança dos investidores. A implementação de reformas controversas, como a reforma trabalhista e a imposição de um teto aos gastos públicos, visava enfrentar esses desafios, ainda que tenha gerado críticas e protestos. Não obstante, o governo Temer enfrentou questionamentos persistentes quanto à sua legitimidade, dados o contexto controverso do *impeachment* de Dilma Rousseff e os escândalos de corrupção que envolveram membros de seu partido e aliados. Esse cenário político conturbado, somado às adversidades econômicas, configurou um ambiente propício à ascensão do bolsonarismo.

O cenário conturbado abriu espaço para candidatos *outsiders* e não tradicionais. Jair Bolsonaro, por exemplo, um ex-militar e deputado federal, emergiu como um dos principais candidatos, capitalizando a insatisfação com a política tradicional e a promessa de uma abordagem diferente fora da política tradicional, ou, pelo menos, vendeu essa imagem. A polarização política acentuada durante o período pós-*impeachment* continuou a ser um elemento central nas eleições de 2018. Candidatos extremos, tanto à esquerda quanto à direita, ganharam destaque, refletindo as divisões ideológicas na sociedade brasileira.

O bolsonarismo emergiu, portanto, como resposta a esse cenário, capitalizando a insatisfação popular com a classe política tradicional por meio de

um discurso que prometia ordem, segurança pública e combate à corrupção. O fenômeno revela divisões políticas e sociais já existentes no Brasil e mostra que, em contextos de crise e incerteza, propostas simplificadas tendem a ganhar adesão.

As eleições de 2018, que resultaram na vitória de Jair Bolsonaro pelo PSL, ilustram a abertura do eleitorado a candidatos que se apresentam como *outsiders*, ainda que tenham longa trajetória no sistema político. Conforme Norris (2011), estratégias retóricas voltadas a eleitores descontentes se intensificam em períodos de volatilidade institucional, favorecendo postulantes que exploram a imagem de “não profissionais da política”.

Em 2018, Bolsonaro emergiu vitorioso no segundo turno, superando Fernando Haddad, candidato do PT. A polarização política evidenciou-se nos resultados, com Bolsonaro angariando eleitores descontentes com a corrupção e promovendo uma agenda conservadora amplamente difundida. A ascensão de Bolsonaro representou uma mudança no equilíbrio de poder, afastando o Brasil de governos liderados pelo PT, que predominaram na cena política por mais de uma década, e deslocando a antiga polarização envolvendo o PSDB. O novo presidente assumiu com uma plataforma de reformas econômicas, anticorrupção e pautas conservadoras relacionadas a questões morais, ambientais e culturais. O intenso apelo difundido sugeria uma derrocada total do PT diante do cenário político; no entanto, a resistência aos ataques se manifestou em setores da sociedade e na mobilização política.

Em síntese, o *impeachment* de Dilma Rousseff desencadeou um aumento na participação política de diversos setores da sociedade civil, criando polos antagônicos. Novos grupos e organizações surgiram, especialmente no espectro político de direita, buscando influenciar a agenda política e promover debates sobre os rumos do país. A polarização política frequentemente gera uma atmosfera de “nós contra eles”, levando grupos de direita a se unirem em oposição a um inimigo comum percebido, o que pode resultar na formação de coalizões em torno de agendas específicas, como segurança pública, valores tradicionais ou liberdade econômica.

O *impeachment* de Dilma Rousseff provocou, portanto, uma série de reações na sociedade brasileira, revelando divisões e mobilizando diferentes setores sociais. As consequências do referido processo reconfiguraram

percepções e narrativas que, nos anos subsequentes, condicionaram a dinâmica política brasileira, evidenciando a interdependência entre dimensões sociais, econômicas, culturais e religiosas. Tal abordagem panorâmica ressalta a complexidade intrínseca ao funcionamento democrático e suas tensões, sublinhando o papel decisivo da participação cidadã e da representatividade na consolidação de uma ordem democrática, como será visto no próximo capítulo.

4. A ascensão do bolsonarismo

A eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018, representa a culminância de um processo multifacetado, forjado por variáveis históricas, sociais, econômicas e culturais que, nas últimas décadas, remodelaram a arena política brasileira. Este capítulo busca oferecer uma análise das dinâmicas que propiciaram o surgimento do bolsonarismo, a partir de uma contextualização do Brasil pré-Bolsonaro, marcada por crises políticas e econômicas que fomentaram o descontentamento social e abriram espaço para discursos populistas e conservadores. Serão examinados os elementos que compõem a trajetória política de Bolsonaro, suas características ideológicas e discursivas, bem como o papel central das mídias digitais na mobilização de apoio e na construção de sua imagem pública.

Além dessa contextualização, o capítulo analisa as políticas adotadas durante o governo em comento, com ênfase nos impactos econômicos, sociais e internacionais, especialmente sobre os grupos mais vulneráveis. Serão discutidos os posicionamentos conservadores e liberais que orientaram sua retórica e suas ações, as transformações em sua comunicação política entre as eleições de 2018 e 2022, bem como os efeitos de sua política externa. Também serão abordadas as resistências e controvérsias que marcaram seu mandato — incluindo escândalos, tensões em torno de direitos humanos, meio ambiente e educação — e as críticas de opositores e movimentos sociais. A análise pretende contribuir para uma compreensão das transformações em curso na política brasileira e de seus desdobramentos para o futuro democrático do país.

4.1 Perfil e trajetória política de Jair Bolsonaro

Segundo consta de sua origem, Jair Bolsonaro, nascido em 21 de março de 1955 no município de Glicério, Estado de São Paulo, é um político brasileiro que ganhou proeminência nacional e internacional ao ser eleito presidente do Brasil em 2018. Sua trajetória política é marcada por uma combinação de carreira militar e ativismo político, caracterizada por um discurso conservador e nacionalista. Bolsonaro ingressou na carreira militar em 1973, ao entrar na Academia Militar das Agulhas Negras, onde se formou como oficial do Exército

Brasileiro em 1977. Durante sua carreira militar, alcançou o posto de capitão e serviu em unidades militares em diferentes partes do Brasil. Seu período nas Forças Armadas contribuiu para moldar sua visão política e sua postura em relação a questões de segurança nacional e ordem pública (Brasil, 2019a).

Após deixar o Exército em 1988, Bolsonaro iniciou sua carreira política ao se candidatar a vereador pelo Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC), sendo eleito para o cargo em 1989. Posteriormente, filiou-se a diversos partidos políticos ao longo de sua carreira, incluindo o Partido Progressista Reformador (PPR), o Partido Progressista Brasileiro (PPB) e o Partido Progressista (PP), antes de se tornar membro do Partido Social Cristão (PSC) e, finalmente, filiar-se ao PSL em 2018 (Brasil, 2019a).

Sua filiação político-partidária ocorreu após ser processado por sua participação em um evento considerado indisciplinado e contrário aos regulamentos militares. Esse evento foi a chamada *Manifestação dos 19*, ocorrida em 1986, quando Bolsonaro e outros oficiais do Exército se manifestaram publicamente contra os baixos salários e as condições de trabalho dos militares. Durante a manifestação, Bolsonaro e os demais oficiais vestiram uniformes e foram à Câmara dos Deputados em Brasília protestar contra as condições de trabalho dos militares. Esse ato foi considerado uma infração disciplinar grave pelas autoridades militares, resultando em um processo contra Bolsonaro.

Como consequência desse processo, Bolsonaro foi condenado a 15 dias de prisão pelo Superior Tribunal Militar (STM) e posteriormente entrou com um pedido de reforma, que consiste na passagem para a reserva remunerada, o que efetivamente marcou o fim de sua carreira militar ativa. A partir desse momento, Bolsonaro começou a dedicar-se integralmente à sua carreira política, iniciando sua trajetória como vereador pelo Rio de Janeiro e posteriormente ascendendo para cargos mais altos na política nacional.

Essa informação é corroborada por diversas fontes históricas e jornalísticas, incluindo reportagens da época, registros do STM e declarações públicas feitas por Jair Bolsonaro ao longo de sua carreira política. A participação de Bolsonaro na *Manifestação dos 19* é amplamente reconhecida como um marco em sua trajetória militar e política, refletindo seu posicionamento em defesa dos interesses dos militares e seu estilo combativo de fazer política.

Áudios inéditos do Superior Tribunal Militar (STM), solicitados pelo Estado, mostram a íntegra de um julgamento de trinta anos atrás: o do então capitão do Exército Jair Messias Bolsonaro, à época com 33 anos, hoje com 63 e bem cotado presidenciável da extrema-direita. Entre 1987 e 1988, Bolsonaro foi julgado duas vezes sob a acusação de “ter tido conduta irregular e praticado atos que afetam a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe”. Na primeira instância, em janeiro de 1988, foi considerado culpado pela unanimidade dos três julgadores, todos oficiais militares. Na última – o STM, em sessão secreta de 16 de junho de 1988, integralmente gravada – Bolsonaro foi considerado não culpado por a 9 a 4 (Gshow, 2019, s.p.).

Ao longo de seus mandatos como deputado federal, Bolsonaro se destacou por seu discurso conservador em questões sociais, econômicas e de segurança. Defendeu posições polêmicas, como a defesa da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a flexibilização das leis de controle de armas e uma abordagem dura em relação ao combate ao crime e à corrupção. No período de permanência como parlamentar, exerceu mandatos como deputado federal no Congresso Nacional do Brasil por um total de sete legislaturas, compreendendo os anos de 1991 a 2018. Também foi frequentemente caracterizado como um parlamentar do chamado “baixo clero”, uma expressão que se refere aos congressistas menos influentes e menos ativos no cenário político nacional. Isso se deve em parte à sua falta de proeminência em liderar grandes coalizões políticas ou comissões importantes, além de sua postura muitas vezes isolacionista em relação a outros parlamentares e partidos.

No entanto, apesar de sua posição no “baixo clero”, Bolsonaro conseguiu amplificar sua voz e influência por meio de uma estratégia de comunicação agressiva e controversa. Utilizando-se de declarações incisivas e polêmicas, além de sua presença constante na mídia, Bolsonaro conseguiu construir uma base de apoio sólida entre eleitores conservadores e insatisfeitos com o *establishment* político tradicional. Sua retórica direta e muitas vezes inflamada ressoou com uma parcela significativa da população brasileira, especialmente em questões de segurança, combate à corrupção e valores conservadores.

Em sua campanha presidencial de 2018, Bolsonaro capitalizou o descontentamento popular com a classe política tradicional e a crescente preocupação com a segurança pública e a corrupção. Seu discurso *antiestablishment* e sua imagem de *outsider* conquistaram uma ampla base de apoio, especialmente entre eleitores conservadores, evangélicos e militares.

Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil em outubro de 2018, derrotando Fernando Haddad, candidato do PT, no segundo turno das eleições.

4.2 Contexto político brasileiro pré-Bolsonaro

O Brasil, em sua história recente, enfrentou uma série de desafios políticos, sociais e econômicos que moldaram profundamente o cenário nacional e pavimentaram o caminho para a ascensão de figuras como Jair Bolsonaro, como trazido no capítulo anterior. Para compreender o contexto político brasileiro pré-Bolsonaro, é necessário mergulhar em uma análise política histórica, sempre acentuando a consideração sobre a crise política e as incursões por escândalos de corrupção. Nos anos anteriores à ascensão de Bolsonaro, o país enfrentou uma série de escândalos de corrupção que abalaram as estruturas políticas e institucionais, como já mencionado.

O bolsonarismo e seus apoiadores adotaram um discurso fortemente anticomunista, retratando o PT e outras forças políticas de esquerda como ameaças à democracia e à ordem social. Esse discurso foi intensificado devido ao histórico do PT no governo federal e à retórica antipetista adotada por Bolsonaro, que associava o partido à corrupção e ao autoritarismo. Desde o período da Guerra Fria, o anticomunismo esteve presente na política brasileira, alimentado pela bipolaridade ideológica global. A queda do regime militar não extirpou essa mentalidade, mas sim a reconfigurou em um contexto de redemocratização. O discurso anticomunista foi habilmente explorado pelo bolsonarismo, capitalizando o temor de uma suposta “ameaça vermelha” para consolidar sua base de apoio, principalmente entre os militares.

A construção da política e da antipolítica no contexto não é assunto novo, como já bem observaram Avritzer, Kerche e Marona:

Jair Bolsonaro chega à presidência como o terceiro outsider que a direita brasileira levou ao cargo em sessenta anos. Nesse período a direita chegou ao poder pela via eleitoral três vezes: com Jânio Quadros, com Fernando Collor e, recentemente, com Bolsonaro. Os dois primeiros eram *outsiders* do sistema político, isto é, seus partidos não compunham uma base eleitoral conservadora com forte expressão no congresso (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p 13).

Embora Jânio Quadros, Fernando Collor e Jair Bolsonaro compartilhem a condição de outsiders eleitos à Presidência — cada qual ancorado em discursos moralizantes e anticorrupção — suas trajetórias e modos de governar divergem de forma substantiva, evidenciando arranjos singulares entre política e antipolítica em cada contexto histórico. Jânio Quadros, eleito em 1960, apoiou-se numa plataforma populista e anticorrupção, prometendo “varrer” a política nacional e instaurar padrões éticos. Seu breve governo ficou marcado por gestos performáticos, culminando na renúncia apenas sete meses após a posse — tentativa frustrada de constranger o Congresso a conceder-lhe poderes extraordinários. De modo semelhante, Fernando Collor, vitorioso em 1989, recorreu a uma retórica moralizante ao autoproclamar-se “caçador de marajás”. Seu mandato, contudo, caracterizou-se pela adoção de políticas de orientação neoliberal e por medidas altamente impopulares, como o confisco das cadernetas de poupança, circunstâncias que contribuíram para o impeachment em 1992.

Por fim, Jair Bolsonaro também adotou uma retórica populista e polarizadora, explorando o descontentamento social com corrupção e violência. Seu discurso antipolítica — centrado em ataques reiterados às instituições democráticas e aos partidos tradicionais — intensificou a polarização no país. Quanto à relação com o sistema partidário, Jânio Quadros manteve vínculos frágeis com as legendas convencionais, o que enfraqueceu sua base de apoio no Congresso e contribuiu para a crise que levou à sua renúncia. De forma semelhante, Fernando Collor, eleito pelo pequeno PRN, carecia de respaldo partidário consistente, circunstância que dificultou a formação de coalizões estáveis para sustentar sua agenda governamental. Bolsonaro foi eleito pelo PSL, embora posteriormente tenha se afastado da legenda e criado seu próprio partido, a Aliança pelo Brasil.

No entanto, sua relação com o Congresso Nacional foi marcada por desafios na articulação política e na construção de coalizões estáveis. A gestão econômica e política em Jânio Quadros foi breve e caracterizada por medidas simbólicas, como a proibição do uso do biquíni, mas teve pouco impacto substantivo em termos de políticas econômicas. Ele adotou uma política cambial de desvalorização do cruzeiro, visando aumentar as exportações e corrigir o desequilíbrio nas contas externas. Em uma tentativa de controlar a inflação,

Quadros instituiu um congelamento de preços e salários. No entanto, essa medida não teve muito sucesso em conter a inflação devido a pressões inflacionárias subjacentes. Durante seu governo, Quadros buscou diversificar as relações econômicas do Brasil, estabelecendo laços comerciais com países do bloco comunista, como a União Soviética e Cuba.

Fernando Collor, por sua vez, implementou políticas neoliberais, como a abertura econômica e a privatização de empresas estatais, embora tenha sido amplamente criticado pela forma autoritária e pouco democrática com que conduziu algumas de suas políticas. Não avesso às questões econômicas, Jair Bolsonaro terceirizou para seu Ministro da Fazenda Paulo Guedes que adotou uma agenda econômica liberal, com ênfase na desregulamentação e na reforma da previdência. Por outro lado, Bolsonaro assumiu um papel preponderante em que promove uma agenda conservadora em questões sociais e culturais. Como afirmaram Avritzer, Kerche e Marona:

[...] todos tinham uma agenda liberal na economia: Jânio Quadros falava em controlar a inflação depois da gastança patrocinada por Juscelino Kubitschek, já Collor adotava a agenda privatizante que se seguiu à crise da dívida externa e a hiperinflação dos anos 1980 (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 13).

Em suma, embora Jânio Quadros, Fernando Collor e Jair Bolsonaro tenham sido eleitos como presidentes do Brasil com base em discursos antissistema e antipolítica, suas trajetórias políticas e estilos de governança diferem em termos de abordagem política, relação com o sistema político tradicional e implementação de políticas públicas. Essas diferenças refletem as particularidades históricas e sociais de cada período e mostram a complexidade da construção da política e da antipolítica no contexto brasileiro.

Mais contemporaneamente, Fernando Limongi e Argelina Figueiredo (2017), em seu artigo *Presidencialismo de Coalizão: Origens, Evolução e Crise*, discutem como a fragmentação partidária e o desgaste dos principais partidos políticos, como o PT e o PSDB, contribuíram para a instabilidade política e abriram espaço para candidaturas populistas e *antiestablishment*, como a de Jair Bolsonaro.

Uma das principais características do contexto político brasileiro nas últimas décadas foi a instabilidade institucional e a crise de representatividade.

Escândalos de corrupção envolvendo políticos de alto escalão, como o Mensalão e o Petrolão, abalaram a confiança da população nas instituições democráticas e nos partidos políticos tradicionais. Esses escândalos revelaram esquemas de corrupção endêmica que envolviam figuras destacadas da política brasileira.

Tais eventos minaram a confiança da população nas instituições democráticas e nos partidos políticos tradicionais, gerando um sentimento generalizado de indignação e desilusão. Instabilidade econômica e desigualdade social como motor desempenharam terreno fértil para a oposição. Os episódios contribuíram para a disseminação de um sentimento de descrença e desilusão com a política, criando um ambiente propício para o surgimento de lideranças *antiestablishment*, como Bolsonaro.

Além disso, a crise econômica que atingiu o país, especialmente a partir de 2014, teve um impacto significativo no contexto político. O aumento do desemprego, a queda do PIB e a escalada da inflação geraram um clima de insatisfação e incerteza entre a população, alimentando o desejo por mudanças e soluções rápidas para os problemas do país. Além disso, aprofundou as divisões sociais e exacerbou as desigualdades existentes, que afetaram especialmente os segmentos mais vulneráveis da população. Enquanto isso, a classe política tradicional parecia incapaz de oferecer soluções eficazes para enfrentar os desafios econômicos do país, alimentando o sentimento de insatisfação e a busca por alternativas. A tempestade perfeita para polarização política e fragmentação ideológica, como já comentado.

Em meio a esse cenário de crise e desilusão, surgiram movimentos sociais e lideranças populistas que capitalizaram o descontentamento popular e prometeram uma ruptura com o *establishment* político. A polarização política também se intensificou ao longo dos anos, com aumento da radicalização e da fragmentação do espectro político. O embate entre esquerda e direita se tornou cada vez mais acirrado, alimentado por discursos inflamados e uma guerra de narrativas nas redes sociais e na mídia tradicional. Essa polarização contribuiu para a erosão do diálogo e para a dificuldade na construção de consensos em torno de questões cruciais para o país.

Jair Bolsonaro emergiu como uma figura que encarnava o desejo por mudança e ordem, adotando uma retórica antissistema e apresentando-se como um suposto *outsider* capaz de combater a corrupção e restaurar a segurança e

a prosperidade do país. O impacto das redes sociais e mídias alternativas, que já desempenharam papéis importantes fora do contexto nacional, agora chegaram com força, atravessando os meios tradicionais. As redes sociais e mídias alternativas foram importantes na disseminação de suas ideias e mensagens, permitindo-lhe alcançar diretamente milhões de eleitores e contornar a narrativa tradicional da mídia, contribuindo para a construção da imagem e popularidade de Bolsonaro entre os eleitores.

Assim, o contexto político brasileiro pré-Bolsonaro foi caracterizado por uma conjunção de crises e desafios que minaram a confiança nas instituições democráticas e criaram um vácuo de liderança que permitiu a emergência de figuras populistas e *antiestablishment*. O descontentamento popular, a instabilidade econômica, a polarização política e o impacto das mídias alternativas foram elementos-chave que pavimentaram o caminho para a ascensão de Jair Bolsonaro e o fenômeno político que ele representa.

4.3 Fatores de emergência do bolsonarismo

Este tópico visa analisar os fatores socioeconômicos, culturais e políticos que contribuíram para a emergência do fenômeno conhecido como bolsonarismo na política brasileira. Utilizando uma abordagem interdisciplinar, aqui se investiga como a desigualdade social, mudanças culturais e dinâmicas políticas influenciaram a ascensão do presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores. Por meio de uma compreensão das circunstâncias e análise de fatos empíricos, busca-se compreender as raízes e implicações desse fenômeno para a atual conjuntura da democracia brasileira.

Saliente-se que a compreensão desses elementos é fundamental para bem compreender a ascensão de Jair Bolsonaro, assim como os desafios e as oportunidades que o bolsonarismo apresenta para o sistema político e a sociedade brasileira como um todo. Os fatores que são detectáveis estão relacionados a desigualdade econômica, valores culturais e a polarização política. O debate de como a conjuntura de crise econômica e descontentamento com a política tradicional favoreceu a emergência de lideranças populistas como Jair Bolsonaro foi considerado como alavanca para construção de células extremistas.

A desigualdade econômica, o desemprego e a insatisfação com as elites políticas são alguns dos fatores socioeconômicos que contribuíram para a ascensão do bolsonarismo. Segundo Abranches (2019), a crise econômica e a perda de confiança nas instituições democráticas abriram espaço para propostas políticas populistas e autoritárias. Para compreender esse processo, as contribuições de autores como Alberto Carlos Almeida são fundamentais. Em sua obra *A Cabeça do Brasileiro* (Almeida, 2007), o autor argumenta que a desconfiança nas instituições democráticas e a busca por soluções simplistas para problemas complexos são traços marcantes de uma parcela significativa da sociedade brasileira. Esses aspectos ajudam a elucidar a receptividade ao discurso populista adotado por Bolsonaro.

Os estudos de Jessé Souza (2017), em *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*, oferecem uma análise da estrutura social brasileira, destacando como as elites econômicas e políticas contribuem para a manutenção da desigualdade e exclusão social. Essa análise ajuda a contextualizar a insatisfação popular com as elites políticas tradicionais e o desejo por mudanças radicais no *status quo*, elementos que o bolsonarismo capitalizou durante sua ascensão. No entanto, o fenômeno do bolsonarismo não pode ser explicado apenas por fatores socioeconômicos. Sua ascensão também está relacionada a questões culturais, como o conservadorismo moral e a polarização política.

A mudança nos valores culturais e sociais, incluindo questões relacionadas à segurança pública, moralidade e identidade nacional, desempenhou um papel significativo no apoio ao bolsonarismo. Para De Boni (2020), a “nova direita brasileira” utiliza uma retórica conservadora e um apelo à ordem e autoridade que encontram ressonância em setores da sociedade preocupados com a criminalidade e a corrupção. O autor analisa o contexto político, social e econômico que possibilitou o surgimento desse fenômeno, traçando suas origens históricas e identificando os principais atores envolvidos.

Além disso, De Boni (2020) aponta as estratégias de comunicação e mobilização empregadas pela Nova Direita, bem como seu impacto nas instituições democráticas e na polarização política do país. Ele examina as ideias e ideologias que permeiam esse movimento, destacando sua relação com o conservadorismo, o neoliberalismo e o nacionalismo. O autor discute as possíveis implicações da ascensão da nova direita para o futuro da democracia

brasileira, especialmente no que se refere à polarização política. Esse ambiente de confronto e divisão entre diferentes grupos sociais e políticos pode dificultar o diálogo e o consenso, enfraquecendo a capacidade do sistema democrático de oferecer soluções para os desafios enfrentados pelo país.

A fragilização das instituições democráticas no Brasil é um processo caracterizado pela tentativa de minar a credibilidade e legitimidade das estruturas democráticas, frequentemente por meio de discursos que questionam sua integridade e promovem seu enfraquecimento em favor de interesses políticos específicos. Esse fenômeno tem sido associado a líderes e grupos políticos que adotam uma postura crítica em relação às instituições, utilizando retóricas que colocam em xeque sua imparcialidade e funcionalidade.

Outra implicação relevante é a possibilidade de restrições aos direitos e liberdades individuais. Propostas e políticas advogadas por segmentos conservadores podem visar limitar direitos, especialmente os associados a minorias sociais e grupos vulneráveis, frequentemente desqualificados como questões de "hipersensibilidade" ou "vitimismo" por essas correntes. Tal abordagem representa um risco de retrocesso no estado de direito e na garantia dos direitos humanos, comprometendo avanços conquistados em termos de igualdade e inclusão.

Adicionalmente, observa-se o impacto na participação democrática, com potencial marginalização de grupos e indivíduos cujas perspectivas ideológicas não se alinham às propostas hegemônicas desse espectro político. Isso pode resultar na exclusão política e social de determinados segmentos da sociedade, comprometendo a inclusão, a representatividade e a diversidade no processo político brasileiro, elementos fundamentais para o fortalecimento da democracia.

A ascensão do bolsonarismo representou um desafio para a democracia brasileira, evidenciando as falhas e fragilidades do sistema político e social do país. O Brasil atravessou, nas últimas décadas, um processo de polarização cada vez mais agudo, caracterizado pela disseminação de discursos extremados e pela segmentação de distintos estratos sociais. Esse quadro dificultou o diálogo e a construção de consensos, ao mesmo tempo em que proporcionou condições para a emergência de lideranças de inclinação populista e autoritária, a exemplo de Jair Bolsonaro. Na sequência, serão apresentados os

pressupostos constitutivos do bolsonarismo, de modo a explicitar suas bases sociais, seus alicerces ideológicos e seus desdobramentos institucionais.

4.4 Os fundamentos do bolsonarismo

Em uma perspectiva teórica, podemos recorrer ao conceito de populismo e às contribuições da teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para compreender melhor as dinâmicas políticas que precederam a ascensão de Bolsonaro. De acordo com Laclau e Mouffe (2015), o populismo não é apenas um fenômeno político, mas também uma forma de construir identidades políticas através da articulação de demandas e símbolos que buscam representar o “povo” contra uma elite. Nesse sentido, o populismo pode ser entendido como uma estratégia discursiva que busca unificar grupos diversos sob uma narrativa comum, muitas vezes simplificada e polarizadora, que se transformou em ponto fundamental para criação da identidade bolsonarista.

O teórico Jan-Werner Müller, em seu livro *What Is Populism?*, de 2016, oferece elementos sobre as características e implicações do populismo na política contemporânea, destacando sua tendência à polarização, à deslegitimação das instituições democráticas e à centralização do poder em um líder carismático. Essas características são relevantes para entendermos como o cenário político brasileiro foi moldado por discursos populistas que prepararam o terreno para a ascensão de Bolsonaro.

O discurso religioso utilizado por Bolsonaro e por sua base de apoio foi predominantemente associado ao cristianismo evangélico. Bolsonaro se posicionou como defensor dos valores cristãos e da “família tradicional”, alinhando-se com pautas conservadoras em relação ao aborto, à diversidade sexual e à educação sexual nas escolas. Esse discurso buscou atrair o eleitorado religioso, especialmente os evangélicos, destacando temas morais e éticos.

A construção do significante família enfatizou a importância da família tradicional como base da sociedade, com ênfase na proteção dos valores morais e na promoção de políticas que fortalecessem a instituição familiar. Bolsonaro defendeu políticas que reforçassem os laços familiares e combatiam o que ele considerava como ataques à estrutura familiar tradicional, como a ideologia de gênero e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.

Para o bolsonarismo, a ideia de “família tradicional” se refere a um modelo específico de estrutura familiar, baseado em valores conservadores e tradicionais. Essa concepção de família tradicional abrange alguns elementos-chave, tais como união monogâmica entre um homem e uma mulher. Qualquer forma de relacionamento que se desvie dessa norma é vista como uma ameaça aos valores tradicionais. A família tradicional é composta por um casal heterossexual, cujo papel do homem é o de provedor e protetor, enquanto a mulher desempenha o papel de cuidadora e mantenedora do lar. Existe uma ênfase na hierarquia dentro da família tradicional, com o homem ocupando uma posição de liderança e autoridade, enquanto a mulher desempenha um papel subordinado e de apoio.

Os filhos são vistos como uma parte fundamental da família tradicional, sendo criados dentro de um ambiente que promova valores morais, disciplina e respeito à autoridade parental. A família tradicional, para o bolsonarismo, é pautada por valores morais e religiosos, como a honestidade, o respeito, a fé e a preservação da moralidade cristã. Essa definição de família tradicional defendida pelo bolsonarismo mostra uma visão conservadora e patriarcal da sociedade, na qual a estrutura familiar é considerada a base da ordem social e moral. Qualquer desvio desse modelo é muitas vezes encarado como uma ameaça à estabilidade e aos valores tradicionais da sociedade, sendo alvo de críticas e oposição por parte dos adeptos do bolsonarismo.

O patriotismo assertivo pregado por Bolsonaro durante as eleições foi caracterizado por um forte apelo aos valores morais e à defesa dos interesses nacionais. Ele destacou a soberania do Brasil e prometeu priorizar os interesses do país em suas políticas, especialmente em relação à economia e à segurança nacional. Esse nacionalismo também se manifestou na defesa de valores culturais brasileiros e na oposição a influências externas, como o globalismo e o internacionalismo. O discurso em defesa da liberdade foi central para o bolsonarismo, especialmente em contraposição a supostas ameaças autoritárias representadas pelo PT e pela esquerda em geral. No entanto, essa defesa muitas vezes se mostrou seletiva, com ataques à imprensa livre e às instituições democráticas, demonstrando uma contradição entre discurso e prática. Este breve panorama acima, seguimos discorrendo sobre as crises que contribuíram para emergência de Bolsonaro.

Além disso, Bolsonaro soube explorar questões de segurança pública, apresentando-se como um candidato que adotaria medidas enérgicas para combater a criminalidade e a violência, preocupações urgentes para muitos eleitores brasileiros. Sua defesa de políticas de segurança mais rigorosas, incluindo a flexibilização das leis de controle de armas e a adoção de uma postura mais dura contra criminosos, atraiu aqueles que buscavam soluções imediatas para problemas de segurança.

Outro ponto relevante em sua campanha foi a ênfase na luta contra a corrupção, apresentando-se como um político íntegro e comprometido em erradicar a corrupção que assola o país. Sua imagem de incorruptível e sua promessa de governar com transparência e responsabilidade atraíram eleitores cansados dos escândalos de corrupção dos governos anteriores. Essas estratégias de campanha foram discutidas e analisadas por cientistas políticos brasileiros, como o renomado professor e pesquisador Alberto Carlos Almeida. Em obras como *A cabeça do brasileiro* (2012) e *O voto do brasileiro* (2018), Almeida destaca a importância do discurso *antiestablishment* e da exploração de questões de segurança e corrupção na estratégia explorada por Bolsonaro para angariar apoio popular e alcançar a presidência do Brasil.

Outro apelo que se fez ecoar na montagem do discurso bolsonarista foi o fator “anti”, como bem acentuaram Avritzer, Kerche e Marona:

O bolsonarismo representa uma nova forma de conservadorismo: ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda (Avritzer, Kerche e Marona, 2021, p. 18).

A estrutura discursiva de construção de povo foi muito emblemática, causando um impacto na política tradicional brasileira e se adaptando rapidamente às condições do cenário da época. Em relação à formação do discurso do povo, houve um diferencial de aplicação discursiva entre as eleições de 2018 e 2022. Em 2018, o discurso bolsonarista focou mais na polarização e na demonização dos adversários políticos, especialmente o PT, buscando unificar o eleitorado em torno de um “nós” contra “eles”. Já em 2022, houve uma tentativa de ampliar a base de apoio, buscando dialogar com diferentes setores da sociedade e apresentando uma imagem mais moderada e conciliadora. No

entanto, os mesmos elementos de anticomunismo, religiosidade, defesa da família e patriotismo continuaram presentes no discurso, ainda visando a formação de uma identidade coletiva em torno do projeto político de Bolsonaro.

A análise dos fundamentos que sustentaram o bolsonarismo como identificação política em ambos os períodos eleitorais pode ser compreendida a partir da perspectiva da análise do discurso, utilizando as mídias como fonte de análise. Durante as campanhas eleitorais, os debates televisivos, a propaganda eleitoral e o uso das redes sociais contribuíram na disseminação das mensagens bolsonaristas.

Em síntese, ao se valer do anticomunismo, do uso político da religião, da defesa seletiva da liberdade e do nacionalismo, construiu uma narrativa que apelava às emoções e aos medos dos eleitores. No entanto, essa ascensão também trouxe um retrocesso democrático e uma degradação política, com ataques às instituições democráticas e à pluralidade de ideias.

4.5 Jair Bolsonaro: fatores de fixação do nome

Para compreender os fatores que levaram à fixação do nome de Bolsonaro na consciência coletiva, é essencial explorar o papel do afeto na construção da identidade política e social, além de considerar a abordagem da diversidade social proposta por teóricos como Ernesto Laclau. Importante ressaltar que a ascensão de Bolsonaro também reflete a emergência de uma nova dinâmica política a nível mundial, onde as fronteiras ideológicas tradicionais se tornam mais fluidas e permeáveis.

Laclau (2013), em sua análise sobre o populismo, enfatiza a importância da articulação de demandas e identidades heterogêneas em torno de um líder carismático. No caso de Bolsonaro, essa articulação se manifestou na convergência de diferentes grupos sociais, incluindo conservadores, liberais, religiosos e nacionalistas, que encontraram na sua figura um ponto de convergência para expressar suas insatisfações e aspirações.

Nesse sentido, a análise da ascensão de Bolsonaro não pode ser dissociada das dinâmicas sociais e políticas mais amplas que moldaram o cenário brasileiro e mundial nas últimas décadas, desde questões de desigualdade econômica e exclusão social até debates sobre identidade, gênero

e sexualidade. Portanto, ao considerar o papel do afeto e da diversidade social na fixação do nome de Bolsonaro, é essencial examinar também as tensões e contradições subjacentes à sua ascensão e ao fenômeno do populismo contemporâneo.

Na ascensão de Jair Bolsonaro, observamos uma polarização intensa das emoções, com alguns segmentos da sociedade nutrindo um afeto positivo em relação a ele, enquanto outros expressam aversão e rejeição. Esse afeto pode ser resultado de uma variedade de fatores, incluindo a retórica incisiva de Bolsonaro, suas promessas de combate à corrupção e à violência, bem como sua postura controversa em relação a questões sociais e ambientais como foi visto por suas políticas da área.

Assim, a ascensão de Bolsonaro exemplifica a capacidade do populismo de articular demandas e identidades diversas, transcendendo as barreiras tradicionais de classe, gênero e etnia, e criando uma base de apoio ampla e heterogênea. Essa fragmentação e polarização da sociedade brasileira são reflexo de uma profunda crise de representatividade e confiança nas instituições políticas, que Bolsonaro soube capitalizar ao se apresentar como um líder antissistema e defensor dos interesses do povo. De acordo com Mainwaring (2018), o descontentamento com o *establishment* político tradicional levou a uma demanda por lideranças políticas *outsiders* e uma postura *antiestablishment*, favorecendo figuras como Jair Bolsonaro.

Além disso, a disseminação de notícias falsas e teorias conspiratórias por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas desempenhou um papel significativo na construção de narrativas favoráveis a Bolsonaro e na disseminação de desinformação sobre seus oponentes políticos. Portanto, ao considerar o papel do afeto na ascensão de Bolsonaro, é essencial também analisar o impacto das estratégias de comunicação e propaganda política no estabelecimento de sua base de apoio e na polarização das percepções em relação a sua figura.

Sua ascensão guarda relação com a emergência do trumpismo nos Estados Unidos, pois ambos os fenômenos políticos compartilham características semelhantes em sua abordagem política e retórica. O trumpismo, representado pelo presidente Donald Trump (2017-2021; 2025-atualmente), também capitalizou o descontentamento popular com a classe política tradicional

nos Estados Unidos, apresentando-se como uma figura *antiestablishment* e um outsider político. Tanto Jair Bolsonaro quanto Donald Trump recorreram a uma retórica populista que desafiou as elites políticas e econômicas, apresentando-se como representantes dos interesses do “cidadão comum”. Ambos mobilizaram sentimentos de marginalização e desencanto em segmentos do eleitorado que se viam preteridos pelo sistema político vigente. Além disso, ambos adotaram uma retórica agressiva e polarizadora, caracterizada por discursos incendiários, ataques às instituições tradicionais e uso frequente das redes sociais para se comunicar diretamente com seus eleitores. Eles se apresentaram como candidatos antissistema, desafiando as normas políticas e culturais estabelecidas.

É importante notar que, embora compartilhem algumas semelhanças em termos de estilo político e estratégias de comunicação, há diferenças significativas entre Bolsonaro e Trump em termos de contexto político, cultural e histórico. No entanto, a ascensão de ambos os líderes reflete um fenômeno global de descontentamento com o *establishment* político e uma crescente polarização na política contemporânea.

4.6 Comunicação e mídias sociais na construção do bolsonarismo

Antes de adentrar especificamente no contexto da influência das mídias sociais e da comunicação na construção da imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro, é imperativo compreender a dinâmica do populismo midiático, uma perspectiva abordada por teóricos como Umberto Eco (2006) e Bernard Manin (1995).

À luz da categoria de “populismo midiático” formulada por Umberto Eco (1964; 1968), o bolsonarismo pode ser lido como sua expressão contemporânea. Eco demonstra que líderes carismáticos instrumentalizam os meios de comunicação de massa para produzir e reiterar uma identidade política que espelha — e ao mesmo tempo modela — a percepção de seus públicos. Nessa engrenagem, líder, mídia e audiência interagem de modo circular: a narrativa mediática não se limita à difusão de fatos, mas converte-se em mito mobilizador, capaz de legitimar agendas e prolongar o poder mesmo quando se afasta da realidade objetiva.

O renomado teórico italiano, em obras como *Apocalípticos e integrados: comunicações de massa e teorias da cultura de massa* (Eco, 2016) e *A Estrutura Ausente* (Eco, 1971), discute amplamente o papel dos meios de comunicação na sociedade contemporânea. Ele aborda como a mídia pode influenciar a percepção pública, moldar a opinião das massas e até mesmo criar fenômenos políticos, como o populismo. No contexto do bolsonarismo, Eco nos ajuda a compreender como a mídia, especialmente as redes sociais, foi usada como ferramenta para disseminar mensagens simplificadas e polarizadas, contribuindo para a construção de uma base de apoio sólida para Jair Bolsonaro.

Durante a campanha de 2018 e ao longo do mandato presidencial (2019–2022), Jair Bolsonaro recorreu sistematicamente às redes sociais, em especial ao então Twitter (atual X), para comunicar-se diretamente com sua base, contornando a mediação da imprensa profissional. Essa estratégia foi decisiva para consolidar um núcleo de apoio coeso e para mobilizar rapidamente simpatizantes em torno de sua agenda.

Nas plataformas digitais, o ex-presidente veiculou uma narrativa populista que combinava retórica nacionalista, ataques a adversários políticos e à mídia tradicional, além de promessas de combate à corrupção e à criminalidade. Tal dinâmica converge com o conceito de populismo midiático delineado por Umberto Eco, no qual a comunicação se centraliza na figura do líder, que busca estabelecer vínculo direto e afetivo com o público por meio dos meios de massa, vínculo que, por sua vez, reforça a legitimação de sua pauta e molda o debate público.

É relevante destacar que a estratégia de comunicação utilizada por Bolsonaro não é um fenômeno isolado, mas parte de uma tendência global de politização das mídias sociais. Manuel Castells, em sua obra *Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet*, publicada em 2013, argumenta que as redes sociais têm sido importantes na política contemporânea, pois essas plataformas possibilitam novas formas de mobilização política e participação cívica e contribuem para a intensificação da polarização e a disseminação de desinformação.

No contexto brasileiro, a ausência de regulamentação efetiva das mídias sociais tornou-se tema de debates políticos e jurídicos. O STF analisou a questão em diversas ocasiões nos últimos anos, enfrentando disputas acirradas com as

plataformas digitais para promover maior controle e combater os impactos negativos desse ambiente virtual na democracia.

Eco (2006) também aborda a importância da liberdade de imprensa e do pensamento crítico em uma sociedade democrática, alertando para os perigos do controle da mídia pelo poder político. O autor investiga a intersecção entre política, mídia e sociedade, explorando como os meios de comunicação de massa moldam as dinâmicas políticas e sociais em um contexto de intensificação do populismo. Ele analisa as estratégias de líderes políticos para se comunicar com o público, destacando como tais abordagens podem ser manipuladoras e desestabilizadoras para a democracia. Ademais, o populismo midiático demonstra potencial para deturpar a verdade factual e erodir os alicerces democráticos. Nesse fenômeno, líderes políticos buscam conquistar e conservar o poder explorando emoções e identidades coletivas, recorrendo com frequência a mecanismos de polarização e fratura social.

Sobre esta questão, Eco (2006) ressalta a importância da liberdade de imprensa e do pensamento crítico em uma sociedade democrática, alertando para os perigos do controle da mídia pelo poder político e da disseminação de informações tendenciosas e manipuladoras. As ponderações ainda são muito atuais e apontam os desafios enfrentados pela democracia na era da comunicação de massa, destacando a necessidade de vigilância e engajamento cívico para preservar os princípios democráticos em meio à influência crescente dos meios de comunicação.

O uso das mídias é um fenômeno em evolução contínua, consolidado ao longo de várias décadas. O tema toma relevância principalmente na Itália da atualidade, em especial com relação ao polêmico Primeiro Ministro Berlusconi. Talvez, para ingleses e franceses, a modalidade de apelo do Chanceler estivesse na linha do que já foi abordado como o “neopopulismo”. Contudo, os intelectuais italianos apontam em outra direção, ou seja, para o populismo midiático aqui discutido, em sua versão de uma ditadura dos meios de comunicação em massa.

À luz do conceito de “democracia de público” formulado por Bernard Manin (1995), percebe-se que o populismo contemporâneo explora a centralidade do comunicador — figura que se dirige diretamente ao eleitorado, contornando mediações partidárias. Esse estágio sucede outras metamorfoses do governo representativo descritas por Manin (1995) e faz retornar, em ciclos, o

questionamento da própria representação. Nas democracias ocidentais, analistas registram queda persistente da confiança popular nos partidos, contrastando com períodos em que essas agremiações, ao espelharem clivagens sociais nítidas, exerciam influência decisiva sobre seus eleitores.

Outrora, os partidos políticos divulgavam plataformas programáticas definidas e vinculavam-se publicamente à sua execução. Atualmente, prevalecem articulações eleitorais episódicas alicerçadas em imagens difusas que projetam, quase exclusivamente, a figura do líder. Nesse ambiente, perfis tecnocráticos e comunicadores dotados de elevada empatia midiática ocupam o espaço decisório, enquanto quadros com trajetória administrativa permanecem à margem. Esse diagnóstico da “democracia de público”, tal como descrita por Bernard Manin, guarda estreita relação com o populismo midiático delineado por Umberto Eco, em que o apelo direto ao “povo” constitui eixo mobilizador central. Para Eco (2006), não há bloco homogêneo de vontade ou sentimento que corresponda à “encarnação moral e histórica” frequentemente evocada nos discursos políticos. A realidade é formada por cidadãos portadores de ideias diversas que, por meio do regime democrático — que, embora imperfeito, permanece menos nocivo que suas alternativas históricas —, conferem legitimidade à governabilidade pela decisão da maioria.

O populismo convive, simultaneamente, com o triunfalismo de suas promessas e com a autovitimização diante de supostos ataques injustos da oposição. Tal vitimização busca preservar a coesão do grupo ao exaltar o nacionalismo e nutrir a frustração popular em face do estrangeiro. Entre os expedientes recorrentes encontra-se o lançamento, pela mídia, de declarações provocativas, autênticos “balões de ensaio”, para aferir a reação do público; se a resposta se revela desfavorável, recorre-se ao desmentido sob o argumento de “ter sido mal interpretado”. De outra forma se a reação da opinião pública não for veemente, por mais ultrajante que seja, possibilita que a medida seja implementada.

O populismo midiático não precisa abolir a liberdade de imprensa, esta forma de agir é antiquada e fascista. Chama atenção a observação de Eco (2006), pois, mesmo em um país desenvolvido, tal qual a Itália, somente uma pequena parcela da população tem acesso aos jornais e revistas, e a grande maioria recebe as notícias através da televisão. Num país em que a televisão é

controlada pelo poder, não há a menor necessidade de censurar notícias. Ocorre no Populismo concebido desta forma uma relação direta entre o “chefe”, o *capo* (assim como na máfia) e o “povo”, um relacionamento realizado através dos meios de comunicação de massa, sendo o parlamento desautorizado.

4.7 Ideologia e discurso de Bolsonaro

Como já suscitado, o surgimento do bolsonarismo levanta questões importantes sobre a crise de representatividade política no Brasil e em outras democracias ao redor do mundo. A ascensão de líderes populistas e a polarização política refletem um descontentamento generalizado com as instituições políticas tradicionais e os partidos estabelecidos. Esse processo de construção discursiva é comumente enquadrado dentro do espectro do populismo de direita, um fenômeno político que tem recebido crescente atenção na ciência política contemporânea. Estudos sobre suas origens, características e consequências ajudam a entender melhor os desafios enfrentados pelas democracias contemporâneas.

A ideologia de Bolsonaro é caracterizada por uma mistura de conservadorismo social, liberalismo econômico e nacionalismo. Para compreender melhor a ideologia utilizada por ele, podemos recorrer a obras como *O Mito do Governo Grátis: Conservadorismo, Liberalismo Social e Socialismo*, de Rodrigo Constantino (2019), que discute as raízes ideológicas do bolsonarismo.

O discurso de Bolsonaro é marcado por sua retórica populista, nacionalista e *antiestablishment*. Ele utiliza linguagem polarizadora e controversa para se comunicar com seu eleitorado, atacando adversários políticos e promovendo uma imagem de autoridade e vigor. Uma análise do discurso de Bolsonaro pode ser encontrada em *A Mídia Contra Bolsonaro: A Demonização do Poder*, de Joice Hasselmann (2020), que examina como a mídia retrata e interpreta as falas do presidente. O discurso e a ideologia de Bolsonaro tiveram impacto significativo não apenas no Brasil, mas também na arena internacional. Suas políticas ambientais, por exemplo, geraram controvérsias e críticas de líderes e organizações internacionais. Para entender melhor esse impacto, podemos consultar estudos como *Jair Bolsonaro: Crise do*

Neoliberalismo ou Neofascismo no Brasil?, de Emir Sader (2019), que analisa as implicações políticas e sociais do governo Bolsonaro.

Até mesmo entre setores conservadores, as posições de Bolsonaro podem ser consideradas inadequadas, especialmente no que diz respeito aos direitos individuais e às liberdades civis. Embora Constantino (2019) não se refira diretamente ao bolsonarismo, sua obra permite estabelecer paralelos relevantes com o cenário político brasileiro. O governo Jair Bolsonaro adotou uma agenda liberal na economia, pautada por privatizações e retração do Estado, ao mesmo tempo que promoveu políticas sociais e posições morais conservadoras. As reflexões de Constantino (2019), portanto, ajudam a elucidar os dilemas e paradoxos do bolsonarismo, especialmente a tensão entre postulados liberais e valores conservadores que o sustentam.

O surgimento da nova direita brasileira, traçando suas raízes desde o final do regime militar no país até o contexto contemporâneo, explora fatores como a insatisfação com o *status quo* político, a crise econômica e o avanço das redes sociais contribuíram para o surgimento dessa nova corrente política neste país. Essa nova direita explora as ideias e pautas que caracterizam uma defesa fervorosa do liberalismo econômico, com ênfase na redução do tamanho do Estado e na promoção da livre iniciativa. Como já apresentado, a obra aborda também questões relacionadas à moralidade, como o conservadorismo nos costumes, o combate ao que é percebido como “ideologia de gênero” e a defesa dos valores tradicionais da família.

A nova direita brasileira se organiza e atua politicamente, destacando lideranças, movimentos e partidos que compõem esse espectro ideológico. Constantino (2019) examina o papel das redes sociais na disseminação das ideias da nova direita, bem como o impacto dessas ideias nas eleições e na formulação de políticas públicas. A proximidade programática entre a nova direita brasileira e o governo Jair Bolsonaro foi evidente: ao longo dos quatro anos de mandato, o Executivo incorporou e operacionalizou diversas pautas centrais desse espectro ideológico. Pesquisas de autores como De Boni evidenciam essa convergência, demonstrando como tais agendas moldaram tanto a retórica oficial quanto a formulação de políticas públicas. (2020).

O bolsonarismo avançou e chegou às classes populares, as camadas de renda mais baixa da sociedade brasileira, o antissistema, o antipetismo,

antiesquerdismo, militarismo e a retórica patriótica, de apelo à família, à ordem e aos bons costumes. Sob arquétipo da mudança e da esperança, também usado em outros tempos pelo lulismo, aproximou-se das classes populares sob o aspecto de homem honesto e autêntico, um político diferenciado.

As propostas de flexibilização das regras de engajamento no combate ao crime, especialmente em áreas urbanas e comunidades carentes, emergem como significantes em disputa no cenário político brasileiro. Essas políticas buscavam atribuir maior liberdade de ação às forças policiais por meio de mudanças legislativas e diretrizes administrativas, promovendo uma atuação mais assertiva das forças de segurança.

Aliado a isso, também acompanhou o crescimento e a intensificação da nova direita em comento:

A nova direita brasileira começou a se organizar a partir de fóruns de discussão na internet logo após a reeleição de Lula em 2006, buscando romper com os limites do pacto democrático de 1988 que condicionaram a atuação da direita tradicional desde então. Em 2006 boa parte dos analistas políticos considerava que Lula não sairia vitorioso das eleições, tendo em vista o impacto do escândalo de corrupção que ficou conhecido popularmente como Mensalão (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 21).

A análise dos posicionamentos de Jair Bolsonaro sob a lente do populismo ganha profundidade quando se articula com a teoria política de Carl Schmitt, especialmente a ideia de que a política se define pela distinção “amigo–inimigo”. Em *O conceito do político: texto de 1932 com um prefácio e três corolários*, Schmitt (2002) defende que a essência do político repousa na construção permanente dessa fronteira identitária. Aplicada ao contexto brasileiro, tal perspectiva permite observar como o discurso bolsonarista mobiliza a criação de inimigos internos e externos para consolidar apoio, reforçando uma lógica de antagonismo que estrutura tanto sua retórica quanto suas práticas de governo. O autor parte do pressuposto de que o político é aquele que define o que é amigo e inimigo, e que a política é caracterizada pela existência dessa dicotomia fundamental.

Segundo Schmitt (2002), essa distinção não é meramente moral ou social, mas sim uma questão existencial que se manifesta na forma como os indivíduos e grupos políticos se posicionam em relação a outros. Ainda argumenta que o critério para determinar quem é considerado amigo ou inimigo não é fixo e pode

variar de acordo com as circunstâncias políticas e as dinâmicas de poder. Essa distinção não se baseia em valores universais ou objetivos, mas sim em interesses e identidades políticas específicas. Ele enfatiza a importância da decisão política soberana na definição do inimigo, argumentando que o soberano é aquele que tem o poder de determinar quem representa uma ameaça existencial e, portanto, deve ser tratado como inimigo.

Outro caminho possível para a compreensão seria identificar a relação entre esses posicionamentos e a construção de uma identidade política nacionalista e autoritária, que também foi muito explorada nas participações e vinculações a eventos militares. Muito frequentemente, Bolsonaro apelou ao nacionalismo, promovendo uma visão de brasilidade que enfatiza a defesa da soberania nacional, a exaltação dos símbolos patrióticos e a valorização da cultura brasileira. Esse nacionalismo é utilizado para unificar diferentes grupos sociais sob uma identidade comum, fortalecendo a noção de um “povo brasileiro” em oposição a supostos inimigos internos e externos.

Após a eleição de 2018, Jair Bolsonaro adotou uma postura marcadamente autoritária: defendeu a ampliação do uso da força policial, a flexibilização das normas sobre posse e porte de armas e recorreu a uma retórica que desqualificou opositores e instituições democráticas. Esse posicionamento foi reforçado por um culto à sua personalidade, que o apresentava como o único líder apto a solucionar os problemas nacionais. O bolsonarismo mobilizou eleitores por meio de forte polarização, traçando a linha entre “nós” (seus apoiadores, o “povo”) e “eles” (opositores, minorias, elites), estratégia que preservou a coesão interna e sustentou seu capital político.

No campo da segurança pública, o governo propôs mudanças legislativas e diretrizes administrativas destinadas a flexibilizar as regras de engajamento, conferindo maior liberdade de ação às forças policiais, inclusive em operações nas periferias urbanas, legitimando, assim, uma atuação mais agressiva do aparato estatal. Durante a campanha eleitoral de 2018, Jair Bolsonaro comprometeu-se a combater a corrupção, nomeando o ex-juiz federal Sérgio Moro, conhecido por sua atuação na Operação Lava Jato, como Ministro da Justiça e Segurança Pública. Essa nomeação foi amplamente interpretada como um sinal de compromisso com o enfrentamento da corrupção (G1, 2019). O polêmico Projeto de Lei Anticrime (PL 882/2019) — “pacote anticrime” (Brasil,

2019c) — foi apresentado por Moro em fevereiro de 2019 e incluía uma série de medidas para combater o crime organizado e a corrupção, com alterações em 14 leis, incluindo o Código Penal e o Código de Processo Penal, com o objetivo de endurecer a legislação penal e processual penal. No entanto, ao longo do governo, surgiram críticas relacionadas a possíveis interferências em investigações e ao enfraquecimento de órgãos de controle e fiscalização. Em abril de 2020, Sérgio Moro pediu demissão do ministério, alegando interferência política do presidente Bolsonaro na Polícia Federal, especialmente após a exoneração do diretor-geral Maurício Valeixo (G1, 2020). Esse episódio gerou forte repercussão pública e levantou dúvidas sobre a independência das instituições de controle no governo (G1, 2020).

Esses eventos geraram percepções divididas sobre o compromisso do governo Bolsonaro no combate à corrupção. Enquanto alguns viam as iniciativas iniciais como passos positivos, outros expressaram ceticismo devido a ações controversas e à falta de avanços significativos em certas áreas (G1, 2020).

Entre as propostas relacionadas à flexibilização das regras de engajamento, estava a previsão de excludente de ilicitude para agentes de segurança em situações de confronto armado durante operações policiais. O Projeto de Lei 839/2019 (Brasil, 2019b), também conhecido como “PL da Legítima Defesa”, foi apresentado pelo Deputado Federal Capitão Augusto (PL-SP) em abril de 2019. Ele propôs ampliar as situações em que a legítima defesa poderia ser invocada por agentes de segurança pública, permitindo uma atuação mais ampla e menos restrita durante operações policiais.

Outra intervenção foi o Decreto sobre uso da Força Nacional (Decreto 9.489/2018a). Embora não seja uma proposta legislativa, o governo Bolsonaro também adotou medidas administrativas para ampliar o uso da Força Nacional de Segurança Pública em operações de segurança em todo o país. O decreto permitiu uma maior mobilização da Força Nacional em apoio às polícias estaduais e municipais, contribuindo para uma atuação mais agressiva das forças de segurança. O presidente defendeu a ampliação das situações em que agentes de segurança pública poderiam alegar legítima defesa para justificar o uso da força letal durante operações policiais. Essa medida foi controversa e gerou debates sobre a possibilidade de aumentar a violência policial e os casos de abuso de poder.

Em maio de 2019, Bolsonaro assinou um decreto que facilitava o porte de armas para diversas categorias profissionais, além de ampliar a posse de armas em propriedades rurais. Essa medida foi uma das promessas de campanha do presidente e visava facilitar o acesso dos cidadãos brasileiros às armas de fogo. Além do decreto, Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional projetos de lei para flexibilizar ainda mais as regras de posse e porte de armas no país. Esses projetos foram alvo de intensos debates na sociedade e no Legislativo, refletindo a polarização em torno da questão do armamento. As medidas refletem a postura autoritária de Bolsonaro ao enfatizar soluções baseadas na força e no armamento, em vez de abordagens mais abrangentes e orientadas para a segurança pública, como investimentos em prevenção e políticas sociais.

Quando ainda candidato em 2018, Jair Bolsonaro ficou conhecido por suas opiniões e políticas controversas também em relação ao meio ambiente e às relações internacionais. Sobre o desenvolvimento econômico sobre conservação ambiental, o referido muitas vezes enfatizou a preponderância do desenvolvimento econômico sobre a conservação ambiental. Ele argumentava que o Brasil precisa aproveitar seus recursos naturais, como a Amazônia, para impulsionar o crescimento econômico. Trabalharam a redução de proteções ambientais. No governo, Bolsonaro foi muito criticado por suas políticas que enfraquecem as proteções ambientais, incluindo mudanças na legislação que facilitam o desmatamento e a exploração de terras indígenas e áreas de conservação. Durante o governo Bolsonaro, constatou-se aversão frequente à produção científica e ceticismo explícito quanto às mudanças climáticas, sugerindo-se que as advertências ambientais seriam alarmistas e que a base científica do aquecimento global seria contestável. Observou-se, igualmente, hostilidade diante de organizações não governamentais ambientalistas, às quais se atribuiu ingerência em assuntos internos do país, em consonância com discurso antiambiental. Ademais, priorizaram-se políticas voltadas a setores agropecuário e mineral, muitas vezes em detrimento de salvaguardas ecológicas, inclusive pela abertura de áreas protegidas a atividades agrícolas e minerárias sob o argumento de promover desenvolvimento econômico.

Nas relações internacionais, buscou alinhamento com os Estados Unidos, destacando a importância de laços econômicos e de segurança entre os dois países. Ele próprio passou a ser um defensor vocal do presidente americano

Donald Trump e buscou alinhar as políticas externas do Brasil com as dos EUA. Executou uma postura crítica a Organizações Internacionais. Bolsonaro adotou uma postura crítica em relação a certas organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), acusando-as de interferência nos assuntos internos do Brasil e de promover uma agenda globalista que prejudica a soberania nacional. Estabeleceu prioridade para parcerias comerciais bilaterais.

O governo Bolsonaro buscou priorizar parcerias comerciais bilaterais em detrimento de acordos multilaterais, como o Mercosul. Isso incluiu negociações comerciais com países como os EUA, China e com a União Europeia, prometendo uma política externa mais alinhada aos interesses dos Estados Unidos e de países com ideais mais conservadores. O objetivo era estabelecer uma rede de colaboração que pudesse impulsionar o desenvolvimento econômico do Brasil e ampliar suas oportunidades de comércio internacional. Essa postura pró-mercado e aberta ao investimento estrangeiro foi percebida como uma tentativa de dinamizar a economia brasileira e atrair recursos externos para áreas-chave, como infraestrutura e tecnologia. A diversificação das parcerias comerciais também foi vista como uma estratégia para reduzir a dependência excessiva de mercados específicos e tentar uma posição mais sólida no cenário global.

Além disso, o governo frequentemente enfatizou a importância da soberania nacional e da não interferência nos assuntos internos do Brasil. Isso se reflete em sua abordagem para com as relações internacionais, em que busca proteger os interesses brasileiros de qualquer suposta interferência externa. Essas questões e a proteção dos recursos naturais brasileiros também estiveram em destaque no discurso bolsonarista. Isso incluiu posições em relação à Amazônia e à exploração de seus recursos mais aberta, bem como uma abordagem mais cética em relação a acordos internacionais que pudessem limitar a soberania do Brasil em questões ambientais, ao globalismo e ao desenvolvimento nacional. Essas foram as pretensões, contudo o impacto foi diferente do pretendido.

É importante notar que suas políticas geraram controvérsias tanto dentro quanto fora do Brasil, com críticas argumentando que teriam impactos negativos ambientais e diplomáticos. Sempre se observou um discurso:

A propagação em meios digitais da ideia de que estaria vigente no país uma hegemonia esquerdista unificou os descontentes com o governo petista, a despeito de suas diferenças, e influenciou de modo direto ou indireto boa parte da nova direita em gestação (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 23).

A tática de ataque foi propulsora da construção discursiva do bolsonarismo, muito influenciada por Olavo de Carvalho, como mencionaram as autoras:

A influência de Carvalho também se fez presente por meio de uma estratégia contra-hegemônica radical baseada no uso de uma performatividade disruptiva e do choque intencional, denominados pelo crítico literário Michel Warner (2002) como contrapublicidade (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 23).

Respaldado por setores das Forças Armadas, cujo apoio impulsionou sua projeção pública e trajetória política, Bolsonaro consolidou-se como defensor do regime militar instaurado em 1964. A redemocratização de países e o papel das forças de segurança durante esse processo variam significativamente de acordo com o contexto histórico, político e social de cada nação. Durante a transição democrática brasileira, que ocorreu na década de 1980, as forças de segurança, como o Exército, a Polícia Federal e outros órgãos de segurança, tiveram que se adaptar ao novo cenário político, com o fim do regime militar, o que se constituiu numa diferença na linguagem da teoria do discurso. A situação pode ser assim descrita:

Capitão da reserva e contumaz defensor da ditadura militar, Bolsonaro iniciou sua carreira política no Congresso Nacional nos anos 1990, com o apoio de militares que perderam influência e prestígio após a redemocratização, base que posteriormente se ampliou para abarcar forças policiais (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 25).

À época, um dos principais desafios foi a transição para um sistema político no qual as Forças Armadas não exercessem mais um papel central ou de controle. Isso envolveu questões relacionadas à desmilitarização da política,

à garantia da subordinação das Forças Armadas ao poder civil e à reconciliação entre a sociedade e as instituições militares após anos de regime autoritário.

Além disso, nos posicionamentos do bolsonarismo, sempre se verificou uma participação de componentes de classes média e alta, as quais foram se formando em grupos de discussões nas redes sociais e fóruns de internet:

Inicialmente, o discurso de Bolsonaro possuía um apelo significativo, especialmente entre as classes médias e altas. Afinal, eram justamente as pessoas desses estratos que frequentavam os fóruns de internet desde a metade dos anos 2000 e compareceram em massa aos protestos pelo impedimento de Rousseff, além de expressarem simpatia pela política econômica defendida por Paulo Guedes (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 27).

A sensação de insegurança foi um dos fatores fundamentais explorados por Bolsonaro:

Os entrevistados acreditam que recuperar a convivência familiar para restabelecer a ordem na sociedade é fundamental. Contudo, a percepção de desordem e decadência também está relacionada à sensação de piora nos âmbitos da economia e da segurança pública nos últimos anos que, por sua vez, está atrelada à expressão de sentimentos de vulnerabilidade, insegurança e abandono por parte do poder público (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 32).

No entanto, o que exatamente essas medidas implicariam em termos de políticas concretas muitas vezes não era claramente definido, permitindo que diferentes eleitores interpretassem esse discurso de acordo com suas próprias preocupações e expectativas. Tudo isto nos permite compreender como ele constrói sua imagem política, mobiliza seu eleitorado e articula demandas específicas em torno de sua figura. Suas estratégias retóricas são fundamentais para a formação de uma identidade política coesa e para a construção de uma base de apoio sólida.

4.8 Dinâmicas do governo Bolsonaro

Jair Bolsonaro tomou posse em 1º de janeiro de 2019, após derrotar Fernando Haddad (PT) no segundo turno da eleição presidencial de 2018. De 2019 até a campanha de 2022, seu governo foi marcado por forte polarização política, social e midiática, como já mencionado neste trabalho. Também como

amplamente abordado, no plano normativo, priorizou a flexibilização do acesso a armas, a oposição a iniciativas de educação em gênero e a redução de salvaguardas ambientais em favor de projetos considerados estratégicos para o crescimento econômico. Na esfera econômica, ancorou-se em reformas liberalizantes, notadamente a da Previdência, e na abertura a investimentos estrangeiros. Tais medidas suscitaram críticas quanto aos efeitos sobre trabalhadores de baixa renda e sobre a proteção social, alimentando debates públicos intensos ao longo de todo o mandato.

A pandemia do coronavírus (covid-19) também teve um impacto significativo no governo Bolsonaro. Sua abordagem inicial foi minimizar a gravidade da doença e resistir a medidas de isolamento social, o que gerou críticas e contribuiu para uma crise sanitária e econômica no país. A falta de coordenação nacional na resposta à pandemia e a polarização política em torno das medidas de saúde pública foram temas recorrentes ao longo do mandato. Essa crise teve um impacto devastador na economia e na sociedade brasileira. As medidas de restrição implementadas para conter a propagação do vírus levaram a uma contração econômica ainda mais acentuada e agravaram as condições de vida de milhões de brasileiros, especialmente os mais vulneráveis. Isso porque, durante a pandemia de covid-19, o então presidente Jair Bolsonaro adotou posicionamentos controversos frente às medidas de contenção do vírus, em notória divergência das orientações emanadas por autoridades sanitárias e especialistas. Suas ações e recomendações foram amplamente publicizadas em transmissões semanais ao vivo, as chamadas *lives*, nas quais reiteradamente minimizou a gravidade da crise, chegando a classificar o Sars-CoV-2 como uma “gripezinha”. Nessa mesma linha, criticou o isolamento social e os *lockdowns* implementados por governadores e prefeitos, sustentando que tais medidas comprometeriam a economia e, por conseguinte, o sustento da população.

Ao longo dessas transmissões, Bolsonaro defendeu de forma insistente a reabertura imediata do comércio e o retorno à “normalidade”, mesmo diante do recrudescimento do quadro sanitário. Paralelamente, promoveu medicamentos como a hidroxicloroquina e a ivermectina, apresentando-os como terapêuticos eficazes contra a covid-19, não obstante a ausência de evidência científica robusta que corroborasse tal eficácia. Demonstrou, ainda, ceticismo quanto às

vacinas, questionando sua segurança e efetividade e difundindo teorias conspiratórias sobre os imunizantes.

Nas mesmas intervenções, o presidente enfatizou reiteradamente a primazia da recuperação econômica sobre as restrições impostas pela crise sanitária, asseverando que a saúde pública devia coexistir com a preservação de empregos e da renda. Esses posicionamentos, divulgados de forma sistemática nas *lives* e em declarações públicas, tornaram-se alvo de acalorado debate e críticas intensas, tanto no Brasil quanto no exterior, dada a marcada discrepância em relação às recomendações de saúde pública e ao consenso científico vigente.

Além disso, o IBGE apontou que, apesar de avanços obtidos em governos anteriores na redução da pobreza extrema, durante o governo Bolsonaro, houve um aumento no número de pessoas vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza (Gazeta do Povo, 2022). Esse agravamento pode ser associado a fatores como a crise econômica intensificada pela pandemia de covid-19, a persistência de altas taxas de desemprego e a falta de políticas sociais abrangentes e efetivas para mitigar esses impactos. Tais dados demonstram que as políticas econômicas e sociais implementadas nesse período não foram suficientes para reduzir as disparidades sociais e econômicas no Brasil.

Ainda, durante o governo de Jair Bolsonaro, diversas políticas públicas foram implementadas, refletindo sua agenda conservadora e visão econômica liberal. Sob a liderança do Ministro da Economia, Paulo Guedes, adepto da Escola de Chicago — um grupo de economistas associados à Universidade de Chicago, conhecido por suas ideias de livre mercado, defesa do liberalismo econômico e crença na eficiência dos mercados —, foram anunciadas várias propostas que seguiam essa orientação. Entre essas medidas, destacaram-se os planos de privatização de empresas estatais e desestatização de setores da economia, buscando reduzir a intervenção estatal e ampliar a participação da iniciativa privada na condução de atividades econômicas.

Em 2019, o governo Bolsonaro enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei visando à privatização da Eletrobras, uma das maiores empresas do setor elétrico do Brasil. Em 2021, o Congresso aprovou a medida, autorizando a venda de ações da empresa, marcando um dos principais movimentos de desestatização do governo (Brasil, 2021). Ainda em 2021, foi apresentado e

aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei para desestatizar os Correios, empresa estatal responsável pelos serviços postais no Brasil.

À época, embora a Petrobras, estatal de petróleo, não tenha sido totalmente privatizada, a empresa implementou uma política de desinvestimentos, com a venda de ativos considerados não essenciais e a redução de sua participação em determinados setores, em linha com a estratégia do governo de diminuir a presença estatal na economia (Oliveira, 2021). Outras empresas menores também foram incluídas nos planos de privatização, como a Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), responsável pela administração do Porto de Vitória, e a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), que gerencia armazéns e entrepostos de produtos agrícolas, ambas visadas para atrair investimentos privados em seus respectivos setores.

Além disso, a Telebras, estatal de telecomunicações, foi incluída nos planos de desestatização, sob a justificativa de promover a concorrência e a modernização do setor de telecomunicações (Brasil, 2018b). A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), responsável pela pesquisa geológica e mineral no Brasil, também foi objeto de discussões durante o governo. Embora não tenha havido um anúncio direto de privatização, o governo considerou alternativas como desestatização parcial ou parcerias público-privadas para expandir as operações da empresa e atrair recursos do setor privado.

As propostas econômicas do governo Bolsonaro estiveram alinhadas com a visão liberal de reduzir a presença do Estado na economia e promover maior eficiência por meio da iniciativa privada. Dentro dessa perspectiva, o governo propôs uma reforma tributária com o objetivo de simplificar o sistema de impostos e reduzir a carga tributária sobre empresas e indivíduos (Brasil, 2019a). Além disso, o Ministro da Economia, Paulo Guedes, defendeu fortemente uma política de controle de gastos públicos, com o intuito de reduzir o déficit fiscal e a dívida pública. Essa estratégia incluiu medidas de contenção de despesas, revisão de programas sociais e a implementação de uma política de austeridade fiscal.

Além disso, uma das medidas mais significativas de atuação liberal foi a aprovação da reforma da Previdência em 2019⁵. Essa reforma estabeleceu uma

⁵ A Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conhecida como Reforma da Previdência, introduziu mudanças significativas no sistema previdenciário brasileiro. Dentre as principais alterações, estabeleceu-se uma idade mínima para aposentadoria de 65 anos para

nova idade mínima para aposentadoria e alterou as regras de cálculo dos benefícios. A intenção era conter o déficit previdenciário e tornar o sistema mais sustentável a longo prazo. As implicações incluíam uma redução dos gastos públicos com aposentadorias, mas também gerou críticas devido aos impactos sobre os trabalhadores mais vulneráveis e de baixa renda.

O modelo afetou diferentes setores da sociedade brasileira, tanto do ponto de vista dos trabalhadores quanto dos beneficiários do sistema previdenciário. A reforma previdenciária de 2019 repercutiu de maneira mais aguda sobre os segmentos laborais vulneráveis, especialmente entre aqueles que ingressaram precocemente no mercado de trabalho e alimentavam a expectativa de aposentadoria antecipada. Com a instituição de idade mínima obrigatória, a legislação passou a exigir a permanência prolongada desses trabalhadores no sistema contributivo antes que pudessem pleitear o benefício.

A reforma também afetou os servidores públicos, com mudanças nas regras de cálculo dos benefícios e aumento das alíquotas de contribuição previdenciária. Isso gerou críticas principalmente entre os servidores que ingressaram no serviço público sob regras mais vantajosas e que viram suas condições de aposentadoria alteradas muitos em prejuízos de seus direitos adquiridos. Produziu mudanças para os trabalhadores rurais, como o aumento do tempo de contribuição e da idade mínima para aposentadoria. Isso afetou especialmente aqueles que dependem da aposentadoria rural como principal fonte de subsistência, dada a natureza muitas vezes precária e sazonal do trabalho no campo. Em contrapartida, os militares foram poupados de muitas das mudanças trazidas pela reforma da Previdência.

Uma das principais críticas à reforma da Previdência foi o impacto desproporcional sobre os trabalhadores mais pobres e vulneráveis, que são os que mais dependem da previdência social como forma de garantir sua subsistência na velhice. A reforma foi criticada por aumentar as desigualdades sociais ao estabelecer regras mais rígidas para aposentadoria, sem considerar as diferenças regionais e as condições de trabalho específicas de cada categoria

homens e 62 anos para mulheres, além de novas regras para o cálculo dos benefícios, que passaram a considerar a média de 100% dos salários de contribuição desde julho de 1994, com um percentual inicial de 60%, acrescido de 2% para cada ano que exceder 20 anos de contribuição para homens e 15 anos para mulheres.

profissional. Muitas críticas também foram direcionadas à forma como a reforma foi conduzida, com acusações de falta de debate democrático e de atropelo dos direitos dos trabalhadores, especialmente em relação ao rápido processo de tramitação no Congresso Nacional.

Além disso, algumas críticas apontaram para a falta de medidas complementares que pudessem garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário a longo prazo, como a taxaço de grandes fortunas ou o combate à sonegação fiscal. Próximo tópico importante na construção das condições de emergência do discurso bolsonarista.

As relações internacionais tiveram pontos debatidos nas eleições de 2018 e 2022. No período eleitoral de 2018, foi marcadamente mencionado as relações do Brasil com Cuba, Venezuela e Nicarágua. O discurso bolsonarista no âmbito internacional durante as eleições de 2018 e 2022 foi marcado por uma mudança significativa em relação às políticas externas adotadas por governos anteriores no Brasil. O então candidato Jair Bolsonaro e seus apoiadores expressaram uma abordagem mais conservadora, nacionalista e pragmática em relação às relações internacionais, com foco em certos países e questões específicas.

O discurso bolsonarista introduziu uma mudança significativa em relação às políticas externas adotadas por governos anteriores no Brasil. Esta mudança foi caracterizada por uma abordagem mais conservadora, nacionalista e pragmática em relação às questões internacionais, com um foco específico em determinados países e questões.

A retórica bolsonarista enfatizou a necessidade de uma política externa guiada por valores conservadores e pelo interesse econômico nacional, em contraste com a orientação ideológica de esquerda atribuída aos governos anteriores. Essa inflexão discursiva obteve adesão de eleitores que almejavam transformações substanciais na condução das relações internacionais do país. Ressalte-se que tal reposicionamento ultrapassou a campanha de 2018 e permaneceu presente no pleito de 2022, apontando a consolidação do vetor de política externa preconizado pelo governo Bolsonaro e por sua base de apoio.

Do ponto de vista econômico, o período em análise foi marcado por forte oscilação. Logo após a recessão histórica de 2014 a 2016, cujos efeitos se prolongaram e foram agravados pela pandemia de covid-19, a retomada mostrou-se lenta e desigual: os níveis de desemprego e subutilização da força

de trabalho permaneceram elevados, e o crescimento do PIB reiteradamente ficou aquém das expectativas.

No primeiro ano do governo Bolsonaro, o preço da carne bovina registrou alta expressiva, impulsionada tanto pela expansão da demanda externa quanto por intempéries climáticas que comprometeram a oferta de grãos e pastagens. O encarecimento do produto afetou de forma desproporcional as camadas de baixa renda, que destinam parcela maior do orçamento à alimentação. Reportagens da época ilustraram o fenômeno com a chamada “fila do osso”, referência às pessoas em situação de extrema pobreza que aguardavam restos de açougue para suprir necessidades básicas, quadro que não apresentou redução substantiva ao longo do quadriênio.

Os preços dos combustíveis, por sua vez, oscilaram de maneira acentuada, reflexo da política de paridade internacional da Petrobras combinada à volatilidade do mercado global de petróleo. A instabilidade penalizou especialmente os usuários de transporte público e os trabalhadores de menor renda. Paralelamente, as tarifas de energia elétrica sofreram sucessivos reajustes, pressionando adicionalmente o custo de vida das famílias e corroborando o caráter regressivo dos choques de preços enfrentados pela população mais vulnerável.

As empresas privadas e grandes corporações também foram favorecidas. O governo Bolsonaro implementou uma série de medidas pró-mercado, incluindo desburocratização, redução de impostos para os mais favorecidos e flexibilização das leis trabalhistas. Isso beneficiou empresas privadas e grandes corporações, que viram oportunidades de crescimento e lucratividade em meio a um ambiente de negócios mais favorável. O setor do agronegócio também foi um dos principais beneficiários das políticas do governo Bolsonaro, com medidas que facilitaram a expansão das atividades agrícolas, reduziram as restrições ambientais de preservação e promoveram a abertura de novos mercados internacionais. As políticas de flexibilização das leis ambientais e de regularização fundiária favoreceram os interesses dos grandes proprietários de terra e ruralistas, muitos dos quais têm influência política significativa.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela população vulnerável no acesso à moradia, o setor de construção civil e imobiliário foi beneficiado por políticas que incentivaram o investimento em infraestrutura e projetos de construção,

especialmente no segmento de alto padrão e empreendimentos de luxo. Portanto, enquanto esses setores se beneficiaram das políticas econômicas do governo Bolsonaro, a população vulnerável enfrentou dificuldades crescentes, como aumento da desigualdade, redução do acesso a programas sociais e serviços básicos, e deterioração das condições de vida. Essa disparidade de benefícios mostra a falta de uma abordagem inclusiva e equitativa na formulação e implementação das políticas econômicas durante esse período. Sob essa lente, trataremos no próximo tópico de resistências e controvérsias desse governo.

4.9 Resistências e controvérsias

O governo do presidente Jair Bolsonaro foi marcado por uma série de resistências e controvérsias, especialmente no que diz respeito aos grupos marginalizados e à proteção do meio ambiente. Desde a posse em 2019, Bolsonaro adotou políticas e discursos que geraram uma preocupação e indignação tanto nacional, quanto internacional. Líderes políticos, organizações internacionais e a sociedade civil de outros países expressaram preocupação e condenação em relação às políticas de Bolsonaro em relação ao meio ambiente e aos direitos humanos. O Brasil foi alvo de críticas e pressões diplomáticas, com ameaças de boicote a produtos brasileiros e cortes de investimentos estrangeiros em resposta à destruição ambiental na Amazônia.

Oposição política e falta de coalizão constituíram o governo Bolsonaro que assumiu a presidência sem uma coalizão partidária sólida, o que dificultou a governabilidade e gerou resistências por parte de muitos partidos políticos. Sua retórica polarizadora e sua tendência a tomar decisões unilaterais também contribuíram para a falta de apoio político em diversos setores. Os conflitos com outros poderes foi outra marca. A relação entre o Executivo e outros poderes, como o Legislativo e o Judiciário, foi frequentemente tensa durante o governo Bolsonaro. Conflitos e disputas políticas ocorreram em questões como nomeações para cargos-chave, indicações para o STF e tentativas de interferência em investigações judiciais.

O STF, em distintas ocasiões, desempenhou sua função de controle e equilíbrio de poderes frente ao governo Bolsonaro, proferindo decisões judiciais

que contrariaram diversas iniciativas do Executivo. Por exemplo, em questões relacionadas à pandemia de covid-19, como a determinação de que estados e municípios tinham autonomia para implementar medidas de isolamento social e a decisão de que o governo federal deveria adotar medidas para proteger indígenas durante a pandemia. Um exemplo notável foi a decisão do STF, em 2020, de impedir o presidente Bolsonaro de revogar normas que obrigavam o uso de máscaras em locais públicos durante a pandemia de covid-19.

Na ocasião, o presidente havia editado um decreto revogando partes de um outro decreto anterior que obrigava o uso de máscaras em locais públicos, como medida de prevenção ao coronavírus. No entanto, o STF decidiu, por unanimidade, que o presidente não poderia revogar essas normas sem o respaldo técnico de autoridades sanitárias e sem observar o princípio da separação de poderes. Essa decisão foi um exemplo claro de como o STF atuou para impedir que o governo ultrapassasse limites constitucionais e respeitasse princípios fundamentais, como o direito à saúde e a separação de poderes.

Além disso, o STF também tomou decisões importantes em casos relacionados à liberdade de expressão, proteção ambiental, direitos LGBTQIA+, entre outros, que contrariaram algumas posições e políticas do governo. Efetivou, autorizou e supervisionou inquéritos que envolvem membros do governo Bolsonaro e seus aliados. Por exemplo, investigações relacionadas à disseminação de *fake news* e financiamento de manifestações antidemocráticas. O STF também desempenhou um papel fundamental em decisões relacionadas aos direitos da cidadania e às manifestações antidemocráticas. Segundo Avritzer, Kerche e Marona:

As ações do Supremo Tribunal Federal ao longo do governo Bolsonaro reforçaram o papel do Judiciário como guardião da democracia, enfrentando narrativas autoritárias e consolidando direitos fundamentais que estavam sob ameaça (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 134).

Esses inquéritos muitas vezes resultaram em ações que desagradaram o governo, como buscas e apreensões, quebras de sigilo bancário e telefônico, e até mesmo prisões. Em várias ocasiões foi necessário, ministros do STF se manifestarem em defesa da democracia e das instituições brasileiras, criticando

discursos e ações que ameaçavam o estado de direito e os princípios democráticos.

A oposição, como visto em tópicos anteriores, construiu uma identidade polarizada em relação ao governo Bolsonaro. Durante o período, o Brasil testemunhou uma polarização política intensa, com a oposição se consolidando em torno de uma identidade claramente oposta às políticas e discursos do governo. Houve o trabalho de buscar a quebra hegemônica, através estratégia para fraturar o discurso bolsonarista. No caso movimentos sociais e da sociedade civil, exigiu reconfigurações de visões de atuação como mencionou Seto:

Não é de hoje que movimentos sociais e organizações da sociedade civil vêm sendo minados em suas liberdades de expressão e associação. No Brasil, desde a corrida eleitoral de 2018, quiçá antes, o atual presidente vem empreendendo campanha contra o que chamou de “ativismo xiita”, o qual prometeu, mais de uma vez, “por um ponto final (Seto, 2018, s. p.).

Avritzer, Kerche, Marona (2021), dando continuidade a esta perspectiva sobre a atuação do governo Bolsonaro, a respeito dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil, dizem o seguinte:

Congruente com tais posturas e promessas, uma vez eleito e empossado, parte de seus decretos e decisões investe diretamente contra formas institucionalizadas de participação da sociedade civil no Estado brasileiro, em alguns casos desvirtuando ou obstruindo a ocupação de postos e cargos das instituições participativas e daquelas criadas para defesa dos direitos humanos – especialmente de grupos marginalizados e do meio ambiente (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 23).

Como já apontado, a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 rompeu a hegemonia político-partidária que, desde 2003, gravitou em torno do Partido dos Trabalhadores e de sua coalizão de centro-esquerda. A recessão de 2014-2016, os escândalos de corrupção e a crescente insatisfação social abriram espaço para uma narrativa de extrema direita assentada no conservadorismo, no antipetismo e no discurso anticorrupção. Nessa conjuntura, novas identidades políticas emergiram e a oposição passou a se articular em torno de uma plataforma antibolsonarista.

As divisões internas da sociedade brasileira, intensificadas durante o mandato de Bolsonaro, foram centrais para a consolidação dessa resistência. Temas como direitos das minorias, desmonte de políticas ambientais e

acentuada polarização ideológica alimentaram o descontentamento popular, fornecendo terreno fértil para movimentos sociais e forças políticas contrárias ao governo. Diversas iniciativas oficiais e eventos simbólicos funcionaram como pontos nodais na formação da identidade oposicionista. Entre eles, o assassinato da vereadora e ativista Marielle Franco tornou-se emblema da luta contra o autoritarismo e a violência política, ampliando a base de apoio à oposição e reforçando sua coesão coletiva.

Desde sua ascensão ao poder, em 2019, Jair Bolsonaro foi criticado pela oposição e por parte de diversos setores da sociedade. Entre os pontos mais controversos de sua gestão, está a defesa aberta do período militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985, incluindo a exaltação de figuras emblemáticas associadas à repressão e tortura durante esse período sombrio da história do país. Este posicionamento gerou resistência política e social, evidenciando ainda divisões profundas na sociedade brasileira. A defesa do governo militar pós-1964 por Bolsonaro se constituiu como uma tentativa de revisionismo histórico, buscando reabilitar um período marcado por violações aos direitos humanos e repressão política. Durante esses anos de chumbo, houve censura à imprensa, perseguição a dissidentes políticos, tortura e assassinato de opositores ao regime. A glorificação desse período é interpretada como uma afronta à memória das vítimas e à luta pela democracia.

Como uma provocação às vítimas, em meio a essa atmosfera conturbada, uma questão gerou particular repúdio e indignação foram os pronunciamentos e homenagens realizados pelo presidente Jair Bolsonaro ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, uma figura emblemática associada às violações dos direitos humanos durante o período da ditadura militar. A relação entre Bolsonaro e Ustra não é nova. Desde sua trajetória como parlamentar, Bolsonaro vinha manifestando publicamente sua admiração pelo coronel, chegando ao ponto de dedicar seu voto no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff à Ustra, em uma clara provocação às vítimas e àqueles que lutam pela justiça e pela memória contra a ditadura militar.

Nesse contexto, movimentos sociais, organizações de direitos humanos, partidos políticos de oposição e diversos segmentos da sociedade civil permaneceram mobilizados em protesto contra a apologia do presidente ao regime militar e àqueles que o representaram. Manifestações públicas,

campanhas nas redes sociais, ações judiciais e pronunciamentos políticos têm sido algumas das formas de resistência adotadas por esses grupos, visando não apenas denunciar a gravidade desse posicionamento, mas também fortalecer o compromisso com a democracia e os direitos humanos.

É importante ressaltar que a resistência à defesa do governo militar pós-1964 e aos seus agentes não se restringe apenas a uma questão histórica, mas também se relaciona com os desafios contemporâneos enfrentados pelo Brasil. A memória desses anos sombrios serve como um alerta contra a erosão das instituições democráticas e o ressurgimento de práticas autoritárias. Portanto, a oposição a Bolsonaro e sua retórica revisionista representa não apenas uma luta contra o passado antidemocrático do país, mas também uma defesa do presente e do futuro democrático da nação. Apesar de ter sido eleito várias vezes, e de ter sido contemplado com cargos no Congresso Nacional, não demonstrou apreço ao sistema democrático.

A CPI da pandemia, instaurada no Congresso Nacional para investigar as ações e omissões do governo brasileiro durante a crise sanitária causada pela covid-19, tornou-se um dos eventos mais significativos e controversos do cenário político do país. Durante meses de investigações e depoimentos, várias conclusões foram alcançadas, mostrando falhas, negligências e polêmicas na gestão da pandemia pelo governo Bolsonaro.

Uma das principais conclusões da CPI foi a crítica à resposta do governo à pandemia. Desde o início, o presidente Jair Bolsonaro minimizou a gravidade da doença, chegando a classificá-la como uma "gripezinha" e a promover tratamentos sem eficácia comprovada, como a hidroxicloroquina. Suas posturas contra o uso de máscaras e o distanciamento social também foram duramente questionadas, contribuindo para a disseminação do vírus e para o alto número de mortes no país.

Além disso, a CPI revelou que o governo Bolsonaro foi negligente na aquisição de vacinas contra a covid-19. A lentidão na negociação com os laboratórios produtores, a recusa em aderir a consórcios internacionais de vacinas e a falta de planejamento adequado para a distribuição e aplicação das doses foram apontadas como fatores que contribuíram para o atraso na imunização da população brasileira. Outro ponto destacado pela CPI foi a falta de transparência e prestação de contas por parte do governo em relação aos

recursos destinados ao combate à pandemia. Houve denúncias de irregularidades na aplicação de verbas públicas, como o superfaturamento na compra de equipamentos médicos e a suspeita de desvios de recursos destinados ao enfrentamento da crise sanitária. Todo este enfrentamento e polêmicas resultou na alimentação de conflitos federativos no Brasil.

A tradição brasileira do Executivo mediar os conflitos entre a União e os Estados federados foi perturbada, alterando a dinâmica:

A chegada da pandemia tirou dos bastidores uma das muitas tensões inerentes a todos os sistemas federais, ou seja, a competição entre quem decide, quem coordena, quem implementa e quem financia as políticas públicas (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 33).

Além disso, os autores afirmam:

O covid-19 tem mostrado que o desenho do federalismo permite que governadores e prefeitos assumam papel de liderança e coordenação quando presidentes e primeiros-ministros se omitem ou acirram os conflitos federativos (Avritzer; Kerche; Marona, 2021, p. 33).

Com vistas à preservação do pacto federativo durante a pandemia de covid-19, o STF alterou a orientação tradicionalmente favorável à União e reconheceu a competência concorrente de estados e municípios para adotar medidas sanitárias. O presidente Jair Bolsonaro reagiu alegando ter ficado “de mãos amarradas”, atribuindo à Corte, e não à condução federal, a responsabilidade pela crise econômica subsequente. Em contraponto, a comunidade científica passou a ocupar espaço proeminente na mídia em defesa das ações preventivas de caráter subnacional.

Paralelamente, Bolsonaro foi acusado de fragilizar instituições democráticas, como o próprio STF e o Congresso Nacional, por meio de ataques verbais a seus integrantes e tentativas de interferir em investigações judiciais. Essas práticas, voltadas a deslegitimar opositores políticos e jornalistas críticos, suscitaram preocupações quanto à integridade do processo democrático e à liberdade de imprensa. No plano externo, o governo enfrentou atritos com lideranças internacionais, a exemplo do presidente francês Emmanuel Macron, que denunciou a insuficiência das políticas brasileiras de proteção à Amazônia, deteriorando a imagem construída pelo Itamaraty de defensor histórico do meio ambiente.

Em síntese, o período examinando mostra como a postura governamental de Jair Bolsonaro catalisou um campo de resistências institucionais, científicas e diplomáticas, expondo tensões constitutivas do pacto federativo e do regime democrático brasileiro. A reação coordenada de estados, municípios, STF, veículos de imprensa, comunidade científica e atores internacionais sinaliza que, embora a retórica confrontacional do Executivo tenha provocado instabilidade, os mecanismos de controle e a sociedade civil mantiveram capacidade de contestação e fiscalização. Dessa conjuntura, deriva-se um legado ambíguo: de um lado, demonstra-se a resiliência das instituições frente a investidas que objetivavam restringir-lhes a autonomia; de outro, permanecem feridas abertas na esfera pública, marcada por polarização intensa, descrédito mútuo e desgaste da imagem externa do país.

5. A construção do povo nas eleições 2018: uma análise discursiva do lulismo e do bolsonarismo

A partir da perspectiva da teoria do discurso e dos estudos sobre populismo, particularmente no que diz respeito à construção da ideia de "povo" pelo lulismo e pelo bolsonarismo, será apresentada neste capítulo uma análise das campanhas eleitorais dos dois turnos, utilizando o *software* NVivo como ferramenta de codificação. Foram mapeados diversos temas abordados ao longo do processo eleitoral, com destaque para os antagonismos que emergiram na construção discursiva do conceito de povo. Esses temas, que incluíam a defesa dos trabalhadores, a previdência social, a sustentabilidade, a família, a religião, o patriotismo, o desemprego, a saúde e a educação, revelaram-se centrais na formação de cadeias de significação. Cada um desses elementos foi articulado de maneira a criar simbolismos e significados específicos, promovendo narrativas populistas que buscavam estabelecer um "povo" em oposição a seus "outros", reforçando, assim, o caráter polarizador e identitário da disputa política no Brasil.

Essa construção discursiva se revela particularmente importante para a compreensão dos fenômenos políticos contemporâneos no Brasil, à medida que tanto o lulismo quanto o bolsonarismo mobilizam sentidos distintos de "povo" em suas estratégias políticas. O lulismo tende a articular o povo em torno de demandas de inclusão social, direitos trabalhistas e redistribuição de renda, enquanto o bolsonarismo constrói sua noção de povo por meio da defesa da família tradicional, do nacionalismo e da ordem moral. Essas cadeias de articulação discursiva são fundamentais para entender as dinâmicas de polarização que caracterizam o cenário político atual, em que o conceito de povo se torna um campo de disputa central.

No comparativo das mensagens, podemos vislumbrar o contraste dos discursos que revelam que ambos os candidatos utilizaram significantes flutuantes e vazios para construir suas identidades coletivas, porém com sentidos radicalmente diferentes. Enquanto Bolsonaro focou em "segurança" e "ordem", Haddad/Lula enfatizaram "justiça social" e "igualdade". As cadeias de articulações de Bolsonaro centraram-se em valores conservadores e segurança, com pontos nodais como "ordem" e "família". Já as cadeias de articulações de

Haddad/Lula se focaram na inclusão social e nos direitos, com pontos nodais como "justiça social" e "igualdade". As demandas dos eleitores de Bolsonaro e Haddad/Lula refletem seus respectivos discursos. O antagonismo no discurso de Bolsonaro foi direcionado principalmente contra a esquerda e a criminalidade, enquanto o antagonismo no discurso de Haddad/Lula foi dirigido contra a elite econômica e os conservadores.

Nesta introdução, é importante destacar que o processo eleitoral de 2018 também foi moldado por um conjunto de reformas e regulamentos destinados a aprimorar a transparência e a equidade do pleito. A Lei nº 13.487/2017, por exemplo, estabeleceu o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que buscou limitar a influência de grandes doadores privados e equilibrar o financiamento entre os candidatos. Além disso, a Lei nº 13.488/2017 trouxe alterações significativas na propaganda eleitoral e nas regras de coligações partidárias, visando reduzir a fragmentação partidária e os abusos no período de campanha.

As eleições gerais de 2018 foram regidas pela Lei nº 9.504/1997, que fixou, no calendário eleitoral, 16 de agosto como marco inicial da propaganda, englobando atividades em meios digitais, comícios, caminhadas, carreatas, passeatas e a veiculação paga na imprensa. O horário eleitoral gratuito em rádio e televisão teve início em 31 de agosto e encerrou-se em 4 de outubro, antecedendo o primeiro turno, realizado em 7 de outubro. O segundo turno ocorreu em 28 de outubro. A seguir, apresentam-se, de forma pormenorizada, as etapas subsequentes deste capítulo.

5.1 O discurso do "povo" no lulismo

Para compreendermos como o discurso de "povo" do lulismo se estruturou e procurou se articular durante a campanha eleitoral de 2018, é necessário realizar algumas considerações sobre a situação de Lula. A eleição presidencial de 2018 no Brasil foi marcada por uma intensa polarização, em que dois nomes dominaram o cenário político: Jair Bolsonaro (PSL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, a candidatura de Lula enfrentou obstáculos desde o início, devido ao seu envolvimento na Operação Lava Jato e à subsequente prisão. Para compreender esse cenário, é fundamental analisar a trajetória de

Lula no período pré-eleitoral e as implicações jurídicas que culminaram no seu impedimento de concorrer à presidência.

Como já apresentado, em abril de 2018, Lula foi preso após ser condenado em segunda instância pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), no caso do triplex no Guarujá, em apelação criminal nº 5046512-94.2016.4.04.7000, sob acusações de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Iniciou-se, assim, uma batalha judicial que culminou no STF. Após o TRF-4 negar o recurso da defesa do ex-presidente contra a decisão de prisão proferida em janeiro, o STF selou o destino de Lula. Em abril, o tribunal rejeitou um pedido de habeas corpus favorável a Lula, abrindo caminho para sua prisão. No dia 5 de abril, o então juiz federal Sérgio Moro emitiu a ordem de prisão contra o petista. Essa condenação foi decisiva para sua detenção, uma vez que, na época, a jurisprudência do STF permitia a execução provisória da pena após a condenação em segunda instância. Lula se dirigiu ao Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, e somente no final da tarde de 7 de abril entregou-se à polícia. Ele foi transportado de avião para a sede da Polícia Federal em Curitiba, onde começou a cumprir sua pena.

Mesmo após sua prisão, Lula tentou, até o fim do prazo para o registro de candidaturas, manter sua postulação à presidência. No entanto, em setembro de 2018, com base na Lei da Ficha Limpa — que veta a candidatura de políticos condenados em segunda instância por crimes de corrupção —, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vetou sua candidatura. Ainda assim, Lula e o PT persistiram na estratégia de lançá-lo como candidato. De dentro da prisão, em Curitiba, Lula liderava as pesquisas eleitorais, evidenciando a resiliência de seu apoio popular, sobretudo entre a classe trabalhadora e as camadas mais vulneráveis da sociedade.

A campanha de Lula se baseava em um discurso de "perseguição política", no qual ele se apresentava como vítima de uma articulação entre elites judiciais e políticas, cujo objetivo seria impedir seu retorno ao poder. O lulismo, nesta fase, buscou sensibilizar a população e articular cadeias de apoio construídas ao longo dos seus governos, que, graças às políticas sociais implementadas, tiveram grande apelo entre os setores menos favorecidos da população brasileira. Entretanto, o maior desafio para a candidatura de Lula não estava apenas na sua prisão, mas na Lei da Ficha Limpa, sancionada em 2010

durante o governo do próprio Lula, que determina que candidatos condenados por um colegiado (como foi o caso de Lula no TRF-4) são inelegíveis. Em agosto de 2018, o TSE julgou o pedido de registro de candidatura de Lula e, por 6 votos a 1, decidiu impugnar a candidatura com base na Lei da Ficha Limpa. Esse julgamento ocorreu em 31 de agosto de 2018 e encerrou definitivamente a possibilidade de Lula concorrer à presidência naquele ano.

Com a impossibilidade de Lula participar da disputa, o PT lançou Fernando Haddad, que inicialmente ocupava a posição de candidato a vice-presidente, como o novo candidato à presidência. Essa decisão ocorreu em setembro de 2018, a poucos dias do início do primeiro turno. Haddad herdou grande parte do apoio popular de Lula, mas enfrentou desafios substanciais para consolidar essa transferência de votos e reverter o quadro de polarização crescente, especialmente frente à ascensão de Jair Bolsonaro. Bolsonaro, naquele momento, representava uma alternativa à esquerda representada pelo PT, canalizando sentimentos de insatisfação com o sistema político e o antipetismo que havia se fortalecido nos anos anteriores.

A candidatura de Fernando Haddad, no entanto, foi moldada pelo fenômeno do lulismo, que, segundo a análise de André Singer, construiu uma identidade política popular ao longo dos mandatos de Lula. Nesse contexto, a teoria do populismo de Ernesto Laclau oferece uma lente útil para entender a continuidade do lulismo através de Haddad. Para Laclau (2005; 2007; 2013), o populismo não é apenas um estilo de política, mas uma forma de articulação discursiva que constrói uma divisão entre "povo" e "elite", criando um "nós" que representa as demandas populares e um "eles" que representa as elites opressoras ou corruptas.

No caso da candidatura de Haddad, o lulismo seguiu articulando essas categorias. O "povo", dentro dessa concepção, era identificado com as camadas mais vulneráveis da sociedade, que haviam se beneficiado das políticas sociais dos governos de Lula e as políticas de expansão do crédito. O lulismo, nesse sentido, construía uma cadeia de equivalências ao agregar demandas heterogêneas, como os interesses dos trabalhadores, dos pobres urbanos, dos pequenos agricultores, e das classes médias baixas, em torno de um discurso de inclusão social e combate às desigualdades.

Haddad, portanto, encarnou essa continuidade discursiva ao representar, simbolicamente, a liderança de Lula e as conquistas de seus governos, mesmo estando fisicamente afastado pela prisão. Sua campanha manteve uma centralidade no discurso de "perseguição política" a Lula, caracterizando o ex-presidente como vítima de um sistema político-judicial controlado pelas elites, o que reforçava a ideia laclauiana de polarização entre o "povo" e a "elite". Haddad não se apresentava apenas como um candidato técnico ou intelectual, mas como o herdeiro legítimo do lulismo, personificando essa narrativa populista que mobilizava as categorias de exclusão e resistência às elites.

Além disso, a capacidade de Haddad de sustentar o discurso lulista teve forte impacto no eleitorado, pois a figura de Lula, mesmo ausente da campanha, ainda ocupava um espaço na imaginação popular como defensor dos pobres e marginalizados. Dessa forma, o lulismo se estruturou como um fenômeno populista duradouro, em que a figura de Lula transcendeu sua presença física e se manteve viva através de Haddad. Isso permitiu ao PT manter um núcleo de eleitores fiéis e um discurso de resistência, mesmo diante da crescente popularidade de Jair Bolsonaro, que, por sua vez, articulava seu próprio discurso populista de direita.

Assim, o lulismo, segundo os termos de Laclau (2005; 2007; 2013), foi capaz de construir uma cadeia de equivalências que integrava as demandas de diferentes grupos sociais, mantendo sua hegemonia sobre parte significativa do eleitorado brasileiro, ainda que sua liderança simbólica estivesse encarcerada e fisicamente ausente do pleito. A candidatura de Haddad, portanto, representou mais do que uma simples substituição de nome: foi a continuidade de um projeto populista de articulação das demandas populares em oposição às elites, o que consolidou o lulismo como um fenômeno de longo alcance na política brasileira.

A construção do conceito de "povo" no lulismo emerge fortemente a partir de uma dimensão simbólica e afetiva, especialmente acentuada pela peculiar situação de prisão vivenciada por Lula. Nesse contexto, o sentimento de injustiça e a alegação de inocência tornam-se elementos centrais na tentativa de catalisar o apoio popular e mobilizar eleitores. A narrativa que Lula constrói em sua *Carta ao Povo Brasileiro* vai além da simples defesa de sua candidatura, configurando-se como um discurso de resistência contra o que é percebido como a supressão da vontade popular e da democracia:

Meus amigos e minhas amigas, vocês já devem saber que proibiram a minha candidatura, impedindo o povo brasileiro de votar livremente. A razão da minha vida é lutar. Há mais de cinco meses estou preso, sem provas e sem crime. Nunca aceitei injustiças e não vou aceitar agora (Freire, 2018a).

A carta de Lula ao povo brasileiro, na qual expressa a frustração com a proibição de sua candidatura e a sua prisão, simboliza um apelo afetivo que toca em questões centrais do lulismo, principalmente no que diz respeito à construção de um conceito de povo. A referência ao “povo” não é meramente retórica, mas está intrinsecamente ligada à ideia de representar os interesses das classes populares, historicamente excluídas do centro de poder no Brasil.

Essa mensagem se insere em uma narrativa maior, em que Lula procura mobilizar uma ampla coalizão de grupos sociais que compartilham demandas comuns, mas que podem estar dispersas em suas especificidades. O lulismo, nesse contexto, articula diferentes setores da sociedade — trabalhadores, camponeses, movimentos sociais, minorias raciais e de gênero — em torno de uma noção de justiça social, dignidade e inclusão.

Quando Lula afirma que “proibiram o povo brasileiro de votar livremente” e que sua prisão ocorreu “sem prova nem crime” (Freire, 2018a), ele não está apenas falando de sua experiência individual, mas sim de uma situação que ressoa com uma parte significativa da população. A injustiça mencionada evoca a exclusão sistêmica que muitos brasileiros enfrentam. Assim, sua fala busca cristalizar o sentimento de consternação não apenas pela sua figura, mas pelo que ele representa: a luta contra a marginalização, a desigualdade e a concentração de poder.

Na construção dessa articulação discursiva, o lulismo oferece uma proposta de identidade coletiva que tenta unificar diferentes demandas (econômicas, sociais, políticas) sob uma bandeira comum. A cadeia de demandas dispersas, nesse caso, inclui o direito à cidadania plena, à participação democrática e à justiça social. Esses elementos são essenciais para sustentar a narrativa de que Lula é mais do que um líder político — ele é um símbolo de resistência popular contra o que é percebido como um sistema político-judicial opressor.

Dessa maneira, o lulismo consegue construir o conceito de “povo” não apenas como uma massa homogênea, mas como uma convergência de várias

lutas, que inclui desde as reivindicações por melhores condições de trabalho até o combate às desigualdades estruturais de raça, gênero e classe. Essa articulação tenta, assim, gerar uma identidade coletiva inclusiva que se contraponha ao sistema que marginaliza grande parte da sociedade.

Essa narrativa, então, não se limita à sua pessoa, mas busca unificar e dar voz a uma diversidade de demandas sociais, políticas e econômicas. Ao representar o "povo", Lula evoca uma ideia de unidade construída a partir de múltiplas experiências de sofrimento e resistência, estabelecendo uma ligação profunda entre sua figura pública e os anseios de justiça social e inclusão que permeiam a sociedade brasileira. Dessa forma, a construção do "povo" no discurso lulista adquire uma dimensão simbólica que transcende o campo político, enraizando-se na emoção coletiva e no desejo de mudança.

5.1.1 A perseguição e a inocência

Os que perseguem Lula, na verdade, perseguem o povo brasileiro. Ele está preso enquanto o governo Temer desorganiza o país, retira os direitos do povo e entrega nossas riquezas aos estrangeiros. Faço, aqui, um juramento de lealdade a Lula. Não vamos descansar. Vamos libertar o Brasil de toda essa injustiça (Programa PT, 2018).

O discurso de Fernando Haddad, como então candidato a vice-presidente de Lula em 2018, insere-se também num contexto de forte polarização política e de uma narrativa de resistência e defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A declaração de Haddad enfatiza uma tese central da campanha do PT naquele momento: a de que a perseguição a Lula não era uma questão individual, mas algo que atingia diretamente os interesses do povo brasileiro. Nessa retórica, Lula não era apenas um líder político preso, mas um símbolo da luta contra as injustiças sofridas pela população brasileira, especialmente a classe trabalhadora e os mais pobres.

Os elementos discursivos e a construção do "povo perseguido", trabalhou a figura do mártir e defensor do povo. A campanha do PT no primeiro turno das eleições de 2018 utilizou fortemente a imagem de Lula como uma vítima de perseguição política. A prisão de Lula em 2018, sob acusações relacionadas à Operação Lava Jato, foi apresentada pelo partido como uma tentativa de impedir que o ex-presidente retornasse ao poder, não apenas por questões jurídicas,

mas por ameaçar interesses políticos e econômicos contrários aos dos setores populares. Ao dizer que aqueles que perseguem Lula perseguem o povo brasileiro, Haddad faz uma analogia direta entre o destino de Lula e o destino da população mais vulnerável.

Nesta identidade projetada, o governo Temer toma centralidade, bem como o desmonte observado de políticas populares do poder em exercício. Haddad critica o governo de Michel Temer como responsável por uma série de retrocessos sociais e econômicos. A fala de Haddad sobre "bagunçar o país" e "cortar direitos do povo" refere-se, em especial, a reformas como a trabalhista e à PEC do teto de gastos, que foram vistas por muitos como prejudiciais aos trabalhadores e à população mais pobre. A crítica à entrega de riquezas aos estrangeiros aponta para a defesa de uma política nacionalista de desenvolvimento, uma marca das gestões petistas, que Haddad buscava dar continuidade (Brasil, 2019c).

Nesse sentido, a entrega de riquezas reflete a privatização de setores estratégicos da economia e a entrada de capital estrangeiro em áreas como o petróleo e a energia, que, segundo a narrativa do PT, comprometeriam a soberania e os interesses do Brasil. O "juramento de lealdade" a Lula é mais do que uma afirmação política; é uma estratégia de reforço da coesão dentro do partido e com sua base de eleitores. Haddad, ao jurar lealdade, se coloca como o herdeiro direto de Lula e garante que sua campanha e eventual governo seriam uma continuação das políticas que beneficiaram o povo.

No primeiro turno da campanha de 2018, o discurso do PT nas inserções comerciais e na propaganda de rádio e TV apresentou uma ênfase inicial na construção do "povo" como o principal sujeito atingido pela perseguição a Lula. Essa construção retórica segue uma tradição na política brasileira e, em particular, no discurso do PT, de vincular o líder político diretamente às demandas populares. Ao afirmar que "o perseguido é o povo brasileiro", Haddad e o partido se valem de um discurso populista clássico, no qual as elites (representadas pelo governo Temer e outros setores) são o inimigo, e o povo, o grupo que sofre as consequências de seus atos. Essa estratégia reforça a ideia de que a prisão de Lula simboliza a opressão das camadas mais pobres da população. Além disso, posiciona a campanha de Haddad como um movimento de

resistência, não apenas contra um governo específico, mas contra um sistema que, segundo essa visão, age contra o bem-estar da maioria dos brasileiros.

A narrativa de campanha vai além de denunciar a prisão como perseguição política: sustenta a inocência do candidato, alegadamente já reconhecida por instâncias internacionais. Com isso, explicita-se o dissenso em relação às decisões da Justiça Eleitoral e da Justiça Criminal brasileiras, sugerindo um descompasso entre o veredicto doméstico e a avaliação de organismos externos.

Uma ideia ninguém pode aprisionar. O sonho está cada vez mais livre. A esperança permanece acesa e viva! Olha ela lá! Chama. Chama que o povo quer. Chama! Chama que o 13 resolve. Chama que é bom! Lula é Haddad, é o povo. Lula livre! (Programa PT, 2018).

A ONU já decidiu: Lula pode ser candidato. Ainda assim, o registro foi negado. A coligação 'O Povo Feliz de Novo' seguirá lutando pelo direito de Lula ser candidato e ser eleito presidente (Programa PT, 2018).

A campanha ultrapassou a simples defesa política, projetando-se como disputa simbólica em torno da justiça e da dignidade de um líder popular. O discurso apresenta densidade política, emocional e social, especialmente no que concerne à figura de Lula, transformado em ícone por parcela expressiva da sociedade brasileira. O eixo dessa construção narrativa é a inocência, entendida não só como eventual absolvição jurídica, mas como tentativa de vincular o ex-presidente a uma ideia de pureza moral e a um ideal de justiça social que orienta a mobilização de seus apoiadores. A frase “a campanha vai além e afirma a inocência que já estaria sendo confirmada por fóruns internacionais” sugere que, independentemente das decisões das cortes brasileiras, organismos internacionais como a ONU estariam respaldando a tese de que Lula foi injustiçado.

Neste aspecto, não se refere apenas à absolvição legal de Lula, mas a uma construção narrativa que busca associar a sua figura à pureza moral e ao ideal de justiça social. Esse conceito de inocência também vai além do sentido jurídico, insinuando que ele representa a justiça social, o que está em desacordo com as instituições nacionais, retratadas como falhas ou comprometidas.

Ao destacar o fato de que Lula poderia ser candidato segundo a ONU, mas teve seu registro negado pela Justiça Eleitoral, a narrativa também busca denunciar um possível descompasso entre as esferas internacionais e as nacionais, sugerindo uma discriminação política. A proposta reflete uma crítica ao que se considera uma instrumentalização da justiça para fins políticos. Aqui, a justiça brasileira é vista como um sistema que não opera de forma imparcial ou transparente, sendo oponível ao que se considera como justiça verdadeira, já que organismos internacionais, ao serem citados, ganham uma autoridade moral superior. O desacordo com as decisões da Justiça Eleitoral e Criminal é destacado como parte de uma luta contínua e legítima. A expressão “O sonho cada vez mais livre. Acesa a esperança vive!” invoca uma perspectiva quase messiânica, em que Lula é retratado como a personificação do sonho de justiça e igualdade social, algo que as instituições nacionais estariam tentando sufocar, mas que se mantém vivo entre o povo (Freire, 2018b).

O significado político e simbólico de “Lula Livre”, toma um contorno importante na mensagem que procura articular com o eleitor/povo a própria prisão daquele que pode atender suas demandas. A frase "uma ideia ninguém pode aprisionar" é uma evocação do poder das ideias e ideais que ultrapassam as barreiras físicas e legais. Mesmo com Lula preso, a campanha busca amplificar o símbolo de sua figura e da sua luta, associando-o ao povo. Ao dizer que “Lula é Haddad, é o povo”, há uma clara tentativa de vincular a figura de Lula a um movimento mais amplo de justiça social, representado pela candidatura de Fernando Haddad. Não é apenas uma questão de legalidade, mas de legitimidade e representação popular. A palavra "Chama" repetida enfatiza o desejo de mobilização popular. A ideia de que "o 13 dá jeito" faz referência ao número associado ao PT, enfatizando que a solução para os problemas do Brasil estaria nas mãos do partido, e indiretamente de Lula (Freire, 2018b).

A perda da possibilidade de concorrer não impediu a continuidade do lulismo e seu discurso de povo, como vemos na narrativa da campanha:

Quero pedir, de coração, a todos que votariam em mim, que votem no Haddad para presidente. Já somos milhões de Lulas e, a partir de hoje, Haddad será Lula para milhões de brasileiros (Programa PT, 2018).

Todos nós recebemos uma missão do presidente. Não é hora de voltar para casa de cabeça baixa. É hora de ir às ruas com a cabeça erguida e vencer esta eleição! Nós vamos vencer esta eleição. Viva a democracia! Lula livre! Viva o povo brasileiro! (Programa PT, 2018).

A narrativa apresentada ilustra a resiliência e a força do lulismo, que transcende a própria figura física de Lula e se manifesta como um movimento político e social profundamente enraizado nas massas populares. A mensagem central da campanha é clara: Lula pode não estar fisicamente presente na disputa eleitoral, mas seu legado e sua influência permanecem vivos. A fala do narrador, ao afirmar "Haddad será Lula para milhões de brasileiros", demonstra uma transferência simbólica de poder. Essa passagem de liderança é feita não apenas de forma pragmática, mas também emocional e ideológica, pois Lula é transformado em um símbolo que vai além da sua pessoa, ganhando vida própria no imaginário político e popular.

O lulismo torna-se um fenômeno político maior do que a presença física de seu líder. Ele se transforma em uma ideia que resiste à prisão, às barreiras jurídicas e às manobras eleitorais. A frase "Já somos milhões de Lulas" reforça essa ideia de multiplicidade, sugerindo que Lula não é apenas um indivíduo, mas um movimento composto por milhões de vozes, reivindicando justiça social e igualdade. Ativado o discurso da resiliência e da esperança característicos de outras campanhas lulista. As falas de Haddad complementam essa narrativa de continuidade. Ao afirmar que "recebemos todos uma missão do Presidente" e que "não é hora de voltar para casa de cabeça baixa", Haddad ecoa o espírito de resiliência e resistência que o lulismo representa. A mensagem é clara: o movimento não será derrotado pela ausência de Lula nas urnas. Pelo contrário, a luta deve continuar com a mesma força e entusiasmo, agora em torno da candidatura de Haddad.

A expressão "ganhar esta eleição" carrega em si uma promessa de vitória que vai além da simples conquista eleitoral. É um apelo à mobilização e à união em torno dos ideais representados por Lula. A repetição de "Lula livre" e "viva o povo brasileiro" reforça a conexão entre a figura de Lula e o povo, destacando que o lulismo é, acima de tudo, um movimento de caráter popular, que busca dar voz e protagonismo às classes trabalhadoras e marginalizadas. A campanha não se limita a defender a candidatura de Haddad; ela incorpora um discurso mais

amplo que reafirma a importância da luta democrática e a centralidade do povo como agente de transformação social.

O lulismo, neste sentido, não é apenas uma ideologia ou uma corrente política, mas um fenômeno sociocultural que abarca a defesa de direitos sociais, a luta contra a desigualdade e a promoção da justiça. A expressão "viva a democracia" é um chamado para que o povo se aproprie do processo político, simbolizando a crença de que a soberania popular é a base da democracia. Essa crença está no centro do lulismo, que sempre se apresentou como um movimento que busca elevar as vozes daqueles que historicamente foram marginalizados pelas elites políticas e econômicas do Brasil.

No início da campanha de 2018, Fernando Haddad, como herdeiro do lulismo, enfrentou o desafio de percorrer um longo caminho em um curto período. Mesmo preso, Lula continuava a liderar as intenções de voto com ampla margem, evidenciando sua força como líder popular e o impacto do lulismo no eleitorado. De acordo com pesquisa do Datafolha, publicada pela Folha de S. Paulo em 22 de agosto de 2018, Lula aparecia com 39% das intenções de voto no levantamento estimulado, seguido por Jair Bolsonaro com 19%. Já na pesquisa espontânea, em que os eleitores citam o candidato de sua escolha sem uma lista pré-definida, Lula mantinha a liderança com 20%, enquanto Bolsonaro obtinha 15%. Esses dados refletiam o cenário inicial da corrida eleitoral, marcado pela presença simbólica de Lula como figura central, mesmo ausente fisicamente da campanha (Datafolha, 2018).

A transferência de votos de Lula para Haddad não aconteceu de maneira automática, e sim gradual, como é comum em situações de substituição de liderança em campanhas eleitorais. A entrevista de Haddad ao Jornal Nacional em 14 de setembro de 2018, quando ele ainda tinha apenas 8% das intenções de voto, marcou um momento crucial (Globo, 2018a). Apesar do desempenho inicial modesto, houve um movimento crescente de transferência dos eleitores de Lula para Haddad à medida que a campanha avançava. Essa transição foi facilitada pela estratégia do PT de manter Lula como figura central, retratando Haddad como seu herdeiro político, como já apontado. Haddad mencionava Lula com frequência em seus discursos e aparições públicas, e a campanha o apresentava como o candidato que daria continuidade ao legado lulista.

Esse processo de transferência de votos reflete a força do lulismo, pois, mesmo com a prisão de Lula e as acusações de corrupção que mancharam a imagem do PT, muitos eleitores continuaram a ver Lula como o líder que trouxe melhorias significativas em suas vidas, o que favoreceu Haddad. Isto demonstrou que nada grudava de forma significativa na figura de Lula, que se tornou independente do PT, como representação política.

Com o passar do tempo, a candidatura de Haddad cresceu substancialmente. Ele foi capaz de capitalizar sobre a base sólida de apoio de Lula e, à medida que os eleitores associavam sua figura ao ex-presidente, ele subiu nas pesquisas. Nas semanas finais antes do primeiro turno, Haddad consolidou-se como o principal adversário de Bolsonaro, terminando o primeiro turno com 29,28% dos votos, enquanto Bolsonaro obteve 46,03% (Brasil, 2018). A capacidade de Haddad de atingir quase um terço do eleitorado foi, em grande parte, resultado da transferência de votos lulista. No entanto, o fenômeno encontrou uma resistência significativa naquele momento histórico. Bolsonaro conseguiu capitalizar sobre a insatisfação generalizada com a política tradicional e os escândalos de corrupção que envolviam o PT, o que dificultou que Haddad ampliasse sua base de apoio no segundo turno.

No processo de construção de povo, são trabalhadas na campanha de 2018 demandas isoladas (heterogêneas): a sociedade brasileira está fragmentada em várias demandas (por saúde, educação, direitos trabalhistas etc.) que, inicialmente, são particulares e separadas. Vejamos este trecho de inserções eleitorais:

Tenho certeza de que todos que me ouvem se recordam dos 12 anos de normalidade democrática que vivemos no país. Durante esse período, houve acesso à energia elétrica para todos, ampliação das universidades, a implementação do PROUNI, a interiorização das universidades, a criação de escolas técnicas no interior, além de obras estruturantes, como a transposição do Rio São Francisco e a Ferrovia Transnordestina. Nesse período, geramos 20 milhões de empregos, tanto na iniciativa privada quanto no setor público. Foram 12 anos marcados por estabilidade democrática. Entretanto, a partir do momento em que a oposição passou a contestar os resultados das urnas, iniciamos uma crise da qual podemos sair em outubro deste ano, caso recuperemos o projeto que estava funcionando. Trata-se de um modelo de desenvolvimento econômico com inclusão, onde o povo é parte da solução e não um problema. Vamos trabalhar para que o Brasil volte a ser feliz. Vote 13 (Programa PT, 2018).

Aqui, o candidato Haddad, ao mencionar os "12 anos de normalidade democrática" e os avanços conquistados nesse período, tenta evocar uma memória comum que unifica setores da sociedade que têm suas demandas particulares. Nesse discurso, a "felicidade do povo" e a "inclusão" funcionam como significantes vazios, que não têm um conteúdo específico fixo, mas que podem ser preenchidos com os anseios de diferentes grupos. Ao fazer isso, Haddad busca construir uma articulação entre essas demandas heterogêneas e propor uma solução comum: o retorno a um projeto político inclusivo, representado pela sua candidatura. Na perspectiva laclauiana, a política é essencialmente a disputa pela articulação de demandas em torno de um projeto hegemônico. Assim, Fernando Haddad procura apresentar-se como a liderança capaz de articular as múltiplas demandas da sociedade brasileira, atuando como mediador que integra essas reivindicações fragmentadas em uma cadeia equivalencial sustentada pelo projeto de "desenvolvimento com inclusão". Ao fazê-lo, busca enfrentar a crise política vigente e neutralizar as disputas relativas à legitimidade do processo eleitoral.

5.1.2 Corrupção e significante antagônico no lulismo

A corrupção como significante antagônico na análise política pode ser vista como uma ferramenta de mobilização e construção discursiva dentro do populismo, tanto no lulismo quanto no bolsonarismo, utilizando o arcabouço teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), que tratam do discurso populista. No pensamento desses autores, a corrupção se torna um significante flutuante, ou seja, um termo vazio de significado fixo que pode ser apropriado por diferentes atores políticos e preenchido com sentidos diversos, de acordo com a narrativa que desejam construir. A questão da corrupção e do antissistema teve influência na formação de povo, razão pela qual abordamos neste ponto. Dentro do lulismo, a corrupção foi frequentemente usada como uma crítica externa, por opositores e pela mídia, para atacar o PT e o governo de Lula, especialmente durante os escândalos do Mensalão e da Operação Lava Jato. Nesse caso, a palavra "corrupção" foi empregada para dissociar o governo petista de sua base popular, fragilizando sua imagem de força transformadora e ética perante os setores mais progressistas da sociedade.

Laclau afirma que o populismo organiza a política em torno de uma divisão entre um "povo" que se vê como legítimo representante da democracia e uma "elite" ou "inimigo" que ameaça esse povo. No caso do lulismo, a corrupção foi inicialmente contestada como uma narrativa de ataque da elite contra o povo. Lula e o PT, em suas defesas, tentaram articular essa acusação como uma arma usada pelas elites para minar os avanços sociais promovidos pelo governo, criando uma dicotomia entre o povo marginalizado (as classes trabalhadoras, pobres e excluídos) e uma elite política e econômica que tentava controlar o poder. A corrupção, portanto, seria ressignificada como um instrumento de manipulação e não como um mal inerente ao lulismo. Em entrevista ao *Jornal Nacional* no primeiro turno Haddad foi questionado:

Durante os dois mandatos do Partido dos Trabalhadores à frente da Presidência da República, sob a liderança de Lula e, posteriormente, de Dilma, ocorreram os maiores escândalos de corrupção da história recente do país. Os episódios do Mensalão e do Petrolão resultaram no desvio de 12 bilhões de reais. Nem Lula, nem Dilma, tampouco o PT promoveu qualquer autocrítica em relação a esses fatos. As pesquisas indicam que os eleitores desejam um governo honesto. Como o senhor pretende convencer o eleitorado de que a corrupção não será perpetuada em um eventual novo governo do PT, considerando que não houve autocrítica ou pedido de desculpas ao povo brasileiro pelos recursos desviados em decorrência da corrupção? (*Globo*, 2018b).

Essa forma de abordar a corrupção, segundo Laclau e Mouffe (2015), está associada ao populismo inclusivo, em que a luta é colocada como uma disputa entre as massas (o "povo") e as elites que os oprimem. O lulismo utilizou a corrupção como um significante vazio para deslegitimar seus oponentes, os quais, segundo essa narrativa, estariam usando o sistema de justiça e a mídia como ferramentas de perseguição política.

No contexto da disputa eleitoral de 2018, Fernando Haddad buscou, desde o primeiro turno, neutralizar a imagem negativa atribuída aos governos do PT, especialmente em relação às acusações de corrupção que assombraram o partido. Em uma entrevista de grande visibilidade no *Jornal Nacional*, da Rede Globo, Haddad adotou uma estratégia discursiva para reinterpretar o fenômeno da corrupção dentro do campo petista, tentando dissociar o governo Lula das narrativas deslegitimadoras construídas por seus adversários políticos. O objetivo era recodificar o significado da corrupção no imaginário do eleitorado,

argumentando que essa questão fora instrumentalizada como ferramenta de desqualificação do projeto de retorno do PT ao poder:

Eu divido a questão da corrupção da seguinte maneira: acredito que existem dois tipos de governo em relação ao combate à corrupção. O primeiro é aquele que fortalece as instituições responsáveis, como a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, o Ministério Público e o Poder Judiciário. O segundo é aquele que enfraquece essas instituições. Em minha opinião, os governos do PT foram os que mais fortaleceram as instituições de combate à corrupção (Globo, 2018b).

Haddad delineou uma distinção entre dois tipos de governo no que tange ao enfrentamento da corrupção. Segundo sua perspectiva, há governos que fortalecem as instituições encarregadas do controle e combate à corrupção, como a Polícia Federal, a Controladoria Geral da União (CGU), o Ministério Público e o Poder Judiciário; e governos que, ao contrário, enfraquecem essas mesmas instituições. Sob uma ótica institucionalista, ele defendeu que os governos petistas estariam no primeiro grupo, como sendo aqueles que promoveram a autonomia e o fortalecimento dessas instâncias de fiscalização e controle. Este argumento pode ser analisado à luz das teorias sobre *accountability* democrática e governança pública, onde o fortalecimento das instituições de controle interno e externo é visto como essencial para a consolidação de um sistema político transparente e responsável.

Ademais, essa defesa se insere em um quadro mais amplo de contestação política, em que o lulismo, como fenômeno político, procura ressignificar sua trajetória, especialmente em face das denúncias da Operação Lava Jato, que exerceram papel central no desgaste da imagem pública do partido. A articulação de Haddad, portanto, busca redefinir a relação entre lulismo, governabilidade e a luta contra a corrupção, apontando para um movimento de reconstrução da legitimidade institucional do PT perante um eleitorado cético e polarizado. A abordagem dialética de Haddad pode ser entendida como uma tentativa de integrar elementos do chamado frame da "anticorrupção", tão predominante no debate público brasileiro recente, mas reinterpretando-o de modo a reconstruir o capital simbólico perdido durante a crise política.

Mas, de fato, candidato, independentemente do fortalecimento das instituições, o fato é que integrantes dos governos do PT foram flagrados em atos de corrupção pelos próprios

mecanismos de combate à corrupção. Isso é um fato. E volto a perguntar: será que não seria necessária uma autocrítica, um pedido de desculpas, uma *mea culpa*?" (Globo, 2018b).

A entrevista de Fernando Haddad no Jornal Nacional, assim como a cobrança feita por Renata Vasconcellos, reflete o clima político tenso e polarizado que dominava a sociedade brasileira nas eleições de 2018. A insistência na necessidade de uma autocrítica ou *mea culpa* por parte do PT, como a demanda explicitada na pergunta de Renata, é emblemática do desgaste sofrido pelo partido ao longo dos anos em que os escândalos de corrupção, sobretudo os revelados pela Operação Lava Jato, se tornaram um dos principais focos do debate público (Globo, 2018b). Esse tipo de cobrança não vinha apenas da imprensa, mas também das redes sociais, nas quais a pressão por uma resposta clara sobre o envolvimento de figuras petistas em atos ilícitos era intensificada por meio de campanhas e discussões polarizadas.

A cobrança pública, como a feita pela jornalista, ecoava o sentimento de uma parte considerável do eleitorado que se sentia traído pelos governos do PT, principalmente após os escândalos de corrupção expostos. Nesse sentido, as redes sociais amplificaram esse sentimento, transformando a questão da corrupção em um símbolo de insatisfação generalizada com a classe política e, particularmente, com o lulismo e o petismo. Plataformas como Facebook, X (antigo Twitter) e WhatsApp se tornaram veículos de disseminação massiva de críticas ao partido, com memes, vídeos e postagens virais que acentuavam a narrativa de que o PT havia institucionalizado a corrupção no país.

Além disso, a mídia tradicional, ao pautar a questão da corrupção de maneira reiterada, contribuiu para cristalizar essa percepção no imaginário popular. O discurso midiático, aliado à força das redes sociais, reforçou a narrativa de que o PT não apenas precisava responder judicialmente pelos escândalos, mas também deveria se retratar publicamente por não ter evitado ou controlado a corrupção em suas gestões. Esse contexto fez com que a autocrítica cobrada por Renata Vasconcellos na entrevista fosse vista como um posicionamento quase obrigatório para qualquer candidato do PT que quisesse reconquistar a confiança de uma parcela do eleitorado.

No entanto, o efeito dessa pressão midiática e social variava conforme o público-alvo. Enquanto setores antipetistas viam a falta de uma autocrítica como

um agravante, os eleitores mais fiéis ao lulismo interpretavam essas cobranças como parte de uma campanha mais ampla de deslegitimação do partido. As redes sociais se transformaram em verdadeiros campos de batalha ideológicos, com narrativas que tanto reforçavam o discurso anticorrupção quanto defendiam o legado dos governos petistas, criando um ambiente de intensa polarização.

Esse processo reflete a teoria da esfera pública de Jürgen Habermas, em que o espaço midiático e as interações sociais em redes são arenas de disputa simbólica, capazes de moldar percepções e narrativas políticas de forma difusa e fragmentada. A exigência por *mea culpa*, portanto, transcende o simples pedido de desculpas; ela se insere em uma lógica de disputa por hegemonia discursiva, onde as diferentes forças políticas tentam controlar a narrativa em torno da corrupção e da moralidade pública.

A tentativa de Fernando Haddad de dissociar o PT como o único responsável pela corrupção no país foi estratégica, ampliando o escopo de sua resposta ao apontar a existência de práticas corruptas anteriores aos governos petistas, como no caso da Petrobras. Em sua fala, Haddad afirmou: “A corrupção na Petrobras, no depoimento de vários delatores, testemunhas e colaboradores, data de tempos muito remotos, remonta à ditadura militar. E todos foram unânimes em dizer que é de muito tempo” (Globo, 2018b). Com isso, ele busca contextualizar a corrupção como um problema estrutural do Estado brasileiro, ao invés de algo exclusivo dos governos do PT, o que é uma tentativa de deslocar a responsabilidade exclusiva do partido:

Posso complementar minha resposta? A corrupção na Petrobras, conforme depoimentos de diversos delatores, testemunhas e colaboradores, remonta a tempos muito antigos, inclusive ao período da ditadura militar. Todos foram unânimes em afirmar que se trata de algo de longa data. Se você não fortalece os mecanismos de combate à corrupção, ela não é descoberta. O papel de um governo, sem tomar partido, sem proteger amigos ou perseguir adversários, é justamente fortalecer esses mecanismos. A própria Polícia Federal e o Ministério Público reconhecem que os governos petistas foram os que mais apoiaram essas instituições (Globo, 2018b).

Essa abordagem pode ser compreendida à luz das teorias sobre governança e corrupção sistêmica, onde a corrupção é tratada como um fenômeno que perpassa diferentes administrações e não se restringe a um partido ou grupo político específico. Haddad reforça essa perspectiva ao afirmar

que "se você não fortalece os mecanismos de combate à corrupção, você não descobre a corrupção" (Entrevista Jornal Nacional, 2018), implicando que o simples fato de os escândalos terem sido expostos durante os governos petistas é indicativo de um fortalecimento institucional no combate à corrupção.

A fala de Haddad também ressalta a importância da imparcialidade na condução dessas investigações, enfatizando que o papel de um governo é "sem tomar partido, sem proteger amigos, sem perseguir adversários, fortalecer esses mecanismos" (Globo, 2018b). Essa argumentação reforça a ideia de que os governos petistas foram responsáveis por um maior apoio às instituições encarregadas de combater a corrupção, como a Polícia Federal e o Ministério Público, que, segundo ele, "reconhecem que os governos petistas foram os que mais apoiaram essas instituições" (Globo, 2018b). Sob uma análise mais ampla, Haddad tenta, portanto, transformar a narrativa que associa o PT diretamente à corrupção em uma discussão sobre a necessidade de fortalecer as instituições de controle, ressaltando a contribuição dos governos petistas para essa tarefa.

Na entrevista concedida ao G1/CBN, em 18 de setembro de 2018, Fernando Haddad apresentou uma narrativa crítica sobre a seletividade com que a mídia e as instituições judiciais, como o Ministério Público e o Judiciário, trataram diferentes atores políticos envolvidos em casos de corrupção. Ao destacar que, até 2016, o foco das investigações se concentrava predominantemente no PT, Haddad afirmou que partidos como o PSDB e o PMDB foram "poupados" por essas instituições, especialmente o PSDB, que, em sua visão, teria sido "muito protegido". Ele mencionou ainda que, apesar de algumas revelações posteriores, o PSDB não foi devidamente responsabilizado por escândalos de corrupção envolvendo empresas públicas estaduais, como no caso do Metrô e da Dersa em São Paulo:

O foco, até 2016, era único, aliás, com fins eleitorais. Milton, esta é a minha opinião, e você está perguntando o que eu penso, então estou respondendo. Você pode discordar como jornalista, mas estou expressando a minha visão. Até 2016, o foco era um só. Somente depois disso é que se abriu a comporta e começaram a surgir informações mais abrangentes, especialmente sobre o PMDB e, sobretudo, sobre o PSDB. Na minha opinião, o PSDB foi amplamente protegido, muito protegido. Essa é a minha percepção. Você tem todo o direito de discordar, mas eu tenho o direito de expressar o que penso. Acredito que o PSDB apenas muito tardiamente começou a responder pelos atos praticados e, aqui em São Paulo, sequer

responde até hoje. Se você quer saber minha opinião, é esta: não responde até hoje. O que ocorre no metrô, na Dersa e em diversas empresas do Estado não tem o devido enfrentamento até o momento. Essa é minha opinião, e eu tenho o direito de afirmá-la aqui (G1, 2018).

Haddad reforça a percepção de uma suposta parcialidade nas investigações anticorrupção, o que, de acordo com sua análise, teria fins eleitorais. “Minha opinião, Milton, você está perguntando a minha opinião e eu estou dando”, afirmou o candidato, ao apontar que a postura seletiva beneficiou adversários políticos do PT. Esse argumento não é apenas uma defesa do partido, mas também uma crítica à atuação das instituições que, segundo Haddad, deveriam ser imparciais, mas que teriam privilegiado certos grupos políticos. O destaque ao PSDB, em particular, é estratégico, uma vez que este partido era visto como o principal rival do PT, especialmente em estados como São Paulo, onde o PSDB governava há décadas. Ao dizer que "o PSDB só muito tardiamente passou a responder pelo que fez", Haddad se refere à ausência de investigações e responsabilizações equivalentes às que atingiram o PT durante a Operação Lava Jato.

Essa crítica se insere dentro de uma narrativa antissistema que, embora adotada amplamente pela direita nas eleições de 2018, também encontra eco em discursos de esquerda. Ao atacar diretamente a proteção de determinados partidos, Haddad busca fortalecer a ideia de que o sistema político como um todo — e não apenas o PT — está envolvido em práticas corruptas, tentando assim diluir a carga negativa que pesa sobre seu partido. Contudo, ao adotar esse tom antissistema, Haddad inadvertidamente reforça uma das principais bandeiras da direita naquele período, que era a crítica generalizada à corrupção política e à ineficiência das instituições, algo que beneficiava diretamente candidatos como Jair Bolsonaro, cujo discurso contra o sistema político tradicional era central para sua campanha.

Esse movimento dialético de Haddad reflete a tensão entre a defesa de seu partido e a crítica ao sistema político que também envolve seus adversários. Ao nomear o PSDB como um partido "protegido", ele busca demonstrar que a corrupção não é exclusiva de uma sigla ou ideologia, mas sim um problema sistêmico que afeta diversos grupos políticos. A abordagem de Haddad pode ser analisada dentro da lógica de uma "guerra de narrativas", onde a disputa pelo

controle do discurso sobre corrupção se torna uma ferramenta central na legitimação ou deslegitimação de diferentes projetos políticos.

Por outro lado, essa retórica antissistema, ao atacar todos os lados, tem o potencial de beneficiar adversários de espectro populista, uma vez que alimenta o sentimento de descrença na política tradicional, favorecendo alternativas radicais que se posicionam como forasteiros ao sistema. Assim, embora a crítica de Haddad tivesse como objetivo defender o PT e apontar incoerências no tratamento dispensado a outros partidos, ela também contribuiu para amplificar o discurso de que todo o sistema político estava corrompido — um discurso que, naquele contexto, favorecia a ascensão da direita, representada principalmente por Bolsonaro.

No discurso lulista, a construção do povo é central, e essa articulação se dá a partir de uma narrativa que recorre a diversos elementos simbólicos, como a perseguição, a inocência, a corrupção como significante flutuante, o antipetismo e os condicionantes econômicos. Esses fatores moldam um discurso que busca mobilizar diferentes camadas sociais e ressignificar os acontecimentos políticos recentes para fortalecer a noção de "povo" como um sujeito histórico em luta.

A perseguição e a inocência emergem como elementos recorrentes nessa narrativa lulista. Assim, a figura de Lula é construída como alguém injustamente perseguido, vítima de um sistema corrupto que visa desestabilizar a classe trabalhadora e os seus representantes políticos. Nesse contexto, o tema da corrupção, que durante muito tempo serviu como ferramenta de deslegitimação do PT, é ressignificado. Ele passa a ser um significante flutuante, ou seja, um conceito aberto a diferentes interpretações e reivindicações. No discurso lulista, a corrupção não é negada, mas o enfoque recai sobre as estruturas de poder que a instrumentalizam para fins políticos, como a criminalização seletiva de adversários.

Apesar disso, o antipetismo representa um dos grandes desafios nesse processo de construção do povo, especialmente no primeiro turno das eleições. A narrativa antipetistas, amplamente disseminada nos anos anteriores, torna-se um obstáculo para a articulação de um discurso popular unificador. A demonização do PT e de seus líderes contribui para a fragmentação do eleitorado, dificultando a formação de uma base sólida. No entanto, o lulismo

responde a isso reposicionando o partido e sua agenda como defensores dos interesses populares, em contraste com as elites econômicas e políticas, especialmente no campo bolsonarista.

Sempre houve antipetismo desde o nascimento do PT. Foi o primeiro partido trabalhista de base no país e, eu diria, um dos únicos no mundo. Isso sempre significou uma ameaça para aqueles que detinham o poder sem contestação. Sempre foi visto como uma novidade muito grande, mas sempre houve em torno de 25% a 30% de pessoas que rejeitavam o PT. Hoje essa rejeição é um pouco maior, em função de tudo o que aconteceu de 2014 para cá [...] (Roda Viva, 2018).

A economia, por sua vez, aparece como um fator-chave na articulação do discurso do povo. O lulismo constrói uma narrativa de prosperidade passada, especialmente remetendo aos anos de crescimento econômico e inclusão social nos governos petistas. Esse passado é contraposto ao cenário econômico adverso do presente, reforçando a ideia de que o "povo" foi empobrecido por políticas neoliberais e por um governo que representa as elites. A promessa de um retorno a essa era de crescimento, justiça social e distribuição de renda se torna central na mobilização eleitoral.

A resiliência do discurso do povo, construído pelo lulismo, permitiu que Haddad superasse adversários diversos e se consolidasse como representante de uma grande parte do eleitorado no segundo turno. Esse sucesso, porém, evidenciou a complexidade de enfrentar um bolsonarismo estruturado, que havia mobilizado também uma ideia de "povo", porém com características opostas – um discurso que se alimentava do antipetismo, de valores conservadores e de uma rejeição à política tradicional. O próximo tópico trata de outros elementos que, ao longo do tempo, foram importantes nesta construção de povo.

5.1.3 Haddad como herdeiro do lulismo

A análise dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente nos dois primeiros mandatos de Lula — 2003-2006 e 2007-2010 —, envolve uma reflexão sobre a inclusão social, a cidadania e os direitos sociais. Esses governos foram marcados por uma série de políticas públicas que tinham como objetivo diminuir as desigualdades e promover o desenvolvimento socioeconômico de camadas da população que historicamente haviam sido marginalizadas. Essa base de apoio lulista foi determinante na configuração

política subsequente e no apoio a candidatos alinhados com Lula, como Fernando Haddad.

O trecho da entrevista de Fernando Haddad no programa Roda Viva, no qual ele afirma que "o projeto que o PT representa de emancipação das pessoas, de combate à pobreza, de respeito ao trabalhador, ele não pode se perder no tempo", revela a centralidade de um discurso em torno da inclusão social e da cidadania, alinhando-se com o que o teórico Ernesto Laclau descreve como a "articulação de equivalências". A ideia de Laclau sugere que, em contextos de disputa política, diferentes demandas sociais podem ser articuladas em torno de um significante vazio ou um ponto de união que represente um projeto mais amplo, capaz de agregar diferentes grupos e reivindicações sob uma mesma bandeira. Aqui mais um cenário de busca de articulação com as camadas mais vulneráveis.

O projeto que o PT representa — de emancipação das pessoas, de combate à pobreza, de respeito ao trabalhador — não pode se perder no tempo. Por isso, assumi este desafio de representar esse projeto. Com todos os ônus e bônus, sou professor, vivo do meu salário e não tenho nenhum receio de representar este projeto, que considero, até hoje, o melhor para o país (Roda Viva, 2018).

Ainda, é importante ressaltar estes períodos de consolidação da inclusão, porque são parte significativa do lulismo na sua formação de povo, o que arrebatou grande parcela do eleitorado mais pobre, que anteriormente era cativo de partidos à direita.

Durante os governos de Lula, houve a implementação de programas emblemáticos como o Bolsa Família, que foi uma ampliação de políticas anteriores e se tornou um dos maiores programas de transferência de renda no mundo. O impacto do Bolsa Família, junto com outras políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Minha Casa, Minha Vida, e a ampliação do Programa Universidade para Todos (ProUni), foram fundamentais para a promoção da inclusão social e o fortalecimento da cidadania. Essas ações beneficiaram milhões de brasileiros, tirando-os da extrema pobreza e promovendo o acesso à educação e moradia. A todo momento a campanha de Haddad buscou fazer esta ligação com o passado.

Com o ProUni, o FIES sem fiador e o novo Enem, as portas da universidade se abriram para mais de 2 milhões de alunos. O

Minha Casa Minha Vida realizou o sonho da casa própria para milhões de famílias (PODER360, 2018).

Esses avanços trouxeram uma narrativa discursiva de que os governos Lula simbolizavam um compromisso com os direitos sociais e com a promoção da cidadania para as classes mais baixas e médias. Esse discurso foi reforçado por uma cadeia de equivalências que associava as políticas públicas de inclusão a uma expansão do conceito de cidadania, que não mais se restringia ao voto, mas passava pela garantia de direitos econômicos e sociais.

Meu Emprego de Novo é um programa que vai retomar obras de infraestrutura paradas, como a duplicação de estradas, ferrovias, portos e aeroportos, destravando a produção no Brasil. Também vamos retomar as obras do Minha Casa, Minha Vida em todo o país, além de revitalizar a indústria de petróleo e gás, garantindo milhões de empregos qualificados para os brasileiros. Com emprego e salário-mínimo valorizado, a roda da economia volta a girar (Roda Viva, 2018).

Neste aspecto, o lulismo em 2018, trabalhou a busca da transferência de votos, buscando uma cadeia de complementaridade. Como já comentamos, o lulismo se caracteriza não apenas pela figura carismática de Lula, mas pela articulação de um bloco social que inclui tantos setores populares quanto segmentos da elite econômica que se beneficiaram de sua política econômica e social. A memória coletiva dos governos Lula foi reforçada durante as eleições de 2018, quando Lula, impossibilitado de concorrer devido à sua prisão no contexto da Operação Lava Jato, apoiou Fernando Haddad como seu substituto.

O crescimento de Haddad nas pesquisas eleitorais nas semanas que antecederam o primeiro turno de 2018 pode ser analisado sob a ótica da transferência de votos lulista. Essa transferência aconteceu porque Haddad foi capaz de se posicionar como herdeiro das políticas inclusivas e sociais dos governos Lula. A construção de uma cadeia discursiva que ligava sua candidatura aos êxitos das gestões anteriores de Lula foi essencial para mobilizar o eleitorado lulista.

A comparação inicial de Fernando Haddad à Dilma Rousseff como um “candidato poste” — termo que sugere um candidato com baixa representatividade, sem carisma próprio ou sem liderança consolidada, dependente de um padrinho político — levanta questões interessantes para uma análise à luz da teoria do discurso de Ernesto Laclau, bem como do populismo.

A expressão “candidato poste” reflete a percepção inicial de que Haddad não teria uma identidade política própria suficientemente forte para atrair eleitores por conta própria. Sua candidatura foi imposta em razão da impossibilidade de Lula concorrer, dada a sua prisão, e inicialmente muitos o viam como um substituto simbólico, sem carisma ou autonomia política. Na narrativa de Laclau, isso poderia ser interpretado como um desafio na construção da hegemonia e na liderança discursiva, já que, nesse primeiro momento, Haddad era percebido mais como uma extensão de Lula do que como um líder capaz de articular novas demandas ou incorporar novas vozes ao campo progressista.

Essa dependência de Haddad em relação a Lula foi amplificada por suas frequentes visitas a Lula na prisão em Curitiba durante a campanha de 2018, algo que reforçava a imagem de que sua legitimidade política estava diretamente atrelada à figura do ex-presidente. Essas visitas, embora estrategicamente buscassem manter a chama do lulismo viva e garantir a transferência de votos, também contribuíam para a narrativa de que Haddad não teria autonomia política e que seu papel era meramente representar o projeto do ex-presidente.

No discurso populista de Laclau, o significante vazio tem a função de agregar diferentes demandas e construir uma identidade coletiva. No caso de Haddad, o lulismo foi inicialmente esse significante vazio, representando a ideia de justiça social, combate à pobreza, inclusão e soberania popular. A tarefa de Haddad foi se apropriar desse significante e usá-lo para articular novas demandas, especialmente em um cenário onde a ascensão de Jair Bolsonaro representava um forte antagonismo, construindo um "outro" contra o qual o lulismo se posicionava. Esta representação podemos observar nesta declaração:

Uma pessoa que diz a uma colega de trabalho no parlamento que só não a estuprava porque ela não merecia. Uma pessoa que trata os quilombolas como se fossem medidos em arrobas, como se fossem gado, e ainda afirma que os quilombolas que conheceu sequer servem para procriar. Uma pessoa que não perde oportunidade de ofender as mulheres (Roda Viva, 2018).

Haddad, como candidato, conseguiu, em certa medida, consolidar-se como o principal representante desse campo político no primeiro turno das eleições, ao obter mais de 29% dos votos, mas não sem dificuldades. A vinculação inicial com Lula, que ao mesmo tempo foi seu maior trunfo, tornou-se também uma armadilha, na medida em que Haddad teve dificuldade de expandir

sua base de apoio para além do eleitorado tradicionalmente lulista. Ele não conseguiu, durante a campanha, transcender completamente o estigma de "poste" e construir uma hegemonia discursiva suficientemente forte para desafiar o bolsonarismo.

Segundo Laclau (2013), o sucesso de um líder populista ou de um movimento político está na articulação de demandas heterogêneas em torno de um significante vazio — ou seja, uma ideia ou figura que funcione como ponto de união, mesmo que essa figura inicialmente não tenha um conteúdo específico ou uma trajetória autônoma clara. A figura de Lula, nessa análise, pode ser vista como esse significante vazio que representava a unificação das diversas demandas populares e sociais. No entanto, com Lula impossibilitado de concorrer, o desafio de Haddad foi duplo: ele precisava se estabelecer como um novo ponto de articulação dessas demandas (substituindo Lula) e, ao mesmo tempo, dissociar-se suficientemente de Lula para ser visto como um líder por direito próprio. Ou seja, Haddad precisava conquistar espaço dentro do campo político do lulismo, mas sem que essa relação simbiótica com Lula fosse uma camisa de força, restringindo sua própria capacidade de liderar.

O discurso de Haddad na entrevista mencionada é uma clara tentativa de articular um campo de equivalências que associe o projeto do PT a valores fundamentais como a emancipação, o combate à pobreza e o respeito ao trabalhador. Esses elementos são tradicionalmente associados à agenda de esquerda no Brasil e à experiência dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Na visão de Laclau, esses diferentes elementos (emancipação, combate à pobreza, respeito ao trabalhador) funcionam como demandas democráticas que, ao se unirem, podem constituir um bloco hegemônico capaz de desafiar o *status quo*.

A articulação de equivalências proposta por Haddad, ao destacar esses elementos, visa criar uma corrente de solidariedade entre grupos sociais que compartilham dessas demandas, formando assim uma cadeia discursiva que fortalece a identificação com o projeto petista. Essa união discursiva é essencial em momentos de crise, como foi o cenário eleitoral de 2018, quando o PT enfrentou o antipetismo e a ascensão de Jair Bolsonaro. A ideia de que o "projeto não pode se perder no tempo" carrega a promessa de continuidade e resiliência frente aos desafios impostos pelas forças adversárias.

Desta forma, no discurso de Haddad, o significante vazio pode ser identificado no "projeto do PT", que ele define como o "melhor para o país". Essa formulação é suficientemente ampla para acomodar diferentes interpretações: desde o progresso social até a luta por direitos, oferecendo a possibilidade de que vários grupos sociais se identifiquem com o projeto sem que ele seja explicitamente delimitado.

Ao se posicionar como representante desse projeto, Haddad busca ocupar o lugar de liderança simbólica dentro da cadeia de equivalências, conectando-se diretamente ao legado de Lula e ao que o lulismo representou para a população, especialmente para as classes trabalhadoras e os segmentos historicamente marginalizados. Ele assume o "ônus" e o "bônus" de defender o projeto, sinalizando sua disposição de enfrentar os desafios que vêm com a tentativa de manter viva a memória das conquistas sociais dos governos anteriores e de renová-las no contexto atualizado de 2018.

5.1.4 A articulação de equivalências e a construção da hegemonia

A articulação de equivalências é um conceito central na teoria de Laclau para entender como grupos políticos podem construir uma hegemonia. A hegemonia, para Laclau, não é simplesmente uma dominação pela força, mas sim a capacidade de um grupo político de representar uma diversidade de demandas sociais e de se apresentar como o único capaz de realizá-las. Haddad, ao assumir a defesa do projeto petista, busca construir essa hegemonia, articulando as demandas por inclusão, cidadania, justiça social e respeito aos trabalhadores em torno da sua figura como candidato e do PT como partido.

No entanto, esse processo não é linear ou isento de tensões. A cadeia de equivalências precisa ser constantemente renovada e renegociada para que continue representando as demandas sociais em mutação. No contexto das eleições de 2018, por exemplo, Haddad teve de lidar com um cenário altamente polarizado, em que a memória das políticas sociais de inclusão dos governos Lula e Dilma enfrentava uma forte oposição ideológica e uma crescente desconfiança por parte de parcelas da população que se voltaram para Bolsonaro. Nesse sentido, a tarefa de Haddad foi não só representar o passado

de conquistas do PT, mas também adaptar esse discurso para responder às novas ansiedades e demandas da sociedade brasileira.

A inclusão social e a cidadania emergem no discurso de Haddad como os principais elementos de articulação do seu projeto político. O conceito de inclusão está diretamente relacionado às políticas públicas implementadas pelos governos petistas, que foram fundamentais para garantir a ascensão social de milhões de brasileiros. Já a cidadania, no discurso de Haddad, aparece como algo que transcende o simples direito ao voto, referindo-se ao acesso a direitos fundamentais como educação, saúde, moradia e trabalho digno.

Essa articulação de inclusão e cidadania serve para mobilizar o eleitorado em torno de uma promessa de continuidade do projeto social do PT, enquanto também responde às críticas neoliberais e conservadoras que associam o partido a práticas de assistencialismo ou corrupção. Haddad, como professor e intelectual, posiciona-se como um defensor da racionalidade e do diálogo, oferecendo uma alternativa ao discurso polarizador que marcou a campanha de Bolsonaro. O que segue no próximo tópico a abordagem do outro.

Nas eleições de 2018 no Brasil, a narrativa populista esteve presente na retórica de alguns candidatos, especialmente na construção do "outro" e na formação de um conceito de "povo" conforme a perspectiva de Laclau. Neste contexto, o candidato Fernando Haddad destaca, em debate televisivo, o apoio ao governo Temer demonstrado por seus adversários, os candidatos Henrique Meirelles, Geraldo Alckmin e Jair Bolsonaro, ressaltando o comprometimento destes em defender medidas que, segundo ele, "só falam em cortar direitos". Ele menciona ainda propostas de Bolsonaro para "cortar o 13º, abono de férias, cobrar imposto de renda dos pobres que são isentos, cortar o Bolsa Família, introduzir a CPMF" (Band Jornalismo, 2018).

Ao referir-se aos candidatos que apoiavam o governo de Michel Temer e associá-los a medidas de austeridade (cortes de direitos trabalhistas e sociais), Haddad estava claramente tentando demarcar um limite entre o "nós" (representado pelo povo e pelos trabalhadores) e o "eles" (os políticos alinhados às elites e às políticas de Temer). Nesse cenário, Guilherme Boulos, como figura central da esquerda progressista e um dos líderes do movimento social brasileiro, se apresenta ao lado de Haddad como porta-voz desse "nós" popular. Ambos, representantes de uma candidatura progressista e alinhada ao lulismo,

configuram-se como opositores ao sistema dominante, denunciado por medidas que, segundo sua retórica, atacam os interesses populares. Em termos da teoria de Laclau (2013), o populismo se manifesta aqui como a construção de uma identidade coletiva ("povo") que se opõe a uma elite ou sistema hegemônico, reforçando a polarização entre os dois polos antagônicos da disputa política.

A fala de Haddad articula a questão de "luta de classes" na medida em que sugere que os outros candidatos estão comprometidos em defender interesses das elites econômicas, enquanto ele, como candidato de esquerda, compromete-se com as demandas das classes populares. Essa oposição é reforçada pela acusação de que os outros candidatos apoiam o "corte de direitos" e o "sacrifício" dos benefícios que afetam diretamente os trabalhadores e a população mais vulnerável, como o 13º salário e o Bolsa Família.

Em termos da teoria de Laclau (2013), esse tipo de discurso pode ser entendido como uma tentativa de construir uma identidade popular, unificando demandas diversas sob a figura de um "povo" oprimido por uma elite política e econômica. A "elite" (ou "outro") é simbolicamente configurada como o inimigo das conquistas sociais e dos direitos trabalhistas, e essa construção retórica permite que Haddad e Boulos se coloquem como líderes legítimos da resistência popular, tornando a eleição uma batalha entre duas classes (elite e povo).

Por fim, a discussão entre Haddad e Boulos sobre os cortes de direitos e as políticas de austeridade também envolve a luta pelo monopólio da representatividade do "povo". Nesse sentido, o populismo lulista de Haddad e o movimento de Boulos tentam representar o "verdadeiro" interesse popular.

A luta de classes sempre foi um instrumento do lulismo, na articulação de demandas, formação de cadeias de articulação e busca por hegemonia na formação do povo. Inclusive quando Lula esteve preso, foi desenvolvido este viés e em outras tantas oportunidades registradas.

Aí os ricos cismam de prender o rapaz. Um governo desse é pra gente ficar só repetindo, o tempo todo. Inclusive, já que a conversa é boa, um dia estávamos ali no bar, conversando, e a turma disse: "Rapaz, se fosse pra tirar um dia de cada um ou um mês, no lugar do Lula, todo mundo ia" (PODER360, 2018).

A luta de classes permanece como um eixo central para o lulismo na sua busca por hegemonia e na construção de um discurso de povo no Brasil, em que

a inclusão de demandas populares e a criação de uma unidade entre diferentes classes oprimidas são articuladas para formar um projeto político que visa transformar a estrutura de poder vigente. Esse movimento, que valoriza a experiência e o engajamento coletivo, intensificou-se durante os momentos de maior repressão, como no período em que Lula esteve preso, e reverberou entre apoiadores, como descrito no trecho mencionado: "se fosse pra tirar um dia de cada um, ou um mês, no lugar do Lula, todo mundo ia".

Esse tipo de solidariedade e identificação coletiva é central para a esquerda, pois reforça a ideia de um povo unido e em resistência contra as classes dominantes, que frequentemente buscam restringir lideranças populares por meio da prisão ou difamação. O discurso do lulismo e do programa eleitoral de Haddad em 2018, em sua essência, propôs um "Brasil para Todos", invocando uma retórica que mobiliza a classe trabalhadora e os setores marginalizados na construção de um projeto político alternativo (PT, 2018). Essa abordagem reforça uma identidade coletiva baseada não apenas nas necessidades comuns, mas na construção de um "povo" que transcende divisões internas, valorizando um projeto de país inclusivo e sustentável.

Outra questão trabalhada no discurso são as narrativas de continuidade e ruptura com o lulismo no momento histórico de 2018, a questão sempre afirmada da representatividade democrática, sempre aglutinadora desde os movimentos por Diretas Já, que reuniram amplo espectro da sociedade brasileira. No alerta de Haddad a seguir, vê-se o temor da quebra institucional em face ao bolsonarismo:

O que nós devemos fazer durante uma campanha eleitoral é alertar. Você acha que os sociais-democratas alemães erraram ao alertar sobre a chegada ao poder de Hitler, Mussolini ou Franco? Foi erro deles alertar? Eu estou dizendo que o Bolsonaro não tem cultura democrática. Isso está provado em centenas de vídeos. Qual é a questão? Está faltando evidências de que ele não tenha apreço pela democracia?" (Roda Viva, 2018).

O discurso eleitoral de 2018 do PT, ao mesmo tempo que se fundamentou nas narrativas de continuidade e ruptura, busca reafirmar o compromisso do lulismo com a representatividade democrática, um pilar desde os movimentos por Diretas Já, que reuniram um amplo espectro da sociedade brasileira. O

contexto político de 2018 suscitou um alerta enfático quanto à possível quebra institucional, enfatizada por Haddad ao comparar o momento com outros episódios de ruptura democrática na história.

Haddad questiona a ausência de uma "cultura democrática" na figura de Bolsonaro, usando como analogia o papel de alerta assumido pelos sociais-democratas na Alemanha frente à ascensão de líderes autoritários como Hitler, Mussolini e Franco. Esse posicionamento sublinha o temor de uma possível erosão democrática e aponta para a responsabilidade das forças progressistas em denunciar e resistir a projetos autoritários. O alerta de Haddad reflete a preocupação do lulismo em defender a continuidade democrática e a preservação das instituições, ecoando uma tradição de luta pela representatividade que, historicamente, buscou unir diversas camadas sociais em prol da defesa dos direitos democráticos.

Em diversas oportunidades durante a campanha de 2018, Haddad usou a expressão popular "jogar a água do banho com a criança" para defender o projeto do lulismo e a continuidade de seus avanços, reconhecendo, ao mesmo tempo, que havia erros e heranças problemáticas a serem ajustadas dentro do próprio PT. Essa expressão ilustra o alerta contra o risco de descartar completamente o legado de conquistas sociais e econômicas dos governos petistas, devido a falhas ou equívocos pontuais.

Haddad buscava articular um discurso de equilíbrio entre autocrítica e valorização das experiências acumuladas, propondo uma renovação que não desconsiderasse os avanços promovidos pelas políticas lulista em áreas como inclusão social, educação e combate à desigualdade. Ele apresentou sua própria trajetória como prova de preparo e comprometimento, dialogando diretamente com diferentes setores da sociedade para ampliar apoios e reforçar sua capacidade de liderança e de gestão. Utilizando múltiplas plataformas de comunicação, Haddad sublinhou que, embora houvesse necessidade de correções, o legado do lulismo ainda representava um projeto essencial para a promoção da justiça social e da democracia no Brasil. Em entrevista ao programa Roda Viva da TV Cultura, apresentou seu ponto de vista a um dos jornalistas sobre a questão:

Haddad: Eu estou concorrendo com uma pessoa que não administrou nem um boteco, nem uma padaria.

Vicente: Mas, candidato, a ex-presidente Dilma levou o país a perder o grau de investimento. Hoje o Brasil está na categoria considerada lixo.

Haddad: Não.

Vicente: Está sim. Está lá embaixo. Quando a gente pega a escala, está três níveis abaixo do grau de investimento.

Haddad: Vicente, hoje estamos numa situação melhor do que a herdada do governo Fernando Henrique Cardoso (Roda Viva, 2018).

O diálogo entre Haddad e o entrevistador durante a campanha de 2018 revela as tensões em torno da continuidade do projeto lulista e da busca de uma narrativa que resgate o histórico de crescimento econômico e inclusão social dos governos petistas, especialmente após a crise do governo Dilma. Haddad enfatiza que, apesar dos desafios econômicos recentes, o país ainda se encontrava em uma posição relativamente melhor em comparação com o período herdado do governo Fernando Henrique Cardoso. Este ponto sugere que, aos olhos de Haddad, a retomada do lulismo significaria não apenas uma volta a políticas progressistas, mas uma recuperação do projeto de desenvolvimento e justiça social que caracterizou os anos de Lula na presidência.

Haddad recorreu a essas comparações para defender a ideia de que, apesar de crises e desafios, os governos petistas tinham logrado significativos avanços sociais e econômicos, ao contrário da falta de experiência administrativa que ele atribuía ao adversário Jair Bolsonaro. Ao afirmar que Bolsonaro “não administrou um boteco”, Haddad buscava reforçar sua própria competência e preparo técnico, qualificações que, segundo ele, faziam dele um candidato capaz de consolidar o legado do lulismo e enfrentar os complexos desafios econômicos e sociais do Brasil.

Nesse contexto, a continuidade do lulismo através de Haddad se torna uma questão de preservar e aprimorar uma agenda que tem como foco central a inclusão social e o crescimento econômico sustentado. Além de argumentar que o país enfrentava dificuldades geradas por crises globais e internas, Haddad propôs um projeto que apostava na retomada de políticas de fortalecimento do mercado interno, valorização da educação e redução das desigualdades. Esse discurso também visava atrair eleitores descontentes com a crise econômica recente, mas que ainda reconheciam os avanços sociais alcançados nos anos anteriores.

Assim, a continuidade do lulismo através de Haddad propunha-se como um caminho de retorno a políticas inclusivas e de valorização dos setores mais vulneráveis, com um comprometimento renovado para enfrentar os problemas atuais de forma responsável e eficaz.

5.2 O discurso do “povo” no bolsonarismo

No bolsonarismo, a ideia de "povo" emergiu como um significante vazio, isto é, um termo sem conteúdo intrínseco, mas que pôde abarcar múltiplas demandas sociais insatisfeitas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma oposição a um "outro" — no caso, a esquerda, o *establishment* político e todos aqueles vistos como ameaças à moralidade e aos valores tradicionais. A heterogeneidade do social no Brasil, marcada por demandas distintas, como as questões de segurança pública, combate à corrupção e defesa dos valores familiares, foi articulada em uma cadeia de equivalência em torno de um antagonismo: "nós" (o povo verdadeiro, honesto e patriota) contra "eles" (os corruptos, os comunistas, a elite intelectual).

O discurso bolsonarista também fez uso de significantes flutuantes, que são termos abertos a interpretações variadas e que podem ser ressignificados em função dos interesses do discurso dominante. Termos como "Brasil acima de tudo", "Deus", "liberdade" e "família" foram apresentados de forma a abarcar diferentes sentidos para diferentes públicos, ao mesmo tempo que mobilizavam afetos, principalmente medo e esperança. Esses elementos produziram uma representação fantasmagórica, isto é, uma promessa de restauração de uma "plenitude" perdida, associada a uma nação livre da corrupção e da violência, valores que o discurso bolsonarista resgatava como genuínos e ameaçados.

As práticas articulatórias do bolsonarismo foram fundamentais para a formação de um ponto nodal no discurso: a figura de Bolsonaro em si. Ele passou a ser a representação central de uma miríade de demandas, conectando-se a eleitores que viam nele o "salvador" ou "líder", ou ainda o "mito", que poderia trazer a ruptura necessária. Este ponto nodal ajudou a estabelecer a lógica da equivalência, unindo setores sociais distintos e demandas variadas em uma narrativa comum que se opunha ao "sistema". Esse processo gerou uma fratura sistêmica ao deslocar o discurso tradicional, redefinindo quem poderia ser

considerado "povo" e quem deveria ser combatido, o que deslocou a política institucional para um novo eixo antagônico.

O bolsonarismo, durante as eleições de 2018, conseguiu construir uma narrativa poderosa que, ao representar o povo contra as elites políticas tradicionais, usou a lógica populista de Laclau para moldar o imaginário político e reestruturar a paisagem social brasileira para além de 2018. A aplicação dessas categorias de análise permite ver como o discurso populista não apenas mobilizou demandas populares, mas também as articulou em torno de uma nova identidade, criando uma ruptura profunda no sistema político e inaugurando um novo ciclo de polarização no país, não mais PT *versus* PSDB.

O discurso bolsonarista, especialmente em 2018, foi marcado por um apelo ao "povo" que buscava reconfigurar o sentimento de pertencimento e representatividade entre eleitores desiludidos com a política tradicional. O caldo de cultura que possibilitou o surgimento do bolsonarismo passa por várias camadas complexas, que incluem uma série de eventos políticos, sociais e econômicos de grande impacto.

Primeiramente, o recrudescimento da extrema-direita no mundo, especialmente na Europa e nos EUA, trouxe uma onda de discursos nacionalistas, anti-imigração, antiglobalistas e críticos às instituições tradicionais, sendo estes elementos absorvidos pelo bolsonarismo e adaptados ao contexto brasileiro. Movimentos como o Brexit e a eleição de Donald Trump foram exemplos que demonstraram a viabilidade de uma política de rompimento com o sistema político tradicional, o que acabou sendo relevante para o cenário brasileiro.

No contexto nacional, a recessão econômica que sucedeu o período de crescimento entre 2002 e 2013 — impulsionado pelo chamado "milagrinho econômico" dos governos petistas — contribuiu para o desgaste do apoio popular aos governos de esquerda, os quais também foram enfraquecidos por escândalos de corrupção. A Operação Lava Jato foi um ponto de inflexão importante, tanto pela sua capacidade de revelar esquemas de corrupção envolvendo o PT, quanto pela postura midiática e politizada que assumiu com o tempo, promovendo uma narrativa de purificação do sistema político.

Esse processo gerou um enfraquecimento da hegemonia do discurso progressista, antes representado pelo PT e seus aliados, enquanto emergia uma

demanda por figuras de fora do espectro político tradicional. A busca por "alguém de fora" foi alimentada pelo ceticismo em relação ao sistema partidário, à medida que a Lava Jato se expandia para envolver partidos do centro e da direita, levando a uma crise de representatividade que beneficiou candidatos considerados "antissistema".

Nesse ambiente de descontentamento, Jair Bolsonaro se destacou por seu discurso simplista e nacionalista, apresentando-se como uma figura "genuína", "incorrupível" e alinhada aos valores "tradicionais" – uma oposição direta ao sistema que havia sido associado a corrupção e decadência moral. Empiricamente, o discurso bolsonarista se valeu de estratégias de mobilização em redes sociais, com ataques à mídia tradicional, e promovendo uma narrativa de "nós" (o povo) contra "eles" (as elites corruptas), apelando para uma visão de país que resgataria a "ordem" e os "bons costumes".

Casos empíricos que ilustram esse período incluem a propagação de slogans como "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", a popularização de narrativas conspiratórias sobre uma suposta "ameaça comunista", e o uso intensivo das redes sociais para disseminar conteúdos virais que contrastavam com o discurso progressista, como o episódio de apoio à posse de armas e a defesa da ditadura militar. Esses elementos formaram uma base discursiva de ruptura, onde Bolsonaro se posicionou como o salvador do "povo" contra o "sistema corrupto", fomentando o antagonismo que foi central na construção da sua campanha em 2018.

O discurso anticomunista no programa eleitoral de Bolsonaro reflete um fenômeno recorrente em sua retórica e no imaginário construído pelo bolsonarismo. A fala apresenta o comunismo como uma ameaça iminente, que, se instaurado, levaria ao confisco de terras, à expropriação de imóveis e à perda de liberdades individuais, associando o regime a uma realidade de caos e cerceamento vivida em países como a Venezuela. Essa narrativa articula o medo de um inimigo externo — o comunismo — e fomenta uma divisão simbólica entre o "bem" e o "mal", onde o primeiro seria representado pelo projeto de um "Brasil livre", e o segundo, por uma política que comprometeria a soberania e o desenvolvimento nacional.

Nós queremos, sim, mudanças. Queremos nos afastar de vez do comunismo, dar um chega para lá na política que existe na Venezuela. Não queremos isso para o nosso Brasil. Queremos um presidente com isenção, que tenha liberdade para indicar um time de ministros técnicos, competentes e comprometidos com os interesses do povo brasileiro, e não de partidos políticos. Falo agora porque acredito em vocês, e vocês também porque acreditam no Brasil. Vamos ganhar estas eleições no 1º turno [Gritos, aplausos e buzinas] (PODER360, 2018).

No bolsonarismo, o anticomunismo se torna uma ferramenta de mobilização que unifica, sob um discurso de temor, segmentos diversos da população. A representação do comunismo é feita de maneira generalizada e com uma ênfase em consequências negativas, como o descontrole estatal e a supressão de liberdades. Esse discurso busca dialogar com diversos públicos: conservadores, defensores da propriedade privada, setores religiosos, forças de segurança e até empreendedores, que temem qualquer modelo que ameace a lógica de mercado e os valores considerados "tradicionais". Assim, o bolsonarismo formula a ideia de "povo" como um conjunto de cidadãos que partilha a preocupação com a defesa da propriedade, dos valores cristãos e da liberdade individual.

A construção dessa identidade coletiva, definida pelo temor ao comunismo, transcende ideologias e se baseia na noção de "ameaça". Bolsonaro se apresenta como o único líder capaz de confrontar e afastar esse perigo, que ele simboliza em sua figura de "salvador" e na promessa de um governo técnico, isento de influências partidárias, que atuaria exclusivamente em benefício da nação. O discurso apela a um nacionalismo exacerbado e ao desejo de mudanças profundas, usando a Venezuela como exemplo de um destino a ser evitado.

Nesse sentido, a construção de "povo" pelo bolsonarismo é estratégica, já que aproxima diferentes camadas da sociedade sob o manto de um "patriotismo" contra o comunismo. Essa formulação também ajuda a deslegitimar os opositores, que são vistos como "inimigos da nação". Essa retórica, voltada para o público geral, reforça um senso de urgência e convergência de interesses, buscando garantir apoio eleitoral ao projeto de Bolsonaro ao prometer um país livre de ameaças, governado por "ministros técnicos" e em oposição radical ao comunismo e à corrupção. Essa é a base sobre a qual ele articula seu discurso e busca consolidar uma noção de "povo" alinhada com seu projeto de poder.

Bolsonaro justificou sua candidatura à presidência da República com as seguintes palavras: 'Quero ser candidato a presidente da República porque o Brasil precisa de um presidente honesto, patriota, que creia em Deus e afaste de vez o fantasma do comunismo (Globo, 2018c).

No mesmo sentido a citação a seguir:

Cânticos: É Bolsonaro! E o baiano e o paulista? É Bolsonaro! E a minha Paraíba? É Bolsonaro! E o carioca, gente? É Bolsonaro! E o mineiro e o potiguar? É Bolsonaro! E o acreano e o amazonense? É Bolsonaro! Azul, branco, amarelo e verde: é nossa bandeira! Com fé na força do povo, ela jamais será vermelha (PODER360, 2018).

Além disso, durante a campanha de 2018, Jair Bolsonaro utilizou intensamente o conceito de "família" como um símbolo central para unificar e mobilizar apoio. Ao tratar a família como "a base da sociedade", ele apelou para valores tradicionais e religiosos que ressoam com grande parte da população brasileira, especialmente em setores conservadores. Esse discurso sobre a família tornou-se um ponto de convergência na campanha, utilizando uma lógica de equivalência, que apresenta diferentes questões sociais e culturais como ameaças a esse valor essencial: "A família é a base da sociedade. Vamos, juntos, mudar o destino do Brasil. Um forte abraço a todos e fiquem com Deus" (PODER360, 2018).

No bolsonarismo, a "família" é retratada como um pilar ameaçado por uma suposta agenda progressista, muitas vezes associada ao comunismo ou a ideologias de esquerda, que, segundo a campanha, buscariam enfraquecer a estrutura familiar tradicional. A família, portanto, não era apenas um tema; era um significante que ajudava a conectar diversas questões e preocupações, como segurança pública, moralidade e identidade nacional. Nas redes sociais, Bolsonaro ampliou essa articulação, publicando tweets e declarações que reforçavam a ideia de que o fortalecimento da família tradicional era essencial para a recuperação do país e para barrar a "ideologia de gênero" e outros valores considerados ameaçadores.

O Brasil é um país cristão e conservador, que valoriza a família e repudia ideologias que tentam destruir nossas crianças e adolescentes. Vamos mudar o Brasil e defender os valores de Deus, pátria, família! (Bolsonaro, 2018a).

Esse tipo de mensagem foi frequentemente replicado em redes sociais, criando um movimento coeso em torno desses valores tradicionais. Em outro tweet, ele afirmou: “Defendemos a liberdade, a família e a segurança. Estamos juntos na missão de mudar o Brasil e resgatar nossos valores!” (Bolsonaro, 2018b).

Essas declarações ecoaram amplamente entre seguidores, influenciadores digitais conservadores e líderes religiosos, que compartilharam e amplificaram o discurso em suas próprias redes. A defesa da família também se materializou em declarações contra pautas progressistas, como a inclusão de discussões de gênero nas escolas, rotuladas como uma ameaça à “pureza” da educação infantil e à estrutura familiar.

Assim, o uso do conceito de família na campanha de Bolsonaro foi mais do que um tema. Ele funcionou como um significante que uniu grupos diversos em torno de uma identidade coletiva que se opunha a ameaças externas e internas, principalmente as associadas a ideologias de esquerda. Esse discurso catalisou o apoio de religiosos, conservadores e pais preocupados com os rumos da educação e dos valores nacionais, articulando uma base eleitoral sólida e ampla.

Durante a campanha de 2018, Jair Bolsonaro intensificou seu discurso contra o que chamou de “ideologia de gênero”, utilizando o chamado “*kit gay*” como símbolo central para mobilizar eleitores conservadores e religiosos. O termo “*kit gay*” foi utilizado pela campanha para descrever um suposto material didático destinado a crianças em escolas públicas, que, segundo Bolsonaro e seus apoiadores, buscava “normalizar” a homossexualidade e a diversidade de gênero desde cedo. Essa narrativa, ainda que desmentida em diversas ocasiões e sem respaldo na realidade educacional, foi uma das principais bandeiras da campanha, voltada a criar um clima de urgência moral.

Tudo bem. Olha só, isto começou a ocorrer comigo em novembro de 2010. Até aquele momento, eu era uma pessoa normal como você (aponta para Bonner) no tocante a isto. E, passando nos corredores da Câmara, vi algo acontecendo de forma esquisita com um grupo, porque não é normal você ir à praia e encontrar pessoas de paletó e gravata ou no fórum de short de banho. Estava um pessoal vestido a caráter, e perguntei. Perguntei, sim, a um segurança: vai ter uma parada do orgulho gay na Câmara? E tomei conhecimento do que

estava acontecendo lá. Eles tinham acabado o nono seminário LGBT infantil, repito, nono seminário LGBT infantil. Estavam discutindo ali, comemorando um material para lançamento para combater a homofobia, que passou a ser conhecido como 'kit gay'. Entre esses materiais estava este livro. Então, pai que tenha filho na sala, retire o filho da sala para ele não ver isto daqui. Se bem que na biblioteca das escolas públicas tem (Globo, 2018c).

No contexto do bolsonarismo, o “*kit gay*” configurou-se como um significante antagônico, um termo sem significado fixo, empregado para mobilizar diferentes ansiedades e receios da população acerca do papel do Estado na educação dos filhos. A expressão foi amplamente difundida nas redes sociais, onde Bolsonaro e seus apoiadores associaram debates sobre diversidade sexual à suposta imposição de uma “agenda de esquerda”, que, de acordo com eles, buscava destruir valores familiares e “corromper” crianças. Conforme declarou Bolsonaro em suas redes sociais: “Querem impor a ideologia de gênero e confundir nossos filhos nas escolas. Esse é o Brasil que queremos?” (Bolsonaro, 2020). Tal discurso foi amplamente compartilhado por influenciadores conservadores e canais de apoio, consolidando um movimento de rejeição à chamada ideologia de gênero.

Aliás, o próprio conceito de “ideologia de gênero”, amplamente utilizado pela campanha, é um exemplo de significante antagônico, empregado por Bolsonaro para articular uma série de questões complexas e sensíveis, como homoafetividade, debates sobre identidade de gênero, liberdade sexual e até mesmo o papel da religião. Por ser um termo que carece de um significado fixo, “ideologia de gênero” foi moldado para representar tudo aquilo que supostamente se opõe ao modelo de família tradicional e às normas conservadoras, reforçando uma narrativa em que o governo seria necessário para “proteger” as crianças dessas influências.

O discurso de Bolsonaro também ecoou temas associados à “cura *gay*”, ainda que ele não defendesse explicitamente essa prática. Por exemplo, em entrevistas e declarações, ele mencionou que era necessário “respeitar os pais” que não aceitassem a homossexualidade dos filhos, insinuando que a educação e a moralidade poderiam “reverter” essas identidades. Em um *tweet* de 2018, Bolsonaro escreveu: “É um direito dos pais educarem seus filhos, sem a interferência de agendas de esquerda que querem distorcer valores fundamentais. A família tem que ser respeitada!” (Bolsonaro, 2020). Esse tipo de

discurso não defende abertamente a cura *gay*, mas sugere que o governo e a sociedade devem ter cautela em relação à diversidade de gênero, reforçando o poder dos pais e da religião na educação.

No final, esses conceitos e significantes — “*kit gay*”, “ideologia de gênero”, “direito dos pais” — serviram para reforçar a identidade do bolsonarismo como defensor da “família tradicional” e da liberdade religiosa e educativa. A retórica de Bolsonaro mobilizou eleitores em torno da ideia de que ele era o único capaz de impedir que tais ameaças transformassem a sociedade e, ao mesmo tempo, ofereceu uma sensação de pertencimento e proteção para aqueles que compartilham seus valores, em especial o público evangélico e conservador. No próximo tópico, apresenta-se detalhadamente a composição das práticas articulatórias na formação do povo.

5.2.1 Oposição a elites políticas, midiáticas e intelectuais

A retórica de oposição que emergiu nas eleições de 2018 no Brasil é marcada por uma estratégia política conhecida como *antiestablishment*. Nesse contexto, o movimento que ficou conhecido como bolsonarismo assumiu um caráter disruptivo e contestador em relação à hegemonia estabelecida por décadas entre o PT e o PSDB. Esses dois partidos alternaram-se no poder desde os anos 1990, criando uma sensação de bipartidarismo que, aos olhos de grande parte da população, estabelecia uma espécie de “revezamento” entre duas forças políticas com diferenças retóricas, mas consideradas próximas em termos de impacto nas vidas dos cidadãos comuns.

A diferença será tão grande que será impossível qualquer possibilidade de fraude. Vamos lutar até o último segundo. Esta é a última chance que temos para afastar de vez essa política que, há 30 anos, explora o povo brasileiro. Chega de PT e PSDB. O Brasil é nosso, é meu, é de vocês (Bolsonaro, 2018).

Ao afirmar a necessidade de uma “luta até o último segundo” e ao apelar para a narrativa da “última chance”, o bolsonarismo emprega um discurso apocalíptico e urgente, mobilizando o eleitorado com a ideia de que o tempo para agir é agora e que qualquer hesitação implicaria a perda de uma oportunidade única para “devolver” o poder ao povo. Essa retórica, que apela para o ressentimento de quem se sente abandonado ou prejudicado pela política

tradicional, cria um ambiente onde o novo grupo se estabelece como o único capaz de representar o "povo real" contra as "elites" – sejam elas políticas, midiáticas ou intelectuais.

A proposta de uma "última chance" para romper com o modelo de alternância entre PT e PSDB vai além de uma simples campanha eleitoral: ela representa uma tentativa de reconfiguração do imaginário político nacional. Esse processo é viabilizado pela criação de um novo ponto nodal, ou seja, de um centro simbólico ao redor do qual se estruturam novas identidades políticas e novas formas de articulação do poder. Nesse sentido, o bolsonarismo assume um papel central ao moldar essa nova configuração, apresentando-se como o oposto das elites estabelecidas e rompendo com os conceitos e valores que anteriormente definiam o sistema político brasileiro.

A escolha de identificar o PT e o PSDB como as faces de uma mesma moeda faz parte de uma estratégia populista que procura simplificar o cenário político para maximizar o contraste entre o "novo" e o "velho". Tal simplificação permite associar os antigos partidos a um sistema falido e incapaz de responder às necessidades do povo. Com essa estratégia, cria-se um antagonismo claro entre "o povo" e "as elites", onde as elites incluem não apenas a classe política tradicional, mas também setores da mídia e da academia, vistos como coniventes com o *establishment*.

Esse discurso intensifica ainda mais a desconfiança em relação ao sistema eleitoral, já reforçada desde as eleições de 2014, quando o PSDB contestou o resultado que deu vitória ao PT. Ao explorar essa desconfiança, o bolsonarismo não apenas cativa aqueles que já tinham dúvidas quanto à lisura do processo eleitoral, mas torna o sistema um ponto de vulnerabilidade na confiança democrática, criando uma brecha para reestruturar as bases de sua legitimidade. Esse ceticismo fomenta a sensação de que a eleição, por si só, pode não ser suficiente para mudar a política, sendo necessária uma ação direta e urgente.

A ideia de "retomar o poder para o povo" se mostra, portanto, como um motor da campanha e da mobilização contínua do bolsonarismo, incentivando a criação de uma base leal, disposta a agir em defesa dessa nova ordem política. O discurso foca em polarizar a sociedade, criando uma divisão entre aqueles que apoiam a "nova política" e os que defendem a "política de sempre". Essa

divisão acaba gerando uma identidade forte entre os apoiadores, que veem essa luta como uma guerra de princípios, e não apenas de políticas.

Estabelecer um novo ponto nodal implica a substituição de atores políticos e a redefinição dos próprios valores e práticas que orientam o poder. Assim, o movimento propõe um governo mais centralizado e alinhado com os valores conservadores e patrióticos, ao mesmo tempo em que marginaliza as vozes dissonantes e reforça o controle sobre instituições de mediação, como a mídia e a academia.

Esse processo não está isento de consequências, pois, ao promover essa ruptura com as tradições políticas e o aumento da desconfiança na democracia, existe o risco de enfraquecimento institucional. A tentativa de manter uma nova hegemonia que questiona abertamente o sistema democrático, as instituições e os valores antes centrais, pode trazer um aumento da polarização, o isolamento das minorias e a emergência de um Estado mais autoritário. O discurso *antiestablishment*, ao promover a “última chance” e o rompimento com o *status quo*, articulou-se para quebrar a hegemonia de décadas e estabelecer um novo ponto nodal, representado por uma política de confronto contra o sistema tradicional e de apoio direto a uma identidade política que busca radicalizar as ações em nome do “povo.” Essa estratégia reconfigura o poder e traz desafios significativos para a democracia e o equilíbrio institucional no Brasil.

Um trecho da entrevista de Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional em 2018 representa um dos momentos-chave de sua estratégia de confronto com as mídias tradicionais, simbolizadas pela Rede Globo, a maior emissora do Brasil. Em resposta ao jornalista William Bonner, Bolsonaro afirmou que a emissora recebia “bilhões” em recursos de propaganda oficial do governo, acusando-a de se beneficiar financeiramente do Estado. Essa resposta foi mais que um ataque direto à Globo; ela explicitou o tom de sua relação com as grandes mídias ao longo da campanha eleitoral, marcada por desconfiança e críticas constantes. Esse discurso não só ecoava o sentimento de parte de seu eleitorado, que via na imprensa uma oposição quase sistemática a suas pautas, como também estimulava a mobilização de sua base nas redes sociais, onde a retórica antimídia tradicional se tornaria ainda mais presente, muito se ouviu “Globo lixo”.

Pode ter certeza: vocês vivem, em grande parte, de recursos da União. São bilhões. Vocês recebem bilhões do Sistema Globo, vindos de recursos da propaganda oficial do governo (PODER360, 2018).

Bolsonaro utilizou plataformas como o X (antigo Twitter) para amplificar essas críticas, o que trouxe diversas implicações políticas e sociais. O ataque constante aos veículos de comunicação tradicionais serviu como uma estratégia para questionar a legitimidade das críticas feitas por jornalistas e jornalistas investigativos, reforçando a visão de que a imprensa estaria alinhada a uma “agenda de oposição”. Ao direcionar seu ataque a uma emissora de grande audiência como a Globo, Bolsonaro tentava minar a credibilidade de um dos maiores canais de informação do país e, ao mesmo tempo, construía uma narrativa na qual ele se apresentava como vítima de uma perseguição por parte da mídia, o que reforçava seu apelo populista.

Esse clima de constante confronto com a mídia trouxe consequências diretas para o exercício do jornalismo e para a democracia no Brasil. O incentivo à desconfiança na imprensa e a promoção de uma comunicação baseada em redes sociais criaram desafios para o jornalismo independente e investigativo. A mídia passou a ser tratada como um “adversário” pelo governo e por parte da população, enfraquecendo o papel da imprensa como uma instituição mediadora e responsável por cobrar transparência e *accountability*.

A construção do discurso antissistema e de antagonismo promovida por Bolsonaro pode ainda ser compreendida como uma estratégia que se apoia em diversos elementos simbólicos e retóricos para criar um vínculo identitário com seu eleitorado, o que contribuiu para a construção de uma base popular consolidada, o “povo bolsonarista”. Esse fenômeno é marcado por uma abordagem que posiciona o candidato não apenas como um outsider, mas como uma figura que desafia o sistema político tradicional e combate diretamente seus representantes. Esse antagonismo é alimentado pelo próprio Bolsonaro, que se coloca como alguém alheio ao *establishment* político, associado a privilégios, corrupção e distanciamento da realidade popular.

Políticos poderosos. Sabia que não teria em grande ou médio partido ao meu lado, não teria tempo de televisão, não teria fundo partidário, não teria nada. Hoje, nós temos uma possibilidade concreta, real, de ganharmos as eleições no

próximo domingo. O que é que precisamos para tal? É nos mantermos unidos. Combater as mentiras, *fake news*. Eu sou o contrário do que eles são. Eu sou uma ameaça aos corruptos. Meus irmãos, meus amigos, o momento é de união. Se essa for a vontade de Deus, estarei pronto para cumprir essa missão. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos (PODER360, 2018).

Durante o período em que exerceu mandato parlamentar, Jair Bolsonaro autodefinia-se como integrante do “baixo clero” da Câmara dos Deputados, como já apontado neste trabalho; ao disputar a Presidência pelo então diminuto PSL, reiterou-se esse posicionamento simbólico. Tal enquadramento sustenta a narrativa de que o candidato encarna os segmentos supostamente alijados dos centros de decisão e das grandes negociações partidárias, reforçando sua imagem de representante “do povo”, próximo ao eleitor comum e distante das elites políticas. A escassez de tempo na propaganda televisiva, a limitação de recursos partidários e a ausência de uma estrutura ampla de apoio são convertidas, paradoxalmente, em evidência de autenticidade e consistência de sua figura como opositor do sistema estabelecido.

Assim temos o discurso de Bolsonaro, que também se apoia em um elemento messiânico e moralizador, em que ele se coloca como uma figura incorruptível e uma ameaça aos corruptos, delineando uma divisão entre o “bem” e o “mal”. Sua luta não era apenas política, mas moral, apresentando-se como “uma ameaça aos corruptos” e posicionando-se ao lado do povo em uma luta épica contra as “forças do mal” representadas pelo sistema político brasileiro vigente à época. O uso de símbolos religiosos e o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” reforçavam esse tom messiânico e elevavam sua candidatura a uma missão divina, legitimando-o não só como representante do povo, mas como alguém “ungido” para liderar uma transformação moral na nação.

A mobilização em torno de temas como “*fake news*” e “mentiras”, citados por Bolsonaro, reforça o sentimento de antagonismo ao colocar o sistema midiático e seus adversários políticos como inimigos que tentam manipular a verdade para desacreditá-lo. Assim, ao se posicionar contra essas “forças” externas, ele construiu uma narrativa de resistência e proteção ao “povo verdadeiro”, fortalecendo uma sensação de pertencimento entre seus seguidores, os quais veem nele um líder que fala diretamente contra a elite e defende o país e os valores populares. Esse antissistema se baseia em uma

desconfiança generalizada que transforma qualquer crítica ao seu discurso em mais uma evidência de perseguição, e qualquer apoio em um sinal de união e fidelidade.

Os resultados da campanha eleitoral de 2018 consolidaram uma polarização que reconfigurou o cenário político brasileiro em torno da oposição simbólica entre o “povo” e a “elite corrupta”, instaurando uma lógica “nós contra eles” que intensificou o apoio popular a Jair Bolsonaro e engendrou a identidade coletiva do denominado “povo bolsonarista”. Essa identidade, alicerçada na coesão em torno de um inimigo comum, na retórica combativa e no sentimento de pertencimento a um grupo que transcende os alinhamentos partidários tradicionais, forneceu a base sociopolítica sobre a qual o líder pôde sustentar seu capital político.

A subseção a seguir apresenta como a combinação de apelos à moralidade, ao nacionalismo e ao conservadorismo estruturou os principais pilares discursivos do bolsonarismo, consolidando sua identidade e legitimando sua agenda política.

5.2.2 *Moralidade, nacionalismo e conservadorismo*

Como já amplamente apresentado, na disputa de 2018, Jair Bolsonaro estruturou sua campanha sobre os eixos da moralidade, do nacionalismo e do conservadorismo, veiculando um discurso que exaltava uma “moral superior” vinculada a valores familiares tradicionais, à fé religiosa e ao patriotismo. Esses elementos se uniram na promessa de restauração dos valores éticos e da ordem social, elementos que formam a base de uma agenda conservadora e *antiestablishment*. Esse tripé discursivo é central para entender o apelo popular de Bolsonaro, visto que mobilizou eleitores insatisfeitos com a política brasileira, afetada por escândalos de corrupção, desigualdade e violência urbana. “O único que pode romper esta barreira, o *establishment*, a máquina, o sistema é Jair Bolsonaro. Porque nós temos moral e honestidade para cumprir esta missão” (PODER360, 2018).

A moralidade, tal como abordada no bolsonarismo, está ligada a uma revalorização de princípios éticos inspirados no cristianismo e na honestidade como fundamento para a governança pública. Durante sua campanha,

Bolsonaro enfatizou que ele e seus apoiadores possuíam “moral e honestidade” para enfrentar e combater o sistema, o *establishment*, identificado como a principal fonte da corrupção política (Poder 360, 2018). Esse discurso reflete um conservadorismo moral que destaca a necessidade de padrões éticos rigorosos na política, tratando a corrupção não apenas como uma falha administrativa, mas como uma “crise ética” a ser resolvida. A propaganda eleitoral reforçou a ideia de uma “limpeza moral” e do resgate de valores considerados perdidos, consolidando a imagem de sua candidatura como um movimento de ruptura e transformação.

Nos últimos vinte anos, dois partidos mergulharam o Brasil na mais profunda crise ética, moral e econômica. Vamos juntos mudar este ciclo, mas, para tanto, precisamos eleger um presidente da República honesto, que tenha Deus no coração, seja patriota, respeite a família, trate com consideração as crianças em sala de aula e jogue pesado no tocante à insegurança em nosso Brasil (PODER360, 2018).

No interior do bolsonarismo, a moralidade vinculou-se à revalorização de princípios éticos ancorados no cristianismo e à honestidade erigida em critério central da gestão pública. Ao longo da campanha de 2018, Bolsonaro reiterou que ele e seus apoiadores dispunham de “moral e honestidade” para enfrentar o *establishment*, identificado como foco primordial da corrupção política (Poder 360, 2018). Essa visão dialoga com um conservadorismo moral que defende a imposição de padrões éticos rigorosos como um imperativo para o exercício do poder. Em seu discurso, Bolsonaro também afirmou que, para romper com o ciclo de crises ética, moral e econômica causado por partidos tradicionais, seria necessário eleger um presidente “honesto, que tenha Deus no coração, patriota, que respeite a família, que trate com consideração as crianças em sala de aula e jogue pesado no tocante à insegurança em nosso Brasil” (PODER360, 2018). Assim, sua propaganda eleitoral reforçou a ideia de uma “limpeza moral” e do resgate de valores considerados perdidos, configurando a corrupção não apenas como uma falha administrativa, mas como uma “crise ética” que demandava uma resposta transformadora.

Além disso, a moralidade no bolsonarismo ganha traços religiosos, com Bolsonaro posicionando-se como alguém “com Deus no coração”, agregando uma dimensão transcendente ao seu papel político. Esse aspecto foi

particularmente relevante para a aproximação com as comunidades religiosas, especialmente as evangélicas, que, em 2018, compunham uma base importante do seu eleitorado. Bolsonaro se apresentava como um candidato providencial, disposto a restaurar a moralidade cristã e implementar políticas que respeitassem e protegessem os “valores da família”.

O nacionalismo é um segundo pilar fundamental no discurso bolsonarista. A ideia de “pátria” é fortemente evocada na retórica da campanha de 2018, com o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” apontando para um nacionalismo que não só valoriza o país, mas o coloca em um campo moral elevado, em oposição a inimigos internos e externos. Esse discurso constrói uma imagem de Bolsonaro como defensor máximo da pátria, situando o Brasil como uma nação que foi, de certa forma, “traída” e que necessita de um “resgate patriótico” para reconquistar sua soberania.

O conservadorismo defendido pelo bolsonarismo, especialmente durante a campanha de 2018, se fundamentou em valores tradicionais, com ênfase na preservação da família e na resistência a pautas progressistas, como a diversidade sexual e os direitos das minorias. Bolsonaro frequentemente se dirigiu à população brasileira com o compromisso de governar respeitando e valorizando a estrutura familiar como o núcleo central da sociedade, em oposição ao que chamou de “doutrinação ideológica” nas escolas, evidenciando a defesa de uma educação “sem influência ideológica” e “sem sexualização das crianças”. Esse ponto tornou-se um dos principais marcos do conservadorismo bolsonarista, atraindo eleitores que se sentiam ameaçados por mudanças sociais e culturais progressistas. Bolsonaro, como já mencionamos, também deu voz a uma concepção de gênero e sexualidade pautada em valores conservadores, se posicionando contra a inclusão de discussões de gênero nas escolas e criticando fortemente políticas voltadas para a diversidade. Esse conservadorismo atraiu uma parte significativa dos eleitores, em especial aqueles que se identificavam com a preservação dos “bons costumes” e da “moralidade cristã”.

Durante o período eleitoral de 2018, essas mensagens ganharam visibilidade nas manifestações de apoio ao candidato, onde se viam faixas e cartazes com frases como “Família é tudo” e “Nossa bandeira jamais será vermelha”, consolidando seu apelo nacionalista e conservador. As redes sociais

e aplicativos como o WhatsApp foram ferramentas cruciais na disseminação dessa retórica, com forte adesão popular ao discurso de "limpeza" moral e política. Esse apoio revelou-se expressivo nos números das urnas, já que o discurso de Bolsonaro atraiu uma vasta parcela da sociedade que rejeitava as pautas progressistas e ansiava por uma renovação política e ética.

Esses elementos se traduziram em uma estratégia de mobilização política que reuniu uma ampla base popular ao redor de valores conservadores e nacionalistas, gerando uma nova identidade política e cultural que transcendeu o processo eleitoral e consolidou o bolsonarismo como um movimento influente na política brasileira.

A próxima subseção investiga como o medo e a segurança pública foram mobilizados como significantes estratégicos no discurso bolsonarista, orientando emoções coletivas e legitimando propostas de endurecimento estatal.

5.2.3 Uso do medo e da segurança pública como significantes

O medo, como elemento psicológico e social, ocupou um papel central no discurso bolsonarista, especialmente no que se refere à segurança pública. A citação “para que as mães possam sorrir sem mais temer teu filho chegar vivo em casa ou não” expõe o uso de um imaginário de sofrimento e incerteza comum a muitas famílias brasileiras, que temem pela segurança de seus filhos e parentes. Essa abordagem humaniza o problema da segurança pública ao focar na experiência cotidiana de milhares de brasileiros, tornando o discurso de Bolsonaro mais acessível e emocionalmente convincente. O medo torna-se, portanto, um elemento mobilizador que congrega o eleitorado ao redor de uma mesma necessidade de proteção e de combate ao crime.

Um presidente que jogue pesado na questão da insegurança pública para que as mães possam sorrir sem mais temer teu filho chegar vivo em casa ou não. Precisamos acima de tudo de um presidente que tenha palavra. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos (PODER360, 2018).

Além disso, ao acentuar o medo, Bolsonaro associou a insegurança a uma “crise moral e ética” maior, conectando-a ao conceito de "sistema corrompido", ao qual ele se opõe. Esse antagonismo sugere que a falta de segurança é mais um sintoma da degeneração política e social do país, causada pela incapacidade

dos governos anteriores de garantir uma vida segura para a população. Essa visão da segurança pública contribuiu para a construção de uma imagem de Bolsonaro como salvador, posicionando-o como alguém comprometido em restaurar a ordem e a confiança no Estado, rompendo com os paradigmas e com o "sistema falho".

O discurso de "jogar pesado na questão da insegurança" sugere a adoção de políticas de segurança mais duras, evocando ideias de punição e repressão como resposta ao aumento da criminalidade. Essa abordagem ressoou fortemente com uma parte do eleitorado que desejava respostas imediatas e visíveis para o problema da violência urbana, especialmente em áreas periféricas e nas grandes cidades, onde o crime era uma preocupação constante. A promessa de um presidente "com palavra" e que trataria a segurança pública como prioridade absoluta fortaleceu a imagem de Bolsonaro como um líder forte e autoritário, capaz de fazer frente ao caos e ao perigo nas ruas.

Essa retórica de força e autoridade trouxe uma série de propostas e promessas de políticas específicas, como o aumento das penas para crimes violentos, a ampliação do direito ao porte de armas e a proteção legal para policiais em exercício. Bolsonaro capitalizou essa imagem de dureza ao garantir que, em seu governo, a segurança pública teria um tratamento rigoroso e que qualquer ameaça ao cidadão de bem seria combatida com seriedade. Essa proposta foi abraçada por eleitores que viam na flexibilização das políticas de segurança uma oportunidade para protegerem a si mesmos, como sugerido no apoio de grupos armamentistas e segmentos da população que defendiam o direito de autodefesa.

Ao incorporar o tema da segurança pública ao seu discurso, Bolsonaro reforça uma identidade coletiva que congrega indivíduos que compartilham um medo comum e uma sensação de vulnerabilidade, transformando a busca por segurança em uma questão de identidade nacional. A promessa de segurança atuou como um elo de coesão social que reforça a ideia de "povo bolsonarista", uma comunidade formada não apenas por eleitores, mas por cidadãos que se sentem ameaçados e marginalizados pela insegurança. Bolsonaro constrói, assim, um campo simbólico de luta do "cidadão de bem" contra os "criminosos" e contra os próprios representantes do sistema político, visto como ineficaz e corrupto.

Além disso, a questão da segurança também se entrelaçou com temas nacionalistas e conservadores, à medida que o discurso da proteção da pátria e das famílias brasileiras vai sendo reforçado pela retórica do “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Isso adiciona uma dimensão quase sagrada à questão da segurança, conferindo ao seu governo uma missão de proteção da nação que transcende a esfera política e se eleva à moralidade e ao destino do país.

A centralidade da segurança pública no discurso bolsonarista encontrou grande adesão popular nas manifestações e nas redes sociais, onde era comum ver palavras de ordem em defesa de uma política mais dura contra o crime. Cartazes e faixas pedindo o endurecimento das leis penais, bem como a liberação do porte de armas para autodefesa, foram frequentes durante os atos de apoio a Bolsonaro em 2018. As plataformas digitais também foram importantes no espalhamento de conteúdo que reforçava a percepção de insegurança e a necessidade de um líder capaz de restaurar a ordem com força e determinação.

A violência só cresce no Brasil exatamente porque há uma equivocada política de direitos humanos. O Policial Civil e, em especial, o Militar, nunca foram tão desvalorizados; não têm uma retaguarda jurídica para bem cumprir o seu dever. O cidadão de bem, este foi desarmado por ocasião do referendo de 2005, apoiado inclusive pelo partido do senhor ex-governador, enquanto o bandido continua muito bem armado. Nós devemos fazer com que a vontade popular por ocasião do referendo se faça presente em nosso meio e o cidadão possa comprar arma de fogo, como para sua legítima defesa (Band Jornalismo, 2018).

Esse apelo à segurança pública foi uma das razões para a expressiva votação em Bolsonaro nas áreas metropolitanas, onde o medo do crime era uma preocupação constante e onde a retórica de endurecimento das políticas de segurança ecoava com mais força. Com isso, a campanha de Bolsonaro em 2018 não apenas consolidou seu eleitorado, mas também transformou a segurança pública em um dos principais significantes do “povo bolsonarista”, estabelecendo um compromisso tácito de proteger a população e restaurar a ordem no país.

5.3 Comparações entre os discursos lulista e bolsonarista

A eleição presidencial de 2018 no Brasil representou um cenário de profunda polarização política e ideológica, no qual os discursos do lulismo e do bolsonarismo assumiram posições centrais e contrastantes, moldando a narrativa pública e oferecendo diferentes visões sobre os problemas e o futuro do país. Enquanto o lulismo, representado pelo PT e pelo candidato Fernando Haddad, tentou preservar a identidade política que havia sido construída ao longo das últimas décadas, o bolsonarismo se destacou como uma força emergente que apelava para um eleitorado insatisfeito com o "sistema", promovendo uma proposta de renovação baseada em valores conservadores, nacionalistas e uma crítica direta ao lulismo e ao que ele representava. Os dois discursos, embora diferentes em muitos aspectos, convergiram em sua tentativa de conquistar o "povo" e mobilizá-lo contra inimigos comuns — ainda que esses inimigos fossem concebidos de formas diferentes por cada grupo.

O "povo" é um elemento central nas retóricas tanto do lulismo quanto do bolsonarismo, mas a maneira como cada movimento constrói essa ideia e identifica o "povo" revela diferenças fundamentais na forma como enxergam e mobilizam a população. O lulismo tem uma longa tradição de construir o "povo" como um grupo plural, englobando trabalhadores, classes populares e grupos historicamente marginalizados, como negros e a comunidade LGBTQIA+, que são unidos em uma luta por direitos e contra a desigualdade social. O bolsonarismo, por outro lado, constrói o "povo" como um grupo homogêneo e conservador, essencialmente cristão e patriota, com valores que contrastam com as pautas progressistas do lulismo. Esse "povo" bolsonarista é identificado como o "cidadão de bem", aquele que respeita as tradições e que se sente ameaçado pelas mudanças sociais e pela corrupção que o bolsonarismo atribui aos governos anteriores, especialmente os do PT.

O antagonismo foi um recurso amplamente utilizado por ambos os discursos como uma maneira de demarcar posições e mobilizar apoio, mas as forças que ambos identificam como inimigas são distintas. No lulismo, o antagonismo é dirigido principalmente às elites econômicas e ao "sistema" que, segundo o discurso petista, perpetua a desigualdade e impede a ascensão dos trabalhadores e das classes populares. No bolsonarismo, o antagonismo se volta para a esquerda política, as pautas progressistas e as instituições que ele considera corruptas ou ideologicamente inclinadas, como a mídia e o Judiciário.

O bolsonarismo adota uma postura abertamente *antiestablishment*, diferenciando-se do lulismo, que tem uma relação mais complexa e ambígua com o sistema político e institucional, uma vez que o PT ocupou o poder durante 13 anos e parte de sua identidade também se baseia em ser uma força de governo.

Embora ambos os discursos critiquem as elites e a corrupção, suas abordagens refletem diferentes concepções de ameaça e de legitimidade política. O lulismo enxerga a corrupção como um problema estrutural, decorrente das desigualdades sociais e do poder concentrado das elites, e defende que a solução passa por um Estado social que busque justiça e igualdade. Já o bolsonarismo trata a corrupção como um problema moral e individual, responsabilizando o PT e outros partidos da esquerda, bem como os “políticos tradicionais” que, segundo Bolsonaro, estariam alinhados com interesses pessoais em detrimento dos da pátria. Essa diferença torna a corrupção um ponto de disputa que reflete as visões contrastantes sobre o papel do Estado e da política: enquanto o lulismo acredita em um Estado regulador e atuante, o bolsonarismo propõe um governo forte e autoritário, mas menos intervencionista, ao menos do ponto de vista econômico.

A campanha de 2018 também se destacou pela disputa de significantes flutuantes — termos e valores simbólicos que possuem múltiplos sentidos e que são apropriados de formas diferentes por cada movimento. Termos como “povo”, “mudança”, “patriotismo” e “família” foram mobilizados tanto pelo lulismo quanto pelo bolsonarismo, mas adquiriram sentidos distintos em cada discurso. O lulismo, por exemplo, tenta reapropriar a ideia de “povo” como um grupo plural, vinculado à justiça social e à luta por direitos, enquanto o bolsonarismo redefine o termo para se alinhar com o conservadorismo moral e nacionalista, apelando para uma visão de “povo” mais restrita e homogênea. O patriotismo, igualmente, é apropriado pelo bolsonarismo como uma defesa da pátria contra “inimigos internos” (representados pelo PT e outros partidos de esquerda) e externos, enquanto o lulismo conecta a ideia de patriotismo a uma visão mais ampla de justiça social e defesa dos interesses dos trabalhadores.

A comparação entre os discursos do lulismo e do bolsonarismo nas eleições de 2018 revela um processo de polarização que se reflete na construção de identidades, antagonismos e visões de futuro radicalmente distintas. Ambos

os movimentos buscam construir o “povo” à sua imagem e mobilizá-lo contra inimigos comuns, mas suas definições de povo, suas concepções de elite e de corrupção e suas apropriações de significantes flutuantes refletem visões profundamente diferentes sobre o papel do Estado e os caminhos para o Brasil. Esse embate discursivo não apenas contribuiu para dividir o cenário político, mas ajudou a consolidar duas forças opostas que continuam a impactar a política brasileira e a percepção do público sobre o que significa pertencer ao que se convencionou chamar de “povo brasileiro”. No próximo tópico, examina convergências e divergências na construção discursiva do “povo” pelos populismos de esquerda e de direita, delineando os elementos que os aproximam e os fatores que os diferenciam.

5.4 Semelhanças e diferenças na construção do “povo”

As semelhanças entre o lulismo e o bolsonarismo na construção do "povo" durante a campanha eleitoral de 2018, especialmente em sua oposição ao STF e à institucionalidade, refletem as chamadas cadeias de equivalência do teórico Ernesto Laclau. Nesse caso, ambos os movimentos — lulismo e bolsonarismo — buscaram, cada um a seu modo, questionar e desacreditar o papel do STF e, indiretamente, outros aspectos da democracia e da separação de poderes.

Na mesma maneira um deputado do PT Waldih Damous falou algo semelhante ao que o filho do Bolsonaro falou sobre o Supremo a necessidade, inclusive de fechá-lo. Neste mesmo programa que eu me referi fala da necessidade de mudar a forma de indicação de Ministros do Supremo sem que fique muito claro a forma de que isto seria feito. (Haddad, 2018).

De um lado, no lulismo, o desgaste institucional do STF junto ao partido foi motivado, entre outros fatores, pelas ações judiciais que levaram à prisão de Lula, que enfraqueceu significativamente a imagem do PT e representou, para muitos de seus apoiadores, uma perseguição política travestida de juridicidade. Esse sentimento alimentou no lulismo uma visão crítica em relação ao sistema de Justiça e ao Supremo, que se alinhava à narrativa de uma "injustiça" institucionalizada contra os líderes populares e a favor das elites.

Por outro lado, no bolsonarismo, a crítica ao STF não se deu apenas em resposta a ações específicas, mas também em um contexto mais amplo de contestação às instituições democráticas como um todo. Essa postura se manifestou em declarações como a de Eduardo Bolsonaro sobre “fechar o STF com um cabo e um soldado”, denotando um desejo de diminuição ou até eliminação do poder da Suprema Corte em detrimento de um fortalecimento da autoridade presidencial e de uma visão autoritária de governo. Essa postura era reforçada pela ideia de que o STF atuaria como uma força de oposição à “vontade popular” representada pelo então candidato Jair Bolsonaro. “Aliás, o filho disse que fecharia o Supremo com um Cabo e um Soldado” (PODER360, 2018).

Essas aproximações discursivas demonstram que, ainda que por motivações distintas, tanto lulismo quanto bolsonarismo exploraram as insatisfações populares para consolidar a imagem de “defensores” do povo, mobilizando ressentimentos e antagonismos contra instituições centrais da democracia — como o STF — em suas respectivas construções do conceito de “povo” no discurso político, segundo o modelo de Laclau.

Na campanha presidencial de 2018, tanto o lulismo, com Fernando Haddad como candidato, quanto o bolsonarismo, com Jair Bolsonaro, usaram a questão econômica como uma das principais armas retóricas, concentrando-se em críticas ao governo de Michel Temer e ao desemprego no país. As referências a aspectos econômicos serviram, para ambos os candidatos, como uma ponte entre o descontentamento popular com a situação econômica e a construção de um discurso de esperança para o futuro, ainda que com ênfases e abordagens muito distintas. “Os governos petistas criaram dificuldades [Foto de Lula e Dilma], aumentando o desemprego e jogando milhões de trabalhadores no mercado informal” (PODER360, 2018).

De um lado, o bolsonarismo, ao articular seu discurso econômico, procurava associar os governos petistas, em particular os de Lula e Dilma, ao período de crise e alta do desemprego que caracterizou o governo Temer. Nesse contexto, Bolsonaro e seus aliados consolidaram a narrativa de que o desemprego e a recessão econômica, iniciados na gestão de Dilma e intensificados durante o governo Temer, eram consequências diretas das políticas econômicas implementadas pelo PT. Esse discurso é evidenciado na

declaração de Bolsonaro de que “os governos petistas criaram dificuldades [...] aumentando o desemprego e jogando milhões no mercado informal” (Bolsonaro, 2018). Esse posicionamento buscava, de maneira estratégica, distanciar a imagem de Bolsonaro da de Temer, ao mesmo tempo em que estabelecia uma continuidade entre os problemas econômicos atuais e a “herança” deixada pelos governos petistas.

Por outro lado, o discurso econômico de Haddad seguia uma linha de exaltação dos legados dos governos Lula e Dilma, destacando os investimentos em programas sociais e infraestrutura que teriam impulsionado o crescimento econômico e reduzido as desigualdades. Haddad se referia frequentemente ao aumento do número de empregos e aos programas de inclusão social — como o “Luz para Todos”, o ProUni, e as obras de infraestrutura (por exemplo, a transposição do Rio São Francisco e a ferrovia Transnordestina) — para mostrar que os governos petistas teriam promovido uma prosperidade econômica, oferecendo uma “normalidade democrática”. Ao afirmar que “geramos 20 milhões de empregos [...] em 12 anos de normalidade democrática”, Haddad buscava consolidar o PT como um partido capaz de garantir estabilidade e crescimento econômico.

Era luz para todos, era universidade para todos, era o PROUNI, universidades no interior, eram escolas técnicas no interior, era transposição no São Francisco, era transnordestina, geramos 20 milhões de empregos 12 anos na iniciativa privada e no setor público. 12 anos de normalidade democrática, a partir do momento que a oposição passou a contestar o resultado das urnas, nós passamos a enfrentar esta crise na qual nós podemos sair em outubro deste ano se nós recuperarmos o projeto que vinha dando certo (PODER360, 2018).

Apesar das diferenças na forma de abordagem, há similaridades estratégicas nos discursos de ambos os candidatos em relação à economia. Ambos atacaram a gestão de Temer, responsabilizando-a pela deterioração das condições de vida dos brasileiros e pelo aumento do desemprego. Esse foco no desemprego reflete um esforço comum em capitalizar sobre o descontentamento generalizado, associado às dificuldades econômicas e à insegurança no mercado de trabalho. No entanto, enquanto Bolsonaro vinculava o governo Temer ao PT, visando deslegitimar os governos de Lula e Dilma, Haddad dissociava o PT de Temer, reivindicando os aspectos positivos das gestões petistas como uma alternativa viável à atual crise e uma saída para o futuro.

Esses discursos contrastantes refletem, de forma mais ampla, a estratégia de ambos os candidatos em articular as demandas do “povo” em termos econômicos: para o bolsonarismo, era essencial reforçar uma crítica ao PT e consolidar Bolsonaro como a ruptura com o passado; para o lulismo, era central reafirmar o legado positivo dos governos petistas e reconstruir a confiança no projeto político do PT como uma saída para os problemas econômicos. Dando continuidade a análise discursiva da campanha eleitoral de 2018 e o discurso de povo, passaremos aos antagonismos propriamente ditos.

Na teoria de Ernesto Laclau (2005; 2007; 2013), o conceito de antagonismo refere-se à criação de uma identidade política a partir da construção de um “outro” que represente uma ameaça à realização plena das demandas populares. No contexto eleitoral de 2018, o lulismo e o bolsonarismo utilizaram o antagonismo de forma central em suas estratégias políticas, formando uma relação de rivalidade e oposição que consolidou a polarização em torno de temas como corrupção, a elite, ameaças à democracia e violência.

Para o bolsonarismo, o antagonismo central estava na construção do “outro” como representado pelo PT e, de forma mais ampla, pelas elites políticas que, na visão de seus apoiadores, haviam se corrompido e distanciado dos interesses populares. Bolsonaro e sua campanha repetidamente acusaram os governos petistas de corrupção, desvio de verbas e de estar comprometidos com uma elite política e econômica que teria abandonado o “povo” em benefício próprio. Esse antagonismo se traduzia em um discurso que vinculava a corrupção dos governos de Lula e Dilma ao contexto econômico crítico de 2018, visando associar as dificuldades econômicas do país à suposta falência moral do PT e de suas alianças com setores da elite. Ao mesmo tempo, Bolsonaro enfrentou acusações pessoais de corrupção e uso indevido de recursos, como no caso do auxílio-moradia recebido indevidamente. Esses casos foram minimizados por sua campanha ou explicados como parte do sistema falho da elite política, permitindo que Bolsonaro utilizasse até mesmo suas próprias contradições para consolidar uma postura crítica ao sistema.

Quando aqui cheguei, havia um púlpito que ninguém iria ocupar, mas estava escrito Luiz Inácio Lula da Silva. Então, junto à direção, fiz esse questionamento e quero agradecer à RedeTV! por ter retirado o púlpito do Lula. Não podemos dar espaço, aqui,

para um condenado por corrupção frequentar este debate, mesmo que de forma virtual (PODER360, 2018).

No lado oposto, o lulismo, representado pela candidatura de Fernando Haddad, também construiu um antagonismo contra Bolsonaro e o que ele representava em termos de ameaça à democracia e de retrocessos sociais. O discurso de Haddad e do PT apresentava Bolsonaro como uma ameaça concreta aos valores democráticos, devido ao seu discurso violento e à promessa de governar de forma centralizadora, associando-o a valores autoritários e à defesa de práticas políticas não democráticas. Assim como o bolsonarismo atacava a suposta corrupção petista, o lulismo buscava associar Bolsonaro a uma figura política comprometida com práticas questionáveis e com a elite conservadora, o que se reforçava com a exposição de casos pontuais, como as denúncias de uso irregular de benefícios parlamentares e de outros episódios que manchavam sua imagem de “anticorrupção”.

Não, nós estamos alertando o cidadão do que pode acontecer com o Brasil no dia 28 de outubro. O meu adversário é uma pessoa que cultua a tortura, que tem como principal herói, o torturador mais bárbaro da ditadura militar (PODER360, 2018).

Nesse contexto, ambos os lados buscavam estabelecer uma equivalência entre seus contendores, tentando nivelar os ataques de corrupção e as acusações de ameaça à democracia como forma de ampliar o antagonismo entre eles. Enquanto o bolsonarismo apontava o PT como símbolo de um sistema corrupto e ineficiente, o lulismo representava Bolsonaro como um perigo à ordem democrática, além de criticar seu próprio envolvimento em questões éticas que enfraqueciam seu discurso de integridade. Esse antagonismo também se refletiu na violência da campanha eleitoral de 2018, marcada por ataques verbais, ameaças e até violência física entre apoiadores de ambos os lados, aprofundando ainda mais a polarização.

Por fim, a dinâmica de antagonismo na campanha eleitoral de 2018 se constituiu por um forte discurso de oposição mútua entre lulismo e bolsonarismo, onde ambos os lados utilizaram a corrupção e a defesa de um “povo” contra a elite política como pontos centrais de diferenciação e disputa. As ameaças percebidas à democracia e a forte polarização intensificaram o antagonismo, o que dificultou o diálogo e fomentou uma campanha baseada na rejeição do outro,

resultando em uma política de extrema polarização que estruturou o debate eleitoral. No próximo tópico vamos tratar dos significantes flutuantes.

5.5 Significantes flutuantes no contexto político de 2018

Na leitura de Ernesto Laclau (2005; 2007; 2013), o conceito de "significantes flutuantes" refere-se a termos ou símbolos que não possuem um significado fixo ou estável, mas que adquirem sentido dependendo do contexto discursivo no qual estão inseridos. Esses significantes podem ser apropriados por diferentes grupos ou discursos para representar demandas ou identidades, servindo como pontos de articulação para criar identidades coletivas e unificar demandas diversas em torno de um projeto comum.

No caso das eleições de 2018, podemos interpretar o uso de significantes flutuantes como estratégias discursivas utilizadas por candidatos e partidos para criar uma identificação ampla com eleitores de diferentes espectros ideológicos e demandas sociais. Termos como "mudança", "nova política" e "anticorrupção," por exemplo, são significantes flutuantes, pois são mobilizados com sentidos diferentes por atores políticos diversos. Cada grupo pode reinterpretar esses significantes para atrair apoios diversos, construindo uma cadeia de equivalência que fortalece o discurso populista, conforme a teoria de Laclau. Assim, os significantes flutuantes funcionam como elementos unificadores, mesmo que de maneira ambígua, para consolidar uma base de apoio heterogênea.

A utilização do tema da corrupção como significante flutuante na campanha eleitoral de 2018 foi uma estratégia central para mobilizar o imaginário do eleitorado brasileiro. A corrupção, representada em narrativas como as de Antônio Palocci, ex-ministro dos governos Lula e Dilma, foi amplamente explorada para intensificar a associação entre antigos governantes e práticas ilícitas, buscando cristalizar um sentimento de rejeição ao *establishment* político e, ao mesmo tempo, abrir espaço para candidatos que se apresentavam como alternativas "anticorrupção."

[Vídeo de declaração de Palocci] O Dr. Emílio Odebrecht fez uma espécie de pacto de sangue com o presidente Lula. Ele disse ao presidente Lula que ele tinha à disposição dele, para o próximo período, para ele fazer as atividades políticas dele, 300 milhões de Reais (Jovem Pan, 2017).

No contexto discursivo de Laclau (2005; 2007; 2013), a corrupção se configura como um significante flutuante porque não possui um significado fixo e é mobilizada com diferentes ênfases dependendo do discurso político. Por um lado, ela é usada como símbolo de repúdio ao governo anterior, gerando um efeito de equivalência entre figuras políticas e o descontentamento da população com o sistema. Por outro, ela oferece ao eleitor uma via para projetar seu desejo de mudança e renovação, canalizado em líderes que se apresentam como *outsiders* ou *antiestablishment*.

A exibição de declarações de Palocci, como o vídeo em que menciona o “pacto de sangue” entre Lula e Emílio Odebrecht para um suposto fundo de 300 milhões de reais destinados à política, torna-se, portanto, um ponto chave de ressonância simbólica. Esse tipo de narrativa carrega um apelo emocional e uma carga moral que transcendem os fatos, contribuindo para a construção de um “inimigo comum” ou de um “outro” responsável pela crise moral e econômica do país.

Na perspectiva de Laclau, a corrupção como significante flutuante permite uma ampla articulação de setores distintos, desde eleitores historicamente conservadores até indivíduos que antes apoiavam o PT, mas que passaram a desacreditar na liderança do partido devido aos escândalos de corrupção. Esse uso retórico reforça uma cadeia de equivalência em torno do combate à corrupção, onde a promessa de limpeza ética passa a unir setores sociais diversos, unificando-os simbolicamente contra um sistema percebido como moralmente corrompido.

A “liberdade” foi, de fato, um dos significantes flutuantes mais centrais nas eleições presidenciais de 2018, articulado tanto pelo candidato Jair Bolsonaro quanto por Fernando Haddad, cada um com enfoques e sentidos específicos, adaptados a seus respectivos discursos políticos e bases eleitorais. Para Bolsonaro, o termo “liberdade” estava associado a uma agenda de governo mais liberal em termos econômicos, com menos regulamentações e menor intervenção estatal, buscando atrair eleitores descontentes com a crise econômica e favoráveis a uma postura mais conservadora e independente na condução das políticas nacionais. Essa liberdade econômica, para muitos, representava uma esperança de superação da crise e de maior controle dos

próprios recursos e negócios, especialmente para o empresariado e classes médias.

Você lembra o período em que o PT governou o Brasil. Nada a ver com este Brasil da cabeça de Bolsonaro. Mesmo com alguns erros cometidos, não dá pra negar. Foi o período de paz, de democracia, liberdade e oportunidades para todos (PODER360, 2018).

Por outro lado, para Haddad e seu partido, a liberdade foi utilizada em um sentido mais voltado para a esfera dos direitos individuais, da liberdade religiosa, e da preservação de garantias democráticas conquistadas nas últimas décadas. Haddad evocava uma memória nostálgica do período em que o PT esteve no poder, caracterizado, segundo sua campanha, por avanços sociais, ampliação das liberdades individuais, democracia consolidada e oportunidades para as camadas populares. Esse discurso apelava especialmente para aqueles que viam nas políticas do PT um caminho para a inclusão social e para o fortalecimento da cidadania. Nesse sentido, Haddad buscava atrair eleitores que viam na “liberdade” não apenas uma ausência de restrições econômicas, mas um espaço de ampliação de direitos e participação social.

A fala mencionada, que descreve o período dos governos petistas como um tempo de "paz, democracia, liberdade e oportunidades para todos", reforça essa ideia de liberdade ampla e inclusiva, contrapondo-se ao que era apresentado como uma visão limitada e individualista de liberdade defendida por Bolsonaro. Para os eleitores de Haddad, essa liberdade englobava aspectos de justiça social, combate às desigualdades e proteção de direitos fundamentais, como expressão de um compromisso com um projeto de país mais igualitário.

A segurança, especialmente no contexto do combate ao crime e à violência urbana, tornou-se um significante flutuante central em 2018, mobilizando eleitores que viam a segurança pública como uma das principais demandas sociais. Ela foi associada pelo bolsonarismo a promessas de um Estado mais rigoroso, com leis mais punitivas e maior presença policial, além de políticas para facilitar o acesso à posse de armas como forma de proteção.

Durante a campanha, termos como "família" e "valores tradicionais" foram articulados pelo bolsonarismo, como pilares de defesa contra a corrupção moral e a “ideologia de gênero.” Esses significantes flutuantes serviram para atrair setores conservadores e religiosos que buscavam preservar valores e

identidades culturais específicas. A defesa desses valores foi amplamente usada como contraste a ideologias associadas a movimentos progressistas, polarizando o debate político em torno de questões morais.

Já no discurso do lulismo, liderado por Haddad em 2018, a noção de “família” teve um significado diferente, centrado em uma perspectiva de inclusão e proteção social. Haddad e o lulismo ampliaram o conceito de família, associando-o a uma rede de apoio e amparo que o Estado deveria proteger, principalmente em contextos de desigualdade e vulnerabilidade social. A ideia de “família” foi usada para afirmar o compromisso do lulismo com políticas sociais e educacionais que pudessem assegurar uma vida digna e oportunidades iguais para todos os núcleos familiares, incluindo famílias de diferentes composições e configurações. Esse uso do termo “família” posiciona o lulismo como um projeto que reconhece a diversidade familiar e busca integrar famílias ao desenvolvimento social.

Nova política, esse termo amplamente utilizado pelo bolsonarismo representou uma promessa de renovação e ruptura com o modelo tradicional, amplamente associado à política partidária e à corrupção. Como significante flutuante, “nova política” foi interpretado de formas diversas, significando, para alguns, uma guinada moral e para outros uma simplificação radical das práticas políticas. Foi utilizado como promessa de integridade e honestidade por diversos candidatos que se apresentavam como alternativas ao “sistema”. Assim encerramos esta etapa e passaremos as considerações deste capítulo.

5.6 Considerações parciais

A análise discursiva dos discursos do lulismo e do bolsonarismo nas eleições de 2018 revela dinâmicas distintas e, ao mesmo tempo, pontos de convergência na construção do conceito de “povo”. No caso do lulismo, o povo é identificado como o conjunto de cidadãos que busca inclusão social, acesso a direitos e justiça social, com forte ênfase na classe trabalhadora e nas minorias. A narrativa lulista é fundamentada em uma oposição às elites econômicas e políticas, que são apresentadas como responsáveis por perpetuar desigualdades. O “povo” lulista é visto como protagonista de um projeto de

emancipação e de continuidade das conquistas sociais dos governos anteriores, sendo Haddad um “herdeiro” legítimo desse projeto.

Já o discurso bolsonarista constrói o “povo” de forma distinta, focando na moralidade, no nacionalismo e em valores conservadores. O “povo” bolsonarista é definido em oposição às elites políticas tradicionais, a uma mídia “corrupta” e a intelectuais vistos como ameaças aos valores tradicionais. O discurso de Bolsonaro apresenta o medo como ferramenta mobilizadora, trazendo questões de segurança pública e a proteção contra supostos “inimigos” da ordem e da moralidade, defendendo um projeto de ruptura com o que era associado ao lulismo e à esquerda.

A análise das semelhanças entre o lulismo e o bolsonarismo na construção do “povo” durante as eleições de 2018, especialmente na oposição ao STF e à institucionalidade, mostra como ambos os movimentos articulam uma crítica ao sistema institucional e à democracia representativa, buscando construir uma identidade coletiva que coloca “o povo” em oposição a um inimigo comum. A construção desse inimigo, no caso, inclui o STF e outras instâncias da institucionalidade que seriam percebidas como distantes dos interesses populares e como obstáculos para as mudanças almejadas.

Essas cadeias de equivalência formadas em torno da oposição ao STF e à institucionalidade são poderosas porque permitem que demandas diferentes, tanto sociais quanto morais, sejam unidas sob um discurso de antagonismo ao sistema, criando uma percepção de “povo” contra “elite”. Para o lulismo, a crítica às instituições se articula em torno de um projeto de inclusão e transformação social, enquanto para o bolsonarismo, a crítica assume um tom moral e nacionalista.

Ao questionarem o STF e a democracia representativa, ambos os movimentos, cada um a seu modo, refletem uma crise de legitimidade das instituições que buscam articular discursos em torno de um “povo” homogêneo, mas que, na prática, são compostos por demandas diversas e complexas. Dessa forma, a crítica ao STF nos dois discursos de 2018 exemplifica como as “cadeias de equivalência” funcionam para unir múltiplos setores da sociedade em uma identidade populista, reforçando a divisão entre “povo” e “elite” e explorando o descontentamento popular com as estruturas institucionais.

As estratégias discursivas adotadas pelo bolsonarismo e pelo lulismo sobre a segurança pública nas eleições de 2018 revelam não só suas diferenças políticas e ideológicas, mas também como cada movimento entende o papel do Estado e as formas de articular o “povo” em torno de suas propostas. Ambas as campanhas reconheceram a segurança pública como um tema urgente, porém, interpretaram suas causas e soluções de forma divergente, o que resultou na construção de discursos antagônicos.

O bolsonarismo abordou a segurança pública com uma retórica de urgência e enfrentamento direto, enfatizando o combate à criminalidade e valorizando o direito individual de defesa. Isso envolveu uma visão punitivista, que apelava aos setores da população mais preocupados com a violência cotidiana e com a percepção de impunidade. Ao relacionar a segurança à moralidade e ao patriotismo, o discurso bolsonarista construiu um “povo” unido contra um “outro” ameaçador — seja a criminalidade em si, sejam as elites políticas que, segundo o discurso, estariam distantes dos problemas reais do cidadão. Dessa forma, a segurança pública tornou-se uma promessa de recuperação do controle social, da ordem e da proteção dos “valores” defendidos pelo bolsonarismo.

Em contraste, o lulismo articulou o tema da segurança pública de forma mais complexa e estrutural, focando na justiça social como base para a redução da violência. Esse discurso propôs um Estado ativo na criação de oportunidades e na inclusão social como forma de prevenir a criminalidade. Ao tratar o tema da segurança como algo que envolve também a educação, o emprego e os direitos básicos, o lulismo procurou construir um “povo” em torno da ideia de solidariedade e de um projeto de segurança pública sustentável e inclusivo. A violência, para o lulismo, não era apenas um problema a ser reprimido, mas a consequência de desigualdades sociais profundas que precisavam ser combatidas.

O significativo “corrupção” foi utilizado como eixo discursivo central nas campanhas do lulismo e do bolsonarismo nas eleições de 2018, destacando as abordagens distintas e, ao mesmo tempo, complementares para criar identidades políticas polarizadas e mobilizar suas bases eleitorais. O tratamento dado ao tema revela a disputa por significados dentro do contexto político e demonstra como cada lado construiu a sua versão do “povo” e a identidade do

“outro”, consolidando uma narrativa de antagonismo que intensificou a divisão política no Brasil.

No caso do lulismo, o uso defensivo do tema da corrupção buscou recontextualizar os escândalos que atingiram o PT, promovendo um discurso de autocrítica institucional. Ao defender que o PT criou os mecanismos que fortaleceram a transparência e possibilitaram investigações como a Lava Jato, o lulismo procurou reafirmar um compromisso com a honestidade, apesar das acusações enfrentadas. Além disso, ao apontar uma perseguição política seletiva, o lulismo construiu um “povo” que resistia a uma elite que manipulava as investigações contra seus líderes, reafirmando um vínculo emocional com seu eleitorado e reafirmando o valor das políticas sociais dos governos petistas.

Por outro lado, o bolsonarismo usou o significante “corrupção” como uma poderosa bandeira moralista e reformista, associando o PT e a política tradicional a práticas corruptas e prometendo uma ruptura total com o sistema. A figura de Bolsonaro foi projetada como uma opção incorruptível e austera, um defensor do “cidadão de bem” e da ordem moral, o que ajudou a construir a identidade de um “povo” cansado do sistema e ávido por mudança. A corrupção, nessa perspectiva, não era apenas um problema de gestão pública, mas um sintoma de uma decadência moral contra a qual era preciso se insurgir para proteger a integridade da nação.

Ambos os discursos manipularam a “corrupção” como um significante flutuante para criar um ponto de unificação interna e de separação em relação ao adversário. Essa disputa reforçou uma segmentação entre os eleitores, construindo uma dicotomia que ultrapassava questões administrativas e se aprofundava em ideais morais e éticos, configurando o antagonismo como base da competição política de 2018. Em suma, o tema da corrupção atuou como um catalisador para a criação de identidades políticas opostas, cada qual com sua própria interpretação de honestidade e ética pública, consolidando uma narrativa de disputa entre dois “povos” diferentes — um alinhado com a moralidade e a justiça social, e outro com a ordem e a correção moral.

Comparando os dois discursos, vemos que ambos mobilizam o conceito de “povo” em oposição a inimigos comuns: a elite e a corrupção. No entanto, cada um atribui significados próprios ao que seriam essas elites e as ameaças à nação. No lulismo, a luta de classes é um elemento-chave na distinção entre

povo e elite, enquanto, no bolsonarismo, o antagonismo é moral e nacionalista, direcionado contra uma elite político-cultural que “ameaça os valores” da nação. Em 2018, ambos os discursos também utilizam significantes flutuantes, como “mudança”, “renovação” e “corrupção”, apropriando-se deles para sustentar suas próprias narrativas e mobilizar seus respectivos eleitores em torno de projetos opostos: a continuidade e a ruptura. No próximo capítulo, serão apresentadas considerações sobre o discurso de “povo” nas eleições de 2022.

6. A construção do “povo” nas eleições de 2022: uma análise discursiva do lulismo e do bolsonarismo

O presente capítulo tem por escopo focar no discurso de povo elencado nas eleições de 2022, a qual foi marcadamente polarizada pela disputa de dois discursos antagônicos em muitos sentidos, como veremos posteriormente. Este confronto já foi verificado em 2018, como ficou acentuado nesta tese.

O bolsonarismo, associado ao presidente Jair Bolsonaro, fundamenta-se em pilares como o anticomunismo, o uso político da religião e da família, a defesa da liberdade e um forte nacionalismo. Esses elementos são mobilizados para criar uma narrativa de defesa contra ameaças percebidas à soberania e aos valores tradicionais brasileiros.

Por outro lado, o lulismo, associado ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, baseia-se na defesa do meio ambiente, no retorno do Brasil ao cenário internacional, na defesa das políticas sociais dos governos do PT e no *slogan* "quem fez fará", que remete às realizações dos mandatos anteriores de Lula e à promessa de continuidade dessas políticas. Com base nos dados analisados, este capítulo pretende explorar como esses fundamentos discursivos se manifestaram na campanha eleitoral de 2022, influenciando a identificação dos eleitores com cada movimento e moldando as alternativas políticas apresentadas aos cidadãos brasileiros.

Neste capítulo, trataremos dos fundamentos ideológicos do bolsonarismo que pode ser caracterizado por uma série de elementos ideológicos que se entrelaçam para formar uma visão de mundo específica. Nesta análise, separamos quatro pontos que se destacaram na campanha de 2022, como fundamentais na questão discursiva.

O primeiro é a ideia de continuidade do conservadorismo moral e cultural. A campanha de Bolsonaro é marcada por uma defesa intransigente dos valores tradicionais, frequentemente associados a uma visão cristã e conservadora da sociedade. Esse conservadorismo manifesta-se na oposição ao que se percebe como uma ameaça dos movimentos progressistas aos valores familiares e religiosos. O segundo aspecto observado está relacionado com a defesa de um certo patriotismo assertivo. A ênfase no patriotismo e na soberania nacional é outra característica central do bolsonarismo. A campanha de 2022 reforçou a

ideia de uma nação ameaçada por inimigos internos e externos, e a necessidade de um governo forte e assertivo para proteger os interesses nacionais.

Um terceiro ponto verificado é um aspecto oriundo de conceitos construídos no século passado de um anticomunismo e antiesquerdismo. O bolsonarismo se define também pela oposição ferrenha ao comunismo e às ideias de esquerda. A retórica anticomunista é utilizada para desacreditar adversários políticos, apresentando-os como ameaças à liberdade e à prosperidade do país. Uma quarta proposição abrange uma questão muito destacada por setores da direita que se refere à segurança pública. A questão da segurança pública ocupa um lugar central no discurso bolsonarista. A promessa de combate implacável ao crime e à violência, muitas vezes associada à defesa do armamento civil, é uma das principais bandeiras do movimento.

O lulismo, por sua vez, teve seus fundamentos ideológicos ancorados em princípios que se contrapõem aos do bolsonarismo, com uma ênfase particular nas temáticas de justiça social e inclusão. A campanha de Lula em 2022 reafirmou o compromisso com políticas de redução das desigualdades sociais e econômicas. A defesa dos direitos dos trabalhadores, a valorização do salário-mínimo e a ampliação das políticas sociais são pilares centrais dessa ideologia. No segundo ponto abordado, que pretendemos descrever diz respeito à democracia e a participação popular. O lulismo se apresenta como um defensor da democracia e da participação popular nas decisões políticas. A inclusão dos movimentos sociais e a promoção de um diálogo aberto com a sociedade civil são aspectos enfatizados pela campanha. Como terceiro ponto, a defesa de um desenvolvimento sustentável. Preocupação com a sustentabilidade e a defesa do meio ambiente também foram elementos fundamentais levantados pelo lulismo. A campanha de 2022 destacou a importância de um modelo de desenvolvimento que concilie crescimento econômico com a preservação dos recursos naturais. Uma quarta questão muito cara à esquerda que se refere à proteção dos Direitos Humanos. A defesa dos direitos humanos é outra marca distintiva do lulismo, ou seja, a campanha de Lula reforçou a importância de proteger os direitos das minorias e de promover a igualdade de gênero e racial.

O bolsonarismo e o lulismo apresentam projetos de governo distintos, assim como visões de mundo antagônicas que mobilizam diferentes segmentos da sociedade. Compreender essas bases ideológicas é fundamental para avaliar

o impacto de suas propostas e a dinâmica política que se desenrola no país. Ao analisar os materiais de campanha de 2022, é possível perceber como esses fundamentos ideológicos são articulados e apresentados ao eleitorado, revelando as estratégias de mobilização e as prioridades de cada movimento. Essa compreensão é essencial para uma análise crítica e informada do cenário político brasileiro e dos desafios que ele apresenta para o futuro da nação, como veremos nos tópicos a seguir.

6.1 As temáticas do discurso lulista em 2022

Nas eleições de 2022, o lulismo se encontrou novamente frente a um cenário em que o sentimento antipetista, alimentado por acusações de corrupção e pela Operação Lava Jato, ainda era um desafio significativo. Com a anulação das condenações de Lula pelo STF, sob alegações de incompetência territorial da Vara de Curitiba e suspeição do ex-juiz Sergio Moro, emergiu um contexto propício para que Lula e seus aliados políticos resgatassem temas de “perseguição” e “inocência”, elementos já trabalhados durante a campanha de 2018, mas que agora puderam ser explorados com ainda mais força e simbolismo. Essa narrativa de “perseguição”, ligada a uma decisão jurídica formal, possibilitou ao lulismo reavivar o discurso de um líder injustiçado, colocando Lula como o defensor do povo e vítima de uma perseguição arquitetada por forças políticas e judiciárias ligadas à elite.

E você sabe que eu fui absolvido em todos os 26 processos. Fui absolvido na ONU. Fui absolvido na primeira e na segunda instância e 2 vezes na Suprema Corte. Eu sou o único inocente que paga o preço de ser inocente. Eu sou culpado porque sou inocente (PODER360, 2022aa).

Assim, durante a campanha eleitoral de 2022, o discurso de Luiz Inácio Lula da Silva resgatou temas históricos do lulismo, mas adaptados para refletir os desafios específicos vividos pelo país nos últimos anos. Entre os pontos centrais estava a crítica às políticas do governo de Jair Bolsonaro, que foram apresentadas por Lula como responsáveis por fragilizar direitos e conquistas sociais que afetam diretamente a vida da população. Lula destacou questões ambientais; por exemplo, quando o governo Bolsonaro foi acusado de promover

uma agenda de desmonte dos órgãos de fiscalização e proteção ambiental, facilitando a expansão descontrolada de atividades como o garimpo ilegal e o desmatamento na Amazônia. Esse discurso procurou sensibilizar a população sobre os impactos devastadores dessas políticas tanto para a ecologia quanto para as comunidades tradicionais, como indígenas e ribeirinhos.

Nós proibiremos terminantemente qualquer garimpo ilegal. Não é necessário que nenhum cidadão do agronegócio invada a Amazônia ou o Pantanal. Quando eu era presidente, houve quem quisesse plantar cana no Pantanal, mas eu não permiti, pois temos 30 milhões de hectares de terras degradadas que podem ser utilizadas para o cultivo do que for necessário, sem precisar derrubar uma árvore. É possível, assim, realizar uma agricultura de baixo carbono, que é exatamente o que o Brasil precisa (Band Jornalismo, 2022).

No campo da educação, Lula enfatizou a importância de políticas de inclusão e combate às desigualdades, criticando cortes em investimentos e ações que desestruturaram programas fundamentais como o FIES e o ProUni. Ele apontou que a falta de financiamento para universidades e institutos federais minou a formação de jovens, especialmente os mais vulneráveis. Além disso, as políticas de ações afirmativas também foram abordadas, com Lula reafirmando a necessidade de fortalecer as cotas raciais e sociais nas universidades, em um movimento oposto ao que considerava a falta de incentivo do governo Bolsonaro em prol de uma sociedade mais igualitária. Lula também deu ênfase às políticas como o ProUni, o discurso trabalhou ainda mais a educação como um pilar de empoderamento para as camadas menos favorecidas. Procurou promover a ideia de que o acesso à educação superior, técnica e profissionalizante não só abre portas para o emprego, mas também fortalece o exercício da cidadania, poderia reforçar o compromisso do lulismo em construir uma sociedade mais informada e inclusiva.

O ProUni foi algo extraordinário. Você sabe que eu sonhava em colocar os pobres na universidade. Você não tem ideia do milagre que isso representa, não tem ideia. Eu viajo por todo o Brasil, e a quantidade de pessoas que gritam, segurando um papel na mão: 'Lula, eu sou do ProUni, eu sou do ProUni, obrigado!' é impressionante (Flow Podcast, 2022).

A pauta econômica também foi um ponto central. Lula apresentou o governo Bolsonaro como promotor de uma política econômica que priorizava o setor financeiro em detrimento do trabalhador, com o aumento da inflação e a

perda de poder aquisitivo da população. Medidas como o congelamento de gastos sociais e a falta de ações efetivas para combater a crise econômica e o desemprego foram criticadas, com o lulismo defendendo uma retomada do papel do Estado na economia para promover desenvolvimento, justiça social e garantir a segurança alimentar.

O problema do Brasil será resolvido com o crescimento da economia, a geração de empregos, o pagamento de salários justos e com você caminhando de cabeça erguida diante de sua família, de sua comunidade e de seu povo. Isso é o que eu farei (PODER360, 2022aa).

O discurso de Lula assim procurou unificar a população, configurando o “povo” como uma força coletiva voltada à superação dessas crises. Utilizando o *software* NVivo para análise de matérias, pesquisas e transcrições de entrevistas, debates, sabatinas, identificou-se que a retórica do lulismo se estruturou a partir de demandas populares, promovendo a construção de um projeto político baseado em inclusão e solidariedade social, em oposição às adversidades impostas pelo governo Bolsonaro.

O discurso de Lula abordou a inclusão de populações vulneráveis, destacando a importância da interseccionalidade, ou seja, reconhecer as diferentes camadas de exclusão social e desigualdade que afetam mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+, e pessoas com deficiência. Ainda, procurou incluir essas especificidades no discurso fortaleceu o compromisso do lulismo em promover uma inclusão ampla e diversificada, atendendo às realidades de múltiplos grupos e combatendo não apenas a desigualdade socioeconômica, mas também a discriminação estrutural.

Queridos companheiros e companheiras, eu não tenho nominata, porque os apresentadores já disseram o nome de todas as personalidades que estão aqui. Mas eu queria, em nome da Janja e da Presidenta Dilma, parabenizar as mulheres brasileiras pelas conquistas que já obtiveram e pelas conquistas que vão obter a partir das eleições de 2022. Vocês não são maioria apenas numericamente; vocês são maioria na capacidade de elaboração de propostas e na capacidade de luta (PODER360, 2022aa).

Outro ponto relevante que foi abordado no discurso é a inclusão, não apenas no sentido de ampliar políticas sociais, mas também no fortalecimento da participação popular na política e nas decisões econômicas, questões

centrais para a pauta da esquerda brasileira. Isso se traduziria na valorização de conselhos comunitários e na criação de espaços de consulta, garantindo que o povo tenha uma voz ativa na formulação de políticas públicas. Um discurso que enfatizava essa participação popular reforçava o ideal de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Por outro lado, Lula procurou abordar também o conceito de solidariedade social ao ampliar a visão para um contexto internacional. Ao dar ênfase a promover alianças com outros países latino-americanos e defender a cooperação Sul-Sul, o lulismo poderia posicionar o Brasil como um país solidário com outras nações em desenvolvimento, impulsionando um projeto de inclusão que transcende fronteiras e incentiva a colaboração no combate à pobreza e às desigualdades.

Deixe eu lhe falar uma coisa. Quando você está financiando uma obra lá fora. Você está financiando a tua engenharia. Você está exportando a tua engenharia. Você vai fazer, por exemplo, quem começou a fazer o metrô de Caracas foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então quando o BNDS empresta dinheiro a empresa lá é obrigada a contratar uma empresa brasileira. Segundo os componentes são comprados do Brasil. Então na verdade o que você tá fazendo. Você tá exportando e recebendo o seu dinheiro de volta. O mundo inteiro (PODER360, 2022a).

Ao focar na crise ambiental, climática e na defesa dos povos tradicionais, o discurso de Lula foi reforçado ao integrar a sustentabilidade como uma dimensão da inclusão e solidariedade social. Assim, o desenvolvimento social e econômico seria planejado não apenas para o presente, mas também com um compromisso solidário com as gerações futuras, garantindo a preservação dos recursos naturais e promovendo políticas que respeitem os limites ecológicos:

Cuidar do meio ambiente é, antes de tudo, cuidar das pessoas. É buscar a convivência pacífica entre o desenvolvimento econômico e o respeito à flora, à fauna e aos seres humanos. A transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável é um desafio planetário, e vocês serão desafiados daqui pra frente a pensar um outro modelo e um outro jeito de desenvolvimento. Também nesse sentido, temos muito a aprender com os povos indígenas, guardiões ancestrais do meio ambiente [Público aplaude e ovaciona] (PODER360, 2022a).

Todas as questões veiculadas pelo discurso lulista convergem para a ênfase na solidariedade social, fundamento a partir do qual se analisa a dimensão da inclusão social. No contexto de crise social e econômica, o lulismo

voltou a se firmar como uma resposta de inclusão, relembrando e ampliando temas e políticas que historicamente marcaram os governos petistas. A retórica de inclusão social teve como base uma narrativa que destacava a importância de estender direitos e dignidade aos grupos mais vulneráveis, como os trabalhadores desempregados, as famílias em situação de insegurança alimentar e aqueles marginalizados pela pandemia. A inclusão, assim, foi abordada como o direito a benefícios materiais e como um projeto de reconhecimento da cidadania e dignidade do "povo", em oposição a um governo visto como responsável pelo agravamento das condições de vida e pelo retorno da fome.

Você sabe que quando eu governei esse país, a vida das famílias melhorou. Mas eu quero falar do futuro, sobre o que será o Brasil nos próximos quatro anos. Garanto a você: vamos voltar a gerar empregos, fortalecer o salário-mínimo e renegociar as dívidas das famílias. Vamos apoiar os empreendedores, criar um ambiente melhor para os negócios e tirar esse país de novo do mapa da fome. Vamos juntos por um Brasil de paz, democracia e prosperidade (PODER360, 2022b).

O conceito de "povo", nesse discurso, foi construído com foco em uma população que necessitava de justiça e igualdade social. O lulismo, então, se posicionou como a via de reconstrução econômica, ampliação de oportunidades e combate às desigualdades, resgatando os sucessos anteriores dos governos petistas e propondo uma expansão das políticas sociais para enfrentar a crise pós-pandemia. Dessa forma, a inclusão social no lulismo de 2022 pretendia dar ao "povo" a capacidade de se reerguer e reconquistar direitos.

Não sei se a senhora tem memória que eu quando tomei posse em 2003, o Brasil estava quebrado. Tínhamos uma inflação de 12% e um desemprego de 12%, uma dívida pública de 60.4% e uma dívida externa de 30%. Esse que vos fala reduziu a dívida pública líquida para 39%, esse reduziu a inflação que foi para dentro da meta de 5% e 5,5%, 6%, 4,5%, que era 2 para mais e 2 para menos. Esse que vos fala criou 22 milhões de empregos neste país e mais ainda nós conseguimos começar uma reserva internacional que deu uma instabilidade ao país que jamais o país que tinha quebrado 2 vezes em 1998 (PODER360, 2022b).

O lulismo, em 2022, resgatou a ideia de inclusão como um processo amplo e estruturado, que visa atender às necessidades emergenciais das populações marginalizadas e transformar as bases da sociedade para garantir um desenvolvimento sustentável e duradouro. O discurso enfatizou que a

inclusão social depende da reconstrução econômica, especialmente ao priorizar o combate à fome e ao desemprego, elementos que afetam diretamente a dignidade e a autonomia dos cidadãos. Assim, as propostas de fortalecimento do salário-mínimo, criação de empregos e apoio a empreendedores representam um compromisso com a autonomia financeira e a dignidade do “povo”, aliviando as desigualdades e promovendo uma economia que beneficie a maioria, não apenas a elite.

Desde a redemocratização, as políticas sociais no Brasil têm se voltado progressivamente para a redução das desigualdades sociais e o combate à fome, que historicamente sempre foram desafios estruturais do país. Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, essas políticas ganharam maior visibilidade e reconhecimento, principalmente por meio de programas como o Bolsa Família e o Fome Zero. Como destacado no programa eleitoral do PT durante a campanha de 2022: “Antes do Lula, a fome era uma realidade do Brasil. Lula cuidou primeiro dos mais necessitados” (PT, 2022). Essa narrativa reforça a imagem de um governo comprometido em dar prioridade às camadas mais vulneráveis da população, marcando um período de políticas públicas focadas na inclusão social e no desenvolvimento econômico com justiça social.

A importância de 2006, segundo Singer (2012), reside na reconfiguração do perfil do eleitorado que passou a apoiar Lula. Esse eleitorado, antes “cativo” de partidos de direita, especialmente no Nordeste, encontrou nas políticas sociais e econômicas de Lula um projeto inclusivo que atendia diretamente suas demandas. Essa base popular ajudou a criar uma narrativa em que o “povo”, como categoria política e social, tornava-se sujeito de transformação e superação dos desafios impostos por uma elite historicamente vista como alheia ao desenvolvimento das classes populares.

Eu sou um retirante nordestino, que saí de Garanhuns, em Pernambuco, pra não morrer de fome. Eu imaginei, que a gente poderia fazer, conseguimos ver o Nordeste ter mais universidade, conseguimos ver o Nordeste ter mais escolas técnicas, e conseguimos, muitas vezes, a notícia do crescimento do PIB do Nordeste. Era acima do crescimento da China. Que a gente dizia: “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”. Eu além de ser brasileiro, eu sou nordestino. E nós conseguimos provar que é possível melhorar esse país (PODER360, 2022b).

Essas políticas públicas redistributivas e o contexto econômico favorável permitiram que a narrativa lulista se consolidasse entre os mais pobres, criando uma relação simbiótica entre o governo e esse grupo social. Assim, o “povo” organizado e empoderado pelo lulismo consolidou-se como agente central na construção de uma sociedade mais justa e menos desigual, em que o Estado desempenhava um papel ativo na inclusão social e no combate às desigualdades históricas.

A desigualdade de oportunidades é um dos principais fatores que perpetuam a pobreza e dificultam a ascensão social no Brasil e no mundo. Historicamente, o acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho de qualidade esteve concentrado nas mãos de uma minoria privilegiada. Essa disparidade torna clara a importância de políticas públicas que promovam a equidade. Como afirmado no discurso: “O rico não é mais inteligente do que o pobre, o rico não é mais capaz do que o pobre, ele apenas teve mais oportunidade” (Lula, 2022). Essa reflexão enfatiza que a desigualdade não está relacionada ao mérito individual, mas sim à ausência de condições iguais para todos, o que reforça a urgência de iniciativas que promovam oportunidades para os menos favorecidos.

Um ponto central do discurso lulista é a valorização do papel do Estado como mediador das desigualdades e promotor de justiça social, em contraposição ao modelo liberal defendido pelo bolsonarismo. Em um país marcado por desigualdades socioeconômicas, Lula propõe a inclusão social como resposta à retirada de direitos, aos cortes em programas sociais e ao congelamento de investimentos, que intensificaram a exclusão durante o governo anterior. Nesse contexto, o Estado assume o papel de principal garantidor dos direitos da população, reafirmando sua função de oferecer proteção e acesso a recursos essenciais, como saúde, educação e assistência social, pilares indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Essa proposta foi frequentemente reiterada em seu programa eleitoral, com destaque para a valorização de políticas públicas que assegurem a dignidade das classes mais vulneráveis. Um exemplo emblemático é a questão dos aposentados, frequentemente desafiadora no que diz respeito à implementação de um Estado de bem-estar social no Brasil. A relevância dessa

política é evidenciada na afirmação: “Os melhores aumentos que o aposentado teve foi no governo Lula” (PODER360, 2022b), que ilustra o compromisso do governo com a ampliação da proteção social e a redução das desigualdades.

Neste contexto, a educação é importante no projeto de inclusão lulista, sendo vista não apenas como um caminho para o emprego, mas como uma ferramenta de transformação e empoderamento social. Programas como o ProUni, FIES e o fortalecimento das universidades federais foram destacados como ações essenciais para abrir as portas da educação superior aos jovens de baixa renda, reforçando que a inclusão social começa na sala de aula. O lulismo, portanto, vê a educação como um investimento de longo prazo que permite ao “povo” desenvolver uma cidadania ativa, com acesso a oportunidades que antes eram restritas às elites.

E agora depois, com o Bolsa Família, pode comprar material escolar completo para a neta, até mesmo um estojo com lápis de todas as cores. É comemorar junto com os filhos dos trabalhadores que se tornaram doutores, graças ao ProUni, ao FIES e à política de cotas na universidade [Público aplaude e ovaciona]. Mas não basta ao bom governante sentir como se fossem suas as conquistas do povo sofrido (PODER360, 2022b).

A inclusão no lulismo vai além de prover benefícios materiais e se conecta profundamente com o reconhecimento do “povo” como uma entidade coletiva que merece respeito, dignidade e visibilidade. O discurso lulista reforça a ideia de que o “povo” é o protagonista da transformação social, valorizando a cultura popular, as tradições e os saberes das comunidades marginalizadas. Esse reconhecimento gera um senso de pertencimento e legitimidade, fortalecendo a autoestima coletiva e promovendo a solidariedade entre diferentes grupos sociais.

No lulismo, a inclusão vai além de prover benefícios materiais e se conecta profundamente com o reconhecimento do “povo” como uma entidade coletiva que merece respeito, dignidade e visibilidade. O discurso lulista reforça a ideia de que o “povo” é o protagonista da transformação social, valorizando a cultura popular, as tradições e os saberes das comunidades marginalizadas. Esse reconhecimento gera um senso de pertencimento e legitimidade, fortalecendo a autoestima coletiva e promovendo a solidariedade entre diferentes grupos sociais.

Nenhum país será soberano se o seu povo não tiver acesso à saúde, educação, emprego, segurança e alimentação de qualidade. Mas a cultura também precisa ser tratada como um bem de primeira necessidade [Público ovaciona e aplaude]. Não haverá soberania enquanto o atual governo continuar tratando a cultura e os artistas como inimigos a serem abatidos [Público ovaciona brevemente], e não como geradora de riqueza para o país e um dos maiores patrimônios do povo brasileiro (PODER360, 2022c).

Para Lula, a inclusão social é vista não como uma concessão do governo, mas como um direito intrínseco de todo cidadão. Esse discurso reforça que o acesso aos serviços básicos, como saúde, segurança, educação e moradia, é um direito fundamental que o Estado deve assegurar para todos. A cidadania, assim, é construída com base no reconhecimento de que o bem-estar social é responsabilidade coletiva, e que é preciso consolidar a ideia de que todos devem ter as mesmas oportunidades para crescer e prosperar.

Já com Lula, os investimentos em saúde saltaram de 65 bilhões em 2003 para 103 bilhões em 2010. Lula criou o SAMU, a Farmácia Popular... a cobertura da saúde da família, praticamente dobrou pra 61% da população (PODER360, 2022c).

No curso da campanha os campos de maior vulnerabilidade da população foram destacados, como acima, que materializam esta preocupação na demonstração da necessidade de inclusão social. A solidariedade, também destacada na criação de cadeias de equivalência.

Levando em consideração o conceito de cadeia de equivalência, no caso do lulismo de 2022, a solidariedade social foi usada como uma prática discursiva para conectar várias demandas específicas, como a luta contra o desemprego, a insegurança alimentar e a necessidade de políticas públicas de saúde e educação, e assim construir uma narrativa que unificava essas lutas como reivindicações do “povo”.

Nesses quatro anos ficou muito claro que Bolsonaro não respeita o povo brasileiro. Um homem arrogante, desumano na pandemia e na economia. Bolsonaro foi testado e reprovado. O Brasil não cresce, o salário não cresce, mas os preços, especialmente dos alimentos, esses sim explodiram. A inflação é a mais alta em quase 30 anos (PODER360, 2022c).

6.2 A construção do "povo" no discurso lulista em 2022

A crise econômica e social gerada pela pandemia e pela gestão de Bolsonaro facilitou a construção de um “povo” que abarcava diferentes setores afetados pelas políticas de negligência social e ambiental. O lulismo articulou essas demandas como uma série de equivalências, onde cada grupo afetado pelo governo anterior representava uma face do “povo” que clamava por justiça, reerguimento e políticas de proteção social. A narrativa da solidariedade social, assim, foi essencial para criar uma rede de equivalências que conectava os diversos setores afetados, promovendo um senso de pertencimento a uma mesma luta.

Para construir essa visão de “povo”, o lulismo recorreu a elementos de um projeto de Estado inclusivo, como já dito. As promessas de políticas públicas que restaurariam e ampliariam direitos, desde a segurança alimentar até o direito ao trabalho digno, foram centrais para moldar um “povo” que reconhecia o lulismo como agente de suas demandas.

Olha, aqui entre nós, Lula é quem tem as propostas pra melhorar a nossa vida e da nossa família. Com Lula, nosso Bolsa Família de 600 reais é garantido, com mais 150 reais pra cada filho de até 6 anos. Com Lula, vai ter salário-mínimo forte de novo, com aumento sempre acima da inflação (PODER360, 2022c).

Dessa forma, a prática articulatória mencionada por Laclau foi expressa como um projeto de unificação popular em torno de necessidades concretas e imediatas, como o combate à fome e a retomada da economia. A articulação dessas demandas reforçava a oposição entre um “povo” que exige justiça social e inclusão e um “outro” representado pelo governo Bolsonaro, identificado como símbolo da exclusão e do desamparo social.

As famílias sofrem com os preços que não param de subir e com um salário que mal dá para uma cesta básica. Como é que este país tão rico retrocedeu tanto? Como pode um governante não se importar com o sofrimento de tanta gente? Provamos que o Brasil pode ser um país mais justo e respeitado. E garanto a vocês: a vida do povo vai melhorar. Já fizemos uma vez e vamos fazer melhor! (PODER360, 2022c).

Essa fala de Lula está centrada em demandas populares específicas: o custo de vida elevado e o salário insuficiente para atender necessidades básicas.

Ao referir-se ao "povo" que "sofre" com preços altos e salários baixos, Lula apela a uma ampla gama de sujeitos sociais, em particular os mais vulneráveis. Ele constrói, assim, um significante vazio – o "povo" – como o sujeito que representa essas demandas insatisfeitas e marginalizadas sob o governo vigente.

O lulismo constrói, assim, uma identidade populista que se articula em torno do "povo" oprimido e insatisfeito, buscando fortalecer o elo entre essas demandas e sua candidatura. Ele utiliza o discurso como um instrumento para reavivar essa promessa de transformação, representando-se como o líder capaz de realizar os desejos populares. Essa identidade coletiva emerge em oposição ao "outro" governamental e se organiza em torno de valores compartilhados de justiça e dignidade, com Lula apresentando-se como o agente de uma futura mudança prometida.

O discurso lulista de 2022 consolidou a noção de "povo" como uma força resistente, capaz de superar os desafios impostos pelas políticas econômicas e sociais da gestão anterior. O retorno de Lula como líder do movimento reforçou essa imagem de resistência e inclusão, apresentando-o como a figura histórica que devolve ao "povo" a esperança de dias melhores e reafirma a importância de políticas públicas que garantam o bem-estar coletivo.

Eu quero ganhar uma eleição olhando no seu olho, olhando no olho com estou olhando e dizendo; eu vou ser presidente para cuidar de vocês, para cuidar da família, para cuidar da comunidade, para cuidar do povo brasileiro. Esse é o meu compromisso. O resto é lorota e não acredite (PODER360, 2022d).

Essa estratégia de construção discursiva fortaleceu o lulismo na campanha eleitoral e como uma resposta concreta a um "povo" marginalizado e afetado pelas crises recentes. Assim, o "povo" foi representado como uma unidade em luta por inclusão, direitos e solidariedade, buscando, por meio do lulismo, recuperar sua dignidade e garantir uma sociedade mais justa.

Eu sei da dedicação que eu tenho por esse povo. É por isso, é quase que uma profissão de fé. É quase como se eu tivesse assumindo um compromisso com a minha bisnetinha, com minha neta, com meu filho. Eu vou cuidar desse país para que esse país possa voltar a ser feliz, o povo possa voltar a ter cidadania (PODER360, 2022d).

O discurso de povo no lulismo de 2022 reiterou, com novas nuances, as bases que sempre orientaram a construção de sua identidade política, mas desta

vez se fortalecendo na figura de Lula e na resposta aos problemas específicos do governo Bolsonaro. As cadeias de equivalência conectaram múltiplas demandas em uma visão de sociedade onde o povo é o verdadeiro protagonista de um projeto de transformação, contrapondo-se a uma elite política que se manteve alheia às necessidades do “povo” em momentos críticos. No próximo tópico passamos a análise discursiva dos elementos utilizados na construção do “povo”.

A construção do “povo” no discurso lulista nas eleições presidenciais de 2022 pode ser analisada como uma complexa elaboração simbólica, política e afetiva, que retoma narrativas anteriores, adaptando-as às circunstâncias do momento. Para a compreensão desta construção discursiva, é útil considerar a teoria do populismo formulada por Laclau (2013).

Eu, por exemplo, eu tinha um sonho de ter feito universidade. Eu não pude fazer, mas como Deus é muito grande, falou “Lulinha, você não pode ser um engenheiro, mas eu vou te dar um diploma de Presidente da República, pra você cuidar dessa gente (PODER360, 2022d).

No discurso lulista, o conceito de “povo” é intencionalmente construído em oposição a uma elite que seria responsável por manipular o sistema judicial e político contra os interesses populares. Essa dualidade, central na teoria do populismo de Laclau, cria uma “fronteira” entre o povo e seus opressores, apresentando o povo como uma entidade homogênea, cuja identidade é unificada pela presença de um inimigo comum. Segundo Laclau, o populismo constrói uma unidade entre as demandas populares, que, ao serem ignoradas pela elite, podem convergir em uma única demanda universal representada pela figura de um líder populista, a mesma construção já havíamos verificado nas eleições de 2018 sobre outro contexto.

Nesse sentido, Lula é apresentado como a figura que dá voz ao “povo” oprimido, e essa representação se solidifica ainda mais em um cenário onde ele é visto como uma vítima de um sistema de justiça seletiva. Na narrativa do lulismo, a “elite” é responsável não só pelo julgamento de Lula, mas também por implementar políticas que vão contra os interesses populares, enquanto Lula se posiciona como o único capaz de resgatar o povo desse sistema de opressão. Como ele mesmo declarou durante a propaganda eleitoral de 2022, veiculada no

horário gratuito de rádio e TV pelo PT e repercutida em vídeo disponível no portal Poder360: “O Brasil precisa de algo mais do que um Presidente da República. O Brasil precisa de alguém que goste do povo brasileiro”. Essa afirmação reforça a ideia de que sua liderança vai além da política tradicional, fundamentando-se em uma identificação emocional e afetiva com o povo. Assim, o afeto emerge como um elemento fundamental para a construção da identidade popular e a legitimação de sua liderança, como procuramos demonstrar na sequência.

A psicanálise, especialmente as ideias de Freud sobre o Ideal do Ego, fornece uma base importante para entender a identificação afetiva entre Lula e seu eleitorado. De acordo com Freud (2011), o ideal do ego é uma figura simbólica que representa o que o sujeito deseja ser; ele encarna qualidades e valores aspiracionais, tornando-se um ponto de identificação. Nesse contexto, Lula é visto não apenas como um político, mas como uma encarnação dos ideais e aspirações do “povo”. Ele se torna uma figura de “identificação narcisista” para seus eleitores, pois representa o que eles acreditam e o que esperam da política e do futuro do Brasil.

Você “tá” lembrado do meu primeiro depoimento em Curitiba? Eu falei o seguinte: ô, ô, ô juiz, você está condenado a me condenar porque você já mentiu demais. E aconteceu exatamente o que eu previa. Eu fiquei livre nos 26 processos que tem contra mim e fui absolvido pela Sexta... pela Suprema Corte, ou seja, não tem mais processo contra mim, tá?! Porque eu venci 26 processos (PODER360, 2022a).

Durante a campanha presidencial de 2022, o discurso lulista se concentrou intensamente na reafirmação da inocência de Lula, elemento na narrativa que buscava resgatar sua imagem após os anos de turbulência política e judicial. Em um dos programas do PT veiculados durante o horário eleitoral gratuito, a frase “Lula não é inocente” foi propositalmente utilizada como um recurso retórico de impacto, imediatamente seguida por uma contestação enfática: a afirmação de que Lula havia sido condenado sem provas concretas, por um juiz considerado suspeito, em um julgamento que posteriormente foi deslegitimado. A campanha sustentava que a condenação de Lula não passara de uma armação política orquestrada por setores da elite, cujo objetivo seria impedi-lo de retornar ao poder. Dessa forma, a defesa de sua inocência não se limitava ao aspecto jurídico, mas era apresentada como uma luta simbólica contra as forças que, segundo a narrativa lulista, conspiravam para manter o

povo oprimido. Essa estratégia de comunicação reforçava a ideia de que Lula não apenas foi injustamente condenado, mas também que ele era o único capaz de resgatar a dignidade popular diante das elites que buscavam minar sua liderança.

E seguiu a questão do trabalho a rejeição de Lula, em razão dos processos da Lava Jato, na construção de uma identidade:

Ah, fala sério! Claro que o Lula é inocente. Lula nunca cometeu crime algum. Foi condenado sem provas por um juiz declarado suspeito, que depois virou ministro do Bolsonaro, numa grande armação só pra tirar o Lula da eleição. Tanto que o Lula venceu todos os processos contra ele e até a ONU e o Papa reconhece que ele é inocente. Quem não parece muito inocente é o adversário, né? A família dele deve ter um colchão bem alto porque compraram 51 imóveis com dinheiro vivo (PODER360, 2022a).

Ao se posicionar como vítima de injustiças, Lula se apresenta ao “povo” como uma pessoa comum, sujeita às mesmas dificuldades e injustiças que os eleitores enfrentam no cotidiano. Tal construção simbólica permite a criação de laços afetivos profundos entre ele e seu público, que passa a vê-lo como “um deles”, alguém que compartilha das mesmas dores e aspirações e que luta contra as mesmas injustiças.

Assim, Lula consegue reafirmar sua identificação com o povo, reforçando laços afetivos e simbólicos que se tornam elementos fundamentais para consolidar sua base de apoio.

Primeiro, eu não quero ser Presidente de novo. As circunstâncias políticas fizeram com que um conjunto de pessoas da sociedade brasileira, o meu partido e mais 10 partidos nos apoiam me escolheram para ser o candidato porque pela experiência acumulada, pela capacidade de construção da aliança que fizemos, inclusive, trazendo Alckmin para ser o candidato a Vice. O Alckmin que foi meu opositor em 2006 (PODER360, 2022a).

A narrativa de Lula nessa fala exemplifica um recurso comum em líderes populistas: a criação de uma identificação direta entre o líder e o “povo”, onde o líder é visto como um representante autêntico e necessário para enfrentar circunstâncias excepcionais. Nesse contexto, Lula descreve sua candidatura não como uma ambição pessoal, mas como uma resposta a uma necessidade coletiva, reforçando a ideia de que sua experiência e capacidade para construir

alianças, inclusive com antigos adversários como Alckmin, o tornam a pessoa ideal para unir e representar os interesses do povo.

Ao se posicionar como uma figura de consenso que atende ao chamado do povo para enfrentar desafios específicos, Lula recorre ao carisma e ao simbolismo de sua trajetória política e pessoal, que dialoga com a narrativa popular e democrática. Essa construção de imagem fortalece o vínculo com o eleitorado ao sugerir que ele é um líder excepcional, moldado por sua história e comprometido com a luta por justiça social, o que eleva sua legitimidade para guiar o país.

Essa análise demonstra como o lulismo, adaptando-se às conjunturas políticas e judiciais, utiliza uma narrativa que vai além do simples discurso eleitoral. Ao se posicionar como representante do povo oprimido e injustiçado, Lula articula uma identidade política coletiva que transcende as adversidades jurídicas e políticas, reafirmando-se como a voz legítima e autêntica do povo brasileiro.

Além disso, a inclusão e as políticas afirmativas também foram tópicos centrais nas discussões de 2022, com o lulismo destacando a necessidade de fortalecimento das ações voltadas para grupos historicamente marginalizados, como negros, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIA+. Fatos empíricos demonstram como o governo Bolsonaro havia promovido um ambiente de desmonte de políticas de ação afirmativa, com discursos que minimizaram a relevância das cotas raciais e sociais nas universidades e no serviço público. Essas políticas, no entanto, foram recuperadas na retórica lulista, enfatizando que a inclusão social era fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As mulheres brasileiras podem enfrentar mais uma batalha na saúde. Bolsonaro quer cortar quase 50% da verba do combate ao câncer. E ainda prevê mais cortes na saúde: 60% a menos na verba do SUS e no Farmácia Popular (PODER360, 2022a).

Ainda, a campanha lulista reforçou a centralidade da preservação dos direitos sociais e do fortalecimento do Estado de bem-estar social como resposta ao agravamento da crise socioeconômica no Brasil. Frente ao aumento da pobreza e à crescente insegurança alimentar, Lula se posicionou de forma incisiva contra as políticas de austeridade que, segundo a narrativa petista,

havia resultado em cortes significativos nos investimentos em saúde, educação e assistência social.

Essa mensagem foi amplificada pelo programa eleitoral ao destacar a gravidade da situação alimentar no país: “O Brasil de volta ao mapa da fome. 61 milhões de habitantes do nosso país enfrentam atualmente algum tipo de insegurança alimentar” (PODER360, 2022a). Tal abordagem se alinha ao discurso populista descrito por Laclau, em que a figura do líder se apresenta como representante legítimo das demandas populares, contrastando com um adversário que representa o abandono dessas mesmas demandas, neste caso, a austeridade econômica simbolizada pelo governo anterior.

Em termos de preservação ambiental, outro pilar do discurso lulista, a campanha de 2022 criticou o desmantelamento dos órgãos de fiscalização ambiental, uma política de Bolsonaro que resultou em recordes de desmatamento e conflitos em territórios indígenas. Esse retrocesso na agenda ambiental foi amplamente denunciado na mídia, que noticiou as consequências catastróficas para a Amazônia e outras áreas protegidas do país. Assim, a narrativa lulista enfatizava a necessidade de retomar um modelo de desenvolvimento sustentável, que não sacrificasse o meio ambiente e as comunidades tradicionais.

Candidata uma coisa importante que tem que dizer que desde da COP 15 em Copenhague, o Brasil no nosso governo se transformou no Brasil que mais controlou o desmatamento, reduzimos praticamente 80%, de 27 mil quilômetros para 4 mil quilômetros e ainda assumimos a responsabilidade de evitar a emissão de 36.9 (Band Jornalismo, 2022).

O discurso do lulismo em 2022, portanto, foi consolidado como uma resposta direta aos retrocessos identificados durante o governo Bolsonaro, promovendo a ideia de um “povo” coeso e disposto a lutar por uma agenda de inclusão, justiça social e desenvolvimento sustentável. Ao enfatizar esses valores, o lulismo apresentou-se como uma plataforma de reconstrução dos direitos sociais e do bem-estar, reiterando que a política deveria ser um instrumento de transformação e inclusão de todos os cidadãos. A afirmação do povo lulista deve-se à construção do “outro”, que produz a identificação que analisaremos seus aspectos de formatação a seguir.

6.3 Oposição ao "outro": as elites e a luta de classes na formação do povo

O lulismo, durante a campanha eleitoral de 2022, utilizou uma estratégia discursiva que se alinha com a teoria do populismo de esquerda de Mouffe (2013), que vê o populismo como uma ferramenta para mobilizar grupos marginalizados contra um "outro" identificado com estruturas de poder, a fim de construir uma frente democrática em torno de demandas de justiça social, igualdade e direitos. Segundo Mouffe, o populismo de esquerda se caracteriza pela construção de uma fronteira política que distingue "nós" e "eles", e o lulismo fez isso ao delinear um "outro" que encarnava valores e políticas contrários ao bem-estar popular. Essa elite, junto com o bolsonarismo, foi representada como promotora de políticas que aprofundam desigualdades, defendem privilégios e ameaçam o próprio tecido social, comprometendo os direitos dos cidadãos comuns e privilegiando uma minoria.

A estratégia lulista de definir o "povo" em oposição ao "outro" também buscou reforçar uma identidade popular e democrática, destacando Lula como o líder capaz de representar e empoderar os grupos que tradicionalmente foram excluídos e negligenciados. Conforme Mouffe, o populismo de esquerda não apenas representa uma luta contra a desigualdade econômica, mas também uma luta pela dignidade e pelo reconhecimento de identidades e vozes que foram marginalizadas. Na campanha de 2022, o lulismo tentou reafirmar essa identidade popular ao se opor às elites representadas pelo governo vigente e ao prometer uma transformação social inclusiva.

Nesta raiz, encontrou-se também a promessa de um novo pacto social e de uma possível radicalização democrática, como em Mouffe que defende um populismo que propõe uma "radicalização da democracia", buscando não apenas mudanças econômicas, mas também uma transformação das estruturas sociais e políticas que tendem a perpetuar a exclusão quando aplicadas de forma tradicional. Durante a campanha, o lulismo enfatizou que a eleição de Lula significava não só um retorno ao passado de avanços sociais, mas também a construção de um futuro em que a democracia fosse mais representativa e sensível às demandas populares. Esse discurso de "radicalização democrática" visava promover uma nova forma de pacto social, no qual o Estado fosse mais

inclusivo e as estruturas de poder mais acessíveis ao povo. Seguimos nesta abordagem.

O processo transformador também gerou mudanças culturais e comportamentais perceptíveis, como a ampliação do acesso a bens de consumo e serviços antes restritos a camadas mais privilegiadas da população. Como citado no documentário produzido pelo PT em 2022 e exibido no programa HEGTV, que faz referência ao impacto dessas transformações no cotidiano, “as pessoas podiam viajar de avião, muita gente de classe média está dizendo que o aeroporto tava virando uma rodoviária de tanta gente que entrava” (PODER360, 2022a). Esse comentário ilustra de maneira simbólica a ruptura provocada pelas políticas de inclusão, ao permitir que parcelas historicamente excluídas ocupassem espaços antes dominados pelas elites, consolidando a narrativa de ascensão popular promovida pelo lulismo.

A estratégia política de Lula, especialmente a partir de seu segundo mandato, enfatizou ainda mais a inclusão dos pobres como parte central do projeto lulista. Para fortalecer essa base, foram ampliadas políticas de redistribuição de renda e inclusão social, com destaque para o Bolsa Família, que se tornou o principal programa de transferência de renda do governo. Em 2006, o Bolsa Família já atendia mais de 11 milhões de famílias, cobrindo cerca de 46 milhões de pessoas, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2006). Essa abrangência possibilitou a milhões de brasileiros, em sua maioria da região Nordeste, um acesso maior à renda, elevando o poder aquisitivo e permitindo uma ascensão social sem precedentes.

O impacto dessas políticas estava ligado à trajetória de vida de Lula, que simbolizava o próprio povo que ele buscava incluir. Como destacado no documentário produzido pelo PT em 2022 e exibido no programa HEGTV, “Lula foi a criança que passou fome, e o presidente que criou o ‘Bolsa Família’ para garantir as três refeições por dia dos brasileiros” (PODER360, 2022a). A identificação entre a figura do presidente e a realidade da população pobre reforçou a legitimidade de seu projeto político, consolidando o lulismo como um movimento que promoveu não apenas a ascensão econômica, mas também a dignidade e a esperança de milhões de brasileiros.

Durante a campanha presidencial de 2022, a estratégia discursiva do PT explorou contrastes fundamentais entre Lula e Bolsonaro, com ênfase nas

diferentes concepções acerca do papel do Estado e da responsabilidade governamental. Enquanto Lula promovia uma visão de Estado ativo, comprometido com políticas de pleno emprego e bem-estar social, a narrativa petista apresentou Bolsonaro como alheio a tais compromissos, retratando-o como alguém que minimiza seu papel na condução econômica do país.

Nesse sentido, trechos transcritos do programa eleitoral do PT veiculados no horário eleitoral gratuito de rádio e TV reforçam essa construção discursiva. Em uma das falas atribuídas ao próprio Bolsonaro, ele afirma: “Eu não crio emprego. Não tinha nada pra tá aqui, nem levo jeito” (*Bolsonaro*, Programa PT, Poder 360, 2022). O programa ainda enfatiza que “[Bolsonaro] foi um desastre na economia e transformou o Brasil numa vergonha mundial. E, enquanto você trabalha tanto, Bolsonaro trabalha menos de 4 horas por dia” (*Narradora*, Programa PT, Poder 360, 2022), sugerindo negligência e descompromisso com as demandas populares. Complementando essa perspectiva, a afirmação “Bolsonaro é mentiroso” (PODER360, 2022a) reforça a crítica ao governo anterior, utilizando uma estratégia discursiva típica do populismo, segundo a teoria de Laclau, ao construir uma polarização entre “povo” e “elite” ou “inimigo”, no caso representado por Bolsonaro.

Na campanha, ao posicionar Bolsonaro como alguém que “não cria empregos” e trabalha “menos de 4 horas por dia,” a propaganda política de Lula busca contrastar a imagem de um líder comprometido com o bem-estar social e o desenvolvimento econômico com a de um governante passivo, desconectado das necessidades reais do povo. A crítica insinua que Bolsonaro se desvia de uma função essencial do governante, o que, segundo a narrativa lulista, resultou em danos à economia e na “vergonha mundial” do país. Esse discurso se alinha com o ideal de que o Estado deve ser responsável pela promoção do bem-estar e de oportunidades econômicas para todos, especialmente em tempos de crise, como exemplificado nos governos anteriores de Lula.

Como relatado por um cidadão no documentário produzido pelo PT e exibido pelo programa HEGTV em 2022, ao se referir ao contexto do governo Bolsonaro: “A gente precisa repor a inflação pro trabalhador que acabou sendo prejudicado e o salário já tá desvalorizado” (PODER360, 2022a). A fala evidencia a importância de políticas de valorização salarial no combate às desigualdades, algo que marcou profundamente os governos de Lula e deixou como legado um

modelo de desenvolvimento centrado no fortalecimento do mercado interno e na melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

O discurso lulista nas eleições de 2022 se apoia fortemente na dualidade “nós vs. eles”. Neste enquadramento, “nós” representa o povo brasileiro, composto pelas classes trabalhadoras, pelas minorias e pelos marginalizados, enquanto “eles” são a elite política, econômica e judiciária que, segundo o discurso lulista, tenta manter o povo sob controle. Esta estratégia de polarização é central para a construção do povo, pois cria uma identificação comum entre os eleitores, unificando-os em torno de uma luta contra a elite.

Eu não vim aqui para responder ao candidato, eu vim aqui para conversar com o “povo” brasileiro. E quero dizer ao “povo” brasileiro em alto e bom som, durante 4 anos este homem governou o país e não deu 1% de aumento de salário-mínimo. Este homem governou durante 4 anos e não deu um aumento para merenda escolar que hoje é de apenas 36 centavos. Isto o “povo” sabe porque está sentindo na carne. O “povo” sabe que está passando fome (PODER360, 2022a).

Essa divisão também é refletida nos discursos e materiais de campanha de Lula, onde a ênfase está em promessas de recuperação da economia, valorização do trabalhador e combate à corrupção que, na visão lulista, seria promovida por setores elitistas. Ao usar essa retórica, o lulismo não apenas promove a figura de Lula como a liderança legítima do “povo”, mas também fomenta a ideia de que a eleição de Lula é uma vitória direta contra os opressores.

Na campanha de 2022, o lulismo ampliou essa visão de antagonismo, agora não só dirigida às elites econômicas tradicionais, mas também ao bolsonarismo. A gestão de Bolsonaro foi apresentada como um “outro” que representava um retrocesso nas conquistas sociais e econômicas dos anos anteriores. Essa construção foi articulada a partir de cadeias de equivalências, onde diferentes demandas populares — como direitos trabalhistas, acesso à saúde e educação, segurança alimentar e preservação ambiental — eram unificadas sob a perspectiva de que o governo Bolsonaro as ameaçava. Ao associar o bolsonarismo ao “outro” que bloqueava o desenvolvimento e a justiça social, o lulismo estabeleceu uma equivalência entre o governo de Bolsonaro e a desestabilização da vida cotidiana dos brasileiros, em especial dos mais vulneráveis.

Bolsonaro é inimigo das micro e pequenas empresas. Veja o que Paulo Guedes, seu ministro da economia falou: [Paulo Guedes] Nós vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos pra salvar grandes companhias, agora, nós vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas (PODER360, 2022f).

A retórica lulista, nesse contexto, não apenas destacava as políticas de austeridade e cortes em programas sociais realizados pelo governo Bolsonaro, mas também reforçava o perfil autoritário e antidemocrático que o bolsonarismo teria assumido, criando um vínculo direto com a ideia de uma elite indiferente ao sofrimento do povo. O bolsonarismo, segundo essa narrativa, representava uma elite política e econômica que operava contra a mobilidade social e a inclusão dos mais pobres. Um exemplo empírico foi a crítica aos subsídios fiscais a grandes corporações e ao agronegócio, que contrastava com a falta de investimentos em programas sociais e de apoio a pequenos produtores. Esse antagonismo foi reforçado ao longo da campanha, enfatizando que a defesa de um governo democrático e socialmente justo necessitava da união contra esse "outro" que simbolizava o retrocesso.

A estratégia de cadeias de equivalência articulada pelo lulismo incluiu, assim, uma série de demandas da população, que, embora diversas, foram unificadas sob a percepção de que o bolsonarismo e a elite representavam interesses opostos ao do "povo". Um dos principais temas que exemplificaram esse confronto foi a questão dos programas de transferência de renda, especialmente o embate entre o Bolsa Família, defendido pelo lulismo, e o Auxílio Brasil, implementado durante o governo Bolsonaro.

Nesse contexto, a campanha do PT não se limitou a apresentar propostas técnicas, mas buscou reorganizar o espaço político a partir da dicotomia "povo *versus* elite". As campanhas eleitorais enfatizaram essa polarização ao apontar que o Auxílio Brasil, implementado pelo adversário, era temporário e desprovido de garantias, conforme destacado em frases como: "Com Bolsonaro, o auxílio de R\$600,00 reais acaba em dezembro" (Programa do PT, Poder 360, 2022) e "Pois é, tá lá na proposta que ele mandou pro Congresso. Dá um Google aí" (PODER360, 2022f). Segundo Laclau (2013), essa estratégia discursiva cria equivalências entre diferentes demandas populares (segurança alimentar, renda

mínima, acesso à educação e à saúde) ao colocá-las em oposição a um inimigo comum que ameaça sua realização.

Além disso, a crítica ao endividamento imposto às famílias mais vulneráveis, exemplificada pela frase “O empréstimo consignado do auxílio tem juros de 50% ao ano. Um absurdo!” (Moliterno, 2022), reforçou a narrativa de que o governo Bolsonaro não apenas negligenciava os mais pobres, mas impunha a eles condições que aprofundavam sua precariedade. A cadeia de equivalência formada pelo lulismo, nesse caso, articulou demandas relacionadas à renda, saúde e educação em torno de um discurso que denunciava a destruição de políticas públicas essenciais, como o Farmácia Popular e a construção de creches, apontando a manutenção do chamado “orçamento secreto” como exemplo de prioridades distorcidas: “Cortes só aumentam no Farmácia Popular, na construção de creches, na educação... só não corta no orçamento secreto, o ‘Bolsolão’!” (Fontana, 2022).

Dessa forma, o lulismo construiu um bloco popular ao integrar diversas demandas sociais e econômicas em uma narrativa unificada, com um antagonismo claro: o “outro”, representado pelo bolsonarismo e pelas elites, era construído discursivamente como o responsável pela deterioração das condições de vida da população. Assim, ao conectar reivindicações como trabalho digno, preservação ambiental e combate à fome, o lulismo promoveu uma identidade coletiva ampla, reforçada pela mensagem central: “Tá achando a vida difícil? Com Bolsonaro, vai piorar” (Mielke, 2022).

Na visão de Mouffe (2020), essa polarização não é apenas inevitável, mas fundamental para a democracia, já que explicita os conflitos entre projetos políticos distintos. A construção do “outro” na campanha lulista de 2022, tanto na figura das elites quanto do bolsonarismo, buscou reforçar um senso de comunidade política, de modo que o “povo” se sentisse parte de uma luta coletiva para reverter o desmantelamento das políticas sociais e assegurar uma cidadania plena. Ao fazer isso, o lulismo não apenas reafirmou sua base popular, mas também reconfigurou as questões sociais e econômicas como pontos centrais de um projeto de país voltado para a inclusão, a solidariedade e a democracia.

A estratégia lulista, nesse sentido, pode ser compreendida como uma narrativa de continuidade e ruptura: continuidade no que diz respeito ao resgate

de políticas públicas bem-sucedidas, como o Bolsa Família e programas sociais, que simbolizavam a garantia de direitos básicos, e ruptura em relação ao modelo representado pelo bolsonarismo, caracterizado como regressivo e ameaçador aos interesses do povo. Essa articulação de continuidade e ruptura é típica de estratégias populistas, nas quais a memória de conquistas passadas é evocada para mobilizar a população em torno de um projeto de futuro que rompe com a ordem atual.

6.4 Narrativas de continuidade e ruptura no lulismo

As narrativas de continuidade no lulismo e ruptura com o modelo bolsonarista, especialmente durante a campanha eleitoral de 2022 para a presidência da República, foram centrais para a estratégia de Luiz Inácio Lula da Silva. O lulismo, como movimento político e social que transcende a figura de Lula, combina elementos de continuidade com outros que propõem rupturas frente às políticas dos governos que o antecedem.

Lula, ao longo de sua campanha, destacou a continuidade de valores e programas que foram marcas registradas dos governos petistas, como a política de inclusão social, o combate à fome e a promoção da igualdade. Ele frequentemente mencionava programas emblemáticos de suas gestões anteriores, como o Bolsa Família e o Fome Zero, associando-os à sua figura e ao PT. Em debates e discursos, Lula trouxe à tona a necessidade de retomar um projeto de governo que foi, segundo ele, interrompido em 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff, chamando esse momento de "golpe" e reforçando a ideia de que o PT tem um legado interrompido. "O povo brasileiro tem saudades do tempo em que comíamos três refeições por dia, o tempo em que podíamos sonhar em ver nossos filhos na universidade. Esse Brasil é possível de novo" (PODER360, 2022f).

Essa fala reforça a continuidade de uma "era de ouro" do PT, em que o acesso a políticas de bem-estar social era garantido a uma parcela considerável da população. A continuidade, nesse sentido, não se restringe apenas às políticas públicas, mas também à retomada de uma perspectiva de país voltada para os direitos sociais e o desenvolvimento econômico inclusivo.

Por outro lado, a campanha de Lula em 2022 também se apoiou fortemente em uma narrativa de ruptura, especialmente em relação ao governo de Jair Bolsonaro, caracterizado por seu estilo autoritário, cortes em programas sociais e gestão controversa da pandemia de covid-19. Lula e seus apoiadores retrataram o governo Bolsonaro como um retrocesso em relação aos avanços obtidos durante os governos petistas, com perda de direitos trabalhistas, aumento da pobreza e deterioração das políticas ambientais.

Entre os principais pontos de crítica, destacou-se a gestão ambiental, marcada pelo aumento do desmatamento e o enfraquecimento das instituições de fiscalização. A deterioração das políticas ambientais e o avanço descontrolado do desmatamento foram denunciados como uma ameaça ao futuro do país e à preservação da Amazônia. Como enfatizado no documentário produzido pelo PT em 2022 e exibido no programa HEGTV, “nunca se destruiu tanto a Amazônia como nesses últimos anos. O Brasil não pode ser uma fábrica de desmatamento” (PODER360, 2022f). Essa crítica se tornou um eixo central da campanha de Lula, que buscou reforçar o compromisso com a sustentabilidade e a proteção ambiental, contrastando com a gestão de Bolsonaro, amplamente condenada por lideranças nacionais e internacionais pela condução da política ambiental.

Além das questões ambientais, a pandemia foi outro ponto que exemplificou essa ruptura. Em sua campanha, Lula buscou se distanciar da condução do governo Bolsonaro durante a crise sanitária, com um tom de condenação à postura do então presidente em relação à vacina, aos dados sobre mortes e ao negacionismo científico. Essas críticas foram acompanhadas da promessa de que seu governo adotaria uma postura mais séria e técnica em relação à saúde pública e à ciência.

A escolha de Geraldo Alckmin como vice-presidente foi um elemento importante nessa estratégia mista. Alckmin, ex-governador de São Paulo e figura tradicional da centro-direita, representou um gesto de ruptura em relação ao lulismo mais ideológico dos anos 2000, sugerindo uma aliança mais ampla e uma postura de pacificação. Ao trazer para a chapa uma figura moderada e com forte apelo entre setores mais conservadores, Lula buscou construir pontes com diferentes segmentos políticos e sociais. Essa decisão não apenas ofereceu à campanha um tom de “união pelo Brasil”, mas também trouxe um aceno à

continuidade de uma estabilidade institucional e democrática, apontando para a defesa das instituições e do Estado de Direito.

O resultado da eleição, marcado pela polarização, foi interpretado pela campanha de Lula como uma reafirmação da democracia em um contexto de crise política. Como destacou o documentário produzido pelo PT e exibido no programa HEGTV logo após o segundo turno de 2022, “a democracia foi a grande vencedora nesta eleição. Não foi a vitória de um candidato ou de um partido, foi a vitória da democracia e do respeito à Constituição” (PODER360, 2022f). A citação reforça a narrativa de que a coalizão formada entre Lula e Alckmin simbolizou não apenas a vitória eleitoral, mas também a resistência democrática em meio a um cenário de instabilidade e desafios institucionais.

As narrativas de continuidade e ruptura no lulismo em 2022 foram interdependentes. Se, por um lado, a campanha trouxe a continuidade dos projetos de inclusão social, por outro, a ruptura com o bolsonarismo e suas políticas foi essencial para o reposicionamento do lulismo como uma alternativa democrática, voltada à proteção ambiental e ao resgate de políticas sociais. A fusão dessas duas narrativas fortaleceu a campanha de Lula, ampliando seu espectro de apoio e reafirmando seu compromisso com uma política de inclusão social e desenvolvimento sustentável. No próximo tópico, será analisado o discurso bolsonarista em 2022.

6.5 As temáticas do discurso bolsonarista em 2022

Nas eleições de 2022, o bolsonarismo baseou grande parte de sua campanha em temas de moralidade, nacionalismo, religião e conservadorismo, reforçando uma narrativa de defesa dos valores “tradicionais” e da identidade nacional, em contraste com pautas progressistas. Esses elementos foram estratégicos na busca pela reeleição de Jair Bolsonaro, e a campanha utilizou-os para mobilizar eleitores e consolidar uma base de apoio fiel e engajada.

Dentro desse discurso, a moralidade é apresentada como um valor primordial, muitas vezes contraposta a ideias que o bolsonarismo identifica como ameaças ao “bem-estar” e à “integridade” da sociedade. Essa abordagem moralizante reforça uma visão maniqueísta, dividindo a população entre “cidadãos de bem” e “inimigos da pátria”, o que gera um ambiente de polarização

intensa. Em paralelo, o patriotismo é exaltado como uma virtude cívica essencial, expressa por meio da valorização de símbolos nacionais, como a bandeira, o hino e as cores verde e amarela, que passaram a carregar um peso ideológico. Essa associação simbólica cria uma identidade nacionalista que afirma uma ideia de brasilidade "pura" e autêntica, muitas vezes contrastada com ideologias externas ou com interpretações do país que divergem desse ideal.

O discurso moralizante que se destaca na citação de Jair Bolsonaro, de 2022, reflete uma série de temas caros ao seu eleitorado e se alinha com o estilo discursivo que marcou a sua campanha e os debates do período eleitoral. A declaração faz referência a um ideal de "liberdade, respeito e prosperidade", enfatizando valores tradicionais, a segurança pública, e a proteção das crianças, pontos centrais da retórica bolsonarista.

Além disso, essa moralidade possuía forte ênfase em valores como a preservação da "família tradicional" e o combate ao que Bolsonaro e seus apoiadores chamavam de "ideologia de gênero." Essas pautas reforçavam a ideia de que a sociedade brasileira estaria sob ataque de políticas liberais que, segundo eles, comprometeriam a formação familiar e os valores que consideravam fundamentais para a moral pública. As críticas ao movimento LGBTQIA+, ao feminismo e a políticas de inclusão de minorias também marcaram essa posição conservadora, criando uma divisão com setores progressistas e atraindo o apoio de setores que se identificam com um discurso mais tradicionalista.

A moralidade, no contexto bolsonarista, é frequentemente expressa em termos de valores tradicionais e conservadores, muitas vezes relacionados à família, religião e ética no âmbito político. No discurso de Bolsonaro, há uma oposição clara entre o que é considerado "moral" e os comportamentos que o bolsonarismo classifica como degenerados ou corruptos, frequentemente associados à esquerda e a movimentos progressistas. Esse posicionamento moralizante aproxima-se de um discurso de "proteção" da família e dos valores cristãos, que são apresentados como a base moral da sociedade brasileira. A campanha de 2022 reforça esses valores através de narrativas que buscam identificar o bolsonarismo como uma luta contra o que é descrito como a "destruição dos valores tradicionais".

O Brasil que estamos construindo, de liberdade, respeito e prosperidade. Posso nem sempre usar as palavras certas mas o que eu desejo é o mesmo que você: viver com honestidade, andar na rua sem medo, garantir o sustento das nossas famílias e proteger a inocência das nossas crianças (*Narrador*, Programa PL, Poder 360, 2022).

Outro elemento moralizante no discurso bolsonarista é a proteção das crianças e da família, conceitos que aparecem com frequência em suas falas. Durante o segundo turno das eleições de 2022, Bolsonaro reiterou o valor de uma educação “sem doutrinação”, referindo-se a uma preocupação com supostas influências ideológicas nas escolas. Essa linha de discurso visa proteger o que ele considera ser a “inocência” das crianças e preservar valores tradicionais, aspecto que ressoa fortemente com uma parcela conservadora da população.

No mais, como sempre digo, vivemos em um país com noventa por cento de cristãos. Não queremos a liberação das drogas, como defende o PT e já declarou o ex-presidente Lula. Não aceitamos a ideologia de gênero, pois respeitamos as crianças em sala de aula. Nenhum pai ou mãe deseja que sua filha de 6 ou 7 anos utilize o mesmo banheiro que adolescentes de 14 ou 15 anos. A escola é um lugar para aprender; a educação moral vem de casa. Também não admitimos a legalização do aborto, pois respeitamos a vida desde a concepção (*Bolsonaro*, Programa PL, Poder 360, 2022).

Além disso, o uso de termos como “viver com honestidade” e “andar na rua sem medo” invoca um ideal de retorno a uma sociedade mais justa e segura, apelando para um senso de ordem e moralidade que Bolsonaro propõe estar sob ameaça. É importante notar que, durante o primeiro turno, ele mencionou repetidamente a necessidade de “limpar o país da corrupção” e restaurar a “honra” do Brasil. Esses valores são amplamente simbólicos e atendem a um desejo de ordem moral na sociedade brasileira, associando seu governo a uma tentativa de moralizar a esfera pública e privada.

Usar o dinheiro público para promover um desrespeito ao próprio corpo humano. O corpo humano que é templo de Deus. O corpo humano que todos nós sabemos que deve ser valorizado e respeitado. Então usar o dinheiro da Lei Rouanet para imoralidade era o que nós víamos nos governos nesse governo anterior (*Narrador*, Programa PL, Poder 360, 2022).

A fala de Bolsonaro em relação ao uso do dinheiro público e a Lei Rouanet para atividades culturais que ele classifica como “imorais” evidencia um aspecto central de sua retórica moralizante e seu posicionamento político, especialmente quando se refere ao valor e à sacralidade do corpo humano. Para Bolsonaro, o corpo é um “templo de Deus”, uma metáfora que conecta a moralidade individual ao dever do Estado de preservar um ideal de respeito e dignidade que, para ele, deve ser refletido nas políticas públicas e no uso dos recursos estatais.

Além disso, o apelo ao “corpo como templo de Deus” evoca uma visão religiosa e conservadora que faz parte do *ethos* de sua base de apoio, composta em grande parte por evangélicos e católicos conservadores, que compartilham dessa concepção de que o corpo deve ser preservado em sua pureza e não deveria ser “desrespeitado” por práticas culturais que, segundo Bolsonaro, atentam contra esses valores.

No contexto bolsonarista, a moralidade também assume um papel de distinção e combate ao que ele e seus apoiadores veem como um “abuso” de liberdades culturais promovidas pelo Estado, acusando a esquerda política de promover ideologias que ele descreve como corruptoras dos valores da família e da tradição. Essa posição, reforçada pelo discurso contra a “imoralidade”, implica uma visão da arte e da cultura que exclui expressões consideradas contrárias aos valores morais conservadores.

Esse discurso insere-se em um contexto de críticas à Lei Rouanet, uma lei de incentivo cultural que, historicamente, financia uma vasta gama de projetos artísticos e culturais. Bolsonaro critica o uso de recursos dessa lei, acusando os governos anteriores de promoverem conteúdos culturais que considera desrespeitosos ou moralmente inadequados. Assim, ele articula uma visão moral sobre as responsabilidades do Estado no que considera ser a promoção de “valores”, estabelecendo uma linha de demarcação entre o que considera aceitável e o que entende como “imoralidade”. Esse aspecto moralizante está fortemente vinculado ao conservadorismo bolsonarista, que defende uma ordem social baseada em valores religiosos e em padrões de comportamento vistos como tradicionais.

Assim, a retórica bolsonarista ao abordar temas como o uso do dinheiro público para apoiar produções culturais moralmente questionáveis, segundo ele,

propõe uma moralidade vinculada aos ideais cristãos e tradicionais, e sugere que o Estado deve desempenhar um papel ativo na promoção desses valores.

Esse apelo moralista cria uma forte divisão entre “nós” (os defensores da moralidade cristã) e “eles” (aqueles que supostamente ameaçam esses valores), o que contribui para a criação de um sentimento de pertencimento entre os apoiadores de Bolsonaro. A moralidade bolsonarista, assim, se torna um critério de definição de cidadania e pertencimento, dando a entender que os “verdadeiros” brasileiros compartilham dessas mesmas crenças e valores. Outros elementos centrais do bolsonarismo estão no patriotismo e nacionalismo, os quais passamos a analisar.

O patriotismo, no discurso bolsonarista, é manifestado de forma visual e performática. Desde 2018, os símbolos nacionais, em especial as cores verde e amarelo, têm sido apropriados como marca registrada de seus apoiadores, de modo que o uso desses elementos passou a ser quase exclusivo aos simpatizantes do movimento. Isso vai além de um simples adorno: o verde e o amarelo funcionam como símbolo de lealdade a uma visão nacionalista e conservadora de Brasil, e aqueles que escolhem não usar essas cores frequentemente estão tentando se dissociar do bolsonarismo.

Nós não queimamos a nossa bandeira! Nós não pisoteamos essa bandeira! Essa bandeira nos une! Essa bandeira mostra que nós temos um governo, temos um povo, temos uma nação ao nosso lado! É o símbolo maior da nossa pátria (PODER360, 2022a).

Esse uso ostensivo de símbolos nacionais e insígnias, como a bandeira, funciona como um emblema de identidade e resistência a qualquer forma de “ameaça” ao país, especialmente as que o bolsonarismo associa ao globalismo ou ideologias estrangeiras. Para o bolsonarismo, o nacionalismo está frequentemente associado ao uso de rituais militares e eventos que remetem a paradas cívicas, conferindo à campanha de 2022 uma imagem de “luta patriótica” contra inimigos internos e externos. “Palco amplo, com muitas pessoas (família do candidato e muitos/as políticos/as). Uma grande bandeira do Brasil projetada ao fundo e à esquerda uma imagem de Jair Bolsonaro (imagem de campanha)” (PODER360, 2022a).

Exemplos desta proposição incluem inserções comerciais que destacavam imagens do presidente com bandeiras nacionais ao fundo, rodeado por apoiadores com vestimentas nas cores verde e amarelo. Em discursos e declarações públicas, Bolsonaro e seus aliados destacavam constantemente a necessidade de "defender o Brasil do comunismo", associando sua base de apoio com uma imagem de "brasileiros patriotas", em retórica anticomunista e pela defesa das Forças Armadas. Outro exemplo significativo foi o uso frequente de slogans como "Deus, Pátria, Família e Liberdade", que remetiam a ideais tradicionalistas e reforçavam uma conexão com o imaginário de um Brasil que precisa ser "resgatado" da corrupção e de "ameaças" à liberdade.

Deus, pátria, família e liberdade. Peço desculpas aos demais candidatos, mas as eleições estão polarizadas. Quem o ex-presidiário apoiou no passado? Apoiou Chávez, apoiou Maduro, e para onde foi a Venezuela? Hoje, recebemos mais de 500 pessoas por dia em Pacaraima, fugindo da fome e da miséria, muitas pesando menos de 15 quilos. E foi o Lula quem apoiou essas candidaturas (PODER360, 2022a).

A própria estética das manifestações de apoiadores bolsonaristas, em carreatas e eventos públicos, reforçava esses valores nacionalistas. Nas ruas, esses movimentos, muitas vezes, imitavam desfiles ou celebrações cívicas, remetendo a rituais patrióticos e, em alguns casos, paradas militares, ressaltando o papel da identidade nacional na estética e no discurso bolsonarista.

Essa exclusividade simbólica cria uma série de implicações sociais e políticas. Primeiramente, reforça a ideia de um nacionalismo excludente, em que o amor à pátria é apropriado por um movimento específico, retirando dos outros cidadãos a liberdade de expressar seu patriotismo sem que sejam confundidos como bolsonarista. Em segundo lugar, a moralidade associada ao bolsonarismo cria uma "linha de pureza" que justifica tanto práticas de controle social quanto ataques a outros grupos e ideologias.

Nós militares juramos dar a vida pela pátria. Todos vocês aqui juraram dar a vida por sua liberdade. [Público ovaciona]. Repitam aí: "eu juro dar minha vida pela minha liberdade!". [Público em uníssono: eu juro dar minha vida pela minha liberdade!]. Mais uma vez: Eu juro... [Público repete a frase]. Esse, Braga Netto, é o nosso exército! É o exército do povo. [Efeito sonoro de marcha]. É o exército que está do

nosso lado. É o exército que não admite corrupção! Não admite... não admite fraude! (PODER360, 2022a).

No horário eleitoral, várias peças publicitárias veiculadas pela campanha bolsonarista enfatizavam a relação entre o candidato e a defesa da "pátria", com a exaltação do verde e amarelo como símbolos da identidade nacional, muitas vezes associados a valores tradicionais e conservadores. Em um dos vídeos mais emblemáticos, Bolsonaro surge ao lado da bandeira nacional, cercado por cidadãos com camisas nas cores do Brasil, reforçando a ideia de que ele lidera a população na defesa da soberania e liberdade do país. Essa metáfora de um conjunto popular atribui uma conotação de luta e resistência a seu movimento, alinhando o candidato ao imaginário de um protetor do Brasil.

Outros vídeos de propaganda eleitoral destacaram as ameaças de "corrupção" e "fraude", em clara alusão a governos de esquerda, com a intenção de demarcar o bolsonarismo como incorruptível e em defesa dos "valores do povo brasileiro". O uso do termo "liberdade" foi frequente, sendo associado a uma suposta resistência às políticas opositoras, as quais seriam interpretadas como ameaças à autonomia individual e à integridade do Brasil. Em um discurso específico, Bolsonaro afirma que "não podemos deixar o Brasil cair nas mãos daqueles que querem roubar nossa liberdade e nosso futuro", sugerindo que a oposição poderia conduzir o país à repressão, procurando inserir a sensação de medo.

E quando se fala em transposição, se fala em corrupção. Em 2015, vocês sabem quem estava na frente do governo. Mas os desmandos, os descasos, a roubalheira, obras começadas e não concluídas, a Petrobras se endividou em 180 bilhões de dólares, a dívida de 900 bilhões de reais. Pra ter noção o quanto de dinheiro foi desviado, isso daria pra fazer 60 vezes a transposição do rio São Francisco – conta que vocês estão pagando (PODER360, 2022a).

Esse discurso se fundamentou na divisão clara entre "nós", os verdadeiros patriotas, e "eles", os corruptos que ameaçam o país. A ideia de liberdade é utilizada para agregar valor à sua candidatura, estabelecendo um vínculo simbólico entre o candidato e os ideais democráticos, ao mesmo tempo que a retórica de "pátria" e "militares" resgata uma visão militarizada e hierárquica da sociedade, reforçada pelo suporte de parte das Forças Armadas. Esse simbolismo contribui para a compreensão do bolsonarismo como um movimento

que reivindica a posse exclusiva dos símbolos nacionais e os articula para se definir como guardião da nação e da liberdade. “Eu quero falar com você. Essa eleição não se trata apenas de escolher o presidente, vai muito além. É a escolha entre dois caminhos. O caminho do passado, do crime, da corrupção e da miséria” (PODER360, 2022a).

O nacionalismo autodeclarado do bolsonarismo aparece de forma marcante em temas ligados à soberania sobre o território nacional, particularmente na exploração da Amazônia e de outros biomas brasileiros. Em várias ocasiões, Bolsonaro enfatizou a ideia de que esses territórios pertencem exclusivamente ao Brasil e devem ser protegidos de interferências internacionais, sob o argumento de que forças estrangeiras ameaçam a autonomia nacional. Esse discurso insere-se em uma lógica de defesa do patrimônio natural brasileiro como símbolo da soberania do país, implicando que qualquer tentativa de ingerência externa seria uma afronta à independência nacional.

Alguns queriam que eu ficasse do lado daqueles que queriam a Amazônia pra eles. A Amazônia é nossa, não será repartida com o mundo. Fazemos o possível para preservá-la, mas temos lá –coronel Menezes, meu colega lá do Amazonas– temos lá 25 milhões de brasileiros que tem que ser tratados, protegidos por nós. Em grande parte, protegidos pelo Exército brasileiro nos seus comandos militares de área e nos seus pelotões de fronteira e batalhões (PODER360, 2022a).

No lançamento de sua candidatura à reeleição, Bolsonaro reafirmou essa postura ao declarar: “A Amazônia é do Brasil e não tem mais conversa. Alguns queriam que eu ficasse do lado daqueles que queriam a Amazônia para eles. A Amazônia é nossa. Não será repartida com o mundo! Fazemos o possível para preservá-la” (PODER360, 2022a). Esse pronunciamento faz parte de um discurso mais amplo, em que o presidente se posiciona como defensor intransigente dos recursos naturais nacionais e se compromete a impedir a ação de grupos que, segundo ele, atuariam para submeter a Amazônia a interesses globais.

A retórica utilizada reforça a ideia de que o bolsonarismo incorpora o nacionalismo como elemento essencial de sua plataforma política, ao articular a soberania territorial à exploração sustentável dos biomas nacionais. No contexto da campanha, o candidato utilizou a defesa da Amazônia como símbolo de sua política de preservação controlada, voltada à manutenção da autonomia sobre

os recursos naturais. Essa abordagem não apenas vincula o discurso nacionalista à questão ambiental, como também procura retratar qualquer oposição a sua política de exploração como uma tentativa de subserviência a interesses estrangeiros, buscando consolidar sua imagem de defensor da “pátria” e dos “valores nacionais”.

Com isso, o bolsonarismo não apenas mobiliza sentimento de orgulho e pertencimento, mas também estabelece a imagem de um Brasil ameaçado que precisa ser defendido. Esse discurso evoca um "Brasil ideal", que deve ser resgatado das influências que ele considera prejudiciais à tradição e à soberania nacional. Ao explorar esses valores, o bolsonarismo constrói uma narrativa em que o "povo" brasileiro é protagonista na luta contra uma série de "ameaças", sejam elas políticas, culturais ou sociais, e reforça uma identidade coletiva amparada em uma combinação de símbolos e valores tidos como imutáveis. Dessa forma, o discurso bolsonarista se consolida como uma visão de mundo pautada na dualidade entre a preservação da ordem e o combate ao que é visto como transgressão, estruturando um ideal nacionalista que marca profundamente o cenário político brasileiro.

Outras temáticas são também fundamentais ao discurso do bolsonarismo. A religião teve um papel essencial na narrativa bolsonarista, principalmente o cristianismo, representado pelo apoio de líderes evangélicos e católicos conservadores. Novamente, Bolsonaro posicionou-se como defensor dos valores cristãos, associando seu projeto político a uma missão divina de defesa da fé e dos princípios cristãos. Em cultos e eventos religiosos, Bolsonaro e sua esposa, Michelle Bolsonaro, destacavam a importância da religião na política e argumentavam que o país precisava de um governante comprometido com esses valores. Líderes religiosos influentes, como pastores e bispos, endossaram Bolsonaro publicamente, reforçando o apoio de uma base cristã conservadora e associando sua campanha a uma "batalha espiritual" contra forças progressistas.

Nós aprendemos a interceder por ela, nós aprendemos a amar o nosso Brasil. Com a campanha dele foi resgatado o patriotismo – essa chama foi acendida. Hoje nós temos orgulho de dizermos que nós somos brasileiros. [Michelle pega uma bandeira do Brasil oferecida por alguém do público e a coloca no ombro]. Uma terra santa, uma terra escolhida

por Deus [Pessoa ao fundo: Glória a Deus!]. E Deus tem promessas para o Brasil (PODER360, 2022a).

O bolsonarismo também utilizou o conservadorismo econômico como argumento, defendendo uma política de livre mercado e reduzindo a intervenção do Estado na economia. Esse discurso conservador se estendeu para a política de segurança pública, onde Bolsonaro prometia uma abordagem mais rígida para o combate ao crime e ao tráfico de drogas. Esse posicionamento alinhava-se à visão de uma sociedade onde o mérito individual, o empreendedorismo e a disciplina social eram valores centrais, afastando-se de pautas redistributivas ou de assistência social.

A combinação desses temas, moralidade, nacionalismo, religião e conservadorismo, não apenas galvanizou os eleitores que compartilhavam esses valores, mas também aprofundou a polarização do cenário eleitoral brasileiro. O uso de redes sociais foi intenso, com apoiadores de Bolsonaro compartilhando conteúdos que fortaleciam a ideia de que sua reeleição era crucial para proteger o país contra uma suposta ameaça à identidade, soberania e moralidade brasileira.

Assim, a campanha de Bolsonaro em 2022 foi uma defesa articulada de uma visão conservadora e nacionalista do Brasil, fortalecida por um apelo moral e religioso que buscou vincular a política a uma missão quase espiritual. Ao mesmo tempo, essa estratégia gerou uma polarização significativa e mobilizou tanto seus apoiadores quanto seus opositores, intensificando as divisões que marcaram o processo eleitoral brasileiro.

Além disso, também foi usado o medo e a segurança pública no discurso de Jair Bolsonaro de 2022, por isso é relevante observar como esses elementos foram utilizados como significantes centrais para mobilizar eleitores, apelando ao sentimento de insegurança e à promessa de uma postura rígida contra o crime. Tais estratégias discursivas são características de campanhas populistas de direita, como abordado por Ruth Wodak (2015) em sua obra *The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean*, que explora os mecanismos pelos quais o medo é amplificado para consolidar apoio.

Durante o período eleitoral, Bolsonaro recorreu a temas relacionados à violência, criminalidade e ameaças à ordem social, posicionando-se como a figura capaz de proteger o país contra esses perigos. Um exemplo claro desse

uso é uma de suas declarações em setembro de 2022, em que afirmou: “Eu não sou candidato, eu sou o capitão do exército de vocês para livrar o Brasil do comunismo” (PODER360, 2022a). Nessa fala, ele invoca um medo subjacente de uma ameaça ideológica que, segundo ele, estaria em vias de dominar o país. Esse tipo de discurso utiliza a polarização para criar uma narrativa de “nós contra eles”, onde ele próprio surge como o herói protetor, alimentando a insegurança e prometendo um suposto resgate da ordem.

Bolsonaro também usou a pauta da segurança pública para criticar adversários, sugerindo que o governo anterior havia deixado o país “nas mãos de bandidos” e que sua reeleição seria crucial para garantir a segurança dos brasileiros. Este discurso apela ao medo e busca engajar uma população preocupada com o aumento da violência urbana e com a sensação de insegurança.

O apelo à “honestidade” e ao desejo de “andar na rua sem medo” se vincula diretamente ao tema da segurança, uma das principais preocupações dos brasileiros e um eixo central da campanha de Bolsonaro. Ele frequentemente associa o aumento da violência a políticas anteriores e reforça uma proposta de endurecimento no combate à criminalidade, buscando responder a uma demanda social por maior segurança. Este ponto é particularmente relevante considerando a onda de violência urbana no país e a percepção popular de que o crime aumentou.

Wodak (2015) discute como o medo é manipulado em campanhas populistas de direita, destacando o uso de “política de exclusão” e a construção de “inimigos internos”. A autora afirma: “a narrativa do medo e da ameaça é estrategicamente utilizada para gerar um sentimento de urgência, de que algo está em jogo” (Wodak, 2015, p. 17, tradução nossa). Nesse contexto, o “outro” é constantemente construído como uma ameaça à estabilidade e aos valores nacionais. O discurso de Bolsonaro durante a campanha reflete esse conceito ao tratar tanto o comunismo quanto a criminalidade como inimigos que devem ser combatidos.

A autora ainda observa que, para o populismo de direita, a segurança pública é uma área frequentemente explorada para justificar ações autoritárias e restritivas. Em suas palavras: “O discurso de segurança busca naturalizar medidas extremas, apresentando-as como necessárias para a preservação da

ordem” (Wodak, 2015, p. 20, tradução nossa). Bolsonaro utilizou essa tática ao prometer “mão firme contra o crime” e ao defender o armamento civil como meio de autodefesa, propostas que soam atraentes para quem já se sente desprotegido pelo Estado.

A obra de Wodak também explora como líderes populistas, como Bolsonaro, utilizam o medo para consolidar uma identidade coletiva entre seus apoiadores. “A narrativa populista não oferece complexidade, mas apela a respostas rápidas e simplistas, idealizando um passado glorioso e demonizando os oponentes” (Wodak, 2015, p. 23, tradução nossa). Essa idealização do passado como um período de maior segurança e ordem é visível em discursos de Bolsonaro que exaltam as forças armadas e criticam avanços progressistas como ameaças à tradição e à segurança. Essa estratégia cria uma atmosfera de nostalgia e medo do futuro, o que motiva uma população temerosa a buscar estabilidade através de um líder autoritário.

Assim, o uso do medo e da segurança pública como significantes no discurso bolsonarista da campanha de 2022 mobilizou eleitores e reforçou divisões sociais e ideológicas, alinhando-se ao que Wodak denomina de “política da ameaça”. A seguir, apresenta-se a abordagem da construção do povo no discurso bolsonarista.

6.6 Segurança, liberdade e democracia: significantes flutuantes

Para analisar o papel dos significantes flutuantes na campanha de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022, é fundamental compreender como conceitos como "segurança", "liberdade" e "democracia" foram mobilizados. Esses significantes foram amplamente explorados na construção de uma identidade coletiva alinhada ao “povo” do bolsonarismo, e desempenharam um papel central na formação de cadeias de equivalência, ou seja, associações discursivas que permitem a unificação de diferentes demandas populares em torno de um mesmo projeto político (Laclau, 2005).

Segundo Laclau (2005), essas palavras operam como "nós" discursivos que articulam diferentes demandas e identidades em torno de uma mesma causa ou figura central. No caso da campanha de Bolsonaro, "segurança", "liberdade" e "democracia" foram usados de modo estratégico, adaptando-se a diferentes públicos e consolidando uma retórica de antagonismo em relação ao “sistema”

ou ao “*establishment*”, associado ao PT e aos órgãos institucionais de controle, como o STF e o TSE.

O sistema todo está contra mim. Grandes redes de televisão, uma aqui, Tribunal Superior Eleitoral, quase todas as queixas dão ao seu favor. Inclusive a questão das inserções das rádios Lula. O TSE toma conta de tudo. Mas quando chega uma hora de me atender por inserções que teu partido parte roubou a democracia através destas mentiras. Através destas inserções. O TSE, inclusive, vai investigar a mim e ao partido, ou seja, está 6000 e poucas mentiras está na sua cabeça, você não conta nenhuma mentira aqui, você não conta nenhuma mentira aqui (PODER360, 2022a).

Como já debatido, o período da campanha de 2022, marcado por um cenário de intensa polarização, permitiu que esses significantes flutuantes fossem incorporados a uma narrativa de “nós contra eles”, na qual Bolsonaro se posicionou como o verdadeiro representante do povo contra supostas ameaças internas e externas. A “segurança” foi apresentada como necessidade vital para defender o “cidadão de bem” dos “criminosos” e dos “corruptos”, enquanto a “liberdade” foi reiterada como um valor fundamental contra a interferência do Estado e dos poderes, destacando as restrições impostas pela pandemia de covid-19. Por fim, a “democracia” foi muitas vezes evocada para questionar a imparcialidade das instituições eleitorais e mobilizar apoiadores em defesa de uma democracia “real” que, segundo a campanha, estaria em risco.

Nesse contexto, esses significantes flutuantes tornaram-se ferramentas para unir demandas díspares, consolidando diferentes grupos em torno de um projeto comum de governo. Isso foi essencial para a formação do eleitorado bolsonarista, permitindo que ele se sentisse parte de uma luta maior em prol de valores como segurança, liberdade e proteção da democracia, mesmo que essas noções fossem intencionalmente flexíveis e adaptadas ao contexto eleitoral. Assim, o uso desses significantes não só ajudou a formar a identidade do “povo” bolsonarista, mas também a fortalecer a posição de Bolsonaro como líder incontestado do campo conservador no Brasil, capaz de mobilizar ressentimentos e aspirações difusas sob uma bandeira unificada.

A segurança foi uma das principais bandeiras da campanha de Bolsonaro, apresentada como um antídoto contra a criminalidade e as ameaças internas ao país. Esse significativo flutuante foi amplamente utilizado para evocar medo e a necessidade de medidas duras contra o crime, um tema caro ao eleitorado

conservador. No caso de "segurança", esse significante é capaz de articular diversas representações de medo e vulnerabilidade que estão enraizadas no imaginário social, ao mesmo tempo em que se conecta a imagens de ordem, disciplina e controle.

O discurso de segurança no bolsonarismo, portanto, vai além de uma preocupação prática com a redução da criminalidade. Ele toca em um registro inconsciente e simbólico, no qual "segurança" assume um caráter redentor, alinhando-se com a promessa de uma sociedade organizada sob princípios autoritários e punitivos. A presença desse significante flutuante no discurso bolsonarista serve para mobilizar emoções e direcionar o eleitorado a acreditar que a segurança só pode ser alcançada por meio de um líder forte, disposto a enfrentar o crime e reestabelecer a "ordem" a qualquer custo.

A estratégia retórica reflete, então, uma utilização do significante flutuante de "segurança" que busca não apenas uma solução para a criminalidade, mas a construção de um estado de disciplina rígida. Trata-se de uma manobra que utiliza o medo para justificar o apoio a medidas de controle severo, muitas vezes em detrimento de direitos individuais e da própria democracia, substituindo a ideia de segurança coletiva pela promessa de um regime de vigilância e controle.

Tudo que a mídia não mostra, a gente mostra pra você. [Efeito sonoro de pneu "cantando" no asfalto] Com Bolsonaro [inicia música instrumental ao fundo], o Brasil está mais seguro: teve redução recorde na taxa de homicídios, recorde no número de armas ilegais apreendidas e, em quatro anos, batemos o recorde histórico de mais de mil toneladas de drogas apreendidas. E vem mais segurança por aí: Bolsonaro vai reduzir a maioria penal de dezoito para dezesseis anos e vai investir e equipar ainda melhor as forças policiais (PODER360, 2022a).

Desse modo, Bolsonaro associou o conceito de "segurança" com o endurecimento das leis e com a defesa de uma política de armamento civil, sugerindo que a posse de armas pelos cidadãos seria uma forma legítima de proteção pessoal e coletiva. Segundo Miguel (2022), o discurso bolsonarista frequentemente vinculava segurança à ideia de defesa dos "cidadãos de bem" contra um "inimigo" nebuloso e múltiplo, que incluía desde criminosos comuns até opositores políticos e ideológicos. Nesse contexto, o uso do termo "segurança" evocava uma necessidade de autodefesa e vigilância, configurando uma narrativa na qual qualquer ameaça percebida, seja ela real ou imaginária,

justificava a adoção de medidas punitivas e o fortalecimento de valores conservadores. Assim, a ideia de segurança extrapolava a questão criminal, assumindo contornos simbólicos de proteção contra tudo o que, na visão bolsonarista, ameaçaria a integridade da nação.

O conceito de liberdade foi outro significativo mobilizado, principalmente em resposta às restrições impostas pela pandemia de covid-19 e à atuação do Judiciário. Durante a campanha, Bolsonaro reivindicou uma “liberdade” que se opunha à interferência estatal, especialmente em temas de saúde pública, como o uso de máscaras e a vacinação (Castro; Carneiro, 2022). Em sua retórica, liberdade se tornou uma metáfora para a resistência ao “controle” e à suposta “intervenção” das instituições, aludindo a uma ameaça iminente à autonomia individual. A escolha de tal termo se mostrou eficaz para mobilizar eleitores que se sentiam restringidos por medidas sanitárias, sugerindo que a candidatura de Bolsonaro representava uma restauração das “liberdades individuais”.

Eu quero me dirigir àquele jovem de esquerda que fala que é bacana o outro lado. Esse jovem de esquerda, como quase todo o jovem, tem um telefone celular. Dizer para esse jovem de esquerda que o seu candidato prega o controle social da mídia. Diz que quer regulamentar as mídias sociais. Dizer a esse jovem que país como Coreia do Norte, Cuba, a internet só é acessada para você ver conteúdo do governo. Você não tem liberdade! Você quer perder a sua liberdade nas mídias sociais? [Público vaia]. Esse jovem quer perder sua liberdade nas mídias sociais? A nossa imprensa quer ser controlada por esse outro governo? Por pior que sejam algumas matérias contra a minha pessoa eu entendo como liberdade, mesmo sendo injusta na maioria das vezes essa matéria. Pior que uma imprensa trabalhando mal é uma imprensa fechada. Jamais defenderei o fechamento da mídia no Brasil (PODER360, 2022a).

A liberdade emerge, assim, como um dos pilares retóricos mais mobilizados pelo bolsonarismo, assumindo características de um significante vazio. Durante a campanha presidencial de 2022, a retórica de liberdade se estendeu desde a defesa da liberdade econômica até a liberdade de expressão e de pensamento, porém, com conotações que frequentemente revelam um viés conservador e excludente. No contexto bolsonarista, “liberdade” se tornou a defesa intransigente da manifestação de um conjunto específico de valores, mesmo que, em certos momentos, esses valores desafiem normas democráticas e busquem a negação de outras perspectivas diversas de sua visão. “Eu comprei 500 milhões de doses de vacina. Não foi a senhora que comprou! Vacinou-se

quem quis. A senhora sabe o que é liberdade? Quem não quiser tomar a vacina que não tome” (PODER360, 2022a).

Essa noção de liberdade no contexto bolsonarista, podemos recorrer a Isaiah Berlin e Axel Honneth, cujas obras oferecem interpretações fundamentais sobre o tema. Isaiah Berlin, em dois conceitos de liberdade (Berlin, 2002), discute a liberdade negativa e a positiva, apresentando a primeira como uma defesa contra a interferência estatal e qualquer restrição externa. Essa perspectiva é particularmente útil para compreender a retórica bolsonarista em defesa da liberdade econômica e na promoção de políticas neoliberais, onde se enfatiza a redução do papel do Estado e a liberdade do mercado como ideais de uma sociedade "livre".

Na perspectiva de Axel Honneth (2003), em *A luta pelo reconhecimento*, sugere que a liberdade autêntica não pode ser alcançada sem o reconhecimento de uma pluralidade de identidades e valores, o que contrasta com a abordagem excludente que caracteriza, em muitos momentos, o discurso bolsonarista. Honneth (2003) propõe que o reconhecimento mútuo é fundamental para a verdadeira liberdade, conceito que se mostra em oposição ao bolsonarismo, que favorece uma liberdade restrita a determinados valores conservadores.

Nós militares juramos dar a vida pela pátria. Todos vocês aqui juraram dar a vida por sua liberdade. [Público ovaciona]. Repitam aí: “eu juro dar minha vida pela minha liberdade!”. [Público em uníssono: eu juro dar minha vida pela minha liberdade!]. Mais uma vez: Eu juro... [Público repete a frase]. Esse, Braga Netto, é o nosso exército! É o exército do povo. [Efeito sonoro de marcha]. É o exército que está do nosso lado. É o exército que não admite corrupção! Não admite... não admite fraude! [Público ovaciona]. Esse é o exército que quer transparência! Que quer respeito! Quer não, merece e vai ter! [Público ovaciona]. Esse é o exército que nos orgulha! É o exército de 210 milhões de pessoas (PODER360, 2022a).

Ao aplicar essas perspectivas teóricas ao bolsonarismo, podemos observar que a "liberdade" defendida pelo movimento tende a ser seletiva, permitindo a expressão de um conjunto específico de valores enquanto marginaliza outros. Isso reflete um uso instrumental das ideias de liberdade negativa e positiva discutidas por Berlin (2002) e da noção de reconhecimento de Honneth (2003), moldadas para atender a um projeto que, embora use o discurso de liberdade, ameaça a diversidade democrática.

Por fim, o uso do termo "democracia" na campanha de Bolsonaro foi carregado de estratégias discursivas que desviavam o foco do processo democrático tradicional, voltado à participação e à legitimidade institucional, para um sentido restritivo e polarizador. Em vez de reforçar a confiança nas estruturas democráticas, Bolsonaro frequentemente questionava a confiabilidade das urnas eletrônicas e das instituições eleitorais brasileiras, instigando dúvidas sobre a imparcialidade do sistema eleitoral. Essa retórica de desconfiança buscava criar uma base de apoio popular contra as próprias instituições que garantem a democracia, apresentando-as como potenciais obstáculos a uma suposta "vontade popular" que ele próprio alegava representar (Rosa, 2022a).

Bolsonaro responde: Não Lula. Entraram por entre outras coisas porque disseram que você foi descondenado. Que você é Chefe de Organização criminosa. É isso que entraram. E o TSE atendeu (UOL, 2022a).

O uso estratégico do termo em comento representava uma tentativa de redefinir o conceito para adaptá-lo aos interesses do movimento bolsonarista, vinculando-o a uma visão de democracia mais restrita e autoritária. Segundo Rosa (2022b), essa abordagem permitia a Bolsonaro sugerir que sua visão política, e não o sistema institucional democrático, representava a verdadeira expressão da democracia. Esse recurso retórico, em última análise, apontava para um descompasso entre o discurso de liberdade e democracia defendido publicamente e as práticas que efetivamente colocavam em risco a estabilidade e o funcionamento do próprio regime democrático.

Há três anos e dez meses, eu jogo dentro das 4 linhas da Constituição. A minha carta a democracia é a Constituição. Quantas vezes matei no peito as mais absurdas decisões. Eu não sai das 4 linhas da nossa Constituição (UOL, 2022a).

Neste contexto, o termo foi manipulado para questionar a transparência do sistema eleitoral e legitimar ações que poderiam minar a própria democracia, como manifestações que pediam intervenção militar. Como observado por Laclau e Mouffe (1985), esse uso de significantes flutuantes pode polarizar o discurso político e gerar um antagonismo que redefine a arena pública em termos binários. Essa estratégia permite que determinados conceitos sejam apropriados e moldados para representar diferentes, e até contraditórias, demandas sociais,

criando uma oposição entre "nós" e "eles" que se alinha com o propósito de mobilizar apoio popular e fortalecer identidades políticas específicas (Laclau; Mouffe, 1985).

Ainda tratando de democracia no horário eleitoral gratuito de 2022, durante o primeiro turno das eleições presidenciais, o então candidato Jair Bolsonaro fez diversas críticas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à sua postura política, utilizando ironia ao tratar do conceito de democracia em regimes estrangeiros. Em uma de suas falas, afirmou: "Democrático é o Cubano. É o Venezuelano" (UOL, 2022b). Essa declaração visava associar Lula a governos de viés autoritário, como os de Cuba e Venezuela, buscando questionar a legitimidade democrática de suas propostas. O uso do termo democracia, nesse contexto, revela não apenas disputas políticas, mas também a importância do significante enquanto conceito central no debate eleitoral, uma vez que a democracia foi amplamente defendida por ambos os lados, embora com interpretações e propostas distintas.

Na campanha de 2022, os significantes "segurança", "liberdade" e "democracia" foram centralizados na estratégia de Bolsonaro, funcionando como pilares de uma narrativa que pretendia captar e unificar diversas demandas do eleitorado. A manipulação desses termos permitiu criar uma rede de significados que ressoou com sentimentos de medo, indignação e anseio por mudanças radicais. A eficácia dessa retórica mostra a importância dos significantes flutuantes em contextos de polarização, onde significados amplos e vagos podem ser moldados para servir a interesses políticos específicos e gerar uma mobilização em massa.

6.7 A construção do "povo" no discurso bolsonarista

A combinação entre moralidade e patriotismo cria uma figura idealizada do "povo brasileiro", que é representado como patriota, fiel aos valores tradicionais e religiosos. Esse "povo" se vê em oposição aos que são descritos como "antipatriotas" ou contrários aos valores morais defendidos pelo bolsonarismo. O discurso polariza, criando uma barreira ideológica que transforma símbolos e expressões de nacionalismo em ferramentas de distinção entre apoiadores e opositores.

Durante a campanha de 2022, o bolsonarismo reforçou a narrativa de que representa o “Brasil de verdade”, uma ideia que busca traçar uma linha divisória entre seus apoiadores e o restante da população, sugerindo que o verdadeiro patriotismo e a moralidade nacional estão presentes apenas em seu grupo. Essa retórica constrói um filtro de cidadania onde ser “patriota” e “moralmente correto” passa a significar alinhar-se com os valores bolsonaristas. Aqueles que não compartilham desses valores, segundo a narrativa, seriam vistos como “antibrasileiros”, desleais aos interesses e à identidade do país.

Esse discurso funciona para mobilizar e fortalecer sua base de apoio, polarizando e radicalizando a opinião pública ao colocar em oposição um “nós” (os patriotas) contra um “eles” (os inimigos do Brasil). A ideia de um “Brasil de verdade” não é apenas um argumento político, mas também um recurso identitário que apela a sentimentos de pertencimento e autenticidade nacional. Ao associar seu movimento a valores como a “defesa da família”, a “moralidade pública” e a “soberania nacional”, o bolsonarismo cria uma versão idealizada da brasilidade que é altamente excludente. Nesse sentido, o discurso bolsonarista utiliza uma moralidade conservadora e um patriotismo rígido como ferramentas para construir uma noção de pertencimento. Aqueles que questionam ou divergem são, no mínimo, tachados de insensíveis às “verdadeiras necessidades” do país e, no máximo, vistos como uma ameaça à nação.

A estratégia divide a população em “cidadãos legítimos” – aqueles que compartilham do ideal bolsonarista – e “cidadãos ilegítimos”, caracterizados como traidores ou agentes de ideologias estranhas à “essência nacional”. Assim, o patriotismo torna-se uma arma discursiva que define quem merece ou não estar incluído na comunidade nacional, revelando um aspecto autoritário do bolsonarismo, em que o “amor à pátria” é não apenas uma virtude, mas também uma medida de conformidade política.

Esse enquadramento da cidadania é perigoso, pois sugere que o direito a ser reconhecido como cidadão está condicionado à aceitação de uma visão política específica, o que subverte a ideia democrática de que o Estado é plural e que todos têm lugar nele, independentemente de sua posição política. Em última instância, o bolsonarismo cria uma moralidade nacionalista excludente que subordina a legitimidade cidadã a uma fidelidade moral e ideológica

específica, redefinindo a brasilidade como algo que só existe dentro de seu próprio campo político.

Durante a campanha eleitoral de 2022, o bolsonarismo manteve um discurso de oposição contundente às elites políticas, midiáticas e intelectuais. Esse discurso explorou a narrativa de que essas elites eram, em conjunto, uma ameaça aos valores defendidos pelo "povo brasileiro", uma ideia que foi central para a estratégia de comunicação da campanha. A retórica bolsonarista apresentou essas elites como distantes das "pessoas comuns" e como atores que agiriam em benefício próprio ou de interesses externos, muitas vezes em detrimento dos interesses do Brasil e de sua soberania.

Uma análise de conteúdo das peças publicitárias veiculadas na propaganda eleitoral gratuita de rádio e TV demonstra esse enfoque. Em várias oportunidades, Bolsonaro e seus aliados acusaram os meios de comunicação de manipular informações para favorecer seu oponente, Lula, e desqualificá-lo perante a população. Em um exemplo claro dessa narrativa, Bolsonaro afirmou que "a mídia tradicional é cúmplice do comunismo" e, com frequência, mencionou que a imprensa seria enviesada ao não dar destaque aos "avanços" que seu governo teria proporcionado (YouTube, 2022). Essa oposição à mídia, especialmente a grandes redes de comunicação como a Rede Globo, já era uma marca registrada do bolsonarismo desde 2018, mas foi reforçada em 2022 com acusações de que as elites midiáticas estariam "censurando" ou "omitindo a verdade".

Além disso, a oposição às elites intelectuais foi promovida por meio de ataques diretos a universidades e instituições acadêmicas, que eram retratadas como centros de disseminação de ideologias contrárias aos valores defendidos pelo bolsonarismo. Em debates e discursos de campanha, Bolsonaro criticou repetidamente as universidades públicas, alegando que elas eram dominadas por uma "elite esquerdista" e que se concentravam em "doutrinação ideológica" ao invés de educação de qualidade (YouTube, 2022). Essa crítica constante buscava desacreditar o papel das instituições acadêmicas como fontes de conhecimento e cultura, contrapondo a figura do "povo trabalhador" à dos "intelectuais doutrinados".

Os debates presidenciais também serviram de palco para a promoção dessa oposição às elites. Em um dos confrontos com Lula, Bolsonaro afirmou

que as elites políticas, quando no poder, priorizam seus interesses ao invés dos interesses da população, referindo-se especificamente a antigos membros do governo e partidos de esquerda (G1, 2022). Essa linha discursiva promovia a ideia de que o bolsonarismo era um movimento que defendia a "verdadeira vontade popular" contra uma elite "corrupta" que estaria há décadas no poder.

Essas ações revelam o uso estratégico da polarização contra elites como uma forma de mobilizar a base de apoio ao bolsonarismo, consolidando o antagonismo entre o "povo" e as "elites" como eixo central do discurso de campanha em 2022.

6.8 Antagonismo: construindo o "outro" na narrativa bolsonarista

O antagonismo entre lulismo e bolsonarismo, especialmente intenso durante a campanha presidencial de 2022, como se pôde ver pelas linhas anteriores desta tese, ultrapassou o âmbito das divergências programáticas. Convertido em embate identitário, o conflito passou a enquadrar o adversário como ameaça existencial aos valores e ao projeto de sociedade que cada campo afirmava defender. Nessa visão, que se aproxima da teoria de Chantal Mouffe (2020), o antagonismo entre essas narrativas ultrapassa o âmbito de um confronto democrático entre adversários e se transforma numa dinâmica em que a identidade do opositor é vista como algo a ser combatido, não aceito.

No lulismo, o "outro" é caracterizado, sobretudo, como uma força que representa ameaças à democracia, aos direitos sociais e à dignidade dos grupos mais vulneráveis. O discurso lulista molda o bolsonarismo como um projeto de desconstrução social e retrocesso democrático, associando-o à negligência com políticas sociais, ao incentivo a práticas que ameaçam a integridade ambiental, à violência contra minorias e ao discurso de ódio. O "outro" bolsonarista é, portanto, retratado como um adversário não apenas político, mas moral, que atenta contra os pilares éticos e institucionais da sociedade.

Do lado bolsonarista, o lulismo (e, por extensão, o petismo) é construído como o "outro" ameaçador em diversas frentes. Esse discurso recorre ao antipetismo e ao anti-esquerdismo para associar Lula e a esquerda em geral ao comunismo e à corrupção, promovendo o medo de que o retorno do PT ao poder traga o desmantelamento de valores tradicionais, a imposição de políticas

consideradas autoritárias e a ameaça às liberdades individuais e econômicas. Esse “outro” petista é frequentemente retratado como um agente de ideologias que, segundo o bolsonarismo, colocam em risco o caráter nacional e os valores familiares.

Segundo Mouffe, uma relação política pode se dar de duas formas: agonística e antagônica. Na relação agonística, os adversários competem dentro de um mesmo campo democrático, reconhecendo-se como opositores legítimos e aceitando as regras do jogo. No entanto, na campanha presidencial de 2022, a disputa entre lulismo e bolsonarismo se afastou dessa competição democrática para se aproximar do antagonismo, em que o “outro” não é visto como adversário legítimo, mas como um inimigo a ser eliminado. Esse antagonismo rompe com a possibilidade de coexistência, pois cada lado enxerga o outro como uma ameaça existencial.

Essa relação antagônica entre lulismo e bolsonarismo se mostrou durante a campanha nas trocas de acusações, ataques pessoais e discursos que raramente se limitavam a discutir propostas políticas e ideológicas, mas buscavam deslegitimar o outro moral e politicamente. No discurso bolsonarista, o lulismo era comumente associado ao caos econômico e ao “comunismo”, apesar de o lulismo brasileiro estar mais próximo de políticas sociais democráticas do que de um comunismo ortodoxo. Do lado lulista, o bolsonarismo era frequentemente descrito como uma ameaça fascista, representando o autoritarismo e a retirada de direitos, em referência ao discurso conservador e às ações de repressão e violência simbolizadas por Bolsonaro.

Para compreender a complexidade do bolsonarismo como fenômeno político, é necessário ir além de uma visão que o reduz a um simples adversário institucional do lulismo e do “comunismo” que este representaria. A oposição entre essas forças políticas não se limita a uma disputa eleitoral tradicional; ela assume características profundamente antagônicas, transcendendo o campo meramente institucional e transformando-se em um embate discursivo e ideológico. Como destaca Mouffe (2013), a polarização política pode ser entendida como uma luta entre forças que não veem o outro como um adversário com quem se pode dialogar ou buscar compromissos, mas como um inimigo existencial a ser derrotado. Esse enquadramento nos permite entender o bolsonarismo como um movimento cujo objetivo se estende para além de uma

vitória eleitoral: busca a destruição de um inimigo simbólico e ideológico, o "comunismo".

Essa noção de "comunismo" no discurso bolsonarista, no entanto, não remete à experiência da União Soviética, nem está ancorada em uma ameaça real de um movimento popular de massas ou em qualquer organização comunista que exerça influência significativa na política brasileira. Trata-se, antes, de um significante flutuante, um conceito de Laclau (2005) que permite que ideias sejam preenchidas com diferentes significados conforme o contexto e as necessidades retóricas. No caso do bolsonarismo, "comunismo" não aponta para a ideologia marxista-leninista de forma direta, mas para uma construção discursiva onde tudo o que se opõe à ideologia bolsonarista — políticas progressistas, direitos civis ampliados, e até o próprio lulismo — é enquadrado como ameaça comunista.

Esse conceito de "comunismo" é mobilizado como um inimigo absoluto, funcionando como um significante flutuante que se molda de acordo com as necessidades da retórica bolsonarista; neste caso, como um polo antagônico. Em vez de referir-se a uma doutrina ideológica específica, o termo é utilizado para amalgamar tudo aquilo que, na visão bolsonarista, representa um risco para os valores "tradicionais" que o movimento afirma defender. Essa estratégia é coerente com o que Laclau (2005) descreve como a lógica da equivalência, na qual o discurso constrói uma cadeia de significantes equivalentes que, mesmo sendo distintos, compartilham um ponto em comum: a oposição ao "comunismo" ou à esquerda. Essa construção retórica foi particularmente evidente durante a campanha presidencial de 2022, onde o bolsonarismo promoveu a ideia de uma "guerra cultural" em que o voto era visto como um ato de defesa contra a suposta ameaça comunista.

Dessa forma, a eleição não era apresentada apenas como uma escolha entre candidatos, mas como uma batalha pela sobrevivência de uma determinada visão de nação, religião e família. A retórica bolsonarista desvia-se de propostas políticas concretas e centra-se na mobilização afetiva e identitária, aproximando-se do que Wodak (2015) chama de "política do medo", em que o discurso populista usa o medo e a insegurança para consolidar uma base fiel e polarizada.

Dando continuidade à análise, observa-se que, durante a campanha presidencial de 2022, o discurso bolsonarista se consolidou por meio de um antagonismo marcante, construído em torno da oposição entre o “povo” e uma série de “inimigos” que, segundo o então candidato Jair Bolsonaro, estariam colocando em risco os valores tradicionais e a própria segurança da nação. Essa estratégia retórica, de forma calculada, buscava criar uma sensação de constante ameaça, projetando uma imagem de Bolsonaro como o único defensor legítimo do “povo brasileiro” contra forças supostamente poderosas e mal-intencionadas.

Tal construção discursiva fortaleceu a ideia de que o poder político legítimo deve emanar diretamente do povo, que, ao agir de forma consciente, poderia assegurar a preservação dos valores nacionais. Como ressaltado no documentário exibido no programa HEGTV em 2022, “o nosso povo hoje tem conhecimento, sabe pelo o que deve lutar. O poder emana do povo se o povo bem escolher os seus representantes” (PODER360, 2022a). Essa fala reflete a estratégia de reforçar a polarização por meio da exaltação do povo como protagonista moral na defesa da nação, ao mesmo tempo em que se atribui aos adversários a responsabilidade pela degradação dos valores e interesses nacionais.

Ao trabalhar com essa divisão, Bolsonaro conseguiu, em seus discursos, gerar uma identificação emocional intensa entre seus apoiadores e a figura do “protetor do povo”, posicionando-se como alguém que não apenas representa a população, mas que também é um combatente direto contra as ameaças à ordem e à tradição. Essa estrutura narrativa leva a uma redefinição do espaço democrático, onde a oposição política passa a ser vista não como parte legítima do jogo democrático, mas como um inimigo a ser derrotado. Nesse cenário, a pluralidade característica da democracia é reduzida, e a retórica bolsonarista ganha força ao incentivar a lealdade incondicional, em nome da preservação de uma unidade nacional em perigo.

Irmãos, têm tantas passagens que falam da Nação, tantas promessas! [Michele recolhe quadro, entrega à assessora e Bolsonaro pede a esta o quadro e o levanta]. E Deus ainda fala mais. Deus ainda fala mais: que quando o justo governa uma nação o povo se alegra [Público ovaciona]; mas quando o injusto governa, o povo geme. E nós cremos que é um momento novo para nossa nação. Eu, como cristã, e muitos

aqui são, estamos na mesma corrente, na mesma aliança de intercessão e oração pelos governantes (PODER360, 2022a).

A narrativa maniqueísta e polarizadora do bolsonarismo, então, ao substituir o debate político pela ideia de uma batalha moral, transforma a arena pública em um campo de guerra entre "o bem" e "o mal". Ao construir essa dinâmica, Bolsonaro efetivamente moldou o cenário político de 2022 em um conflito permanente, ampliando as divisões e sustentando sua figura como guardião dos valores nacionais e do "povo", uma postura que apelou fortemente ao sentimento de insegurança e à busca por ordem entre seu eleitorado.

A corrupção foi abordada como um dos principais símbolos de ameaça moral, sendo tratada como uma marca característica dos governos anteriores e associada diretamente ao lulismo e a seus aliados. Bolsonaro usou o histórico do Mensalão e da Lava Jato para reforçar essa narrativa, explorando a memória coletiva dos grandes escândalos de corrupção dos governos passados. Durante o segundo turno, a campanha intensificou os ataques a Lula, enfatizando que um retorno do PT ao poder significaria o ressurgimento da corrupção. Em uma de suas falas, Bolsonaro declarou: "O povo brasileiro não merece voltar ao tempo em que a corrupção era generalizada e institucionalizada" (Poder 360, 2022). Essa construção discursiva reforçava a ideia de que o bolsonarismo era a única alternativa para um governo honesto e alinhado com os valores morais dos brasileiros.

Outro aspecto central do antagonismo no discurso bolsonarista foi a construção de ameaças ideológicas, amplamente mencionadas ao longo de sua campanha e que foram apresentadas como parte de uma agenda supostamente imposta pela esquerda, que, segundo Bolsonaro, buscava modificar artificialmente a sociedade brasileira, impondo valores "estrangeiros" e contrários à cultura e tradição do país.

Em diversas ocasiões, o candidato associou a defesa da liberdade religiosa e o combate à ideologia de gênero a uma luta contra uma ameaça comunista iminente, sugerindo que, sob um eventual governo petista, o Brasil estaria à mercê dessas forças ideológicas. Como declarou em uma transmissão de rádio e televisão: "Eles querem desconstruir a família e nos impor uma cultura que não pertence ao nosso povo" (PODER360, 2020). No lançamento de sua candidatura, reforçou essa visão ao afirmar:

Esse mesmo cara que, em decreto de 2019, além de querer a desconstrução da heteronormatividade, criou o que se chama ideologia de gênero. [Público vaia, mostram os polegares para baixo]. Com isso, emboscar nossos filhos e netos a partir dos 5 anos de idade dentro da escola, para estimulá-lo ao sexo desde essa idade. Isso não é papel de alguém [Alguém do público: Queima ele!] que quer o bem do seu povo [Alguém do público: Demônio!]. Não teria aqui adjetivo para qualificá-lo nesse momento. [Público reage com manifestações inaudíveis]. Quem sabe num debate caso ele esteja presente (PODER360, 2022a).

Os discursos contribuíram para consolidar sua base de apoio, que via na figura de Bolsonaro um defensor da moralidade, da família e da soberania nacional. Esses três eixos — elites, corrupção e ameaças ideológicas — foram fundamentais para a construção do discurso bolsonarista de “nós contra eles”, em que o “nós” era representado pelo povo honesto e moralmente correto, e o “eles” eram as elites corruptas e os ideólogos de esquerda que ameaçariam a soberania e os valores nacionais. Esse antagonismo se mostrou uma das principais estratégias de mobilização de apoio entre seus eleitores, consolidando a ideia de que o bolsonarismo era não apenas uma alternativa política, mas um movimento de “salvação” do Brasil frente a ameaças múltiplas e interligadas.

A partir dessa análise, é evidente que o bolsonarismo articula uma construção complexa de identidade política ao definir o comunismo como seu inimigo. Essa configuração discursiva revela que o verdadeiro objetivo do bolsonarismo não era apenas vencer a eleição de 2022, mas constituir uma visão de mundo hegemônica e intransigente, mobilizando simbolicamente o "comunismo" como uma ameaça existencial.

A campanha presidencial de 2022 deixou claro que os limites de respeito e de regras compartilhadas foram ultrapassados, com discursos cada vez mais radicais que buscavam mobilizar um eleitorado fiel e ideologicamente alinhado. Nas redes sociais e nas manifestações públicas, a polarização se intensificou a ponto de desconsiderar as normas democráticas tradicionais. O antagonismo extrapolou as campanhas e penetrou no tecido social, incentivando conflitos e separações radicais na sociedade brasileira.

A ideia de um “campo comum”, em que o debate pudesse ocorrer, respeitando-se as regras democráticas, foi, portanto, substituída por uma guerra simbólica e discursiva. Nesse cenário, o que poderia ter sido uma competição democrática agonística, onde lulismo e bolsonarismo se reconhecem como

adversários dentro de um sistema pluralista, se transformou em um embate onde a eliminação do “outro” foi um objetivo, mesmo que de forma indireta. O discurso inflamado de ambas as partes, ao invés de promover uma visão de futuro inclusiva, reforçou divisões ao criar identidades de “nós contra eles”, inviabilizando a convivência saudável entre os opostos.

Esse antagonismo criou identidades políticas fixas e polarizadas, dificultando a possibilidade de negociação e diálogo. Com cada lado vendo o outro como uma ameaça, os espaços de mediação e entendimento se reduziram. Esse tipo de discurso consolidou o antipetismo e o anticomunismo no bolsonarismo, e, por outro lado, reforçou a visão do bolsonarismo como uma ameaça autoritária no lulismo. Como resultado, o país se dividiu em blocos rígidos, sem a flexibilidade de reconhecimento de diferenças e da diversidade de perspectivas que caracteriza uma democracia pluralista.

6.9 Considerações parciais

Este capítulo procurou delinear e refletir sobre os discursos lulista e bolsonarista na construção do “povo” e do “outro” antagônico, no contexto das eleições de 2022. As eleições de 2022 marcaram uma continuidade de algumas demandas presentes no pleito de 2018, bem como uma reconfiguração de temas que continuam ressoando na sociedade brasileira. Os discursos lulista e bolsonarista, ao longo de seus elementos de inclusão, moralidade, nacionalismo e oposição, reiteraram algumas frentes, refletindo dinâmicas que estavam presentes em eleições anteriores e que, de forma acentuada, reforçaram-se na recente campanha.

Na campanha presidencial de 2022, tanto o bolsonarismo quanto o lulismo articularam uma concepção do “povo” como um elemento central de suas respectivas narrativas, mas o fizeram com diferenças significativas em termos de enfoque, valores e grupos que consideravam representativos dessa identidade.

Para o bolsonarismo, o “povo” foi construído como uma entidade moralmente pura e patriótica, representando os valores da família, da religião e do trabalho duro, os quais estariam sob ameaça de uma elite política e cultural “corrupta” e “ideológica”. Bolsonaro frequentemente utilizou a ideia de um “povo

cristão" que precisava se defender contra a suposta ameaça do "comunismo" e da "ideologia de gênero", conceitos que eram apresentados como antitéticos aos valores defendidos pela maioria da população. Em sua propaganda eleitoral, Bolsonaro referiu-se ao "povo de bem" como aqueles que "trabalham, são tementes a Deus e querem proteger a família brasileira" (PODER360, 2022a). Esse conceito excluía de forma implícita os segmentos que não se alinhavam com esses valores, posicionando o bolsonarismo como uma defesa dos "verdadeiros brasileiros".

Por outro lado, o lulismo construiu uma visão do "povo" mais inclusiva e pluralista, enfatizando a diversidade social e econômica do Brasil. A campanha de Lula focou em temas como a inclusão de minorias, a valorização da classe trabalhadora e a luta contra a desigualdade social. Em um de seus discursos de campanha, Lula declarou que "o povo brasileiro é aquele que trabalha, estuda e luta por dias melhores, sem distinção de raça, religião ou orientação" (PODER360, 2022a). Assim, o lulismo buscava associar o "povo" a uma ampla coalizão de setores marginalizados e trabalhadores, promovendo uma ideia de união e diversidade que contrastava com a homogeneidade moral proposta pelo bolsonarismo.

Essas diferenças também se refletiram nas estratégias de campanha e nos programas defendidos. Enquanto Bolsonaro enfatizava políticas de segurança e defesa dos valores "tradicionais", apresentando seu governo como um "baluarte contra a corrupção e o comunismo", Lula focava na reconstrução de políticas sociais e no combate à fome e à pobreza, falando diretamente aos setores vulneráveis da sociedade, especialmente aqueles afetados pela crise econômica. Em um de seus programas de rádio e TV, Lula afirmou: "O nosso governo será para todos os brasileiros, mas sobretudo para aqueles que mais precisam, para quem foi deixado para trás" (PODER360, 2022a).

Os auxílios sociais foram apresentados como parte de uma política de longo prazo e estruturada, que historicamente contribuiu para a redução da pobreza e a inclusão social. Nesse sentido, o auxílio emergencial ou o Bolsa Família não eram apenas uma medida paliativa, mas um instrumento fundamental de transformação social. Assim, para Lula, o "auxílio" era um significativo ligado à justiça social, dignidade e cidadania.

Bolsonaro buscou ressignificar o "auxílio" ao associá-lo a uma resposta emergencial eficaz diante da crise econômica causada pela pandemia, incorporando-o ao Auxílio Brasil como símbolo de cuidado com os mais vulneráveis. Nesse contexto, o auxílio emergencial de R\$600,00 foi projetado como um ato de proteção e responsabilidade por parte do governo, reforçando a imagem de Bolsonaro como defensor dos interesses imediatos do "povo".

Ambos os projetos políticos disputaram o mesmo significante — o auxílio social — buscando atribuir a ele significados distintos que refletissem seus próprios valores e projetos de sociedade. Essa disputa simbolizou, no nível discursivo, uma competição pela definição de quem seria o verdadeiro representante do "povo" e do combate à vulnerabilidade social. Para Laclau, a hegemonia política é construída justamente por meio da capacidade de um projeto discursivo de dominar e estabilizar o significado de um significante vazio central — nesse caso, o auxílio social como símbolo de proteção e bem-estar.

Em suma, os auxílios sociais durante as eleições de 2022 configuraram-se como significantes vazios em disputa, mobilizados por ambas as campanhas como símbolos fundamentais na narrativa política de cuidado e inclusão do "povo". Lula tentou enquadrá-los como parte de um legado histórico de transformação social, enquanto Bolsonaro os apresentou como uma resposta eficaz e necessária diante da crise.

As construções distintas do "povo" refletem visões de mundo profundamente divergentes. O bolsonarismo propôs uma identidade monolítica e hierárquica, enquanto o lulismo adotou uma noção de pluralidade que buscava abarcar uma multiplicidade de identidades e condições sociais. Em síntese, enquanto o bolsonarismo promovia uma visão do "povo" enraizada em valores conservadores e excludentes, o lulismo se baseava em um conceito de povo amplamente inclusivo, com foco em justiça social e diversidade.

O lulismo, ao centrar-se na inclusão e solidariedade social, consolidou a ideia de um "povo" que transcende divisões regionais e sociais, reivindicando cidadania e direitos sociais. Em seu discurso, há uma continuidade na oposição entre o povo e as elites, representadas como distantes e alheias aos desafios da população. Essa construção do "povo" apresenta a solidariedade social e a defesa dos direitos básicos como pilares fundamentais de cidadania, sugerindo

uma ruptura com as políticas elitistas e excludentes, e destacando a necessidade de uma retomada dos direitos, principalmente no campo econômico e social.

Em contrapartida, o bolsonarismo firmou-se em torno de narrativas de moralidade, patriotismo e segurança pública, pautas que atraíram novamente um eleitorado que valoriza a tradição e a preservação de um nacionalismo conservador. Ao posicionar-se contra elites políticas, midiáticas e intelectuais, o discurso bolsonarista fortaleceu a noção de um povo que se protege contra ameaças à moralidade e à segurança, legitimando um sentimento de urgência frente a desafios sociais, como a violência urbana e a criminalidade, além da defesa de valores morais, que mobilizaram grande parte de seus apoiadores.

Ambos os discursos também utilizaram o conceito de “segurança”, “liberdade” e “democracia” como significantes flutuantes, buscando ampliar seu apelo para diferentes segmentos da população. Esses termos foram empregados de formas distintas, mas ambos com a intenção de criar uma identidade com o eleitorado: o lulismo com foco na liberdade associada à emancipação social e ao exercício dos direitos, enquanto o bolsonarismo direcionou essas palavras ao sentido de proteção contra ameaças percebidas ao “povo de bem”.

A análise comparativa dos pleitos de 2018 e 2022 revela que corrupção, economia, religiosidade, moralidade, nacionalismo, soberania e patriotismo permaneceram no núcleo das disputas eleitorais, embora tenham sido reorganizados conforme as demandas de cada projeto político. Em 2018, a corrupção figurou como eixo mobilizador decisivo; em 2022, reapareceu como objeto de crítica mútua, sinalizando que o antagonismo simbólico entre “povo” e “outro” continuou a funcionar como mecanismo eficaz de mobilização. No entanto, o ciclo de 2022 alargou o debate público, incorporando temas como meio ambiente, pandemia, desigualdade socioeconômica, ideologia de gênero e agronegócio — indicativo de mudanças nas prioridades e inquietações do eleitorado.

A questão ambiental emergiu como um dos pontos centrais nas eleições de 2022, especialmente diante das preocupações com o aumento do desmatamento na Amazônia, a crise climática e a imagem do Brasil perante a comunidade internacional. A crítica ao governo Bolsonaro quanto ao desmatamento e à gestão ambiental foi intensificada por candidatos de

oposição, que apontavam o desmonte de políticas ambientais e a necessidade de frear o avanço de queimadas e atividades ilegais em biomas sensíveis. Já a campanha de Bolsonaro, embora tenha buscado amenizar a visão negativa em relação à preservação ambiental, focou no desenvolvimento econômico e no papel do agronegócio, argumentando que o setor precisava de menor interferência para impulsionar a economia.

A pandemia de covid-19 e a gestão de sua crise se destacaram como temas impactantes, sendo debatidos tanto em termos de saúde pública quanto de política. Durante o governo Bolsonaro, a postura adotada frente à pandemia foi bastante criticada, com ênfase na desconfiança quanto à eficácia das vacinas e no atraso na sua aquisição, o que polarizou o eleitorado. Esse tema foi explorado pela oposição como símbolo de uma gestão falha em saúde pública. Já Bolsonaro e seus aliados, em defesa, reforçaram a narrativa de liberdade individual contra restrições sanitárias e medidas como o passaporte vacinal, apelando para uma base de apoio que valorizava essa abordagem.

A economia, com foco no desemprego e nos auxílios sociais, foi um tema central nas eleições de 2022, especialmente devido ao aumento da vulnerabilidade social após a pandemia. Um ponto de disputa intensa foi o valor do auxílio emergencial de R\$600, que, inicialmente, havia sido adotado para mitigar o impacto econômico da COVID-19 e depois se tornou um eixo estratégico da campanha de Bolsonaro. Ele buscou assegurar a continuidade dos pagamentos no valor de R\$600 através do Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família, e enfatizou a ampliação temporária desse valor na tentativa de consolidar apoio popular. A oposição, com Lula como principal representante, defendia a retomada do Bolsa Família com características mais abrangentes e permanentes, criticando o Auxílio Brasil como uma medida eleitoreira que carecia de estrutura e sustentabilidade a longo prazo.

Questões jurídicas e escândalos pessoais também entraram no debate. A anulação das condenações de Lula pelo STF permitiu que ele voltasse à disputa eleitoral, o que gerou discussões sobre sua inocência e os processos pelos quais passou. Enquanto Lula tentava consolidar sua imagem como líder injustiçado e defensor dos mais pobres, a oposição insistia em questionar a integridade de sua candidatura. Simultaneamente, denúncias envolvendo imóveis adquiridos

pela família Bolsonaro alimentaram críticas sobre possível enriquecimento ilícito e falta de transparência, tornando-se um ponto de fragilidade na sua campanha.

A desigualdade social, incluindo a situação das mulheres, ganhou espaço significativo no discurso político de 2022. Questões sobre a diferença salarial, violência de gênero e representação política das mulheres foram exploradas de forma mais incisiva, com candidatas e apoiadoras de Lula defendendo a ampliação de políticas públicas que promovessem equidade de gênero. Bolsonaro, por outro lado, procurou atrair o público feminino reforçando valores de proteção à família e à segurança pública, visando aproximar-se de um segmento do eleitorado feminino tradicionalmente conservador.

Temas culturais e identitários, como a chamada “ideologia de gênero” e o “comunismo”, foram amplamente utilizados pelo bolsonarismo para mobilizar eleitores conservadores. A ideia de uma “ideologia de gênero” imposta nas escolas e a retórica contra o “perigo comunista” serviram para consolidar o apoio entre setores religiosos e mais tradicionais. Essas questões foram frequentemente associadas ao lulismo e à esquerda, com a narrativa de que representariam uma ameaça aos valores morais e à estrutura familiar tradicional. Em contraponto, a oposição buscou desmistificar esses temas, apontando o uso de tais pautas como estratégias de manipulação e distração dos problemas reais do país.

O agronegócio também foi uma pauta de destaque, em especial pela relevância econômica desse setor para o Brasil e seu papel no desmatamento e nas questões ambientais. Bolsonaro defendeu com veemência o setor, argumentando que o agronegócio era essencial para o crescimento econômico e para a segurança alimentar. Lula, por sua vez, propôs uma abordagem que conciliava o desenvolvimento do agronegócio com práticas ambientalmente sustentáveis, comprometendo-se a atrair apoio internacional para preservar o meio ambiente sem renunciar ao potencial econômico desse setor.

Um dos eixos centrais foi a comparação de governos, em que tanto Lula quanto Bolsonaro tentaram convencer os eleitores sobre a superioridade de suas gestões. Lula reforçou conquistas econômicas e sociais obtidas durante seu governo, destacando a redução da pobreza e o crescimento econômico, enquanto Bolsonaro defendeu seus feitos na infraestrutura e no apoio ao agronegócio, além das ações para reduzir o impacto econômico da pandemia.

Essa comparação mobilizou lembranças e expectativas, criando um terreno de disputa entre a memória de uma economia mais forte na era Lula e o discurso bolsonarista de manutenção dos valores conservadores e de resistência às pressões internacionais.

Em 2022, o cenário eleitoral brasileiro refletiu uma multiplicidade de temas que espelhavam tanto a continuidade quanto a renovação das principais preocupações da sociedade. Questões como meio ambiente, pandemia, desigualdade, agronegócio e segurança pública foram centrais na construção das narrativas eleitorais e na formação da identidade do “povo” que cada candidato buscava representar. Essa campanha revelou um panorama marcado por fraturas discursivas, em que diferentes demandas foram articuladas e mobilizadas para consolidar posições e fortalecer identidades políticas, permitindo o ressurgimento de hegemonias discursivas em disputa.

Verifica-se, portanto, que o quadro que marcou as eleições de 2022 mostra a maneira como lulismo e bolsonarismo mobilizaram identidades opostas, moldando o “povo” ora em torno da solidariedade social e da inclusão, ora em defesa de moralidade, patriotismo e segurança. Embora ambos tenham preservado significantes centrais, corrupção, economia, soberania, liberdade e segurança, cada campo atribuiu-lhes sentidos distintos, renovando o antagonismo “nós versus eles” e convertendo temas tradicionais em instrumentos de disputa simbólica. A ampliação da agenda em 2022, com ênfase em meio ambiente, pandemia, desigualdade, gênero e agronegócio, revelou tanto a capacidade de adaptação discursiva dos candidatos quanto o aprofundamento das fraturas sociais que os sustentam. Assim, o jogo político recente configura-se como permanente embate por hegemonia narrativa, em que resistências institucionais e demandas emergentes reorientam controvérsias antigas, mantendo o eleitorado em contínuo processo de polarização e redefinindo os contornos da democracia brasileira.

7. Considerações finais

Nas considerações finais desta tese, enfatizamos os elementos fundamentais que orientaram o desenvolvimento de nossa investigação, revisitando o problema de pesquisa, os objetivos delineados e a hipótese central que sustentou nossas análises. A partir do conjunto de evidências empíricas e teóricas reunidas, apresentamos uma abordagem sistemática para elucidar como o conceito de "povo" se posiciona como uma questão central nos discursos políticos contemporâneos no Brasil.

As análises realizadas demonstraram de forma consistente como essa categoria foi articulada, ressignificada e mobilizada em diferentes contextos, especialmente nos cenários políticos caracterizados pelo lulismo e pelo bolsonarismo, com destaque para os processos eleitorais de 2018 e 2022. Esse movimento mostrou o papel estruturante do conceito de "povo" na configuração de dinâmicas políticas antagônicas, revelando sua utilização estratégica tanto na construção de identidades políticas quanto na mobilização de diversos segmentos sociais. Com isso, procuramos avançar na compreensão do "povo" como uma categoria operativa e discursiva que desempenha um papel central no contexto das disputas de poder que caracterizam o cenário político brasileiro contemporâneo.

Nos últimos anos, tem-se observado como o cenário político brasileiro foi moldado por dois movimentos distintos, mas impactantes: o lulismo e o bolsonarismo. Esses movimentos, liderados por figuras emblemáticas como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Jair Bolsonaro, possuem raízes profundas na conexão direta com o "povo" e nas aspirações populares. Ao analisar as eleições presidenciais de 2018 e 2022, percebo uma oportunidade de compreender como esses movimentos construíram e mobilizaram seus discursos em torno da categoria de "povo". Para isso, utilizo a lente teórica do populismo, conforme proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, para interpretar esse fenômeno e suas implicações.

Ao longo das décadas recentes, observa-se que o panorama político brasileiro sofreu transformações substantivas, impulsionado por correntes que convergem em um traço comum: o vínculo estreito com as camadas populares, com o povo. Ao acompanhar os pleitos eleitorais que se sucederam, percebi o

surgimento de dois movimentos principais, o lulismo e o bolsonarismo, que se manifestaram de formas distintas em diferentes setores da sociedade. Entender esses acontecimentos políticos complexos exige de mim uma análise mais aprofundada, tanto empírica quanto teórica, para compreender suas particularidades.

Foi possível vivenciar a ascensão do lulismo a partir de 2002 como um período repleto de expectativa e transformação para milhões de brasileiros. Lula, com sua história de origem simples, mostrou como um discurso fundamentado na identificação com as camadas mais desfavorecidas pode despertar aspirações populares de maneira intensa. Reconhece-se que sua afirmação como uma liderança de destaque ocorreu, principalmente, durante seu segundo mandato, em 2006. Já em 2018, foi possível presenciar o surgimento de Jair Bolsonaro como um candidato *outsider*. Ele conseguiu canalizar a insatisfação generalizada com a corrupção, a criminalidade e o sistema político tradicional. Sua comunicação franca e, por vezes, controversa, evidenciou para mim como esses aspectos podem reverberar em diversos segmentos da sociedade, levando-o à Presidência.

Esta tese buscou, portanto, aprofundar a compreensão da dinâmica política contemporânea no Brasil, examinando de que modo o lulismo e o bolsonarismo empregam o discurso em nome do “povo” como instrumento central de mobilização política. Ademais, a análise desses movimentos, fundamentada na teoria do populismo desenvolvida por Laclau e Mouffe, oferece contribuições relevantes para o entendimento das interações complexas entre liderança carismática, retórica populista e a construção da identidade política. Esses aspectos são detalhados ao longo dos capítulos que estruturam este trabalho, com o objetivo de elucidar os fundamentos teóricos e empíricos que orientaram sua elaboração.

No decorrer da tese, foi analisada e codificada uma ampla gama de antagonismos e significantes que estruturaram os discursos políticos no Brasil contemporâneo. Utilizando o *software* NVivo 15 para organizar e categorizar os dados, examinamos temas como amor e ódio, antipetismo, antissistema, pobreza e riqueza, corrupção, desigualdades, fome, educação, cultura, saúde, democracia, liberdade, patriotismo, sustentabilidade, inserção internacional, família, religião e valores. Esses elementos significantes foram cruciais na

construção das narrativas que definiram as concepções de "povo" tanto no lulismo quanto no bolsonarismo, particularmente durante os processos eleitorais de 2018 e 2022. Ao interpretar esses significantes em seus respectivos contextos, apresentou-se como cada campo político configurou a ideia de "povo" e mobilizou tais narrativas para disputar espaço na arena pública. Essas reflexões nos permitem introduzir as considerações finais, nas quais sintetizamos as principais contribuições de nossa investigação para o entendimento do embate político que caracteriza o cenário brasileiro atual.

Ao longo do estudo, verificou-se que o lulismo, conforme enfatizado por Miguel (2019) e Singer (2012), constitui um fenômeno político singular, caracterizado por uma estratégia de equilíbrio entre a promoção de políticas redistributivas e a manutenção dos interesses de segmentos privilegiados da sociedade. Esse movimento, descrito por Singer como um "reformismo fraco", implica uma abordagem gradualista na implementação de reformas sociais e econômicas. Essa dinâmica reflete uma tentativa de avançar na redução das desigualdades sem romper completamente com a estrutura tradicional de poder. Compreendemos que o "reformismo fraco" não representa mera postergação ou omissão frente às demandas sociais, mas sim uma estratégia pragmática de gestão das tensões e dos conflitos inerentes à sociedade brasileira.

Paralelamente, foi analisado o discurso político de Bolsonaro, cuja retórica populista, nacionalista e *antiestablishment* se consolidou como uma identidade antagônica ao lulismo. Identificou-se que a construção dessa identidade se deu a partir de uma narrativa fortemente polarizadora, que não apenas enfatizou o contraste com as políticas de seus adversários, mas também promoveu uma visão de mundo centrada na afirmação de valores conservadores e na identificação de inimigos políticos. O discurso de Bolsonaro obteve adesão não apenas entre setores tradicionalmente ligados à direita, mas também junto a parcelas significativas das classes populares, fomentando o crescimento e a consolidação de uma nova direita no país.

Em suma, ao refletir sobre os dados levantados, reafirma-se que a disputa pelo conceito de "povo" não se limita a uma questão retórica ou simbólica, mas constitui uma arena central de luta política. O lulismo, com seu reformismo moderado, busca manter um equilíbrio delicado entre a inclusão social e a preservação de interesses estabelecidos. Por outro lado, o bolsonarismo, ao

adotar uma linguagem beligerante e uma postura de confronto direto, reconfigura as relações entre as elites e as massas, construindo uma nova formação ideológica que apela à polarização como estratégia política.

No caso do lulismo, seu reformismo moderado reflete uma abordagem mais próxima do agonismo, que, segundo Mouffe, busca reconhecer e canalizar os conflitos políticos dentro de um quadro democrático. O lulismo tenta equilibrar inclusão social e interesses estabelecidos, promovendo mudanças estruturais sem romper totalmente com as bases institucionais. Essa postura demonstra uma tentativa de transformar antagonismos (conflitos irreconciliáveis entre "amigos" e "inimigos") em formas agonísticas de disputa (entre adversários que reconhecem a legitimidade mútua dentro de uma democracia pluralista).

Por outro lado, o bolsonarismo se alinha mais com o antagonismo, ao adotar uma postura de confronto que polariza a sociedade em termos binários, muitas vezes apresentando a elite tradicional e outros grupos como inimigos existenciais. Essa estratégia de polarização e mobilização direta das massas redefine as relações entre as elites e o "povo" sob uma lógica excludente, que, no populismo de direita, se estrutura frequentemente com base no medo, na exclusão e na rejeição de diferenças fundamentais.

Assim, o lulismo e o bolsonarismo não apenas exemplificam formas distintas de mobilização política, mas também ilustram a diferença fundamental entre as estratégias de populismo de esquerda (agonismo) e populismo de direita (antagonismo), conforme proposto por Mouffe. Enquanto o primeiro tenta construir um "povo" pluralista e inclusivo, o segundo o faz de maneira divisiva e excludente.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a construção discursiva do "povo" em dois momentos históricos marcantes: as eleições presidenciais de 2018 e 2022. Para isso, foi realizado um mapeamento da produção acadêmica sobre o tema, aprofundamos a teoria do discurso e as abordagens teóricas sobre populismo, e investigamos a conjuntura política de ambos os períodos eleitorais. O mapeamento teórico está detalhado no primeiro capítulo, onde se discutiram aspectos centrais da teoria do discurso e do populismo, enquanto os capítulos empíricos se dedicam à análise dos discursos realizados durante as campanhas eleitorais.

Nas eleições de 2018, o lulismo concentrou-se em resgatar as contribuições de seus governos entre 2003 e 2010, defendendo também o período Dilma, enquanto em 2022 o foco esteve nas melhorias alcançadas pelos dois primeiros governos de Lula, especialmente em termos de emprego e qualidade de vida do povo. Já o bolsonarismo, em 2018, adotou um discurso de *outsider* político, marcado por um conservadorismo moral, uma retórica anticorrupção e um tom salvacionista. Em 2022, a estratégia discursiva mudou, buscando apresentar um sucesso econômico e um patriotismo assertivo, além de prometer a continuidade de programas de auxílio social. A análise comparativa entre os discursos do lulismo e do bolsonarismo evidencia as diferentes formas de construção do "povo", refletindo não apenas as mudanças de estratégias políticas, mas também as dinâmicas sociais e econômicas que moldaram o contexto de cada eleição.

A hipótese central desta tese sugere que o lulismo se caracteriza como um tipo de populismo democrático, com uma abordagem mais inclusiva e pluralista de "povo". Em contrapartida, o bolsonarismo apresenta uma construção mais excludente e antidemocrática, baseada em uma concepção restritiva e polarizadora, que identifica seu "povo" em oposição a inimigos claramente delineados, frequentemente fundamentados em diferenças culturais e ideológicas. Essa hipótese foi corroborada ao longo da análise, revelando diferenças significativas na maneira como essas duas vertentes políticas estruturam suas identidades coletivas e definem seus adversários.

No caso do bolsonarismo, o "povo" foi construído como uma entidade moralmente pura e patriótica, representando valores tradicionais como família, religião e trabalho duro. Esses valores foram apresentados como estando sob constante ameaça de uma elite política e cultural descrita como "corrupta" e "ideológica". Essa narrativa foi reforçada por um discurso polarizador, que dividia a sociedade entre os "cidadãos de bem" e os seus supostos inimigos, frequentemente representados por movimentos progressistas e setores da oposição.

Nas eleições de 2018, o ponto nodal contrastado pelo bolsonarismo foi o conceito de "corrupção", amplamente associado aos governos anteriores, especialmente ao PT. Esse ponto nodal foi fundamental para a construção do discurso bolsonarista, pois organizou uma cadeia de equivalências que vinculava

corrupção a um conjunto de outros significantes, como "ineficiência do Estado," "esquemas de poder," e "ameaça às tradições e valores nacionais."

No contexto das eleições de 2018, marcadas pela ausência de Lula como candidato devido à sua prisão, o lulismo, representado por Fernando Haddad, utilizou o ponto nodal da democracia para contrastar um projeto progressista, inclusivo e pluralista com a narrativa bolsonarista, que enfatizava segurança, ordem e uma crítica generalizada ao sistema político. Essa construção buscou mobilizar eleitores em defesa de valores democráticos e sociais, posicionando o lulismo como um baluarte contra o autoritarismo e as desigualdades.

Ao articular o combate à corrupção como o eixo central de sua campanha, Bolsonaro consolidou sua imagem como um outsider da política tradicional, mesmo após décadas como deputado federal. Essa narrativa foi reforçada pelo contexto da Operação Lava Jato, que havia exposto escândalos de corrupção envolvendo figuras proeminentes da política brasileira, incluindo líderes do PT. No discurso bolsonarista, a corrupção era não apenas um problema administrativo, mas também um símbolo de tudo que estava "errado" na política brasileira, incluindo práticas consideradas antidemocráticas, populistas ou contrárias à moralidade pública.

Além disso, o bolsonarismo contrastou a corrupção com valores como "moralidade," "ordem," e "patriotismo assertivo," vinculando essas ideias à defesa de um governo conservador e supostamente incorruptível. Essa estratégia mobilizou setores da sociedade insatisfeitos com o sistema político, conectando temas como segurança pública, economia e costumes à promessa de uma ruptura com a "velha política." Dessa forma, o ponto nodal da corrupção, em contraste com os significantes associados ao PT e a outros partidos do *establishment*, permitiu ao bolsonarismo articular uma narrativa que combinava indignação moral, apelos conservadores e uma promessa de renovação política e social.

Nas eleições de 2022, o ponto nodal contrastado pelo bolsonarismo foi o conceito de "liberdade", articulado principalmente em oposição a um suposto avanço do "autoritarismo" representado por Lula, o PT e outros atores políticos e institucionais. Esse ponto nodal foi central para a campanha bolsonarista, sendo mobilizado em diversas esferas, como a liberdade econômica, a liberdade

de expressão e, especialmente, a liberdade individual frente a medidas estatais, como as relacionadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19.

O discurso bolsonarista explorou a insatisfação gerada pelas políticas de isolamento social, vacinação obrigatória e restrições econômicas impostas durante a pandemia, as quais foram associadas a uma violação das liberdades pessoais. Esse contraste entre "liberdade" e "controle estatal" foi ampliado para abranger uma crítica mais ampla às políticas progressistas, apresentando-as como uma ameaça aos valores conservadores e aos direitos individuais. Nesse sentido, a ideia de liberdade foi vinculada a significantes como "autonomia," "soberania," e "resistência à imposição ideológica," contrastando com termos como "censura," "globalismo," e "doutrinação." A liberdade foi reforçada em temas como na economia em que defendeu a redução da interferência estatal e enfatizou a necessidade de manter uma política de austeridade e de apoio ao agronegócio. Na questão religiosa apresentou uma suposta liberdade religiosa e a defesa de valores cristãos em oposição às agendas progressistas de inclusão social, apontadas como ameaças às tradições e a família. No aspecto da política internacional também se apresentou como defensor da soberania nacional em relação a organismos multilaterais ou alianças globais que poderiam no seu entender comprometer os interesses do país, seguindo a receita de uma direita internacional.

O ponto nodal da liberdade foi utilizado, portanto, para criar uma polarização explícita entre um governo que dizia respeitar os direitos dos indivíduos e os valores tradicionais e uma oposição retratada como autoritária, ideológica e disposta a "submeter" o povo a agendas globalistas e controladoras. Essa estratégia discursiva reafirmou o apelo emocional e identitário do bolsonarismo, buscando consolidar sua base de apoio entre eleitores conservadores, liberais e grupos descontentes com as medidas do período pandêmico.

Por outro lado, o lulismo adotou uma visão do "povo" mais inclusiva e pluralista, enfatizando a diversidade social e econômica do Brasil. A campanha de Lula destacou temas como a inclusão de minorias, a valorização da classe trabalhadora e a luta contra a desigualdade social. Em um de seus discursos de campanha, Lula declarou: "O povo brasileiro é aquele que trabalha, estuda e luta por dias melhores, sem distinção de raça, religião ou orientação". Essa

perspectiva buscou construir uma identidade coletiva ampla, que unisse diferentes grupos sociais em torno de um projeto político baseado na solidariedade e na justiça social.

Nas eleições de 2018, o ponto nodal contrastado pelo lulismo foi o conceito de "democracia", articulado como resposta às consequências do impeachment de Dilma Rousseff em 2016, à prisão de Lula em abril de 2018 e à ascensão de forças políticas conservadoras e autoritárias. O lulismo construiu sua narrativa em torno da ideia de que a democracia brasileira estava sob ataque, associando esse enfraquecimento ao avanço de elites econômicas e políticas interessadas em dismantelar conquistas sociais obtidas nos governos do PT.

A articulação de cadeias e de significantes em torno da democracia, codificações como Justiça Social foram vinculadas às instituições democráticas associadas a necessidade de continuidade de políticas públicas que promovam a igualdade e a inclusão, como os auxílios Bolsa Família e as políticas de valorização do salário-mínimo. Outro aspecto reforçado foi a soberania popular e as ameaças de que seriam ignoradas a vontade popular expressa nas urnas. No contexto da afirmação do significante democracia, a luta contra o autoritarismo, em especialmente contrastado com o discurso do Bolsonaro, associado a uma figura autoritária e com apoio de setores militares e conservadores. Os direitos trabalhistas e sociais, também foram destaques a Reforma Trabalhista de 2017, aprovada durante o governo de Michel Temer, foi apresentada como um exemplo de retrocesso promovido por forças que se opunham aos interesses da classe trabalhadora e da democracia.

Já nas eleições de 2022, o ponto nodal contrastado pelo lulismo foi a "reconstrução nacional", articulada em oposição ao governo de Jair Bolsonaro, que foi associado a retrocessos democráticos, sociais e econômicos. Esse ponto nodal emergiu em um contexto marcado por uma série de crises que afetaram profundamente o país, incluindo a pandemia de COVID-19, o aumento da desigualdade social, a inflação elevada, o desmonte de políticas públicas e acusações de ataques às instituições democráticas. A "reconstrução nacional" funcionou como âncora discursiva ao articular uma visão de futuro que contrastava com o cenário de crise e instabilidade associado ao governo Bolsonaro. Essa narrativa buscou mobilizar eleitores em torno de um projeto

político que prometia restaurar a dignidade social, a democracia e o desenvolvimento, reposicionando o lulismo como uma força de esperança e mudança para o Brasil.

A comparação entre os discursos lulista e bolsonarista evidencia contrastes profundos na construção do "povo". Enquanto o bolsonarismo se fundamenta em uma concepção excludente e binária, que reforça divisões e antagonismos, o lulismo apresenta uma abordagem que privilegia a inclusão e a diversidade, promovendo um projeto político mais democrático e abrangente. Essas distinções refletem não apenas as estratégias eleitorais, mas também as visões de mundo subjacentes a cada projeto político, que moldaram suas campanhas e a forma como dialogaram com o eleitorado brasileiro.

Portanto, a resposta à pergunta de pesquisa sugere que a construção do "povo" no discurso político contemporâneo opera por meio de um antagonismo estrutural e de uma hegemonia discursiva que se reconfigura de acordo com o contexto histórico e social. As campanhas de 2018 e 2022 evidenciam que o "povo" é sempre uma construção em aberto, sujeita a transformações que refletem as tensões, os valores e as demandas de uma sociedade em constante evolução.

Com isso, conclui-se que compreender a dinâmica de construção do "povo" nos discursos políticos é essencial para analisar o cenário político contemporâneo. Essa compreensão não apenas contribui para o campo acadêmico, mas também oferece subsídios para o debate público e para a formulação de estratégias políticas mais conscientes e democráticas.

A análise da construção do "povo" nos discursos eleitorais de Lula e Bolsonaro confirma a hipótese, ao evidenciar como cada candidato organizou suas cadeias de equivalência para reunir demandas diversas em torno de significantes centrais. A campanha lulista articulou a ideia de um "povo" baseado na inclusão social, na justiça econômica e na cidadania, posicionando-se como uma luta contra a exclusão histórica imposta por elites políticas e econômicas. Esse discurso mobilizou eleitores em torno de valores como a igualdade, a justiça e os direitos sociais, estabelecendo o "outro" como uma elite que se opõe ao bem-estar popular. Essa construção simbólica foi essencial para integrar diferentes setores da sociedade que compartilham experiências de desigualdade

e exclusão, apresentando o “povo” como protagonista de uma transformação coletiva.

Por outro lado, o discurso de Bolsonaro estruturou-se em torno de uma concepção distinta de “povo”, enfatizando valores como ordem, segurança e moralidade tradicional. Nesse contexto, o “povo” foi definido pela identificação com uma maioria silenciosa que busca resgatar princípios conservadores e a autoridade do Estado diante de uma suposta ameaça representada por movimentos progressistas, esquerdistas e globalistas. A oposição foi claramente delineada contra um “outro” descrito como corrupto, ideológico e contrário às tradições nacionais, o que reforçou uma narrativa polarizadora.

Ambas as campanhas, tanto 2018 como 2022, ao mobilizarem seus respectivos significantes centrais, buscaram criar laços emocionais e identitários que transcendiam interesses puramente materiais. No caso de Lula, a promessa de justiça social foi articulada como parte de um projeto inclusivo de reconstrução nacional, capaz de abarcar tanto demandas históricas quanto urgências contemporâneas. Para Bolsonaro, a narrativa de um “povo ameaçado” foi mobilizada para legitimar um projeto de resistência às mudanças culturais e institucionais que, em sua perspectiva, comprometem os valores tradicionais e a soberania nacional.

Dessa forma, os discursos revelam as estratégias retóricas dos candidatos e as disputas simbólicas em torno do conceito de “povo” na política brasileira contemporânea. Enquanto Lula buscou unir demandas diversas em torno de um horizonte de inclusão e progresso social, Bolsonaro procurou consolidar uma base coesa por meio de apelos à identidade nacional e à defesa de valores conservadores. Essas construções discursivas refletem, portanto, visões divergentes sobre o papel do Estado, os desafios da democracia e as possibilidades de articulação entre diferentes segmentos da sociedade.

Nas considerações finais desta análise, reconhece-se que o processo político iniciado nas eleições de 2018 e que teve continuidade em 2022 apresenta um caráter dinâmico e fluido, evidenciando que os resultados interpretativos aqui apresentados não se encerram em si mesmos. Pelo contrário, percebo que esses processos políticos são marcados por transformações constantes, influenciados por fatores econômicos, sociais e culturais que escapam a uma delimitação definitiva. Assim como os discursos

analisados apontam para a coexistência de múltiplas narrativas e disputas simbólicas, entendo que o campo político continua sendo um espaço de novos embates e reconfigurações, que podem desafiar as conclusões atuais.

Portanto, consideram-se os resultados desta pesquisa um ponto de partida para reflexões mais amplas e futuras investigações. As mudanças no cenário político brasileiro, as transformações na relação entre eleitores e lideranças, e a contínua construção do “povo” como conceito político são, a meu ver, temas que demandam atenção renovada. Reafirma-se, assim, que o tema permanece inacabado e aberto à revisitação, o que permite que novos estudos aprofundem ou reavaliem as questões aqui levantadas. Com isso, espera-se contribuir para uma compreensão mais ampla e detalhada do processo político brasileiro em sua constante evolução.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão: Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALESSI, Gil. Entenda a crise da dívida dos Estados e como ela afeta sua vida. **El País**, 20 jun. 2016, São Paulo. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/20/politica/1466455769_289426.html. Acesso em: 08/11/2024.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **O voto do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ALMEIDA, Maria das Dores Campos. **Gênero, democracia e representação: desafios à participação política das mulheres**. In: ALMEIDA, Maria das Dores Campos; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 107-126.

AMORIM, Felipe. Governo Temer é reprovado por 77% da população, aponta Ibope. **UOL**, 28 set. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/09/28/governo-temer-e-reprovado-por-77-da-populacao-aponta-ibope.htm>. Acesso em: 8 jul. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Greve no Brasil: As Lutas Operárias na Década de 80**. Editora Expressão Popular, 2010.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ASSIS, Denise. **Lula: O Filho do Brasil**. Editora. Agir, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia: uma análise da agitação que marca nosso ambiente político desde as manifestações de 2013**. São Paulo: Todavia, 2019.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fábio; MARONA, Marjorie (orgs.). **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAND JORNALISMO (Rádio BandNews FM / TV Band). Debate presidencial na Band – eleições 2022, 16 out. 2022. **YouTube**, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CIU5zXko0cw>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BAND JORNALISMO. Debate na Band: reveja na íntegra o 1º confronto entre os presidentiáveis. **YouTube**, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9EnJeUKwX_c. Acesso em: 11 jul. 2025.

BERLIN, Isaiah. Dois conceitos de liberdade. 2002. *In*: BERLIN, Isaiah; HARDY, Henry; HAUSHEER, Roger (eds.). **Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOLSONARO, Jair. Defendemos a liberdade, a família e a segurança. Estamos juntos na missão de mudar o Brasil e resgatar nossos valores! 2018b. **Twitter**: @jairbolsonaro.

BOLSONARO, Jair. O Brasil é um país cristão e conservador, que valoriza a família e repudia ideologias que tentam destruir nossas crianças e adolescentes. Vamos mudar o Brasil e defender os valores de Deus, pátria, família! 2018a. **Twitter**: @jairbolsonaro. 2018a.

BOLSONARO, Jair. Querem impor a ideologia de gênero e confundir nossos filhos nas escolas. Esse é o Brasil que queremos? 2020. **Twitter**: @jairbolsonaro.

BRASIL. **Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018a**. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para estabelecer normas, estrutura e procedimentos para a execução da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9489.htm. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018b**. Regulamenta normas para as políticas públicas de telecomunicações e insere a Telebras no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), abrindo caminho para seu projeto de desestatização. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 dez. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9612.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.487, de 6 de outubro de 2017**. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para instituir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e extinguir a

propaganda partidária no rádio e na televisão. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 6 out. 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13487.htm.

Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017**. Altera as Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 6 out. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13488.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021**. Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 13.182, de 3 de novembro de 2015, nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e nº 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14182.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, 1 out. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Relatório de atividades 2006**: Bolsa Família e inclusão social. Brasília, 2006.

BRASIL. **Biografia do Presidente Jair Bolsonaro**. Brasília: Palácio do Planalto, 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/presidente/biografia>. Acesso em: 13 jul. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 839, de 14 fev. 2019b**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para presumir a legítima defesa quando o agente de segurança pública mata ou lesiona quem porta ilegal, injusta e ostensivamente arma de fogo de uso restrito ou proibido.

Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192246>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 882, de 2019**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal; a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal; a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996; a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998; a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; a Lei nº

11.343, de 23 de agosto de 2006; a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008; a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009; a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013; e a Lei nº 13.608, de 10 de janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência à pessoa. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712088&filename=PL%20882/2019. Acesso em: 8 jul. 2025.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 2019c**. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2196833>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Eleições 2018**: resultados. Brasília: TSE, 2018. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2018/resultados-das-eleicoes>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O erro da política fiscal de 2011 a 2014**. Valor Econômico, Seção Economia, São Paulo, 13 jan. 2016.

BURITY, Joanildo A. A religião no contexto da política democrática: ambivalências da modernidade e os desafios da democracia. *In*: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo (Orgs.). **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 23-52.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: sobre os limites materiais e discursivos do "sexo". 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality: contemporary dialogues on the left**. London: Verso, 2000.

CARDOSO, Laura. **Do boom ao caos econômico**: transformações e crise no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Todavia, 2018.

CARVALHO, José Luís Fiori de. **O Brasil e a crise do capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018c.

CARVALHO, Laura. O desafio fiscal e a política econômica no segundo mandato de Dilma Rousseff. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 31-48, 2016.

CARVALHO, Laura. **Política Econômica e Inclusão Social no Brasil Contemporâneo**: Um Balanço Crítico. Editora UFABC, 2018a.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018b.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, C.; CARNEIRO, R. A. Liberdade e Responsabilidade: As tensões na política sanitária durante a pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Política Pública**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 45-67, 2022.

CONSTANTINO, Rodrigo. **O Mito do Governo Grátis**: Conservadorismo, Liberalismo Social e Socialismo. Rio de Janeiro: Record, 2019.

'CONVERSA com Bial' mostra áudios de julgamento de Jair Bolsonaro em 1988. Gshow (GNT), 17 set. 2019. Disponível em: <https://gshow.globo.com/gnt/conversa-com-bial/noticia/conversa-com-bial-mostra-audios-de-julgamento-de-jair-bolsonaro-em-1988.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2025.

DAHL, Robert. **Democracy and Its Critics**. New Haven: Yale University Press, 1989.

DAHL, Robert. **Polyarchy**: Participation and Opposition. New Haven: Yale University Press, 1971.

DAS AGÊNCIAS. PSDB contesta a reeleição de Dilma. **Gazeta do Povo**, 30 out. 2014. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/psdb-contesta-a-reeleicao-de-dilma-eflg7jua9jt04gy7xpwppfsy6/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

DATAFOLHA. Pesquisa eleitoral para a Presidência da República. **Folha de S. Paulo**, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018>.

DE BONI, L. **A Nova Direita Brasileira**. São Paulo: Editora Contextom, 2020.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ECO, Umberto. **A estrutura ausente**: introdução à pesquisa semiótica. São Paulo: Perspectiva, 1971.

ECO, Umberto. **A passo di gambero**: guerre calde e populismo mediático. Milano: Bompiani, 2006.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1964.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**: comunicações de massa e teorias da cultura de massa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

ENTREVISTA AO G1/CBN: candidato discute corrupção e críticas ao PSDB. **G1**, 4 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2018/09/04/terca-feira-4-de-setembro.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2025.

EX-JUIZ Sergio Moro anuncia demissão do Ministério da Justiça e deixa o governo Bolsonaro. **G1**, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/ex-juiz-sergio-moro-anuncia->

[demissao-do-ministerio-da-justica-e-deixa-o-governo-bolsonaro.ghtml](#). Acesso em: 11 jul. 2025.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRASER, Nancy. **Justice Interruptus: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition**. New York: Routledge, 1997.

FREIRE, Sabrina. **Reencontro com povo só não ocorrerá se a vida me faltar**, diz Lula em carta. Poder360, Brasília, 8 jun. 2018a. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/reencontro-com-povo-so-nao-ocorrera-se-a-vida-me-faltar-diz-lula-em-carta/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

FREIRE, Sabrina. **PT lança jingle para campanha de Lula: 'O Brasil feliz de novo'**. Poder360, Brasília, 7 jun. 2018b. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/pt-lanca-jingle-para-campanha-de-lula-o-brasil-feliz-de-novo/>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das Massas e Análise do Eu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GASPAR, Malu. **A economia política do impeachment de Dilma Rousseff**. São Paulo: Contexto, 2018.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. Jornal Nacional, íntegra 14 set. 2018a. **GloboPlay**. 57 min. Disponível em: <https://www.globoplay.globo.com/v/7019918/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. Jornal Nacional: Fernando Haddad (PT) é entrevistado no Jornal Nacional. **GloboPlay**, 2018b. 31 min. Disponível em: <https://www.globoplay.globo.com/v/7019914/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. Jornal Nacional: Jair Bolsonaro (PSL) é entrevistado no Jornal Nacional. **GloboPlay**, 2018c. 32 min. Disponível em: <https://www.globoplay.globo.com/v/6980200/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HASSELMANN, Joice. **A Mídia contra Bolsonaro: a demonização do poder**. São Paulo: Primeira Pessoa, 2020.

HONNETH, Axel. **A luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): taxa de desemprego**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/. Acesso em: 13 jul. 2025.

JAIR Bolsonaro no debate presidencial da TV Globo: “Democrático é o cubano. É o venezuelano”. **UOL**, 1º bloco, 28 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/28/integra-debate-na-globo-primeiro-bloco.htm>. Acesso em: 11 jul. 2025.

JOVEM PAN NEWS. Palocci fala em “pacto de sangue” entre Lula e Odebrecht. **YouTube**, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ktwqtMg9QMs>. Acesso em: 11 jul. 2025.

LACAN, Jacques. **O estádio do espelho como formador da função do eu**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Novas reflexões sobre a revolução de nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2007.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. London: Verso, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2ª ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 1985.

LEIA a íntegra do debate presidencial na Globo. **UOL**, São Paulo; Rio de Janeiro; Brasília, 29 out. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/29/integra-debate-da-globo.htm>. Acesso em: 11 jul. 2025.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 3ª ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Angelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 79-97, nov. 2017.

LULA, Luiz Inácio. [Entrevista concedida a Henrique Fontana]. In: **O presidente do povo** [Vídeo]. Facebook, 24 out. 2022. Disponível em: <https://fb.watch/xvsOOEUa0U/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MAGALHÃES, Karina Biondi. **Violência política de gênero**: a presença feminina nos espaços de poder. In: ALMEIDA, Maria das Dores Campos; MIGUEL, Luis Felipe (org.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 53-69.

MAINWARING, S. Brazilian Democracy in Peril: Polarization and Crisis in an Emerging Democracy. **Perspectives on Politics**, v. 16, n.3, 652-666, 2018.

MALAN, Pedro. **A economia brasileira no século XXI**: crises, reformas e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018b.

MALAN, Pedro. **Uma certa ideia de Brasil**: Entre passado e futuro 2003-2018. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018a.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], n. 29, p. 25-52, out. 1995.

MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (orgs.). **Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008.

MIELKE, Ana. Tá achando a vida difícil? Com Bolsonaro vai piorar. Bolsonaro Nunca Mais! **Facebook**, 26 out. 2022. Disponível em: <https://fb.watch/xvslrQSEIM/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MIGUEL, L. F. Bolsonaro e a retórica da segurança: o medo e a criminalização na política. **Revista de Estudos Políticos**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 98-117, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: crise política e alternativas para o Brasil. São Paulo: Boitempo, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2019.

MOLITERNO, Danilo. Lula se reúne com comunicadores e pede que campanha rebata críticas com propostas. **CNN Brasil**, São Paulo, 18 out. 2022. Disponível

em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-se-reune-com-comunicadores-e-pede-que-campanha-rebata-criticas-com-propostas/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

MORO aceita convite de Bolsonaro para comandar o Ministério da Justiça. **G1**, Brasília, 1 nov. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/01/moro-aceita-convite-de-bolsonaro-para-comandar-o-ministerio-da-justica.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MOUFFE, Chantal. **Agonistics**: Thinking the world politically. London: Verso, 2013.

MOUFFE, Chantal. **O retorno do político**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

MOUFFE, Chantal. **Por um Populismo de Esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. London: Verso, 2000.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MUELLER, Jan-Werner. **What is populism?** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da redemocratização ao governo Dilma. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NORRIS, Pippa. **Democratic deficit**: critical citizens revisited. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NUNES, Henrique. Há 16 anos, Lula lançava a “Carta ao Povo Brasileiros”. **Agência PT de Notícias**, 2 jun. 2018. Disponível em: <https://pt.org.br/ha-16-anos-lula-lancava-a-carta-ao-povo-brasileiro>. Acesso em: 07/11/24.

PANIZZA, Francisco (ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso, 2005.

PARANÁ, Denise. **Lula**: A História do Brasil que Ele Conhece. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2016.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

‘POBREZA teve aumento recorde em 2021 e chegou ao maior nível desde 2012, diz IBGE’. **Gazeta do Povo**, 2 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/pobreza-teve-aumento-recorde-em-2021-e-chegou-ao-maior-nivel-desde-2012-diz-ibge/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PODCAST FLOW. LULA – Flow #14. **YouTube**, 18 out. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OAu9KJFbMhU>. Acesso em: 02 fev. 2025.

PODER 360. Campanha eleitoral de Jair Bolsonaro: segurança pública como destaque nas propostas eleitorais. Programa PL. **YouTube**, 2022a.

PODER 360. Candidato Jair Bolsonaro acusa a mídia de "omitir a verdade" durante propaganda eleitoral gratuita. Programa PL. **YouTube**, 20 out. 2022b.

PODER 360. Candidato Jair Bolsonaro critica universidades públicas por "doutrinação ideológica". Programa PL. **YouTube**, 25 out. 2022c.

PODER 360. Candidato Jair Bolsonaro em defesa do "povo de bem" e da família brasileira. Programa PL. **YouTube**, 15 set. 2022d.

PODER 360. Candidato Luiz Inácio Lula da Silva afirma que seu governo será focado nos mais necessitados. Programa PT. **YouTube**, 25 out. 2022e.

PODER 360. Candidato Luiz Inácio Lula da Silva em discurso de campanha, afirmando compromisso com a diversidade. Programa PT. **YouTube**, 10 out. 2022f.

PODER 360. **Carta de Lula ao Povo Brasileiro**. 2018.

PODER 360. Cuidar do meio ambiente é, antes de tudo, cuidar das pessoas: discurso sobre desenvolvimento sustentável e povos indígenas durante as eleições de 2022. Programa PT. **YouTube**, 2022f.

PODER 360. Jair Bolsonaro denuncia ameaças ideológicas de esquerda contra a família e a cultura brasileira. Programa PL. **YouTube**, 10 out. 2022c.

PODER 360. Jair Bolsonaro destaca escândalos de corrupção em governos petistas e alerta sobre retorno da corrupção. Programa PL. **YouTube**, 20 out. 2022b.

PODER 360. Lula volta a prometer auxílio de R\$ 600 e desacredita Bolsonaro. **YouTube**, 13 ago. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5RPX_BreOuo. Acesso em: 2 fev. 2025.

PODER 360. Meu Emprego de Novo. Programa PT. **YouTube**, 2018.

PODER 360. Os melhores aumentos que o aposentado teve foi no governo Lula. Programa PT. **YouTube**, 2022.

PODER 360. Programas sociais dos governos do PT (Bolsa Família, ProUni, FIES e política de cotas). Programa PT. **YouTube**, 2022.

PODER 360. Soberania nacional, acesso a direitos fundamentais e valorização da cultura. Programa PT. **YouTube**, 2022.

PODER 360. Uma ideia ninguém pode aprisionar. **YouTube**, 2018.

PODER360. 5º programa eleitoral da chapa do PT – Eleições 2018. **YouTube**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s33aHg8Ofik>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PROGRAMA PT. Declaração sobre a transferência de votos para Haddad. **YouTube**, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JogiselP9ws>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracia e os limites do autogoverno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

PRZEWORSKI, Adam. **Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

PRZEWORSKI, Adam. **Sustainable Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

PT. A verdade: PT votou a favor do Auxílio Brasil; TSE proibiu a mentira de Bolsonaro. Disponível em: <https://pt.org.br/pt-votou-a-favor-do-auxilio-brasil-tse-proibiu-mentira-de-bolsonaro/>. Acesso em: 2 fev. 2025.

RODA VIVA. **Fernando Haddad**. [Entrevista]. São Paulo: TV Cultura, 22 out. 2018. 1 vídeo (2h30min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8TSMH8XyX_o. Acesso em: 2 fev. 2025.

ROSA, C. A desconfiança no sistema eleitoral como estratégia política: o caso das eleições de 2022. **Jornal de Ciência Política e Eleições**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 211-234, 2022a.

ROSA, Marcelo. **A democracia sob ataque: o bolsonarismo e a crise das instituições brasileiras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022b.

SADER, Emir. **Jair Bolsonaro: Crise do Neoliberalismo ou Neofascismo no Brasil?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

SCHMITT, Carl. **A teoria do partido político**. 3ª ed. São Paulo: Martim Fontes, 1990.

SCHMITT, Carl. **Der Begriff des Politischen: Text mit einem Vorwort und drei Corollarien [1932]**. 6. Aufl., 5. Nachdruck der Ausgabe von 1963. Berlin: Duncker & Humblot, 2002.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**: texto de 1932 com um prefácio e três corolários. Tradução de George Abboud. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

SETO, Guilherme. Bolsonaro diz que pretende acabar com 'ativismo ambiental xiita' se for presidente. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/bolsonaro-diz-que-pretende-acabar-com-ativismo-ambiental-xiita-se-for-presidente.shtml>. Acesso em: 11 jul. 2025.

SILVA, R. O lulismo como resposta às políticas neoliberais dos anos 1990: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 18, n. 3, p. 301-320, 2019.

SINGER, André. **O Lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As Contradições do lulismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, Paul. **Economia Solidária**: Um modo de produção a ser criado. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, A. A retórica política de Lula e a formação da identidade lulista. **Estudos Políticos**, v. 32, n. 4, p. 567-584, 2017.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

WODAK, Ruth. **The Politics of Fear**: What Right-Wing Populist Discourses Mean. Londres: Sage, 2015, p. 17.

ŽIŽEK, Slavoj. **O sublime objeto da ideologia**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.